

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS MBAYÁ-GUAICURÚ: área, assentamento,
subsistência e cultura material**

ANA LUCIA HERBERTS

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ignacio Schmitz

São Leopoldo, maio de 1998.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OS MBAYÁ-GUAICURÚ: área, assentamento,
subsistência e cultura material**

ANA LUCIA HERBERTS

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ignacio Schmitz

Dissertação apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de Estudos Históricos Ibero-Americanos.

São Leopoldo, maio de 1998.

Para Zeca, meu marido, pelo amor,
companheirismo, compreensão e paciência.

Para Omar e Erna, meus pais, pelo apoio e
incentivo.

Los mbayás se creen la nación más noble del mundo, la más generosa, la más formal en el cumplimiento de su palabra con toda lealdad y la más valiente. Como su talla, la belleza y elegancia de sus formas, así como sus fuerzas, son bastante superiores a las de los españoles, ellos consideran a la raza europea como muy inferior a la suya. En cuanto a la religión, carecen de ella, y no se observa entre ellos nada que se refiera a este fin ni a la vida futura. Se encuentran algunos que para explicar su primer origen se expresan así: “Dios creó al principio todas las naciones tan numerosas como son hoy, no contentándose con crear un solo hombre y una sola mujer, y las distribuyó sobre toda la superficie de la Tierra. Posteriormente pensó en crear un mbayá con su mujer; y como había ya dado toda la Tierra a las otras naciones, de manera que no le quedaba nada que distribuir, ordenó al ave llamada caracara ir a decirles de su parte que estaba muy pesaroso de no tener terreno que darles, y que por esto sólo había creado dos mbayás; pero que para remediarlo les ordenaba andar siempre errantes por el territorio de los otros y no cesar nunca de hacer la guerra a todas las naciones, matar a todos los hombres adultos y adoptar los niños y las mujeres para aumentar su número.” (Azara, 1969, p. 220-21)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas que, de uma forma ou outra, colaboraram na realização deste trabalho:

A Pedro Ignacio Schmitz, meu orientador, que acreditou na minha capacidade e me acompanhou com dedicação e empenho nesta caminhada. Também agradeço a ele por ter aberto as portas do Instituto Anchietano de Pesquisas, permitindo livre acesso ao grande acervo documental da instituição, assim como à sua biblioteca particular.

Aos amigos Sirlei Elaine Hoeltz e André Luis Soares, que realizaram a revisão crítica deste trabalho, propondo sugestões importantes e cruciais.

Ao pessoal do Instituto Anchietano de Pesquisas, especialmente a André Osorio da Rosa, pelo auxílio na identificação das espécies faunísticas e florísticas; a Ivone Verardi, pela ajuda na localização de obras; a Luis Fernando Laroque, pela troca de textos teóricos; e

às colegas de mestrado e pesquisa Magna Lima Magalhães e Neli Galarce, pelas indicações bibliográficas e trocas de informações.

Aos responsáveis pelas versões em língua portuguesa dos textos em língua estrangeira: Paulo Possamai, pelos textos em italiano; Márcia Fernanda dos Santos, pelos textos em inglês; e Gladis Maria Schmidt, pelos textos em alemão.

À colega de mestrado e amiga Gertha M. G. Wild, pela revisão do abstract.

A Marcus Mello, pela revisão gramatical do texto.

A José Ronaldo Soares, pela assessoria na área de informática, auxiliando na instalação e funcionamento de Hardware e Software.

Às funcionárias Marta Teresinha Heck e Aline Büller, do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) da Biblioteca Central da Unisinos, que muito auxiliaram na localização e obtenção de trabalhos existentes nos acervos de outras instituições.

A meu marido Zeca e à minha família, que me acompanharam e apoiaram ao longo da minha vida acadêmica.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, pela concessão de uma bolsa de mestrado durante o período de março de 1996 a fevereiro de 1998, que me auxiliou financeiramente no desenvolvimento do presente trabalho e possibilitou a dedicação exclusiva ao curso.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURA	XII
LISTA DE QUADROS	XIV
RESUMO	XVII
ABSTRACT	XVIII
INTRODUÇÃO	01
1 - FONTES DE PESQUISA	11
2 - HISTÓRIA DOS MBAYÁ-GUAICURÚ: PANORAMA GERAL	19

3 - HABITAT	59
3. 1 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE OCUPAÇÃO	59
3. 1. 1 - Núcleo Sul: Guaicuru	60
3. 1. 2 - Núcleo Norte: Mbayá	65
3. 2 - ASPECTOS GERAIS DO AMBIENTE FÍSICO	88
4 - ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: ASSENTAMENTOS E ESTRUTURAS	95
4. 1 - TIPOS DE ASSENTAMENTOS	97
4. 1. 1 - Assentamentos Chaquenhos	97
4. 1. 2 - Assentamentos na região do Pantanal e áreas periféricas	101
4. 1. 3 - Assentamentos Estáveis Kadiwéu	106
4. 2 - ESTRUTURAS DE HABITAÇÃO	117
4. 3 - ESTRUTURAS DE COMBUSTÃO	135
4. 4 - ESTRUTURAS FUNERÁRIAS	137
5 – SUBSISTÊNCIA	149
5. 1 – CAÇA	150
5. 2 – PESCA	172
5. 3 – COLETA	179
5. 4 – CULTIVO	191

5. 5 - ANIMAIS DOMESTICADOS	196
5.5.1 – Cavalo	198
5.5.2 – Outros animais	202
5. 6 - ANIMAIS SELVAGENS AMANSADOS	203
6 - CULTURA MATERIAL	207
6. 1 - EQUIPAMENTOS DE SUBSISTÊNCIA E / OU DE GUERRA	208
.....	
6. 1. 1 - Arco	208
6. 1. 2 - Flecha	214
6. 1. 3 - Arpão	224
6. 1. 4 - Lança e azagaia	226
6. 1. 5 - Borduna	229
6. 1. 6 - Armadilhas	232
6. 1. 7 - Arma para a degola	233
6. 1. 8 - Bodoque	234
6. 1. 9 - Laço	236
6. 1. 10 - Boleadeira	237
6. 1. 11 - Armas de fogo	238
6. 1. 12 - Artefatos de metal	239
6. 1. 13 - Armas defensivas	242
6. 1. 14 - Artefatos líticos	242

6. 1. 15 - Canoa e remo	245
6. 2 - EQUIPAMENTO DE USO DOMÉSTICO E DE TRABALHO E ARTEFATOS	
DE USO PESSOAL	248
6. 2. 1 - Cerâmica	249
6. 2. 1. 1 - Bilha	260
6. 2. 1. 2 - Jarra	262
6. 2. 1. 3 - Moringa	263
6. 2. 1. 4 - Panela	264
6. 2. 1. 5 - Tigela	265
6. 2. 1. 6 - Prato	267
6. 2. 1. 7 - Outros	269
6. 2. 2 - Tecelagem	273
6. 2. 2. 1 - Tecidos para conforto pessoal	273
6. 2. 2. 2 - Tecidos para transporte	274
6. 2. 2. 3 - Tecidos para vestuário e adornos	277
6. 2. 2. 4 - Implementos para tecer	286
6. 2. 3 - Trançado	287
6. 2. 3. 1 - Trançados para uso doméstico e conforto pessoal	288
6. 2. 3. 2 - Trançados para uso e adorno pessoal	291
6. 2. 4 - Utensílios em cabaça	291
6. 2. 5 - Manufatura em madeira	295

6. 2. 5. 1 - Utensílios para o preparo de alimentos	295
6. 2. 5. 2 - Utensílios para uso doméstico	295
6. 2. 5. 3 - Objetos de uso pessoal	296
6. 2. 5. 4 - Aparelhos para estimulantes	296
6. 2. 6 - Manufatura em couro	299
6. 2. 7 - Manufatura em concha, ossos, chifres, dentes, unhas e sementes	302
6. 2. 7. 1 - Utensílios de uso doméstico	302
6. 2. 7. 2 - Objetos de uso pessoal	302
6. 2. 8 - Manufatura em metal	308
6. 2. 9 – Outros.....	313
 CONCLUSÃO	315
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	323

LISTA DE FIGURAS

1 - Mapa da segunda metade do século XVIII elaborado pelo missionário José Sánchez Labrador (1910).....	40
2 - Vista parcial do <i>Mapa Etno-histórico</i> de Curt Nimuendaju (1987), localizando as tribos Mbayá.....	41
3 - Vista parcial do mapa dos grupos indígenas no Chaco e na margem oriental do rio Paraguai, com a localização das tribos Mbayá.....	42
4 - Região onde vive atualmente o grupo Kadiwéu no estado do Mato Grosso do Sul	58
5 - Itinerário de Cabeza de Vaca	60
6 - Planta de um trecho do rio Paraguai, onde se localizaria o porto de Candelária	67
7 - Planta da posição do Fecho dos Morros.....	70
8 - Os grupos étnicos do Gran Chaco em fins do século XVI.....	71
9 - Os grupos étnicos do Gran Chaco cerca de 1720.....	73
10 - Mapa da região habitada pelos Kadiwéu em 1892, com a localização das três aldeias	84
11 - Mapa do território reservado aos Kadiwéu pelo governo de Mato Grosso	86

12 - Vista parcial do <i>Mapa Étnico de Boggiani</i> (1900), demonstrando a área habitada pelos Mbayá no século XIX, ressaltando o território Kadiwéu.....	87
13 - Mapa parcial do Pantanal.....	92
14 - Mapa parcial abrangendo as regiões do Chaco, Pantanal e áreas adajacentes habitadas pelos Mbayá-Guaicurú.....	94
15 - Acampamento Mbayá em Albuquerque.....	100
16 - Esboço em aquarela da aldeia do Capitão Nauwilo à margem do rio Nabileque	107
17 - Esboço em aquarela da aldeia de Nalique. Esplanada diante das casas	108
18 - Aquarela do engenho para extração de caldo de cana-de-açúcar.....	112
19 - Aquarela do tacho para condensação do caldo de cana-de-açúcar.....	113
20 - Vista parcial da aldeia do Tuyuyú.....	115
21 - Esquema da fachada frontal da habitação Mbayá-Guaicurú.....	124
22 - Esquema da planta baixa da habitação Mbayá-Guaicurú.....	124
23 - Tribo Guaicurú em busca de novas pastagens.....	127
24 - As casas de Chico Tereno e do Capitãozinho da aldeia de Nalique.....	130
25 - Esboço a lápis do interior das casas da aldeia de Nalique.....	132
26 - Família Kadiwéu diante de sua casa.....	134
27 - Pouso para o almoço durante uma caçada.....	163
28 - Acampamento Kadiwéu durante uma caçada.....	166
29 - Kadiwéu caçando uma onça-pintada (<i>Panthera onca</i>).....	167
30 - A pesca de surubi (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>).....	175
31 - Mbayá carregando um peixe.....	176
32 - Tática de montaria Guaicurú.....	201
33 - Partes componentes do arco.....	209
34 - Ilustração de um Guaicurú empunhando arco e flecha.....	212
35 - Guerreiro Kadiwéu trajado conforme a antiga tradição.....	213

36 - Equipamentos de subsistência Kadiwéu.....	214
37 - Partes componentes da flecha.....	215
38 - Grupo 1 - Pontas de flecha de madeira.....	216
39 - Grupo 2 - Pontas de flecha de taquara.....	216
40 - Grupo 3 - Pontas de flecha de osso.....	217
41 - Grupo 4 - Pontas de flecha de ferro.....	217
42 - Grupo 5 - Pontas rombudas - vários materiais.....	217
43 - Flecha encaixe de osso.....	220
44 - Flechas fisga.....	222
45 - Flecha rombuda virote.....	223
46 - Mbayá-Guaicurú empunhando uma lança.....	228
47 - Bodoque Kadiwéu.....	235
48 - Lâminas de machado de pedra.....	244
49 - Pequenos pratos para recolher água nas nascentes.....	256
50 - Vasilhames cerâmicos Kadiwéu.....	257
51 - Quatro hematitas e um pedaço de carvão.....	258
52 - Bilhas Kadiwéu zoomorfas.....	260
53 - Bilhas Kadiwéu.....	261
54 – Jarras Kadiwéu.....	263
55 - Moringas Kadiwéu.....	264
56 - Panela Kadiwéu.....	265
57 - Tigelas Kadiwéu.....	266
58 - Grandes pratos Kadiwéu.....	268
59 - Vasilha globular e dois potes cilíndricos.....	270
60 - Cerâmica funerária Mbayá-Kadiwéu.....	272
61 - Bolsas de rede feitas de fibra de imbira (Bromeliaceae).....	274

62 - Bolsa de fibra de caraguatá entrelaçada.....	275
63 - Bolsas tecidas em algodão.....	276
64 - Pano de algodão.....	279
65 - Tear para tecer cintos.....	280
66 - Disposição dos fios sobre o tear.....	281
67 - Cintos ornados de contas.....	282
68 - Cintos tecidos em algodão branco e lã vermelha.....	282
69 - Toucados para o chefe.....	283
70 - Cinto e faixa Kadiwéu tecidos.....	284
71 - Posição das contas de vidro brancas e azuis em uma colcha Kadiwéu	285
72 - Decoração da extremidade inferior do tecido de uma colcha Kadiwéu.....	285
73 - Espátulas de madeira para tecer.....	286
74 - Cesto de folhas de <i>etchate</i> ou acuri (<i>Scheelea phalerata</i>) contendo algodão, três fusos e uma massaroça de algodão fiado.....	289
75 - Leque Kadiwéu.....	290
76 - Esteira de folhas de palmeira.....	290
77 - Chapéu de folhas de palmeira.....	292
78 - Recipientes de cabaça para armazenar pasta de urucu (<i>Bixa orellana</i>).....	293
79 - Recipientes de cabaça Kadiwéu.....	294
80 - Cachimbos Kadiwéu em madeira esculpida.....	297
81 - Cachimbos em madeira.....	298
82 - Couro bovino pintado com o suco de jenipapo (<i>Jenipa americana</i>).....	301
83 - Pequenos pentes de chifre ornados de entalhes e desenhos gravados.....	304
84 - Grampo de cabelo Kadiwéu.....	305
85 - a) Anel de osso; b) Anel de coco.....	306
86 - Adornos Kadiwéu confeccionados em concha, dentes, unhas e sementes.....	307

87 - Ornamento com moedas.....	310
88 - Brincos em prata.....	310
89 - Anel de prata	311
90 - Colares.....	312
91 - Pequenas pinças depilatórias de metal.....	313

LISTA DE QUADROS

1- População Mbayá-Guaicurú em 1848 e 1872.....	83
2 - Espécies faunísticas exploradas.....	171
3- Espécies de peixes explorados	178
4- Espécies florísticas exploradas.	189
5- Espécies florísticas cultivadas	196

RESUMO

Este trabalho estuda a área, o assentamento, a subsistência e a cultura material do grupo indígena Mbayá-Guaicurú entre os séculos XVI e XIX, a partir da revisão e análise das fontes etno-históricas escritas. Buscou-se construir um modelo etnográfico do assentamento, para auxiliar as pesquisas arqueológicas nas áreas historicamente habitadas pelo grupo, visando compreender a adaptação Mbayá-Guaicurú nos diferentes ambientes e sua organização espacial.

O grupo habitou inicialmente no século XVI a região do Chaco, dividido em dois núcleos: o núcleo do sul (Guaicurú), localizado na margem ocidental do rio Paraguai, próximo à cidade de Assunção; e do norte (Mbayá), também na margem ocidental do Alto Paraguai. A partir de meados do século XVII, começou a ocupar paulatina e paralelamente também a margem oriental do rio Paraguai, correspondente a região do Pantanal e áreas

periféricas, que se tornou no século XVIII a principal área ocupada. Em fins do século XIX, o território habitado pelo grupo concentrava-se em áreas abrangidas pelo atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul.

Para os assentamentos Mbayá-Guaicurú podem-se distinguir: a) assentamentos chaquenhos, caracterizados por uma ocupação temporária, com deslocamentos constantes em busca de áreas propícias; b) assentamentos na região do Pantanal e áreas adjacentes, com assentamentos sazonais, variando os locais conforme o ciclo das inundações e da seca, e com assentamentos mais estáveis de áreas não inundáveis; c) assentamentos estáveis Kadiwéu, caracterizados por aldeias semi-sedentárias e a ocupação conjugada de acampamentos temporários como os aterros para as atividades subsistências como, por exemplo, na época das caçadas de veados (*Cervidae*) ou da colheita de acuri (*Scheelea phalerata*) e bocaiúva (*Acrocomia aculeata*).

A subsistência Mbayá-Guaicurú baseava-se nas atividades de caça, pesca e coleta, realizadas pelo grupo conforme os recursos faunísticos e florísticos propiciados pelo ambiente. O cultivo de produtos agrícolas somente surge com a maior estabilidade dos assentamentos a partir do século XIX. A criação de animais domésticos é desenvolvida a partir de novas possibilidades coloniais, destacando-se rebanhos eqüinos e bovinos. O cavalo torna-se um dos elementos coloniais mais importantes para os Mbayá-Guaicurú. A sua adoção implicou na conseqüente reorganização social do grupo e sua transformação em sociedade eqüestre.

ABSTRACT

The author collected dates concerning the settlements and the culture of the Indian groups Mbayá-Guaicurú, and the areas they have occupied in the period of the 16th to 19th centuries. He made use of the written ethno historical sources to obtain these dates.

For the analysis of the sources them, an ethnographical pattern of the Indian settlements has been created. The results of this work can be used as a support to the archeological researches in the areas inhabited by those groups.

Early in the 16th century the Mbayá-Guaicurú inhabited the Chaco region divided in two centers: the Guaicurú groups settled on the Western bank of Paraguay River, next to Asunción village; and the group Mbayá settled at North, on the Western bank of Alto Paraguay. Since the beginning of the 17th century they would occupy, gradually and simultaneously, the Eastern bank – that means, the Pantanal region and nearby areas. At the

end of the 19th century, the groups inhabited territories today encircled by the Brazilian state of Mato Grosso do Sul.

The Mbayá-Guaicurú settlements can be distinguished as: a) *chaquenho* settlements: the occupation was temporary, the displacement was constant, people sought favorable lands; b) Pantanal and nearby areas settlements: they were seasonal, the groups selected the places according to the cycles of floods and droughts in the region; they had also stable settlements in uninundable areas; c) Kadiwéu stable settlements: included semi sedentary villages and conjugate temporary camps of hunting and collect – like those of the bucks (*Cervidae*) hunt or the “acurí” (*Schelea phalerata*) and the “bocaiúva” (*Acrocomia aculeata*) harvest.

Hunting, fishing and collect supported the Mbayá-Guaicurú subsistence, according to the environment’s faunal and floral resources. The increase of the agricultural activities took place in the 19th century, and the settlements became more stable. The colonization had introduced the equine and bovine herds in the region. The utilization of the horses had become very important to the groups – it caused the social reorganization that made the Mbayá-Guaicurú an equestrian society.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa o estudo da área, do assentamento, da subsistência e da cultura material Mbayá-Guaicurú. Estabeleceu-se um corte temporal para esta pesquisa, que começa no século XVI, com a conquista ibérica e a produção dos primeiros relatos escritos, e vai até o século XIX. Exclui-se o século atual, que é o mais bem documentado e trabalhado no que diz respeito aos remanescentes Mbayá-Guaicurú, os Kadiwéu. Optou-se por um recorte temporal, que abrange os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX para proporcionar uma grade maior de conhecimentos à arqueologia no que se refere à toda transição provocada pelo contato com os colonizadores, com relação ao assentamento e ao modo de vida da sociedade Mbayá-Guaicurú.

O projeto do trabalho, concretizado na presente dissertação de mestrado, surgiu a partir do *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*, sob coordenação do Prof. Dr.

Pedro Ignácio Schmitz, que é mantido pelo convênio entre o Instituto Anchietano de Pesquisas, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. No desenvolvimento deste programa foi constatada uma diversidade de sítios arqueológicos, sugerindo diversas formas de ocupação, assim como vários grupos que teriam habitado a área. Esta diversidade exigia a identificação das culturas responsáveis pelos sítios arqueológicos pesquisados. Fez-se necessário, dessa forma, um estudo etnográfico das ocupações indígenas na área, que possibilitasse melhor compreensão e interpretação das evidências, além de complementar os dados arqueológicos levantados em campo.

Além da presente pesquisa, integram-se ao referido programa outros trabalhos buscando conhecer e compreender os grupos indígenas que ocuparam a região, como o de Oliveira (1995) sobre os Guató, o de Schuch (1995) sobre os Xaray e Chané e o de Magalhães (1997), em andamento, sobre os Payaguá; e os estudos sobre as missões religiosas com grupos indígenas, de Peixoto (1995) e de Schuch (1997).

A escolha do grupo indígena Mbayá-Guaicurú justifica-se: a) pelo fato de parte do seu território estar localizada na área de ação do programa anteriormente citado; b) por dispor de grande quantidade de material bibliográfico, documentando o grupo desde o século XVI; c) por fornecer aportes para a pesquisa arqueológica do grupo, a localização e identificação de seus eventuais sítios arqueológicos e a sua cultura material; d) pela importância histórica que o grupo Mbayá-Guaicurú teve frente à colonização ibérica e à definição dos limites territoriais do Brasil; e) por mostrar o processo de transformação, deslocamento e reorganização do grupo indígena como resultado do contato estabelecido com o colonizador.

A partir da problemática referida, tenta-se construir um modelo etnográfico do assentamento de um grupo indígena que ocupou determinadas áreas da região do Médio e Alto Paraguai: os Mbayá-Guaicurú. Busca-se, dessa forma, tornar a história do grupo mais visível, concatenando as informações disponíveis nas diversas disciplinas como a história, a etnologia, a antropologia e a lingüística; procurando contribuir também para as pesquisas arqueológicas na área, visando melhor compreensão da adaptação do grupo aos diferentes ambientes e à organização do espaço.

Neste sentido, procura-se reunir e analisar os dados culturais através da etno-história, entendida como “um conjunto especial de técnicas e métodos para estudar a cultura através do uso das tradições escritas e orais. Como metodologia, tem um caráter complementar, não só em relação à arqueologia, como também à lingüística histórica, à etnografia e à paleobiologia” (Karmack, 1979, p. 17). Segundo Binford (1988, p. 30) o uso de documentos históricos de diferentes classes é um dos campos de investigação que a arqueologia contemporânea está começando a desenvolver de forma significativa, pois “la existencia de documentos históricos que contienen observaciones hechos por individuos actuales sobre la dinámica de los yacimientos en el pasado permite escavarlos y, en base a los relatos existentes sobre dichos lugares, intentar relacionar lo que encontramos en el terreno con las informaciones históricas” (op. cit., p. 29).

Quanto à utilização da documentação histórica, Binford (loc. cit.) afirma que:

... servem não só para identificar os locais de ocupação antigos como também para informar-nos do que ali ocorria e qual nível de especialização artesanal existia, por exemplo, com detalhes referentes à organização social do assentamento. Uma vez conhecidos estes aspectos sobre a dinâmica do assentamento, estamos em condições de escavar a jazida e relacionar os achados com as notícias que possuímos sobre as atividades e processos que tiveram lugar no passado.

No trabalho, procura-se mostrar as mudanças do grupo de uma área geográfica para outra através de deslocamentos realizados a partir do contato com o europeu e a conseqüente ocorrência de diferentes tipos de assentamentos; a transformação de grupos pedestres em eqüestres e / ou canoieiros e a introdução e assimilação de novos elementos culturais.

Para tanto, foi necessário revisar a produção histórica escrita que fornecesse dados sobre o grupo, contidos em documentos históricos produzidos por exploradores, militares, cronistas, viajantes, religiosos e autoridades administrativas. Realizou-se um amplo levantamento das fontes escritas, seguido da sistematização em fichas de todo o material disponível, ficando de fora uns poucos trabalhos de difícil acesso ou que não possuíam grande importância, o que não prejudicaria os resultados do trabalho. A confecção dos fichamentos e a classificação dos dados culturais seguiu a orientação do *Guía para clasificación de los datos culturales* (Murdock et al., 1963).

Organizou-se uma ficha para cada obra ou documento pesquisado, reunindo os dados de interesse, como áreas, subsistência, assentamento, movimentação, habitação, tradição funerária, equipamentos domésticos, armas, etc.

Este trabalho segue, em grandes linhas, a metodologia proposta por Binford (1967 e 1980), Chang (1967) e outros, que produziram regionalmente alguns trabalhos relevantes recentes, como o de Noelli (1993), o de Lavina (1994) e o de Oliveira (1995), que utilizaram dados arqueológicos, etnográficos, etno-históricos e / ou lingüísticos, discutindo questões pertinentes à arqueologia moderna. Nossa pesquisa não tem a pretensão de ser um trabalho etno-arqueológico, isto é, “el estudio de las sociedades actuales desde el punto de vista arqueológico” (Renfrew e Bahn, 1993, p. 162), na medida em que se utiliza exclusivamente de fontes escritas, ou seja, é um trabalho de cunho etno-

histórico, visando abordar elementos materiais que venham a auxiliar e / ou complementar pesquisas arqueológicas.

A partir desta proposta recorreu-se à etno-história, como método interdisciplinar. Segundo Nuñez (1975) e Trigger (1982), a arqueologia pode servir-se da etno-história, “enquanto método antropológico, estudando a ‘pré-história’ como parte integrante da história nativa, não deixando de fora, em princípio, nenhum setor espaço-temporal” (Oliveira, 1994-95, p. 160). O uso de registros escritos, dentro de uma proposta etno-histórica, pode fornecer dados úteis para os estudos de arqueólogos e etnólogos (Cline, 1972, p. 5). Nesta perspectiva, Cline (ibid., p. 6) aponta como uma tarefa da etno-história preencher a lacuna na continuidade entre as descobertas da arqueologia e da etnologia.

Não se utilizou a possibilidade da história oral com os remanescentes atuais de uma das antigas tribos Mbayá-Guaicurú, os Kadiwéu da Reserva Indígena da Bodoquena, no sul do estado do Mato Grosso do Sul, pois optou-se por estudar o período antigo da história do grupo, anterior ao século XX. Esta técnica, portanto, não possibilitaria obter informações relativas a séculos anteriores ao atual.

Com relação à denominação, optou-se pela utilização do termo Mbayá-Guaicurú para designar o grupo indígena em questão, por se considerar o termo mais adequado. Os autores, tanto de origem portuguesa como espanhola, especialmente nos séculos XVIII e XIX, usam indiscriminadamente os termos “Guaicurú” ou “Mbayá” nas fontes primárias para o mesmo grupo indígena. Além disso, o designativo “Guaicurú” é muito utilizado para expressar o tronco lingüístico, confundindo-se o grupo indígena concreto. Somente usa-se “Guaicurú” ou “Mbayá” especificamente quando estes termos correspondem à nucleação sul e a norte respectivamente, ou seja, a ocupação de dois espaços distintos principalmente no que se refere aos séculos XVI e XVII.

Os textos em língua estrangeira utilizados neste trabalho, exceto os de língua espanhola, foram traduzidos para versões em português, mas a referência foi mantida como no texto original na língua estrangeira.

Esta dissertação foi organizada da seguinte maneira:

No primeiro capítulo faz-se uma apresentação das fontes de pesquisa escritas utilizadas no trabalho. Nesta revisão da literatura, mostra-se quais autores escreveram de forma direta ou indireta sobre o grupo, situando-os em relação ao tempo em que escreveram e ao caráter da obra.

No segundo capítulo relata-se, de forma genérica, a história do grupo a partir do início da conquista e colonização espanhola, trazendo-a até os dias atuais. Procura-se caracterizar a diversidade de tribos existentes dentro do grupo, as migrações realizadas e as mudanças culturais ocorridas. Relacionam-se os principais eventos históricos referentes aos Mbayá-Guaicurú, bem como a sua participação neles. São apresentadas ainda as informações relativas à classificação do tronco lingüístico e às relações estabelecidas ao longo do tempo com os outros grupos indígenas e com as sociedades nacionais.

O terceiro capítulo está centrado na delimitação da área geográfica ocupada pelo grupo durante os séculos, dividida em duas áreas de ocupação: uma mais ao sul e outra mais ao norte. Descrevem-se, ainda, as principais características das diferentes regiões habitadas.

No quarto capítulo são abordados os tipos de assentamentos e suas estruturas nas diferentes áreas habitadas pelas distintas tribos Mbayá-Guaicurú.

O quinto capítulo aborda questões relativas à subsistência, apresentando dados a respeito da caça, da pesca, da coleta, do cultivo e da criação de animais “domesticados” e “amansados”.

No sexto capítulo faz-se uma descrição detalhada dos equipamentos de subsistência e / ou empregados na guerra, e os equipamentos de uso doméstico e pessoal, demonstrando a funcionalidade dos artefatos, assim como os processos empregados para a sua confecção.

A análise da literatura pertinente propiciou a identificação e a descrição de tipos diferentes de assentamentos do grupo e não um único modelo. Esta diversidade é decorrente da relação de três variáveis: o tempo, o espaço e as diferentes tribos enquanto pedestres ou eqüestres. As mudanças se refletem no tipo de habitação, no padrão e nos equipamentos de subsistência e uso doméstico. Em termos de organização social, tais transformações fazem com que estes se reorganizem em grupos eqüestres divididos em várias tribos, com estamentos distintos, sendo o dos guerreiros bastante valorizado.

1 - FONTES DE PESQUISA

Neste capítulo serão apresentadas as fontes de pesquisa que foram utilizadas ao longo deste trabalho. Considerando que estas abrangem um grande período, a apresentação se dará de forma cronológica.

Para o levantamento do material bibliográfico disponível para a pesquisa, foram utilizadas, principalmente, as obras contidas em: Loukotka (1939), Tovar (1961), Baldus (1954 e 1968), Hartmann (1984), Boggiani (1975), Nimuendaju (1987), e Susnik (1992).

Para o século XVI, as fontes são escassas, mas com dados etnográficos relevantes sobre os Mbayá-Guaicurú. Primeiro, tem-se os relatos dos exploradores Alejo Garcia (apud Chaves, 1968) e Juan de Ayolas (apud Chaves, 1968), que navegaram o rio Paraguai nos idos de 1520 e 1537, respectivamente. Segue-se a obra *Viaje al Río de la Plata (1534-1554)*, de Ulrich Schmidel (1903, 1962), na qual o autor relata sua

experiência como soldado nas expedições de Ayolas (1536-37) e Cabeza de Vaca (1542-44). Outra fonte desse período é a obra *Comentários*, de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (1962, 1984 e 1987), escrita pelo secretário Pero Hernández, publicada em 1555, que descreveu as expedições que Cabeza de Vaca empreendeu como governador da Província do Paraguai.

As fontes para o período da primeira tentativa de redução dos Guaicurú são, principalmente, as *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán de la Compañía de Jesús*, redigidas pelos provinciais Diego de Torres (1927), no tomo I referente ao período de 1609 a 1614; e Pedro de Oñate (1929), no tomo II, referente ao período de 1615 a 1637. Ambas foram publicadas em *Documentos para la Historia Argentina*, tomos XIX e XX respectivamente.

As demais fontes primárias para o século XVII resumem-se na seguinte bibliografia: a *Carta do Governador do Rio da Prata Hernandárias de Saavedra ao Rei em 1616*, de caráter administrativo; a *Carta de Diego de Gongora sobre os índios Guaicurú e Payaguá* dirigida ao rei em 1622, e publicada por Blas de Garay (1899) em *Colección de Documentos relativos a la historia de América y particularmente a la historia del Paraguay*, tomo I; o *Compendio y Descripción de las Indias Occidentales* de 1628 do padre capuchinho Antonio Vásquez de Espinosa (1948), publicado em *Smithsonian Miscellaneous Collections* volume 108; e a *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*, vasta obra em oito tomos do jesuíta Nicolás del Techo (1897), que esteve no Paraguai em meados do século, editada em 1673. Desta obra, destacam-se principalmente os tomos II e III em informações sobre o grupo em questão. Tem-se ainda os *Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Río de la Plata*, de Ruy Díaz de Guzmán (1980), escrita no início do século XVII; e *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, do Padre Pablo de Pastells (1912),

que reúne em cinco tomos extratos e transcrições de documentos do *Archivo General de Indias* a respeito da atuação da Companhia de Jesus no Paraguai. Destacam-se no tomo I, principalmente o segundo (1607-1626) e o terceiro períodos (1626-1638).

Para o século XVIII, entre as fontes etno-históricas, são relevantes as obras de cunho religioso, de exaltação da atividade da Companhia de Jesus, constituindo-se um rico material de observações etnográficas, destacando-se as seguintes obras:

A ampla *Descripción Chorográfica del Gran Chaco Gualamba* (1733), do jesuíta Pedro Lozano, editada em Córdoba em 1733. “Será siempre, a pesar de sus numerosas deficiencias y su unilateralidad una fuente principal para el conocimiento de la antigua ubicación de los pueblos en esta zona” (Kersten, 1968, p. 9). Lozano viveu no Paraguai a primeira metade do século e escreveu outros trabalhos de caráter histórico e teológico, destacando-se a *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman*, em cinco tomos.

Pedro Francisco Javier de Charlevoix (1710, 1712 e 1713) foi o jesuíta que escreveu uma vasta obra intitulada *Historia del Paraguay*, em seis tomos, em 1717. Trata-se de uma crônica dedicada à justificação do trabalho jesuítico num período em que a Companhia de Jesus já estava em decadência. Kersten (1968, p. 10) ressalta que Charlevoix nunca esteve na América do Sul e sua obra, ainda que um pouco tendenciosa, deve ser considerada correta em suas partes etnográficas. Destacam-se especialmente os volumes I, II e III.

Pablo Muriel (1918) deu sequência à obra de Charlevoix, publicando *Historia del Paraguay, desde 1747 hasta 1767*, abrangendo neste período os últimos 20 anos de atividades missionárias da Companhia de Jesus no Paraguai.

Martin Dobrizhoffer (1967, 1968 e 1970), jesuíta alemão que esteve em contato com os indígenas em meados do século XVIII, autor de *Historia de los Abipones*, composta de três volumes, foi responsável pela redução dos Abipon e descreve em várias passagens a Redução de Belém e os aspectos culturais dos Mbayá-Guaicurú, os quais muitas vezes são comparados aos eqüestres Abipon.

José Jolís (1972), missionário autor de *Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco*, percorreu o Chaco na segunda metade do século XVIII e descreveu as nações indígenas do Chaco no ano de 1767.

A obra do jesuíta José Sánchez Labrador (1910), *El Paraguay Católico*, em dois volumes, é a fonte mais completa para o estudos dos Mbayá-Guaicurú, considerada uma das melhores monografias etnográficas do século XVIII. Sua grande relevância está no relato de suas experiências como missionário e fundador da Redução de Belém, onde ele conviveu com o grupo de 1760 até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1767. A obra contém minuciosas e ricas informações sobre os costumes e a cultura dos Eyiguayegui, além de descrições das viagens que realizou da Redução de Belém até as Missões dos Chiquito e do povoado de Sagrado Coração de Jesus até Belém em 1767, a Notícia das Missões dos índios Chiquito e o Diário de viagem a Assunção.

Tem-se ainda o Padre José Quiroga (apud Muriel, 1918), que descreve rapidamente a localização dos Mbayá no *Compendio del viaje Paraguay arriba hasta el Jaurú ...*, escrita em 1753.

Além das obras de jesuítas, destacam-se, no fim do século XVIII, as observações dos viajantes e exploradores. Neste caso, ressaltam-se as obras de Félix Azara e Juan Francisco Aguirre. Azara, que foi comissário e comandante na demarcação dos limites espanhóis no Paraguai de 1781 a 1801, é autor de *Viajes por la América Meridional*

(1969); *Geografía Física y esférica de las Provincias del Paraguay, Misiones Guaraníes* (1904), composta em 1790; e *Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata* (1943 e 1962), com primeira edição em 1847. Aguirre (1898), que escreveu seu diário como capitão da Fragata da Real Armada da Espanha, também participou da demarcação dos limites entre Espanha e Portugal em 1793. Mencionam-se ainda, a *Relación Geográfica y Histórica del Territorio de las Misiones*, de Diego de Alvear, de 1804, e publicada por Pedro de Angelis (1970) em *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de la Provincia del Río de la Plata*, tomo quinto. Alvear foi general da real Armada e trabalhou na segunda partida demarcadora de limites com Portugal, entre 1783 e 1801.

Para a bibliografia portuguesa do século XVIII destacam-se: *História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú*, de Francisco Rodrigues Prado (1856), que foi comandante do Real Presidio de Coimbra, em 1795; e a obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1974) *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Agregam-se ainda as obras do engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra (1865), que escreveu *Extracto da descrição geographica da provincia de Mato Grosso feita em 1797*; e de João Antonio Cabral Camello (1863), que realizou uma viagem às minas de Cuiabá no ano de 1727, trabalhos que foram publicados na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

E, por fim, mencionam-se as demais bibliografias de menor importância, as quais, em sua grande parte, contêm apenas um parágrafo a respeito dos Mbayá-Guaicurú, que, em síntese, informam sua localização, os ataques e assaltos praticados por eles, o uso constante do cavalo, o que lhes confere o nome de índios cavaleiros, entre outras coisas. São as seguintes: Antonio Pires de Campos (1862 [1723]), Antonio Rolim (1866 [1751]), Marcelino Rodrigues Camponez (1865 [1776]), Francisco de Oliveira Barboza

(1885 [1792]), todas publicadas na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

Para o século XIX, a bibliografia também é muito vasta, destacando-se especialmente as seguintes obras:

O militar Ricardo Franco de Almeida Serra (1866 e 1872) escreveu por volta de 1803 o *Parecer sobre o aldeamento dos indios uaicurús e guanás ...*, onde traz uma série de informações etnográficas sobre os Mbayá-Guaicurú.

O padre Manuel Aires de Casal (1976), autor de *Corografia Brasilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, publicada em 1817, trata por aspectos da cultura dos Guaicurú e Payaguá, as duas principais nações indígenas da província do Mato Grosso.

Carl Friedr. von Martius publicou, em 1863, uma relação de palavras em dialeto Guaicurú em *Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no Imperio do Brazil*.

Os Caduveo, de Guido Boggiani (1975), é a obra de maior relevância e informação para o fim do século XIX, resultante da viagem que o autor fez em 1892, permanecendo entre os Kadiwéu cerca de três meses. Sua segunda expedição realizada aos Kadiwéu em 1897 (1929), é outro relato de grande importância. Boggiani foi comerciante italiano e pintor, empreendeu várias expedições à região, tornando-se um grande etnógrafo dos grupos indígenas que ali habitavam. São de sua autoria também: *Etnografía del Alto Paraguay* (1898), *Cartografía lingüística del Chaco por el Dr. Daniel Brinton* (1899) e *Compendio de Etnografía Paraguaya Moderna* (1900).

Entre os relatos de viajantes e naturalistas do século XIX, ressaltam-se, principalmente, as obras: *Viagens ao Interior do Brasil*, do inglês John Mawe (1978), que percorreu o Brasil entre 1807 e 1811 e escreveu, em um capítulo, a descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso; *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, de Jean Baptiste Debret (1975), que viveu no Brasil entre 1816 e 1831 e ilustrou em três estampas os Guaicurú e o uso do cavalo; *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas*, de Hércules Florence (1948), em dois tomos, relatando a viagem realizada de 1825 a 1829; *Viaje a la America Meridional*, de Alcides D'Orbigny (1945), que descreve sua viagem pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia e Peru, empreendida entre 1826 e 1833, com rápidas informações etnográficas de interesse; *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, em dois volumes, de Francis Castelnau (1949), referente ao período de 1850-1858, quando realizou expedições à região do Mato Grosso; *Viaje Pintoresco por los Rios Paraná, San Lorenzo, Cuyabá ...*, de Bartolomé Bossi, publicado em Paris em 1863; *Viagem ao redor do Brasil*, de João Severino da Fonseca, de 1880, que traz notícias sobre os Mbayá de Mato Grosso; e *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*, do naturalista Herbert Smith (1922), de 1886, com informações sobre a fabricação da cerâmica entre os Kadiwéu.

Outra obra de grande relevância para o estudo dos Kadiwéu é *A vida dos índios Guaycurús*, que é resultado dos quinze dias que o francês Emilio Rivasseau (1936) esteve em suas aldeias, datada entre o fim do século XIX e o início deste século, período em que esteve no Brasil.

Entre as fontes etno-históricas de menor relevância, relacionamos as seguintes: Luiz D'Alincourt (1862 [1825]), João Henrique Elliott (1870 [1844-47]), Augusto Leverger (1862 [1847]), Henrique de Beaurepaire Rohan (1869 [1846]), Ricardo José Gomes Jardim (1869 [1846]), José Vieira Couto de Magalhães (1975 [1876]), e Karl von den Steinen (1940 [1894]). Todas possuem, geralmente, rápidas passagens com poucas

informações sobre os Mbayá-Guaicurú, mencionando muitas vezes sua localização e características gerais.

Menciona-se, ainda, a bibliografia de cunho secundário, que se utiliza de fontes primárias ou retoma trabalhos anteriores: Alfredo M. du Graty (1862), Alejandro Audibert (1862), Élisée Reclus (1900 [1893]), Francisco Raphael de Mello Rego (1906 [1894]) e Carlos de Araujo Moreira Neto (1971). Este em sua tese de doutorado analisa a política indigenista brasileira no século XIX, explicitando as relações conflitantes entre índios e brancos na Província de Mato Grosso, as medidas adotadas pela província para diminuir os ataques indígenas e sua incorporação à sociedade nacional.

Entre as bibliografias do século XX destacam-se principalmente:

Theodor Koch-Grünberg (1902) esteve em fevereiro de 1899 em Corumbá, quando entrou em contato com os Kadiwéu. Em seu artigo *Die Guaikústämme*, o autor retoma trabalhos anteriores sobre a história e a cultura dos Mbayá-Guaicurú, especialmente os Kadiwéu.

Ludwig Kersten (1968) publicou sua tese de doutorado em 1905, versando sobre as tribos indígenas do Chaco até fins do século XVIII. Sua obra traz uma contribuição para o estudo do Chaco, fazendo uma apresentação das obras conhecidas e uma análise do problema da nomenclatura antiga e da formação da atual.

H. H. Manizer (1934), que durante sua viagem ao Brasil, entre 1914 e 1915, esteve dois meses entre os Kadiwéu. Em seu artigo estuda a música vocal e instrumental desses índios e suas danças, fazendo referências aos instrumentos utilizados.

Claude Lévi-Strauss (1973), em *Tristes Trópicos*, dedica um capítulo do livro aos Kadiwéu, trabalho este referente à sua estada com eles em 1936.

Wanda Hanke (1942), em *Cadivéns y Terenos*, escreve sobre a situação dos dois atuais grupos indígenas remanescentes no estado de Mato Grosso.

Curt Nimuendaju (1987) confeccionou o importante *Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*, feito em 1944. Relaciona, ainda, as fontes bibliográficas utilizadas para a sua classificação lingüística, listando principalmente as fontes do século XVIII e XIX.

Darcy Ribeiro (1980), em *Kadiwéu*, reúne três estudos resultantes de uma pesquisa de campo realizada junto aos índios Kadiwéu no final da década de 40 e publicados pela primeira vez em 1950 separadamente. O etnólogo enfoca basicamente a mitologia, a religião e a arte desses índios nessa obra. Ribeiro (1974) escreveu outro artigo a partir desse trabalho de campo, a respeito do sistema familiar Kadiwéu, publicado em *Ensaio de Etnologia e Indigenismo*.

O general Raul Silveira de Mello (1959, 1960, 1961) escreveu em quatro volumes a *História do Forte Coimbra*, onde relata, a partir de documentos primários, os inúmeros ataques dos Guaicurú ao forte e suas andanças pela região, além de apresentar um estudo sobre a localização de pontos geográficos mencionados nas crônicas antigas.

De Julian H. Steward e Louis C. Faron (1959), na obra *Native Peoples of South America*, são interessantes os capítulos sobre caçadores nômades da América do Sul, que abordam questões relativas aos grupos do Chaco, especialmente os equestres.

Alfred Métraux (1963) escreveu um importante estudo etnológico sobre o Chaco, *Ethnography of the Chaco*, publicado em *Handbook of South America Indians*, que apresenta algumas hipóteses fundamentadas em obras primárias sobre os grupos indígenas que habitaram esta região.

Em Branislava Susnik (s.d. a, s. d. b, 1971, 1972, 1974, 1978, 1981, 1982, 1983, 1986, 1987, 1989, 1990, 1993, 1994, 1995 e 1996), encontra-se a maior produção bibliográfica sobre os grupos indígenas da região do Chaco e no que se refere ao Paraguai. Os trabalhos de Susnik trazem compilações dos dados contidos nas fontes primárias disponíveis, analisando algumas questões como migração e expansão dos diferentes grupos étnicos, as relações interétnicas, as pautas culturais e a cultura material, entre outras.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976), em *Do Índio ao Bugre*, que analisa o processo de assimilação dos Terena, faz referências às relações históricas de vassalagem que se estabeleceram entre os Guaná e os Mbayá-Guaicurú.

Inês Caroline Reichert (1991) trata superficialmente, em um artigo, da etno-história chaquenha, em especial os grupos Guaicurú e Payaguá.

Silvia Schmuziger Carvalho (1992) faz uma análise das relações dos Mbayá-Guaicurú e seus vizinhos, explicitando ainda a sua participação na Guerra do Paraguai e um histórico do século XIX aos dias de hoje.

Gilson Rodolfo Martins (1992) faz uma breve descrição dos grupos do Mato Grosso do Sul, trabalho essencialmente de caráter didático e ilustrativo.

Mencionam-se ainda outras obras de menor relevância e de cunho secundário: Virgílio Corrêa Filho (1946), G. A. Colini (1975) e Helmut Schindler (1983). Os seguintes trabalhos possuem ainda rápidas informações sobre o grupo Mbayá-Kadiwéu: Cândido Mariano da Silva Rondon (1948 e 1949 [1900-1906]) e Erich Freundt (1947). Por último, destacam-se as publicações sobre coleções etnográficas. São elas: Pietro

Scotti (1947), Alberto Lehmann e Pietro Scotti (1972), Adelina Pusineri (1989) e Índios del Brasile (1993).

Estas são de um modo geral as fontes etno-históricas utilizadas neste trabalho. Com base nestas obras se fará no capítulo seguinte um breve histórico dos Mbayá-Guaicurú a partir das primeiras informações escritas pelos conquistadores espanhóis no século XVI até o século atual, com a situação dos remanescentes, em sua maioria vivendo na Reserva Indígena da Bodoquena, no sul do estado do Mato Grosso do Sul, sob administração da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

2 - HISTÓRIA DOS MBAYÁ-GUAICURÚ:

PANORAMA GERAL

O termo “Guaicurú”¹ era usado de forma genérica pelos Guaraní para designar os vizinhos de ethos belicoso que habitavam a margem ocidental do médio rio Paraguai, entre os afluentes Pilcomayo e Yabebiri. Na época da conquista hispânica, este apelativo se generalizou para os diferentes grupos que habitavam rio Paraguai adentro. Estes

¹ “Guaicurú” em Guaraní tem a seguinte tradução segundo Boggiani (1899, p. 112): “*Guá* es partícula que lleva consigo el significado de gente, habitante, nativo; *Aí* quiere decir malvado, malo, falso, traidor; *Curú* significa sarna, suciedad de la piel, y, por conseguinte *icurú* - sarnoso, sucio. De todo lo cual deriva: *Guá-ai-icurú* o sea, gente malvada y sucia”. Também são denominados pelos sinônimos *Guaycúru*, *Guaikuru*, *Aicurus*, *Aycurús*, *Uaicurús* ou simplesmente índios cavaleiros.

grupos indígenas falavam idiomas semelhantes entre si, os quais hoje pertencem à mesma família lingüística Guaicurú; eram caçadores pedestres nômades; possuíam ethos belicoso de caçadores-guerreiros e conduta de hostilidade com os grupos cultivadores vizinhos (Susnik, 1974, p. 1). Havia também as tribos² do norte no Alto rio Paraguai, com pautas culturais semelhantes aos Guaicurú inimigos de Assunção, mas que eram chamados pelos Guaraní de Mbayá³; e se autodenominavam de Eyiguayegui⁴. Isso provocou uma grande confusão histórica na identificação dos grupos tribais que habitavam o Chaco e na identificação dos Guaicurú como grupo específico do Chaco Paraguai, no qual os Mbayá faziam parte destes e não se constituíam em outro grupo indígena distinto (Susnik, 1971: p. 18).

O fato de os designativos “Guaicurú” e “Mbayá” serem utilizados para identificar dois grupos independentes do Chaco Boreal é histórico, e fundamentado em muitos autores que os localizaram em tempo e locais diferentes, sem compreender a correlação

² “Embora o termo ‘tribo’ seja definido de diversos modos, freqüentemente é descrito como sendo um grupo possuidor de um território próprio, cujos ‘membros têm consciência de partilhar certas características distintivas de cultura e língua’ (Goldschmidt, 1959, p. 151). Também se afirma com freqüência que os membros de uma tribo se enquadram num tipo físico específico. Em geral, tem sido admitido que as tribos descritas na literatura antropológica são divisões reais da humanidade e não unidades criadas arbitrariamente por aqueles que as estudaram” (Trigger, 1973, p. 9).

³ “Mbayá” segundo Rodolfo R. Schuller no prólogo da obra de Azara (1904, p. 372), tem várias interpretações, mencionando as seguintes opiniões: Para Cominges significa “cañizo”, ou gente que vive entre “pajonales”; Outes interpreta “mbayá = empleytas grandes de paja que sirven de reparo en las casas”; Zeballos entende que mbayá quer dizer “grasa”; e em sua própria opinião Schuller entende que equivale a “hercúleo - gigantesco”. Conforme Labrador (1910, t. I, p. 268): “La palabra Mbayá es de la lengua guaraní y significa estera. Los españoles vieron las esteras que sirven de cabañas á los Guaycurús, y el nombre de aquéllas aplicaron á los indios”. Também citado na documentação histórica como *Mbaia*, *Maieaiss*, *Mayeaiaiss* e *Albaia*s.

⁴ “Eyiguayegui” significa “gente del palmar eyiguá”. Labrador (1910, t. I, p. 5) registrou: “los oriundos del sitio y palmar que abunda de unas palmas dichas Eyiguá, situado á las orillas occidentales del gran río Paraguay”.

que havia entre ambos⁵. Até pouco tempo atrás ainda se pensava assim. Kersten (1968, p. 41), ao analisar o caos da nomenclatura antiga, esclarece que isso ocorria devido à “frecuente corrupción de los nombres, así como la aplicación independiente de nombres de simples hordas, tuvo que llevar a la creación de numerosas ‘naciones’ nuevas”.

As primeiras investigações se devem aos trabalhos de Koch (1903 apud Kersten, 1968, p. 64) e Boggiani (1898 apud Kersten, loc. cit.), que se empenharam em explicar os nomes Guaicurú e Mbayá, definindo o seu parentesco, assim como o nome Caduveo⁶. Boggiani (1899, p. 112), na crítica que fez à *Cartografía lingüística del Chaco de Brinton*, afirma categoricamente que “los idiomas Mbayá y Caduveo, que en realidad no son sino una misma cosa, pues no hay hoy día, como no había antes, dos tribus ó subtribus que llevasen esos distintos nombres”. Conforme Schindler (1983, p. 20), “constatou-se que os Guaycurú e os Mbayá podiam ser considerados uma subdivisão da mesma tribo no início do século XVII. Por isso, em seguida, essa etnia foi denominada de Guaycurú-Mbayá, salvo em situações que admitiam tratamentos diferenciados”.

A questão da divisão entre Guaicurú do sul e Mbayá do norte, segundo a hipótese de Susnik (1972, p. 12), se explica devido à migração ocorrida anteriormente à conquista, na qual o grupo Guaicurú ao migrar para o Chaco Boreal, cruzando o rio Pilcomayo, se dividiu em dois grandes ramos que ocuparam duas áreas: ao sul, na região próxima de Assunção, as tribos denominadas Guaicurú do sul; e ao norte, as tribos sob o nome de Mbayá ou Eyiguayegi. Essa subdivisão tribal migratória provocou mais tarde algumas

⁵ Sobre a opinião dos autores a respeito da discussão entre Mbayá e Guaicurú, ver Colini (1975, p. 249-256), que resgatou tal discussão num amplo histórico das fontes.

particularidades culturais, uma vez que os contatos etno-culturais foram diferentes (Susnik, 1978, p. 76). Schindler (ibid.) acrescenta que “naturalmente surgem variações na cultura dessas tribos, porém os próprios Guaycurú-Mbayá compreendiam que eram integrantes de uma mesma etnia”. Essas particularidades entre os dois assentamentos talvez foram responsáveis pela diferenciação feita por muitos autores, como Azara (1943), que acreditava que os Mbayá formavam um grupo étnico independente dos Guaicurú do sul. Ressalta-se que essa hipótese de migração e subdivisão em dois ramos, sustentada por Susnik, não possui fontes que a comprovem, uma vez que se remete ao período anterior à conquista.

Atualmente, a moderna lingüística define que os Guaicurú-Mbayá pertencem à grande família lingüística Gwaikuru, que compreende também os grupos Paiaguá, Toba, Pilagá, Abipon e Mokoví, que possuem semelhanças lingüísticas entre si. Esse tronco lingüístico chaquenho se estendia entre os rios Paraguai e Paraná. Loukotka (1939: p. 57-8), para o Brasil, o divide em língua Gwaikuru (Guaycurú, Mbayá) entre os rios Apa e Ypané, e Kaduveo (Caduveio) entre os rios Tereré e Nabileque. Tovar (1961: p. 42-3) classifica a língua em Mbayá ou Eyiguayegui ao norte com os dialetos ocidentais: Caduveo (Cadiguegodí) e Guetiadegodí (Guetiadebo); e orientais: Apacachodegodí (Mbayá Mirim), Lichagotegodi (talvez Icachodeguo), Eyibodeguí, Gotocodegodeguí (talvez sinônimo de Ocoteguebo). Susnik (s. d. b) segue a mesma classificação para os Mbayá do norte e, ao sul, discrimina as tribos Taquiyiquis, Napipínyiquis e Piquayiquis nos rios Pilcomayo e Verde e em frente a Assunção.

⁶ Também referido na literatura com as seguintes designações: Caduvei, Caduvéu, Cadiuveos, Cadiuéu, Cadioeós, Cadiuéos, Cadivéns, Kadiueu, Kadiuéu, Kadiuéo e atualmente Kadiwéu.

No século XVI, quando da chegada dos espanhóis ao Chaco⁷, as tribos Guaicurú e Mbayá se compunham de grupos caçadores-coletores-pescadores pedestres nômades, em constantes deslocamentos no Chaco. Habitavam locais distintos, como anteriormente já foi explicitado.

As relações dos Guaicurú no Chaco, mesmo enquanto pedestres, eram caracterizadas por relações de hostilidade com os grupos vizinhos, em busca da posse do meio de subsistência e do aproveitamento dos recursos naturais. Mesmo fracionados em várias tribos “mantenían la costumbre de convites interparciales y de convocatorias guerreras para imponerse a las tribus vecinas, alardeando de su invencibilidad” (Susnik, 1987, p. 89). Aliavam-se, freqüentemente, com os Payaguá, pois necessitavam da canoa para cruzar o rio Paraguai e da certeza que não haveria conflitos com estes, de modo que pudessem atacar os campos cultivados dos Cário-Guarani em épocas de colheita. Em 1542, quando Cabeza de Vaca chega a Assunção, os Guarani, vassalos da Coroa Espanhola, se queixam perante o governador e exigem que seja feita guerra aos Guaicurú, pois estes lhes tomaram suas terras e rios, seus meios de subsistência e atacam suas roças em tempos de colheita. O governador, para manter a paz dos Cário-Guarani com os espanhóis, empreendeu uma expedição punitiva contra os Guaicurú, onde capturou alguns nativos, mas, de um modo geral, fracassou, pois não conseguiu fazer com que estes parassem de atacar seus vizinhos Guarani (Cabeza de Vaca, 1987, p. 150-51). Conforme Susnik (1978, p. 80), os Guaicurú, além de irem em busca dos cultivos e de lugares de caça e pesca, entravam nas aldeias Cário-Guarani:

⁷ Anterior ao século XVI não dispomos de fontes documentais.

... proveyéndose de adolescentes para exigir abundantes rescates y obteniendo algunos scalps para adquirir el derecho 'al peinado' del guerrero de prestigio o vengar la victimación antropofágica de alguno de lo suyos. No se trataba de una ocupación permanente de las tierras Cário, pero sí de su aprovechamiento periódico, especialmente en la época de grandes crecientes que dificultaban una plena subsistencia en la orilla chaqueña (...).

Este aproveitamento da periferia dos cultivadores Cário-Guarani não chegou a se constituir nas relações de vassalagem estabelecidas com os Chané na região do Alto Paraguai.

As relações dos Guaicurú com os espanhóis eram de violência constante; atacavam e assaltavam a cidade de Assunção e as primeiras estâncias *crioullas* (Guzmán, 1980, p. 89) em busca de alguns elementos culturais novos assimilados, como o metal para as pontas de flechas, as facas, os cavalos e cativos (Susnik, 1972, p. 13). Esses períodos de hostilidade eram intercalados por momentos de “paz” estabelecida em que os Guaicurú iam freqüentemente a Assunção vender ou trocar seus produtos, oferecendo peles e carnes silvestres, pescados e mantas (Cabeza de Vaca, 1987, p. 165); mas sempre sob suspeitas, porque muitas vezes eles faziam visitas amistosas para preparar um futuro ataque. Assunção, frente aos ataques dos mesmos, organizava expedições punitivas para castigar, debilitar ou aniquilar os Guaicurú; muitas fracassaram, resultando na morte de muitos soldados e na apreensão de alguns nativos Guaicurú. Audibert (1892, p. 108) menciona que Don Fernando de Sárate, sucessor de Hernando Arias de Saavedra, em seu governo declarou guerra aos Guaicurú e enviou em 1595 uma expedição ao Chaco.

O cavalo europeu (*Equus caballus*) foi introduzido na América pelos espanhóis já no século XVI tendo sido até então, desconhecido pelos grupos indígenas. O Chaco, assim como o Pampa, apresentou desde o início da colonização espanhola condições

ecológicas para o desenvolvimento de grandes rebanhos, pois possuía planícies e campos ricos em plantas de valor alimentício.

A adoção do cavalo pelos Guaicurú ocorreu a partir de fins do século XVI e início do século XVII, provocando mudanças culturais na sociedade e fazendo com que estes se reorganizassem a partir da grande mobilidade e a exploração mais adequada dos recursos ambientais proporcionada pelo animal. Inicialmente, o cavalo representou um elemento de integração às tribos semi-nômades caçadoras, pois adaptava-se às táticas de guerra empregadas, que se caracterizavam por incursões rápidas e periódicas em territórios habitados por grupos sedentários, especialmente as vizinhas sociedades agricultoras.

Com o desenvolvimento de uma sociedade estritamente eqüestre, como os Guaicurú, ocorrem mudanças no padrão de subsistência para uma economia mais especializada na caça, com a ampliação dos territórios e a introdução de novas técnicas de caça a cavalo: um aumento da atividade guerreira com saques a povoados espanhóis e aldeias de outras tribos indígenas mais sedentárias; desenvolve-se um alargamento dos bandos patrilineares em bandos compósitos e se desenvolve ou reforça um sistema de classes incipientes, como a dos guerreiros, em linhagens nobres (Galvão, 1963, p. 227-228). Entretanto, Galvão (op. cit., p. 230) ressalta que o cavalo foi o elemento principal dessas mudanças, mas não o exclusivo, onde outras causas resultantes do contato e da pressão das frentes colonizadoras também contribuíram, como o comércio de peles, as armas de fogo e outros artigos.

A intensificação das guerras originou classes de militares líderes e guerreiros, com grande destaque e prestígio na sociedade Mbayá-Guaicurú (Steward e Faron, 1959 a, p. 386). A divisão social da sociedade em nobres guerreiros, servos e escravos, segundo Steward e Faron (1959 b, p. 422):

... provavelmente refletia a influência dos cavaleiros de guerra. Os nobres eram divididos na nobreza que herdou títulos e para aqueles que os títulos foram conferidos somente até a morte.

A classe dos guerreiros era a segunda em importância seguida de chefes e nobres, e desfrutava de privilégios especiais. Embora a afiliação fosse dada através de conquistas pessoais, ela tornou-se hereditária.

A terceira classe era composta dos servos Guaná, através dos quais os chefes Mbayá estenderiam seu controle através do casamento e conquistas.

Escravos capturados e comprados consistiam a quarta classe Mbayá. Estes escravos eram mantidos em regime de serventia perpétua e hereditária, embora sua descendência pudesse atingir o status de livre através do casamento com Mbayá, provavelmente na classe dos guerreiros. Esta classe incluía índios presos de todo lado leste do Chaco e florestas do Paraguai e também alguns paraguaios mestiços. A maior fonte de escravos parece ter sido a de Chamacoco, possuindo uma grande comitiva de escravos aumentou muito o prestígio da classe nobre, e serventes eram constantemente mostrados para demonstrar a grandeza de seus proprietários.

No início do século XVII, ocorre a primeira tentativa de redução de uma tribo Guaicurú do sul, no mesmo momento em que se estavam fundando reduções com os índios Guarani. Tratava-se da terceira missão da Companhia de Jesus na Província do Paraguai. Os padres jesuítas Vicente Griffi e Roque González, da Companhia de Jesus, são incumbidos da missão de converter os Guaicurú ao cristianismo, em dezembro de 1609.

Além dos objetivos de catequizar e “domesticar” os Guaicurú, e conseqüentemente diminuir os ataques praticados por estes aos espanhóis, o provincial Torres informa que também tinham outros objetivos a serem alcançados com a redução destes indígenas:

(...) entre los frutos y buenos efectos que esperamos de la conuersion y reduccion destes indios uno muy principal es que no impidan el passo que de la Assumpcion ay al peru que sera de solo ciento y veinte leguas y agora se andan por este impedimento quatrocientas y de muy malos caminos y despoblados, y por el que estoruan impiden tambien el comercio y conuersion de otras naciones de indios que estan por aquella parte (Torres, Carta Anua 1610, p. 49).

Os jesuítas escolheram o local para a fundação da redução, chamado de Yacosá⁸, que “estaba cercado de ríos abundantes de pesca y de palmares y bosques llenos de miel, y sobre todo muy cercanos a los Españoles” (Lozano, 1941, p. 148). O provincial Torres a situa a uma légua da cidade de Assunção, na outra margem do rio (Torres, Carta Anua 1614, p. 286), em local que não alagava nos períodos de inundações no inverno (Torres, Carta Anua 1611, p. 90). Segundo Lozano (loc. cit.) chegaram a edificar uma pequena igreja em Yacosá.

Dois anos após o início das atividades missionárias, os dois jesuítas são transferidos pelo provincial para outras reduções que estavam obtendo maior desenvolvimento, as reduções Guarani de Guarambaré e Pitum ou Ipané na outra margem do rio Paraguai. Em 1613 são designados dois novos jesuítas para esta redução, os padres Pedro Romero e Antonio Moranta. A redução dos Guaicurú em Yacosá é dedicada aos santos Reis Magos, recebendo o nome de *Misión y Reducción de Santa María de los Reyes*. Em 1619 o padre Romero assume as reduções do Paraná, e o substitui o padre José Orighi (Lozano, 1941, p. 160). Os jesuítas permaneceram na redução até 1626, abandonando definitivamente as atividades apostólicas com os Guaicurú devido à falta de resultados positivos.

A falta de êxito da Redução pode ser explicada, segundo as fontes documentais, por vários fatores: a) os Guaicurú, mesmo vivendo determinado período no sítio da redução, continuam nômades a praticar suas atividades de caça, pesca e coleta, passando longas temporadas fora (Torres, Carta Anua 1612, p. 503 e Oñate, Carta Anua 1615, p.

⁸ Ver a localização da Redução dos Guaicurú conforme Mapa de Métraux (1963) (Fig. 3).

17); b) os jesuítas não conseguiram introduzir o cultivo, porque para eles esta era atividade dos cativos. O cultivo, no entanto, era fundamental para a permanência do grupo mais sedentário e para a auto-suficiência da redução, o que implicava na falta de alimentos e na manutenção de seus padrões de subsistência. Soma-se também a carência de alimentos cultivados, segundo Torres (Carta Anua , 1612, p. 503): “que por la grandefaltadeagua queabido generalmente enesta tierra, los fructos nose saçonaron como se pensaba, yassi la reduccion no assido tan entera porlafaltadecomidas, (...) porque no teniendola son obligados, a andar todo el año trasla caza, yansi nopueden ser todos catequiçados”; c) os indígenas, na sua maioria, seguem mantendo suas práticas religiosas, poucos são os indivíduos batizados, geralmente somente na hora da morte (Torres, Carta Anua 1615, p. 449-50); d) a dificuldade de comunicação, em decorrência da complexidade do idioma Guaicurú (Torres, Carta Anua 1614, p. 287); e) as várias epidemias de varíola que dizimaram muitos silvícolas (Torres, Carta Anua 1612).

Segundo Susnik (1989, p. 433), os Guaicurú “acceptaron Yasoca [a redução] como un ‘paso’ conveniente para realizar sus visitas-trueques en Asunción; además, exigieron constantes regalías en reciprocidad por haber permitido que la misión se asentara en sus tierras”. Isto comprova-se pelas palavras do próprio provincial: “despues que los p.es. entraron alla sal. vienen muchos de paz a la ciudad de la Assumpcion y a sus rescates y vender pescado y otras cosas” (Torres, Carta Anua 1610, p. 48)

Os Guaicurú do sul estavam constituídos de três tribos, conforme Alvear (1970, p. 681): Epiguayí ou Guaycurú-guazú, Taquiyigui ou Codollate e Nupinyigui⁹ ou Guaycuruti, “que es lo mismo que septentrional, meridional y occidental” respectivamente. Estas tribos, conforme Lozano (1941, p. 69) “tienen una misma lengua, visten un mismo traje y observan un mismo modo de vivir, ritos y costumbres parecidos a otros del Chaco, con todo eso guardan poca unión entre sí, por ser de su natural soberbios, preferiéndose los de una parcialidad a la outra”. Os Guaycurú-guazu eram em torno de 300 famílias e distavam quase 100 léguas de Assunção, vivendo na terra dos Mbayá e Guaná, enquanto que os Taquiyigui e os Nupinyigui chegavam cada uma a 200 famílias (id.).

As tribos Guaicurú seguem suas práticas violentas de ataques e roubos a Assunção e às aldeias e granjas espanholas próximas desta, não deixando seus habitantes em paz (Techo, t. II, 1897, p. 16); experimentaram, a partir da adoção do cavalo, maior poder e melhores resultados em suas investidas contra os espanhóis. Esta violência praticada por eles é descrita da seguinte forma pelo provincial Torres (Carta Anua 1612, p. 508):

...tan dañina aespls. entrandoles tantas veces asus chacaras, yacometiendo otras ala asump.on yala Ciudad delas corrientes robandoles yndios ehijos hasta Vna herma. del gouerdor. Hernando arias, lleuandoles elganado yCauillos, quemandoles las sementeras, yhaciendoles desamparar muchas trras que estan ala orilla del rio sustentado. guerra mas de sesenta años siendo su nombre entre espñls. Tanodioso como eldelmesmo demo. (...)”.

⁹ Segundo Lozano (1941, p. 69) também aparecem com a seguinte grafia: Epiquiyiqui, Taquiyiqui e Napinyqui.

O exercício da guerra, que provavelmente existia anterior ao contato, tornou-se conforme Steward e Faron (1959 b, p. 422-23)

... mais intenso devido a novos objetivos, como a captura de cavalos e gado, roubo a colonizadores espanhóis, a captura de escravos, e o aumento do prestígio dos guerreiros. Também tornou-se mais organizado, era conduzido em um maior território, e envolvia manobras táticas elaboradas, grandes celebrações de vitórias, uma mudança de armas de bastões e flechas para longas lanças tipo espanhola, o emprego da cavalaria, e a formação de alianças militares (Abipoñ, Mocoví, Tobá) contra os espanhóis.

Graty (1862, p. 27) menciona uma expedição feita por Sarmiento em 1662 contra os Guaicurú, que continuavam depredando e roubando a província. D'Orbigny (1945, p. 297) relata que Corrientes estava a ponto de ser destruída pelos Guaicurú em 1673, sendo socorrida pelos Guaraní das missões.

As relações intertribais também se caracterizaram por uma violência constante aos grupos vizinhos, como Gongora (apud Garay, 1899, p. 188) descreveu na Carta a S. M., datada de 1622: “tienen estos Indios es hazer entradas a otros de otras naciones de menos numero fuerça y exerçio en las armas que ellos dando en sus rancherias ynopinados y furtivos a saltos matando los que se les resisten y prendiendo los que puedan que lleuandolos a la Ciudad de la Assumpcion los benden y truecan a sus vezinos por los generos de que usan de que resulta la ynquietud de estos barbaros”. A Real Cédula de 16 de abril de 1618 autorizou o governador a fazer guerra contra os Guaicurú e Paiguá que assaltaram em 1613 os povoados de índios domésticos que serviam às cidades de Assunção e Conceição e às chácaras de espanhóis ao redor de Assunção, cativando as mulheres e crianças, e matando os homens adultos (Pastells, 1912, t. I, p. 302-3).

Os Mbayá do norte faziam periódicas visitas às tribos dos Guaicurú do sul, que estavam assentados vizinhos a Assunção, buscando adquirir cavalos e artigos espanhóis

(Susnik, 1993, p. 123). Na primeira metade do século XVII, essas visitas intertribais tornaram-se constantes, resultando na participação conjunta em assaltos aos *criollos*, e desta forma num abastecimento direto e contínuo de cavalos. Audibert (1892, p. 216-17) narra alguns desses assaltos: em 1671, no governo de Felipe Regé Corbalan, os Guaicurú coligados aos Mbayá assaltaram a Tacumbú, às portas de Assunção, matando vários de seus habitantes e retirando-se carregados de despojos. Nos quatro anos consecutivos, atacaram com incêndios, mortes e roubos os povoados de Tobati, Arecayá, Atirá e Arecutaguá. Contra eles foram enviados vários destacamentos que resumiram-se em marchas infrutuosas ao Chaco. Seguem-se a esses ataques as tentativas de invasão de Assunção em 1675 e 1678. Os Guaicurú vizinhos a Assunção atuavam nesse contexto de trocas de produtos e em botins, como intermediários entre os espanhóis e a nucleação Mbayá do norte.

Susnik (1971, p. 22) ressalta que “además de esta motivación agresiva y a la vez adquisitiva de alianzas, la necesidad de defensa también mediaba como factor importante: los sureños sentían siempre más la presión de otras tribus desde el R. Bermejo hacia nordeste, con intenciones de cruzar el R. Pilcomayo y movidas por el atractivo nuevo que las orillas del R. Paraguay ofrecían desde el establecimiento hispano”. Essas visitas vêm a comprovar que ambos, Guaicurú e Mbayá, relacionavam-se e sustentavam alianças, não constituindo tribos isoladas, como se acreditava, o que facilitou mais tarde o agregamento do núcleo sulista ao do norte.

Frente à contínua expansão da colonização espanhola a partir de Assunção em direção ao norte, os Guaicurú do sul debilitados populacionalmente devido aos ataques

espanhóis, especialmente o de 20 de janeiro de 1678¹⁰, quando muitos guerreiros foram mortos em uma emboscada armada, mas também em decorrência das epidemias de varíola que enfrentaram (Susnik, 1972, p. 13), migraram no final do século XVII ao longo do rio Paraguai e se fundiram com os Mbayá do norte que buscaram as regiões do Alto Paraguai ricas em palmares, importante elemento subsistencial. Esta questão da migração e fusão dos Guaicurú aos Mbayá, ou seja, do núcleo sul com o norte, defendida por Susnik a partir da sua diminuição demográfica é questionável, pois trata-se de uma hipótese sem fundamentação documental.

Segundo Susnik (1978, p. 87), este agregamento foi “a base de linajes dispersos y perdiendo la individualidad sociopolítica de una parcialidad autónoma. Contribuyó a este proceso desintegrativo la pérdida de buenos cazaderos, ocupados ya por los Lengua (...)”. Desta forma, segundo a hipótese de Susnik, em fins do século XVII o núcleo sulista Guaicurú já não possuía mais a sua individualidade enquanto grupo fronteiriço à Assunção, e o apelativo Guaicurú passou a ser usada também para identificar os Mbayá do norte (Susnik, 1971, p. 45), não havendo mais a distinção entre os designativos. Azara (1943, p. 151) afirma, em fins do século XVIII, que o grupo Guaicurú do sul já estava extinto.

Com a assimilação do cavalo e do ferro os Mbayá-Guaicurú do norte desenvolvem uma economia essencialmente botinera, sendo responsáveis por inúmeros ataques. No início do século XVII, atacaram a Província de Xeres e as missões Guarani de Itatim, coincidindo com o movimento bandeirante; e, em 1661, cruzaram o rio Paraguai e

¹⁰ Sobre o episódio de 1678 ver Lozano (1941, p. 68).

atacaram o povoado missionário Guaraní de *Santa María de la Fe*¹¹. Destruíram também a cidade espanhola de Xerez e, em 1672, atacaram a aldeia de Pitun o Ipané e mais tarde Guarambaré (Azara, 1969, p. 218). Desta forma se estabeleceram alguns grupos Mbayá na margem oriental, constituindo em Jejuí sua fronteira intransponível (Susnik, 1987, p. 91).

Dois eram os fatores de interesse na ocupação das terras orientais: a posse dos palmares, principalmente de bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), importantes na economia Mbayá, e a vizinhança com os novos estabelecimentos de estancieiros coloniais, onde podiam adquirir cavalos e os novos elementos culturais procurados, como o ferro e facas. “La ocupación significaba el derecho exclusivo al aprovechamiento de los recursos naturales, disponibles, éstos sin duda más potenciales que en la orilla chaqueña” (Susnik, 1981, p. 60).

As relações inter-étnicas hostis e agressivas dos Mbayá tomaram maiores proporções no século XVII, à medida que se reorganizaram em grupos eqüestres, fazendo incursões e ataques a regiões e povoados mais distantes. As expedições punitivas açucenas não representavam grande perigo aos Guaicurú, pois careciam de armas e provisões para enfrentar as condições do Chaco. Além disso, os povoados e estâncias espanholas não tinham um sistema de defesa organizado para resistir aos seus ataques.

Em fins do século XVII, os Mbayá haviam conseguido a sua expansão e o enriquecimento em cavalos e cativos, dois elementos que simbolizavam o seu domínio. As incursões a partir de então não tinham mais um caráter subsistencial, se voltaram para

¹¹ Santa María de la Fe estava situada a 22° 5' de latitude sul (Azara, 1969, p. 218).

a satisfação do prestígio social e o direito da propriedade despertados pela acumulação. As incursões continuavam a reafirmar “la misma existencia tribal y perpetuaban la socialización guerrera de la juventud” (Susnik, 1971, p. 48).

Os Mbayá que habitavam territórios ao norte de Assunção, assim como os Chané, migraram paulatinamente para as regiões das nascentes dos afluentes do rio Paraguai, se dispersando nas terras chaquenhas alto-paraguaienses, graças às aguadas necessárias para as “correrías” e os campos para o cultivo dos Niyololas (Susnik, 1978, p. 89). O habitat alto-paraguaiense ocupado pelos Mbayá era extenso e amplo, em decorrência da livre passagem nas terras dos vassalos Chané e das zonas periféricas despovoadas. O seu movimento expansionista foi essencialmente incursionista, chegando a ocupar terras nos atuais estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os Mbayá ao norte tinham os cultivadores Chané como vizinhos. Os Chané, diante dos constantes ataques e roubos, se submeteram aos Mbayá através da vassalagem, recebendo como vassalos a denominação de “Niyololas”. Tratava-se de uma situação particular: a subjugação de um grupo nômade eqüestre sobre um sedentário cultivador. Conforme Susnik (1983, p.101), essa vassalagem era marcada por profundas implicações sociais: “si un cacique Mbayá se casaba con la hija de un cacique Chané, adquiría el derecho de disponer de toda la parentela y de toda la aldea perteneciente a ese cacique Chané; con este status, realizaban frecuentes visitas, sobre todo en época de cosechas, y siempre en son de señores frente a sus vasallos, comenzando así una verdadera discriminación etno-social”.

A vassalagem dos Chané em relação aos Mbayá parece ser anterior ao período da conquista hispânica, pois já é mencionada por Schmídel (1903) no século XVI, mas muito mais documentada a partir do século XVIII¹². Em duas passagens Schmídel escreve a respeito da vassalagem dos Mbayá sobre os Chané. Na primeira registra: “Maieaiess, es una gran muchedumbre de gente; sus súbditos les ofrecen, tal y como aquí los paisanos se someten al que es noble” (Schmídel, 1903, p. 247). Na segunda passagem fica mais claro: “después de esto volvimos á marchar hasta una nación llamada Zchennte (Chané), son vasallos ó súbditos de los antedichos *Mayaiess* (Mbayá), como en esta tierra (Baviera) los paisanos son siervos de sus señores” (ibid, p. 252).

Susnik (1994, p. 130) acredita que a vassalagem remonte ao período em que um ramo dos Mbayá-Guaicurú denominado de os Mbayá do norte migrou do sul do rio Pilcomayo, avassalando os grupos cultivadores Chané-Arawak. Isto demonstraria que a vassalagem se desenvolveu somente com o ramo Mbayá do norte, e que ela existia já em meados do século XVI, quando Schmídel (loc. cit.) a registrou na região de *Puerto de San Fernando*.

O jesuíta Sánchez Labrador (1910, t. II, p. 266), que conviveu sete anos com os Mbayá, procura explicar as causas dessa servidão: “En todas las referidas parcialidades tienen los Guaycurús, de una y otra orilla del rio Paraguay, criados ó tributários que á tiempos les hacen algún corto reconocimiento. En cuanto he podido indagar origen de este su derecho á Niyololas, como ellos llaman á toda la nación, todo va fundado en parentesco, sin que por las armas ó conquista pretendan esta dominación los

¹² Sobre as relações entre Mbayá e Chané ver os registros de Lozano (1873, p. 119), Quiroga (1918, p.

Eyiguayeguis”. Em outra passagem escreve: “Algunos caciques ó capitanes Eyiguayeguis se casaron á su modo con cacicas ó capitanas Guanás. Los vasallos de éstas, muertas ellas, quedaron en un perpetuo feudo á los descendientes de los maridos de sus señoras” (id., t. I, p. 267).

Ressalta-se que a vassalagem era devida a determinados indivíduos e não a todo o grupo Mbayá. Sobre isto o jesuíta registrou: “Por ésto, los capitanes Eyiguayeguis, solos tienen criados: el vulgo Guaycurú no adquirió derecho sobre aquellas gentes. De aquí es que los Niyololas á los caciques Guaycurús y á seus parientes apellidan Nuestros Capitanes; pero al resto de la nación y á los que no se están emparentados con caciques llaman Nuestros Hermanos” (loc. cit., t. II, p. 267).

Aos Chané eram muito úteis as visitas Mbayá às suas aldeias em princípios do século XVII. Através dos assaltos feitos pelos Mbayá a espanhóis e portugueses, os Chané obtinham os novos elementos culturais europeus assimilados e desejados: facas, machados e outros utensílios que necessitavam (Oliveira, 1976, p. 33).

Schuch (1995, p. 46), ao trabalhar com os sistemas de relações dos Chané com os outros povos, compreende que as relações de supremacia dos Mbayá-Guaicurú sobre os Chané eram aceitas por meio de arranjos entre eles, como casamentos inter-étnicos, trocas e visitas taxativas, que garantiam uma convivência pacífica entre ambos. Baldus (apud Boggiani, 1975, p. 26-7), na introdução de *Os Caduveo*, analisa as relações entre os Guaicurú e os Guaná a partir da literatura do século XVIII, entendendo que essa relação poderia ser considerada como uma forma de simbiose, que contribuiu para a introdução

da agricultura entre os Guaicurú. Pode-se concluir que as relações intertribais dos Chané-Mbayá estavam fundamentadas na dependência econômica, seja qual for a forma assumida.

Os Mbayá-Guaicurú chegam na primeira metade do século XVIII ao auge de seu domínio incursionista, ocupando ambas as margens do rio Paraguai, subdivididos em seis tribos¹³, sendo duas na margem ocidental e outras quatro na margem oriental do rio Paraguai. As tribos estabelecidas ao leste eram as mais numerosas e as mais dilatadas (Labrador, 1910, t. I, p. 256). As ocidentais são:

A primeira dos *Guetiadegodis*¹⁴, “los habitantes de la montaña”¹⁵, que os separa dos Chiquitos (Jolís, 1972, p. 301), também conhecidos por “los serranos” segundo Labrador (loc. cit.). Viviam próximo da margem do Paraguai, onde Aguirre em fins do século XVIII assim os descreveu: “se van haciendo canoeros los Mbayás y en el día la nación de los Gueteadeegos”¹⁶ tiene bastante canoas y es como todas pescadoras”. Compunham-se em 500 almas entre 200 homens. Seriam provavelmente esse os autores das incursões à Província dos Chiquitos no século XVIII, que atacaram e destruíram as Missões de Sagrado Coração de Jesus, São João e Santiago (Rego, 1906, p. 183), pois se localizavam mais próximos aos Chiquitos em relação às demais tribos Mbayá. Segundo Métraux (1963, vol. 1, p. 218), “viviam sobre aterros do Rio Paraguai, tendo abandonado

¹³ Tovar (1961, p. 42-3) classifica cada tribo com um dialeto.

¹⁴ Para Aguirre (1898, p. 475-77) a grafia das tribos é terminada em “eguos” e para Azara (1969, p. 219) em “ebó”.

¹⁵ “Seus nomes geralmente foram derivados de alguma característica significativa de seus habitat” (Métraux, 1963, v. 1, p. 217).

¹⁶ Segundo Susnik (1971, p. 61) grupo fracionado posteriormente, e conhecido com o nome de Beuteuebó, e suas variantes: Prado, Atiadéo; Almeida, Uatadeos; Castelnau, Quaitiadehos e Boggiani, Uettiadau.

sua existência eqüestre para se tornarem canoeiros e nadadores. Na metade do século XIX, seus grupos que restaram tinham se assentado como fazendeiros perto de Albuquerque”.

A segunda dos *Cadiguegodís*¹⁷, junto a um pequeno riacho chamado Cadiguegui (Jolís, loc. cit.). Estavam subdivididos em duas tribos, localizadas mais para o norte dos Guetiadegodis (Labrador, op. cit., p. 255). Aguirre (op. cit., p. 476) os menciona como Catibebos ou Cadigueéguos, “por una planta que nombram Cadi y se crían en los lugares de su origen donde se mantienen por los paralelos de 21° ”. Estavam compostas na época de Aguirre (1793), em 4 toldos, dos quais dois estavam localizados na margem oriental e outros dois na margem ocidental do rio Paraguai, junto ao novo forte do cerro *Tres Hermanos*¹⁸. Eram os mais numerosos, somando 800 pessoas, das quais 300 homens.

E as orientais são as seguintes:

A primeira dos *Apachodegoguis*¹⁹, “los habitantes del campo de los Avestruces” (Jolís, op. cit.), “porque en realidad hay muchos en las tierras de su jurisdicción” (Labrador, 1910, t. I, p. 257). Estabeleceram-se do rio Apa ao Ipane, sendo composta de 7 cacicados, perfazendo numericamente em torno de 600 almas e destes 220 homens (Aguirre, op. cit., p. 475-76). Segundo o autor, ao referir-se aos cacicados, entende que “no debe entenderse que viven juntos, porque se subdividen según les acomoda”. Junto a

¹⁷ Entre os nomes na literatura aparecem como variantes Azara, Catiguebo e Prado, Cadioéo; e para o século XIX são: Almeida, Cadiueos; Castelnau, Cadiéhos e Natterer, Kadigoeo (Susnik, op. cit., p. 60), ou seja, os Caduveo visitados por Boggiani em fins do século XIX.

¹⁸ O Forte *Tres Hermanos* é o Forte Olimpo, segundo Rivasseau (1936, p. 24). Era assim conhecido pois ficava encostado a um morrinho dos três que haviam no lugar.

essa tribo o jesuíta Labrador fundou a Redução de Belém e com eles conviveu entre 1760 e 1767.

A segunda, dos *Lichagotegodeguis*²⁰, “los habitantes de la tierra roja”, que viviam próximos do rio Taireirí (Jolís, op. cit.). Aguirre (1898, p. 476) os localiza pelo paralelo 21º, mais ao norte dos Apacachodeguos. Constavam de 400 almas e destes 280 homens. Com eles houve a terceira tentativa reducional a cargo do Frei Mendez, entre 1769 e 1774.

A terceira dos *Eyibegodeguis*²¹, “los septentrionales” (Jolís, op. cit.). Segundo Labrador (op. cit., p. 258), também eram conhecidos por Enacagas, “los escondidos, porque viven como tales, entre cerros, ciénagas y ríos”, e se compunham de três cacicados, vivendo cada um separado do outro, em locais distintos. Aguirre (op. cit., p. 477) os localizou pelo paralelo 20 °. Numericamente seriam 500 indivíduos, e destes 200 homens. Segundo o autor, esta tribo e a dos Gueteadequos celebraram a paz com os portugueses em 1791. Na metade do século XIX, eles se estabeleceram perto de Albuquerque (Métraux, 1963, v. 1, p. 218).

E a Quarta oriental, a dos *Gotocogueodeguis*²², “los habitandes del cañaveral”, que viviam entre os rios Mboimboi e Iguari; e outra próxima do rio Mboimboi (Jolís, loc. cit.). Recebiam tal denominação pois “esto es los que pertenecen al cañaveral de las cañas

¹⁹ Aparecem como variantes os nomes: Prado, Pagachotéo; Almeida, Pacaju deos; Castelnau, Apacatchudehos e Natterer, Apacatscheteu (Susnik, op. cit., p. 58).

²⁰ Entre os outros nomes, menciona-se: Aguirre, Ichagoteguos; Prado, Chagoteó; Almeida, Xaguteos e Natterer, Tschaóteuo (ibid, p. 59).

²¹ Como variantes: Azara, Tchiguebo; Prado, Adiodéo; Almeida, Ejueos e Castelnau, Edjiéhos (loc. cit.).

de flechas. Hay muchas de estas cañas muy hermosas en las tierras de estos cacicatos” (Labrador, op. cit., p. 259). Estavam constituídos de dois cacicados, localizados mais ao oriente que as demais tribos (ibid.). Eram populacionalmente a mais débil, com um pouco mais de 200 almas, e destas 90 homens (Aguirre, op. cit., p. 477).

A localização das diversas tribos Mbayá no século XVIII pode ser identificada nos mapas de Labrador (1910), Nimuendaju (1987) e Métraux (1963).

²² Também com os seguintes nomes: Aguirre, Ocotegueguos ; Castelnau, Cotogehos e Natterer, Uvoketecheuo (loc. cit.).

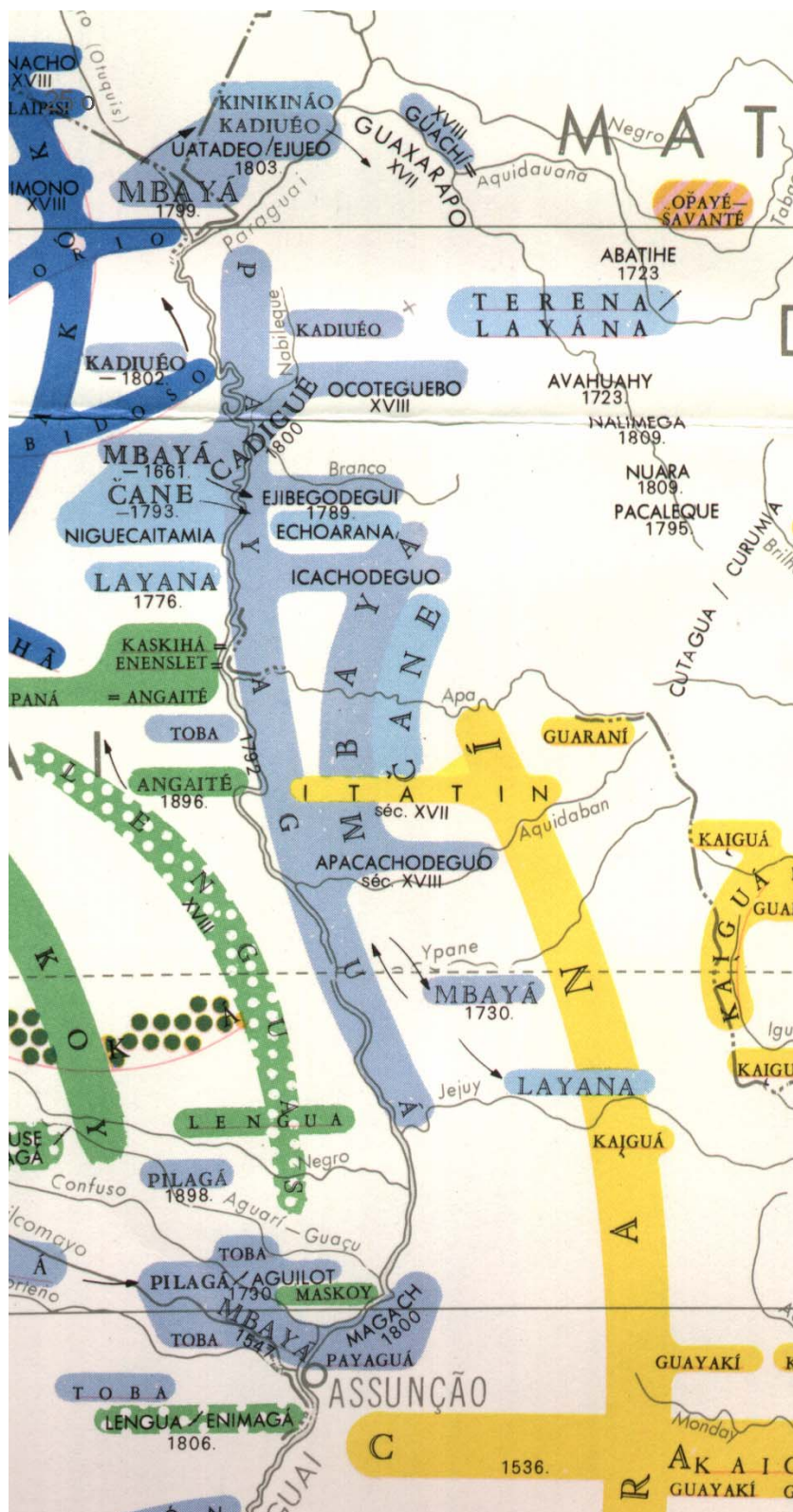


Figura 2: Vista parcial do *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju*, localizando as tribos Mbayá (Fonte: Nimuendaju, 1987).

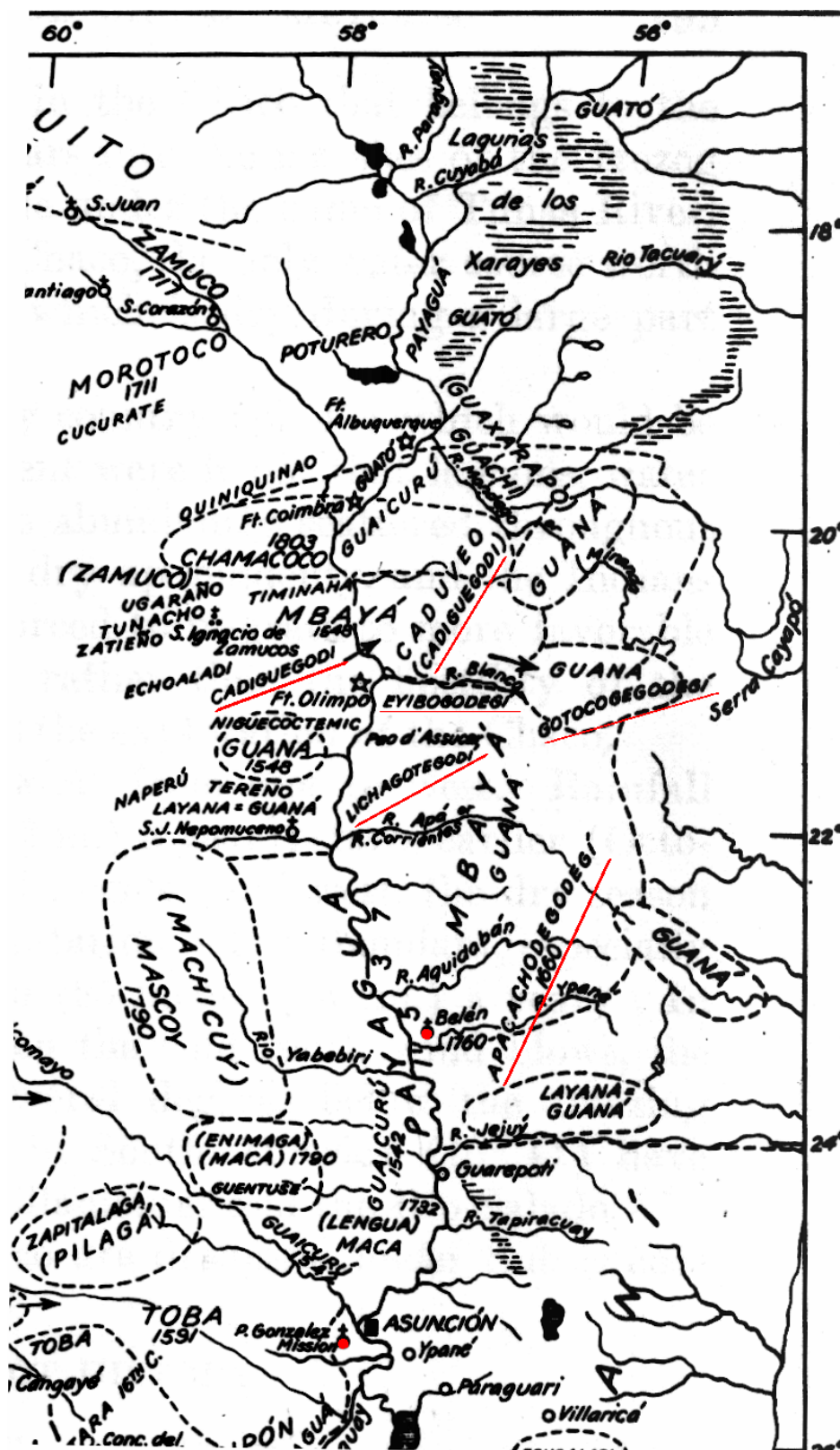


Figura 3: Vista parcial do mapa dos grupos indígenas do Chaco, com a localização das tribos Mbayá (Fonte: Métraux, 1963).

No mapa de Métraux (1963), encontram-se localizadas além das tribos Mbayá, os locais da primeira redução, a *Misión e Reducción de Santa María de los Reyes*, e a segunda, a *Reducción de Nuestra Señora de Belén*.

Sobre a subdivisão das tribos, Labrador (op. cit., p. 260) comenta:

Las dichas parcialidades principales ocupan mucho terreno, porque se subdividen en otras muchas, tantas cuantos son los capitanes inferiores, y aun familias. (...) Por lo común viven separados, y á alguna distancia unos de otros. (...) De este modo todos encuentran caza, palmas y otras cosas de que se alimentan. Visítanse algunas veces, y se comunican las nuevas que pueden conducir á su seguridad y mantener firme la unión, sin la cual no se conservan. Cuando premeditan expedición contra sus enemigos, corre el aviso por todos, y se levantan humos, que conocen al punto. Así se alista el número de soldados voluntarios, á más de los del capitán que ha de gobernar el campo.

Os Mbayá-Guaicurú atacavam constantemente os paulistas em suas monções, que seguiam quase que exclusivamente as rotas pelos rios no Mato Grosso, a caminho de Cuiabá. Aliaram-se com os canoeiros Paiaguá no ano de 1719, que atacavam por rio e os eqüestres por terra, onde desembocava o rio Taquari. Eles também se utilizaram das canoas Payaguá para os ataques, sendo na maioria das vezes confundidos com os canoeiros Payaguá (Campos, 1862, p. 440). Prado (1856, p. 42-3) relata diversos ataques ocorridos sobre o rio Paraguai nos anos de 1725, 1726, 1728, 1730; em 1731 ao Arraial Velho, próximo à vila de Cuiabá; em 1733 e 1736 ao distrito de Carandá; em 1743 ao reduto do Sapé, vizinho de Cuiabá; e outros ocorridos em 1744, 1752, 1753; entre outros mais.

O Paraguai nesse período também era alvo de ataques dos incursionistas Mbayá-Guaicurú. Uma das estratégias para conter as incursões destes, segundo Graty (1862, p. 35), foi a fundação em 1740 da cidade de Emboscada²³ por Rafael de la Moneda. Esta cidade foi povoada por negros e mulatos livres, alcançando um número de 6.667 habitantes. Dobrizhoffer (1967, vol. I, p. 191), para o mesmo período, registra da seguinte forma as atividades dos Mbayá-Guaicurú no Paraguai:

En el año 1745 atacaron incesantemente al Paraguay. De continuo mataron gentes a la vista de la ciudad, como aún atestiguan las cruces erigidas. Los bárbaros arreaban el ganado de las estancias, ahuyentaron sus cuidadores y robaron muchos miles de caballos y mulares. Las aldeas Mandibó, Cariy y otras que se hallaban más lejos de la ciudad y más cerca del territorio de los enemigos, quedaron casi en un desierto; sus habitantes fueron asesinados o ahuyentados por el temor de ser muertos. No pocos de los comerciantes que viajaban de un lado a outro fueron despojados o asesinados. Los colonos de Curuquati, que a causa de los inmensos bosques intermediarios se creyeron seguros contra los bárbaros, fueron asesinados del modo más cruel en gran número. (...) Las tropas enviadas a todas partes a reconocer al enemigo, y en caso dado a rechazarlo, fueron sorprendidas muchas veces, asaltadas frecuentemente en celadas, en ocasiones también engañadas y en no pocas veces ahuyentados por valientes ataques y combates.

Em 1760 ocorre uma nova tentativa de missionarização com a fundação da *Reducción de Nuestra Señora de Belén* pelos padres jesuítas José Sanchez Labrador e José Mantilla. O missionário Jolís (1972) localiza a Redução de Belém²⁴ em 1767 “en la orilla Septentrional del R. Ipané, distante 5 leguas hacia Levante, del R. Paraguay y 60 de la C. de la Asunción, hacia el norte; a 23° 27’ de latitud e 320° 43’ de longitud”. O

²³ Emboscada foi fundada “sobre la cordillera de los Altos, a una legua de las riberas del rio Paraguay, nueve leguas N-E de la Asuncion” (Graty, 1862, p. 35), mais precisamente a 25° 07’ 42” de latitude sul e 57° 23’ 56” de longitude oeste de Greenwich (ibid., p. 53).

²⁴ Ver localização da redução de Belém no mapa de Métraux (1963) (fig. 3).

próprio jesuíta Sánchez Labrador (1910, t. II, p. 98-99) descreveu o sítio da redução desta forma:

La loma en que está la reducción de Nuestra Señora de Belén, es muy capaz. Su altura tan proporcionada que las pendientes á todos lados son casi insensibles. Entre Poniente y Norte, que es como la espalda, corre un bosque de bella arboleda. Á su frente, que mira entre Oriente y Sur, corre inmediato el río Ypané-Guazú ó Guarambaré. Todas son tierras que claman por gente que las cultive por su fertilidad. Hacia todos lados hay manantiales y arroyuelos que corren al río. Hállase tierra buena para hacer tejas, ladrillos, ollas y cántaros. El agua es buena, porque entre piedras corre golpeada y limpia, y el fondo entre las piedras es de arena. En el río hay bastante pesca, y en tiempo de las crecientes del Paraguay, abundan los Dorados, Pacús, Bogas, Palometas, etc. En esta loma se fundó la reducción bajo el sobredicho título en 23 ° 30' de latitud meridional y en 320 ° 58' de longitud²⁵.

A redução era composta por 260 Eyiguayegui, da tribo dos Apacachodeguo, mas poucos se converteram em cristãos e os resultados esperados não foram obtidos. Para o início da organização reducional foram trazidas 24 famílias Guarani das missões de Sta. Maria de Fe, Sta. Rosa, Santiago e S. Ignacio Guasú (Susnik, 1981, p. 78). Os jesuítas abandonaram a redução em 1767, quando a Companhia de Jesus foi expulsa. Susnik (1989, p. 437) ressalta que ao aceitar a instalação da redução “as cuadrillas de truequistas y los caciques sólo buscaban su ‘pase oficial’ para el viaje hacia Asunción (...)”. Eles não permitiram a fundação de estabelecimentos missionários com os Chané, a fim de que estes não obtivessem sua liberdade, deixando de ser “niyolola” dos Eyiguayegui (ibid).

Houve uma outra tentativa de catequização com a tribo Mbayá dos Ichagoteguo, que viviam ao norte da Redução de Belém, ao cargo do Frei Miguel Méndez. Este

²⁵ Estes graus estão expressados conforme a *Carta del Gran Chaco e Paefi confinati*, de Ab. Giochino Camagno, em apêndice de Labrador (1910, t. II).

permaneceu no período de 1769 a 1774, quando abandonou a redução por falta de auxílios (Aguirre, 1897, p. 476). Audibert (1892, p. 260-61) menciona o relatório do governador Don Pedro Melo de Portugal ao vice-rei Nicolás Arredondo, datado de 12 de março de 1784, o qual refere que os padres Mendez e Barzola “fueron el año de 1769 á las tierras de los mbayás, donde el primero estableció reducción hácia el Itapucú en la latitud de 21° 4’ llamándola Nuestra Señora del Rosario de Egilechigó, donde tuvo iglesia pública y campanas, hasta que habiendo muerto entre los Mbayás, en Agosto de 1775, y no proveyéndose su curato, quedó el pueblo y los Albayás ó Mbayás abandonados”.

Audibert (loc. cit.) ainda menciona o Relatório do Vice-rei Don Nicolás Arredondo ao seu sucessor Don Pedro Melo de Portugal e Villena sobre a questão dos limites entre as Cortes de Espanha e Portugal em 1795. Neste relatório, Don Antonio Pinedo, governador Intendente do Paraguai, informa que:

... cuando fundó la Villa Concepción al Norte del Ipané, formó una reduccion de indios Mbayás en Itapucú que subsistió mucho tiempo hasta que habiendo fallecido su primer misionero, y no habiendo quien ocupase su lugar se esparcieron los indios que formaron aquel pueblo. Que los portugueses buscando el comercio de Villa Concepcion trataron de apoderarse de Itapucú, pero prevenido á tiempo el Gobernador evitó que formaran outro fuerte en la parte del Chaco donde está dicho lugar.

De concreto poucos dados possuímos sobre esta redução, uma vez que ela é posterior ao período de atividade missionária da Companhia de Jesus e, ao que parece, foi uma iniciativa isolada de Miguel Méndez.

Os Mbayá-Guaicurú obtinham cativos e metal através dos assaltos aos colonos, comerciantes e exploradores em busca de ouro que viajavam pelos rios Taquari, Paraguai e Cuyabá até as minas de Mato Grosso. Os indígenas buscavam não o ouro, mas a prata

para a confecção de objetos de adorno, que haviam se transformado em símbolos de prestígio social. Realizaram ataques aos primeiros povoados portugueses de colonização dessa região e a resposta portuguesa era o envio de expedições punitivas que se mostraram infrutíferas. Na zona mato-grossense, os Mbayá-Guaicurú encontraram outra fonte de cativos. Proviam-se, segundo Prado (1856, p. 38) registrou, de Guaxi, Guanaze, Cayvaba, Guató, Coroadó, Cayapó, Bororó e Chamacoco.

Faziam incursões, além da região de Mato Grosso, ao Chaco e até a província de Chiquito em busca de cativos, cavalos e gado nas estâncias coloniais portuguesas e espanholas, onde chegaram a atacar a *Misión del Sagrado Corazón de Jesús*²⁶ no ano de 1763, que resultou na morte do P. Guasp (Muriel, 1918, p. 224).

Os portugueses somente começaram a obter o domínio das terras alto-paraguaienses a partir da dissolução da aliança dos Mbayá-Guaicurú e Paiaguá em 1768 (Kersten, 1968, p. 69). Com isso, os portugueses fundam o Presidio de Nova Coimbra²⁷ em 1775, na latitude de 19° 55' (Prado, 1856, p. 45), e os presídios de Albuquerque²⁸ e Mondego²⁹ em 1778, para garantir o controle da região, ainda que esses estabelecimentos tenham sofrido alguns ataques e assaltos dos Mbayá-Guaicurú vizinhos, como o do Presidio de Nova Coimbra, que foi atacado em 1778, resultando em 54 soldados mortos³⁰.

²⁶ Sobre o ataque a Redução de Santo Coração de Jesus ver Muriel (1918, p. 218-221), Dobrizhoffer (1970, t. III, p. 376) e Azara (1969, p. 219).

²⁷ Historicamente, os presídios tinham o significado de proteção, de guarnição militar; somente mais tarde passaram a significar prisão, como local de reclusão de condenados (Mello, 1959, 2º vol., p. 52).

²⁸ Hoje Corumbá (Susnik, 1981, p. 83).

²⁹ Atual Vila Miranda (loc. cit.).

³⁰ Mais detalhes sobre o ataque Guaicurú ao Presidio de Nova Coimbra ver Mello (1959, 2º vol., p. 110-116). O autor (ibid, p. 287) informa ainda que de “1778 a 1789, andaram freqüentemente os Guaicuru a

Da mesma forma, os espanhóis buscavam recolonizar essas áreas, estabelecendo em 1784 sua comandância militar em *San Pedro de Ycuamandiyú*. Neste processo militar, participaram os estancieiros e os povoadores, procurando reconquistar seus antigos domínios e defendê-los frente aos Mbayá-Guaicurú e portugueses, além de recuperar os rebanhos de gado em posse dos indígenas (Susnik, 1989, p. 439). Em 1792 fundaram também o Forte Borbón³¹, a 21° 1' latitude sul e 60° 15' longitude oeste (Bossi, 1863, p. 33).

Em meados do século XVIII, a situação dos Mbayá-Guaicurú em relação ao domínio e controle das terras do Alto Paraguai começava a se modificar paulatinamente devido à penetração dos grupos Lengua e Enimagá - os mesmos que haviam ocupado anteriormente os locais de caça dos Guaicurú do sul -, que passaram a disputar suas terras, seus cavalos e seus cativos, significando uma hostilidade entre duas tribos eqüestres. A organização de expedições punitivas que partiam desde Assunção e Corumbá ameaçavam também seus assentos nucleares, assim como a sua grande mobilidade conquistada no século XVII (Susnik, 1972, p. 14). Estes dois fatores são responsáveis pela diminuição da mobilidade dos Mbayá-Guaicurú, ocasionando o fim do seu apogeu étnico e o estreitamento da área ocupada anteriormente, o que provocou um encerramento periférico do grupo. O sistema de vassalagem existente sobre os Chané também entrou em decadência, pois os “senhores Mbayá” já não conseguiam mais “cuña

rondar o presidio, ou pelo rio, em suas ligeiras igarités, ou por terra, alta noite, buscando meios de flechar as sentinelas”.

³¹ O Forte Borbón muda de nome para Forte Olimpo quando passa à autoridade paraguaia. Graty (1862, p. 51-55) menciona a fundação do forte por José A. Zavala e Delgadilla a 21° 01' 39" de latitude sul e 57° 55' 40" longitude oeste.

e hachas de hierro” para presentear aos “niyololas Chané”, e estes trocaram o serviço aos Mbayá pelo serviço aos povoados *criollos* (Susnik, 1971, p. 80).

O término de sua seguridade belicosa marca a busca de aliados, ora portugueses, ora espanhóis. Mudavam de aliado conforme seus interesses e o que lhes era mais vantajoso. Em 1791, o Capitão General de Mato Grosso, João Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, assina solenemente o tratado de paz³² com a “nação Aicurú” (Prado, 1856, p. 52). Os portugueses “necesitados en Matto Grosso del ganado, fueron convirtiendo a los Mbayá en ‘tropilhas de vaqueros’ a su servicio” (Susnik, 1989, p. 438).

Os deslocamentos Mbayá-Guaicurú possuíam no século XIX três núcleos básicos: um chaquenho e oriental próximo do Forte Bourbon, outro na povoação portuguesa de Miranda e o último na Villa Real. Serra (1866, p. 207) menciona que os Guaicurú estavam divididos em 1803, em três tribos: uatadé-os, ejué-os e cadiué-os, constando esta última de 680 pessoas. Agregaram-se a estas tribos alguns indivíduos de outras tribos, denominados pacajudeu, cotogudeus, cacuté-os e oleós; porque “os seus casamentos separam de umas, e unem às outras, enquanto eles duram”. A maior parte dos indivíduos dessas últimas quatro tribos estava estabelecida nessa época em Miranda.

Serra (1866, p. 205) fez interessantes considerações sobre as tribos: “a independência e rivalidade com que vivem entre si as diversas tribos dos uaicurús que formam o todo desta errante e dispersa nação, unidas para o seu interesse geral e separadas pelo seu próprio e para sua subsistência (...)”.

³² Sobre o teor do tratado de paz e amizade celebrado em Vila Bela e a Carta Patente entregue aos dois caciques ver Casal (1976, p. 131-32) e Mello (1959, 2º vol., p. 296- 298).

No início do século XIX a Corte de Lisboa determinou a Caetano Pinto que se estudasse a possibilidade de aldeamento dos índios que habitavam as regiões adjacentes a Coimbra e Miranda (Mello, 1960, 3º vol, p. 44-66). Este estudo foi confiado a Ricardo Franco Serra (1866 [1803] e 1872 [1803]) e Francisco Rodrigues do Prado (Ofício de 14/08/1800 apud. Mello, *ibid.*), que eram comandantes das posições na fronteira sul. Ambos, em seus pareceres, colocaram-se desfavoráveis ao aldeamento dos Guaicurú, apresentando dificuldades para isso. O que de fato não aconteceu, pois esses indígenas continuaram a viver como antes, enquanto que os Guaná se aldearam nas regiões férteis de Albuquerque e nos rios de Miranda a Aquidauana. Castelnau (1949, p. 243), no entanto, visitou em meados do século XIX um aldeamento próximo a Albuquerque com indivíduos da tribo Mbayá dos Uaitiadeu, conhecida também como Guetiadegodis. Segundo o autor, eles estariam, na sua maioria, convertidos ao catolicismo.

Os Mbayá-Guaicurú, especificamente a tribo dos Kadiwéu, continuavam a pilhar as estâncias paraguaias ao sul do Apa, mas agora providos de armas de fogo, roubando grande quantidade de gado e cavalos, como o ofício de 1813 do tenente José Craveiro de Sá, comandante de Miranda, informou ao governador (Mello, 1960, 3º vol., p. 184). Entre o período de 1812 e 1822, período em que o Paraguai enfrentava a revolução e nos primeiros anos do governo de Francia, as incursões e pilhagens dos Guaicurú se tornaram mais freqüentes e temerosas, devido ao enfraquecimento das guarnições da fronteira que eram deslocadas para outras áreas (Mello, 1961, 4º vol., p. 242). No período de 1824 a 1826 também foram registrados alguns ataques e pilhagens aos criadores paraguaios, assim como no período de 1840 a 1862, embora com menos freqüência que no período anterior.

As relações dos Mbayá-Guaicurú com o Paraguai no século XIX são resumidas por Boggiani (1945, p. 267 apud Carvalho, 1992, p. 468), como segue:

Durante a ditadura do dr. Francia (1814-1840) os Mbayá continuaram a devastar o departamento e a cidade de São Salvador, estendendo as ruínas até os arredores de Conceição. O antigo forte de São Carlos, na margem esquerda do rio Apa, sendo insuficiente para conter as suas correrias, a administração do presidente don Carlos Antônio Lopez, que sucedeu àquela do dr. Francia, estabeleceu uma boa linha de defesa formada de dez fortes apoiados à esquerda do rio Paraguai e à direita, a sessenta léguas, nas montanhas de Este, seguindo o curso do rio Apa.

Augusto Leverger, Presidente da Província do Mato Grosso (1851, p. 47 apud Moreira Neto, 1971, p. 147) frente às “correrias” realizadas em ambos os lados da fronteira Brasil-Paraguai, encarregou um missionário capuchinho da missão de induzir os Kadiwéu a se aldearem em local determinado. O aldeamento contaria com o auxílio das tropas do Comando Geral da fronteira do Baixo Paraguai. E, se ainda assim resistissem aos planos de aldeamento da província, usariam a estratégia de neutralizá-los, concentrando em seus territórios índios Terena e Chamacoco, tradicionais inimigos. Contudo, os planos traçados por Leverger não se consumaram, à medida que o missionário assumiu a aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho na ausência de seu colega.

Sobre a participação dos Kadiwéu na Guerra do Paraguai e suas conseqüências, Boggiani (1945, p. 267 apud Carvalho, 1992, p. 468-9) escreveu:

Na guerra do Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, em 1865, os Caduveos, instigados e armados de fuzis pelos brasileiros, penetraram no rio Apa, assaltando as aldeias e os exércitos paraguaios. Atacaram finalmente a aldeia de São Salvador, que saquearam e destruíram, voltando carregados de presa, composta em grande parte de fazendas, armas e munições tomadas ao inimigo, entre as quais figuravam muitos terçados que em 1879 os Caduveo ainda levavam constantemente pendurados à cintura. Depois dessa guerra o Brasil reforçou sua influência sobre os Mbayá que, atraídos pelos presentes recebidos das autoridades do Império, visitam anualmente Corumbá, Coimbra e Albuquerque, onde trocam os seus trapos por pólvora, panos, facas e outras coisas: lá são atraídos com presentes de fuzis antigos, de uniformes de refugo e diplomas de oficiais do exército imperial.

Conforme o registro de Rivasseau (1936, p. 94), feito junto aos Kadiwéu, o ataque e assalto a San Salvador foi anterior à Guerra do Paraguai.

Mello (1961, 4 ° vol., p. 247), a respeito da definição do território nacional em fins do século XIX, chegou a afirmar que o Brasil devia aos Guaicurú a incorporação do sul do Mato Grosso, pois depois do fim da Guerra do Paraguai e do Tratado de Limites de 1872, em que se estabeleceram os limites territoriais entre Brasil e Paraguai: “estava terminada a missão dos Guaicurú. Haviam cumprido o seu papel histórico de guardas vigilantes das nossas fronteiras na bacia do médio-Paraguai”.

As tribos Mbayá-Guaicurú existentes se desintegraram rapidamente, consequência do mestiçamento intertribal, do alcoolismo e das freqüentes epidemias de varíola, restando somente no fim do século XIX, com seus remanescentes mais expressivos, a tribo dos Kadiwéu, que abandonaram seus assentamentos chaquenhos à margem do rio Paraguai e localizaram-se principalmente na região dos rios Nabileque, Niutaque e Branco. Conforme Gerhards (1975, p. 18 apud Schindler, 1983, p. 22) “a verdadeira decadência efetuou-se na guerra paraguaia (1865-1870), da qual os (Guaycurú) Mbayá participaram (...). Seu número não só sofreu dizimação através das perdas da guerra mas também através do contato com os soldados que os levaram a adquirir doenças venéreas e ao alcoolismo”.

Os Kadiwéu, mesmo habitando as terras da margem oriental do rio Paraguai, na área abrangida pelo pantanal no atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, efetuaram ainda algumas expedições ao Chaco na segunda metade do século XIX, cometendo assaltos aos espanhóis e buscando abastecer-se de cativos, como o referido por Boggiani a São Salvador. A travessia era realizada em pontos estratégicos do rio Paraguai, que durante o período de secas diminui o volume das águas, propiciando a passagem.

Quando Boggiani esteve junto aos Kadiwéu das aldeias de Nabileque em 1892, armas como o arco e flecha e a lança já eram raras; os Kadiwéu buscavam através das trocas com a sociedade nacional adquirir armas de fogo, no caso fuzis, transformados em “caçadores com fuzil” em lugar do anterior guerreiro.

Rivasseau (1936, p. 64-68), que visitou os Kadiwéu na região do rio Nabileque entre fins do século XIX e início do XX, registrou que eles estavam em conflito com o fazendeiro Barranco-Branco pela posse do imenso território que ocupavam. Este alegava como pretexto que os índios roubavam cavalos e gado de suas fazendas. Por duas vezes, 1897 e 1898, foram enviados destacamentos militares contra os Kadiwéu. Segundo o autor:

... na época em que percorri essa região, o Governo do Estado, já tomava providências para assegurar a todos os índios do sul do território de Mato Grosso, onde estavam em contato com a população, a posse de glebas especialmente destinadas e reservadas às diferentes tribos esparsas, que viviam entremeadas nas propriedades particulares.

Pouco tempo após minha passagem na zona ocupada pelos Guaycurús, foi oficialmente decretado que todo o território compreendido entre o rio Aquidauana ao sul, o rio Paraguay a oeste, os rio Nabiléque e Niutaque a norte e nordeste, e a serra Bodoquena a leste, seriam dali por diante reservadas à tribo dos Guaycurús ou Caduveos, como muitas vezes se intitulam (Rivasseau, 1936, p. 68).

De fato a Reserva Indígena dos Kadiwéu fora criada pelo Governo Estadual em 1903, conforme o autor mencionara no sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul³³. A reserva indígena passou a ser administrada em 1928 pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios, o SPI (Ribeiro, 1974, p. 61).

³³ Ver mapa da área reservada aos Kadiwéu de Rivasseau (1936) (fig. 11).

Rivasseau (1936, p. 212) relatou que os Guaicurú, após o assalto a São Salvador, haviam empreendido somente mais duas ou três vezes novas expedições ao Paraguai, mas limitando as incursões a pouca distância da fronteira, a algumas léguas mais ao sul do rio Apa. A partir do século XX, as fontes documentais não mencionam mais as incursões Mbayá-Guaicurú realizadas anteriormente. Os Kadiwéu encontravam-se então em conflito com a sociedade nacional pela garantia de suas terras e a manutenção de seus padrões culturais.

Rondon (1949, p. 71), quando trabalhou entre 1900 e 1906 na Comissão de Linhas Telegráficas do estado de Mato Grosso, encontrou alguns Guaicurú trabalhando em fazendas de gado. Ele cita alguns índios Terena e Guaicurú na fazenda Rio Negro; menciona também a existência de cerca de 60 Guaicurú nas fazendas Palmeira e São Francisco.

Manizer (1934) esteve no Brasil entre 1914 e 1915, recolhendo dados sobre a música e os instrumentos musicais dos grupos indígenas. Visitou nessa época a aldeia Kadiwéu de Nalique, permanecendo dois meses entre os Kadiwéu. No entanto, não faz nenhuma consideração sobre a situação dos Kadiwéu nessa época.

Lévi-Strauss (1973) realizou trabalhos antropológicos nos anos de 1935 e 1936 no Brasil. Realizou uma expedição aos Kadiwéu, na qual registrou algumas observações sobre o estado dessa comunidade indígena. No entanto, seu trabalho de campo visava a arte Kadiwéu, a pintura corporal e a decoração da cerâmica. Em Pitoko, onde havia um antigo posto de Serviço de Proteção ao Índio, encontrou três casas em ruínas. Em Nalique, a velha capital Kadiwéu, restavam somente cinco casas. Engenho, que ficava próxima a Nalique, era a aldeia mais populosa. O número populacional das três aldeias nessa época não ultrapassava 200 pessoas. “Vivían de la caza, de la recolección de frutos

salvajes, de la cría de algunos bueyes y animales de corral y del cultivo de algunas parcelas de mandioca que se divisaban del outro lado de una única fuente, que manaba al pie del terraplén (...)” (Lévi-Strauss, 1973, p. 163).

Segundo Baldus (apud Freundt, 1947, p. 5), na introdução de *Índios de Mato Grosso*, Freundt registrou em 1939 que as duas aldeias Kadiwéu possuíam aproximadamente cem habitantes e que o número desses índios havia diminuído nos últimos anos em virtude da febre amarela silvestre e outras epidemias, mas também da prática do infanticídio. Freundt (1947, p. 24) informa que naquela época os Kadiwéu “se ocupam com a criação de gado, trabalhando também como vaqueiros e lenhadores nas fazendas”.

Wanda Hanke (1942, p. 82), que esteve entre os Kadiwéu e os Terena, descreve os locais onde os primeiros habitavam:

Desde los tiempos remotos los Cadivéns ocupan toda la región entre la costa del río Paraguay y Miranda, concentrándose cerca del río Nabileque y formando varias aldeas. La más grandes actualmente son Alike, Pitoco, y Limera. Pero encontramos Cadivéns también en Xatelodi, sede del puesto, y en las estaciones vecinas, como Guaycurús, km. 1221 y especialmente en Cajera y Carandazal trabajando en la turma. Paseando por los montes de aquellas zonas amenudo encontramos grupos de Cadivéns en sus campamentos o en viaje.

Por ocasião da visita de Ribeiro (1974, p. 62) realizada em 1947 entre os Kadiwéu, como parte do plano de trabalhos da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, a população Kadiwéu era composta de 235 pessoas, distribuídas da seguinte

forma³⁴: 94 pessoas junto ao Posto Indígena de Presidente Alves de Barros, na Serra da Bodoquena; 66 nas imediações do Posto de Criação de Pitoco; 11 em Limoeiro, residência isolada; e 31 em Tomasia.

Ribeiro registrou muito bem em 1948, em dois trechos, a situação em que se encontravam os Kadiwéu:

O modo de ser dos Kadiwéu é, hoje, essencialmente, uma variante do modo de ser dos brasileiros. Andam vestidos como a gente mais pobre da região onde vivem, quase todos os homens adultos se exprimem bem em português e muitos deles trabalham, por temporadas, nas fazendas vizinhas. Constitui, porém, uma variante singular, porque recheada de valores culturais próprios e, sobretudo, porque os Kadiwéu não se identificam como “brasileiros” e sim como uma entidade étnica em si, distinta de todas as demais: como um povo oprimido pelo grande mundo dos brancos que os cerca e os hostiliza por todos os lados e de todas as formas (Ribeiro, 1980, p. 7).

O autor continua:

Vivendo principalmente da caça ao cervo e ao veado e da coleta de cocos e palmitos; acompanhando hoje, como vem fazendo secularmente, o fluxo e refluxo das águas do Paraguai que inundam o Pantanal durante 5 meses e voltam vagarosamente ao leito, arrastando atrás de si a caça e o caçador Kadiwéu. Despojados de seus rebanhos - perdidos nas trocas com os brancos, principalmente no comércio de aguardente - os Índios Cavaleiros de nossos dias, quase todos a pé, vivem como seus vizinhos neobrasileiros: vestindo-se, pastoreando o gado, caçando e curtindo peles com os mesmos métodos destes; mas conservando, ainda, algumas das características do antigo povo senhorial e dominador (id, p. 24).

Chevalier (1982, p. 1) visitou em janeiro de 1974 a reserva indígena dos Kadiwéu do Posto Indígena Bodoquena. Nessa época o grupo contava com 373 indivíduos

³⁴ Destes 235 indivíduos, 26 estavam fora da reserva trabalhando na Fazenda Francesa e na estação de Carandazal (Ribeiro, 1974, p. 62).

divididos em três aldeias, sendo a principal a da Bodoquena. Segundo a autora a situação dos Kadiwéu era a seguinte:

Embora mantivessem seu idioma e identidade, externamente seu modo de vida pouco se distinguia do de nosso caipira, cultivando suas roças de mandioca, milho, algodão, cana e feijão, criando galinhas, realizando esporádicas caçadas ou trabalhando como peões nas fazendas de gado vizinhas à reserva. As condições de vida eram bastante precárias e o auxílio vinha principalmente da Missão Evangélica protestante ali sediada e da ajuda esporádica de instáveis funcionários da FUNAI (Chevalier, 1982, p. 1).

Segundo Siqueira (1992, p. 277) a Reserva Indígena Kadiwéu abrigava em 1989 (FUNAI) “uma população de 1.070 pessoas, distribuídas entre as fazendas da reserva e quatro aldeias: Bodoquena, Tomázia, Campina e São João”.

Martins (1992, p. 41-42), no *Breve Painel Etno-histórico do Mato Grosso do Sul*, menciona dois núcleos Kadiwéu atuais: um na aldeia de Tomazia, no município de Porto Murtinho, e outro no Posto Indígena de Alves de Barros, em Bodoquena.

Neste capítulo buscou-se dar um panorama geral da história dos Mbayá-Guaicurú, a partir do século XVI até os dias atuais. Traçou-se a trajetória do grupo, destacando o confronto e a resistência à conquista e à colonização ibérica, as tentativas reducionais, a adoção do cavalo e os novos elementos culturais europeus, as transformações, o auge do domínio territorial, a decadência populacional, as relações inter-étnicas com outros grupos indígenas, a participação na Guerra do Paraguai e na definição dos limites entre Brasil e Paraguai e, por fim, a situação das comunidades indígenas remanescentes no século XX.



Figura 4: Região onde vive atualmente o grupo Kadiwéu no estado do Mato Grosso do Sul (Fonte: Martins, 1992, p. 39).

Procura-se no capítulo seguinte, a partir deste histórico, delimitar num primeiro momento os territórios habitados pelos Mbayá-Guaicurú e suas diferentes tribos durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. E, num segundo momento, caracteriza-se os diferentes ambientes habitados pelo grupo.

3 - HABITAT

3. 1 - Delimitação da área de ocupação

A partir da documentação escrita, busca-se neste capítulo delimitar a área de ocupação entre os séculos XVI e XIX, período abrangido por este trabalho. Para tanto, serão apresentados os dados obtidos sobre a localização de forma cronológica e divididos em dois núcleos de ocupação: um mais ao sul, denominado Guaicurú, e outro mais ao norte, o dos Mbayá, conforme se encontravam na época da conquista hispânica. Na medida do possível os dados sobre a localização foram relacionados às tribos Mbayá-Guaicurú correspondentes.

Cabeza de Vaca, em outras passagens, dá a entender que os Guaicurú viviam na margem ocidental do rio Paraguai, do outro lado do rio em relação a Assunção, pois quando empreendeu uma expedição contra estes em julho de 1542, determinou que fossem enviados dois bergantins quatro léguas abaixo, na localidade de Tapua, para fazer a transferência dos esquadrões para a outra margem do rio Paraguai. Dali os encontraram a seis léguas (Cabeza de Vaca, 1987, p. 152-53). Na outra, refere que os Guaicurú quando se apresentaram na outra margem do rio Paraguai para estabelecer as pazes, o governador mandou atravessar várias canoas para que passassem para a cidade (Cabeza de Vaca, 1969, p. 42).

A localização dos Guaicurú de Cabeza de Vaca (1962), ou seja, a margem ocidental do rio Paraguai em frente à cidade de Assunção, não inclui suas áreas de ataques e assaltos que a documentação indica como sendo aos próprios espanhóis de Assunção e aos Guarani localizados do outro lado do rio, em terras próximas à capital paraguaia.

Para o século XVII, as fontes documentais a respeito da localização dos Guaicurú se referem principalmente ao período reducional. Entre 1609 e 1626 os padres da Companhia de Jesus estiveram junto aos Guaicurú e com eles fundaram a *Reducción de Santa María de los Reyes*.

O Provincial Diego de Torres (1927, p. 286), na Carta Anua de 1614 escreve que: “este paraje llamado Santa María de los Reyes dista solo una legua de la ciudad, separada de ella por el gran río Paraguay”. E o Provincial Pedro Oñate (1929, p. 16), na Carta Anua de 1615 localiza a redução: “... como dos leguas de la assuncion rio en medio, q es vno muy grande q se llama del Paraguay, y ba adar en el rio grande del Parana”. Mas em

Carta Anua posterior de 1620, Oñate (1929, p. 203) escreve que: “quesefundo laciud. Dela Assump^on yestar ellos sola vnalegua dealli (...)”.

Saavedra (s. d., p. 7), em carta de 1616 ao rei, também refere que: “vna legua de la çiudad estan asentados y en doctrina los guaycurus (...)”. O capuchinho Espinosa (1948, p. 634) relaciona que os Guaicurú que estão ao cargo dos padres da Companhia de Jesus se localizam: “de la outra parte del Rio en frente de la ciudad esta nacion, de los Guaycurus (...)”.

Pastells (1912, p. 383-88) em nota se refere ao documento *Memoria de las poblaciones y provincias de esta gobernación, de los indios cristianos e infieles que había en ellas y de los sacerdotes ocupados en su espiritual cultivo*, sem data, mas que parece ser de 1612, onde se informa a população indígena pertencente à Província de Assunção:

La de los Guaicurús, se compondrá de 1.200 infieles y 60 años há que andan en guerras con los españoles; llegan sus tierras hasta la Asunción, río en medio. (...) Dividense en dos parcialidades de dos Caciques, á los cuales profesan grande amor y obediencia. Tienen consigo dos Padres de la Compañía. Fueron hasta el Rio a recibir al P. Provincial y señalaron los dos, sitios para Pueblo é Iglesia á dos leguas de la Asunción, (...).

Podemos concluir, a partir dos dados acima mencionados, que todas as fontes primárias referentes à primeira metade do século XVII são unânimes em situar os Guaicurú que estão a cargo da Companhia de Jesus na margem ocidental do rio Paraguai, em frente à cidade de Assunção, e provavelmente abaixo da foz do rio Pilcomayo, o que está de acordo com a informação de Cabeza de Vaca (1987) referente ao século anterior, mas discordam quanto à distância da posição da redução jesuítica de uma ou duas léguas do rio. A localização da Redução Guaicurú abaixo da foz do rio Pilcomayo está de

acordo com o local situado por Métraux (1963) (fig. 3) e Kersten, na *Carta Historica Etnográfica del Gran Chaco* de 1903 (1968).

Techo (t. II, 1897, p. 159), referindo-se ao século XVII, menciona que: “los guaicurús habitan dos regiones, conocidas con los nombres de Guaicuru y Guaicurut: ambas están situadas en la margem derecha del Paraguay. No tienen residencia fija, si bien suelen concentrarse en el país donde el río Pilcomayo, nacido en los montes del Perú, desemboca en el Paraguay;”. Techo refere nesta passagem como área central dos Guaicurú à foz do rio Pilcomayo junto ao rio Paraguai.

Em Audibert (1892, p. 113), referindo-se ao século XVII, encontramos a seguinte passagem: “provisto de lo necesario por el Gobernador de la Provincia Don Diego Negron atravesaron el rio en medio de una grande é imponente solemnidad en busca de los indios Guaycurús, que á la sazón vivían entre el Rio Confuso ó Yabebyry y el Pilcomayo, en tres grandes parcialidades (...)”.

Conforme a relação dos governadores coloniais da Província do Paraguai (Graty, 1862, p. 38), Diego Martínez Negron governou a província entre os anos de 1611 e 1619. Portanto, as informações contidas em Audibert relacionam-se a esse período. A localização citada anteriormente no período do governo de Diego Negron está de acordo com a explicitada por Alvear (1970, p. 680), referindo-se ao período da redução dos Guaicurú, que dá uma localização mais precisa: “la ferocísima nación de los guaycurús vagaba al occidente del Paraguay, entre los ríos Pilcomayo y Yabebiry o Confuso, al que llaman río de los Fogones”.

Com base nestas últimas indicações de caráter secundário e em relação às produzidas no período da redução jesuítica dos Guaicurú, pode-se delimitar aproximadamente que os Guaicurú ocupavam na primeira metade do século XVII a

margem ocidental do rio Paraguai, e, ao que tudo indica, em duas áreas. Uma, onde foi assentada a Redução jesuítica, já especificada anteriormente. E outra na área abrangida entre os rios Pilcomayo e Yabebiry, afluentes da margem direita do Paraguai. No entanto, esta área está mais ao norte da relatada por Cabeza de Vaca (1984, p. 144), que se encontra abaixo do rio Pilcomayo.

A distinção destas duas áreas, com base nas fontes relacionadas para o século XVII, pode ter relação com as distintas áreas ocupadas pelas três tribos Guaicurú: Taquiyiqui, Nupinyiqui e Epiquayiqui. Segundo Colini (1975, p. 220), os Taquiyiqui ou Codollate eram a do sul, e a que com mais frequência perturbava o Paraguai. Os Nupinyiqui ou Guaycurutis eram os do Oeste. Teriam habitado a região dos Taquiyiqui, mas estando em hostilidades com estes, seriam vistos nas margens do rio Bermejo. E a terceira tribo, a dos Epiquayiqui ou Guaycurus guazús, seriam os do norte, que estariam em torno de cem léguas de Assunção e habitariam a região dos Mbayá e Guaná.

As fontes que se referem a estas tribos não permitem uma localização aproximada devido à falta de dados para tanto. Apenas pode-se inferir que os Taquiyiqui e os Nupinyiqui seriam os mais próximos a Assunção e os citados pelas fontes no século XVII.

A partir do século XVIII, as informações referentes aos Guaicurú, enquanto núcleo sulista, são escassas. Dos relatos produzidos nesse século, encontram-se apenas dois de ordem secundária, que indicam a sua localização.

Conforme o jesuíta Lozano (1941, p. 67), “en la otra punta del Chaco hacia el Paraguay, que es la parte del oriente, viven los Guaycurús, entre el Pilconayo y el Yabebirí, por la mucha abundancia de pescado y caza de pájaros y martinetes, que hay en el conedio”.

Azara (1969, p. 233), em fins do século XVIII, menciona que os Guaicurú habitavam antigamente o Chaco quase em frente a Assunção e que estavam extintos, restando apenas um indivíduo que havia se juntado aos Toba.

A extinção do núcleo sul dos Guaicurú teria ocorrido no fim do século XVII, segundo Susnik (1972, p. 13), no qual o grupo reduzido numericamente teria se agregado ao núcleo norte Mbayá.

3. 1. 2 - Núcleo Norte: Mbayá

As primeiras informações sobre os Mbayá no século XVI são dos exploradores Alejo Garcia, Juan de Ayolas e Ulrico Schmidel, que os mencionaram na região do Alto Paraguai.

Alejo Garcia (apud Chaves, 1968, p. 41) realizou uma viagem exploratória da costa do Atlântico até onde fundou Assunção, itinerário que 20 anos mais tarde Cabeza de Vaca seguiria. Costeou o rio Paraboé (Paraná) e chegou ao porto de Itatín. Seguiu então ao norte, chegando onde o rio Ipaneme (Mbotetei) deságua no rio Paraguai, aos 19° 1/3'. Subiu mais ao norte até a fralda de uma serra que chamaram de *Santa Lucía*, cruzou o rio e pisou na terra dos Mbayá:

Comienza su marcha avanzando siempre al Oeste por el Chaco. La primeira gran parcialidad que encuentran es la de los mbayáes, que han dado nombre a lo que después se llamó Chaco. Allí hacen un alto gustando, de seguro, del ardiente abrazo de sus mujeres, bellas, insinuantes, amigas de hacer favores (...) (Chaves, 1968, p. 41-42).

Conforme o registro de Garcia (apud Chaves, loc. cit.), os Mbayá possuíam prata e teriam lhe dado. Garcia seguiu depois em direção noroeste e chegou aos Chané. Em nota, encontra-se a informação que de Assunção ao cerro *Santa Lucía* são 100 léguas (Chaves, loc. cit.). Da localização da terra dos Mbayá, por Garcia, pouco pode-se depreender; somente que o grupo habitava o Chaco na margem ocidental, pois cruzou o rio e seguiu em direção oeste. Sobre a posição do cerro não se encontram informações disponíveis, pois provavelmente seu nome deve ter mudado, ou mesmo nem chegou a ter sido usado, afinal quando Schmídel por ali passou, mais ou menos vinte anos depois, não se referiu a este cerro.

Juan de Ayolas navegou o rio Paraguai em direção à nascente e, em 2 de fevereiro de 1537, abordou na margem oriental onde “el río hace una media luna (20° 41’). Desembarcaran allí nombrando al punto puerto de la Candelaria. Cruzando el río pasaron a la banda occidental (...)” (Chaves, 1968, p. 112). Penetrou então a oeste com 130 homens e 300 Payaguá, entrando na terra dos Mbayá. Um escravo Chané, que havia servido a Alejo Garcia, seguia como guia. Marchou rumo a oeste entrando a 70 léguas da costa do rio em terra dos Mbayá. Depois prosseguiu em direção a oeste chegando à terra dos Chané ou Guaná, que eram escravos dos Mbayá (ibid., p. 115).

A questão pertinente à determinação do local onde Ayolas encontrou os Mbayá está em localizar o porto de Candelária, do qual ele marchou 70 léguas da margem ocidental do rio Paraguai.

Para tanto recorreu-se a Mello (1958, 1 ° vol.), militar e conhecedor da geografia regional, que apresentou um estudo sobre o provável local do porto de Candelária: “Segundo as melhores suposições, o porto de Candelária estaria num dos atuais Puerto Nuevo ou Puerto Leda, de preferência, no Chaco paraguaio” (fig. 6).

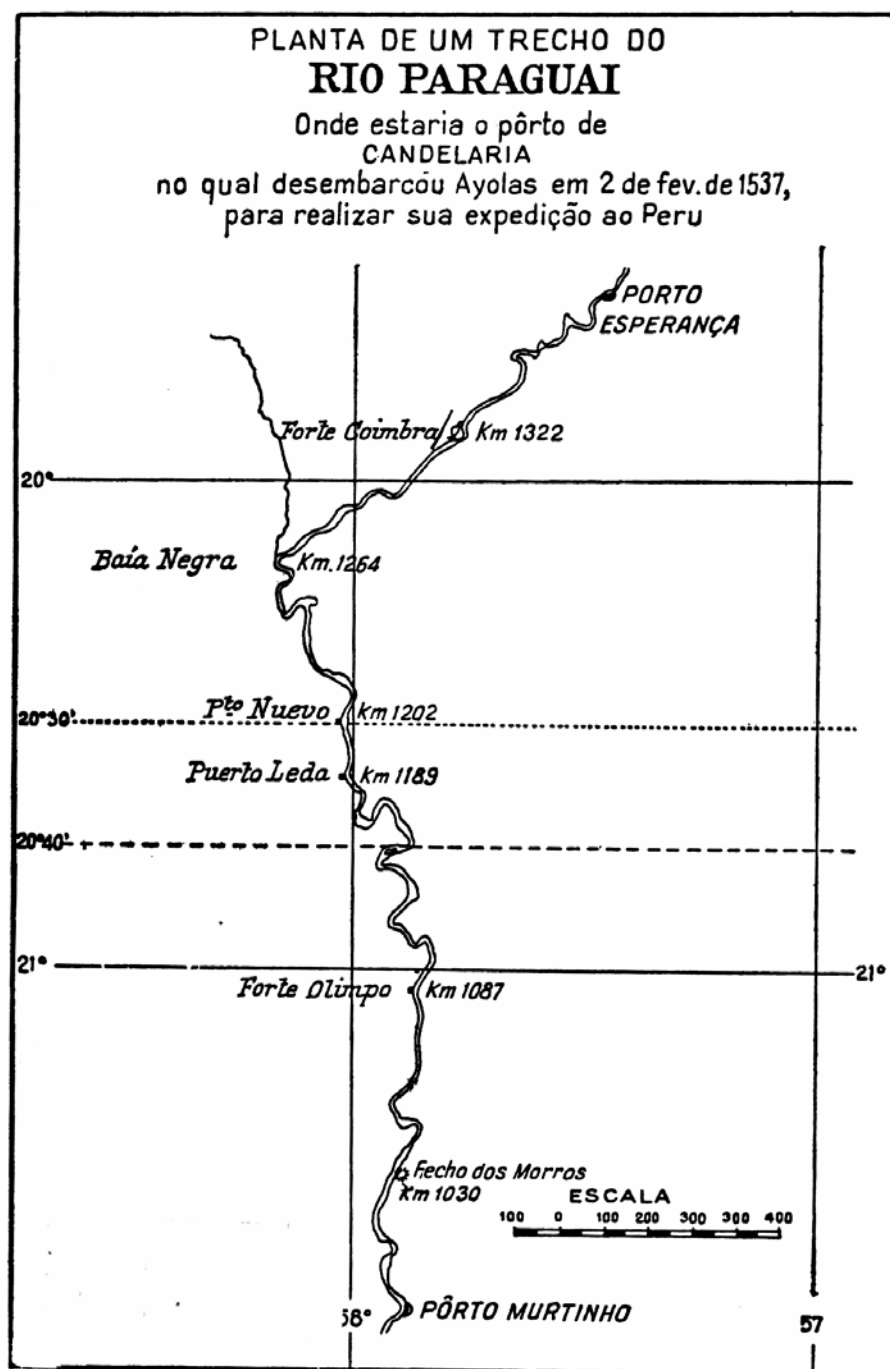


Figura 6: Planta de um trecho do rio Paraguai, onde se localizaria o porto de Candelária

(Fonte: Mello, 1958, 1º vol.).

Ulrico Schmídel (1903, p. 247), que esteve como soldado de Irala na região do Alto Paraguai em 1547, ao relatar a entrada de Irala no Chaco Boreal localizou os Mbayá:

“Del dicho cerro S. Ferdinando hasta aquí hay 38 millas (leguas); allí nos quedamos esa noche y de allí proseguimos la marcha, viaje de 7 días, y llegamos á una nación llamada Maieaieess (Mbayá)”.

Mais adiante o autor escreve “desde el sobre dicho cerro de San Fernando, donde habíamos dejado entonces los dos buques hasta esta nación mbaya, hay setenta leguas³⁵ de camino” (id., 1962, p. 315).

O problema que se coloca então é determinar aproximadamente onde Schmídel encontrou os Mbayá, e para isso faz-se fundamental localizar o cerro *San Fernando*. Segundo Mello (op. cit., p. 83):

O rotundo monte, como diria Schmídel, se tivesse escrito em castelhano, lá está, porém, como gigantesco padrão, indisfarçável. Perdeu de fato, o nome primitivo, mas foi rebatizado e desta vez para sempre, com nome brasileiro - Pão de Açúcar. E continua a assinalar, com sua alterosa massa monolítica, que era ele e não outro, o verdadeiro São Fernando dos antigos.

Mello (op. cit., p. 221) acredita que foi no período de 1641 a 1718 que o antigo São Fernando passou a chamar-se Pão de Açúcar:

Este nome traz à memória o homônimo da entrada da Guanabara. Como não se pode atribuir aos castelhanos a troca do nome do seu grande rei-soldado por um nome comum, que apenas recorda morro semelhante em terra brasileira, admite-se, como verdade, que este nome, Pão de Açúcar, foi posto àquele grande morro por bandeirantes que ali fizeram pouso e devassa, naqueles velhos tempos, a sulcar e cruzar as águas do grande rio.

Provavelmente, também foi nesse tempo, segundo Mello (op. cit., p. 22), que surgiram as suposições dos navegadores que por ali passaram, segundo as quais “os

³⁵ Deveriam utilizar a légua usada por marinheiros espanhóis, equivalente a 5,5 Km. (Maack, 1959).

morros que acoitam o Pão de Açúcar, por entre os quais irrompe o Paraguai, interceptariam as águas do rio, no caso de lhe ser barrado o estreito por onde passa. Daí é que os antigos formularam a idéia de que aquilo era um *fecho de morros*". Este termo, embora se saiba que não traduz a suposição dos antigos, permaneceu como toponímico daquela morraria.

O Pão de Açúcar, como se pode constatar no mapa (fig. 7), localiza-se na margem oriental do rio Paraguai. Dali Schmídel então teria viajado 38 léguas e mais sete dias de viagem, o que corresponderia a mais 28 a 30 léguas conforme Quevedo (apud Schmídel, 1903, p. 75), até a região dos Mbayá. Onde seria tal região não se sabe, pois o autor não indicou em que sentido marcharam. Mas se as informações dadas por Garcia e Ayolas forem juntadas à de Schmídel, pode-se deduzir, a partir dessas, que nessa época os Mbayá habitavam a margem ocidental do rio Paraguai, terra adentro. Esta localização está de acordo com a hipótese de Susnik (1972), a qual localiza o grupo na margem ocidental em fins do século XVI (fig. 8).

O cerro chamado Santa Lucía por García (apud Chaves, 1968, p. 41) poderia talvez ser o cerro San Fernando denominado por Schmídel (1903, p. 247), pois está localizado na margem oriental e García, do cerro referido, cruzou o rio e seguiu a oeste. Nesta mesma direção marchou Ayolas (Chaves, 1968, p. 112 e 115) anos mais tarde.

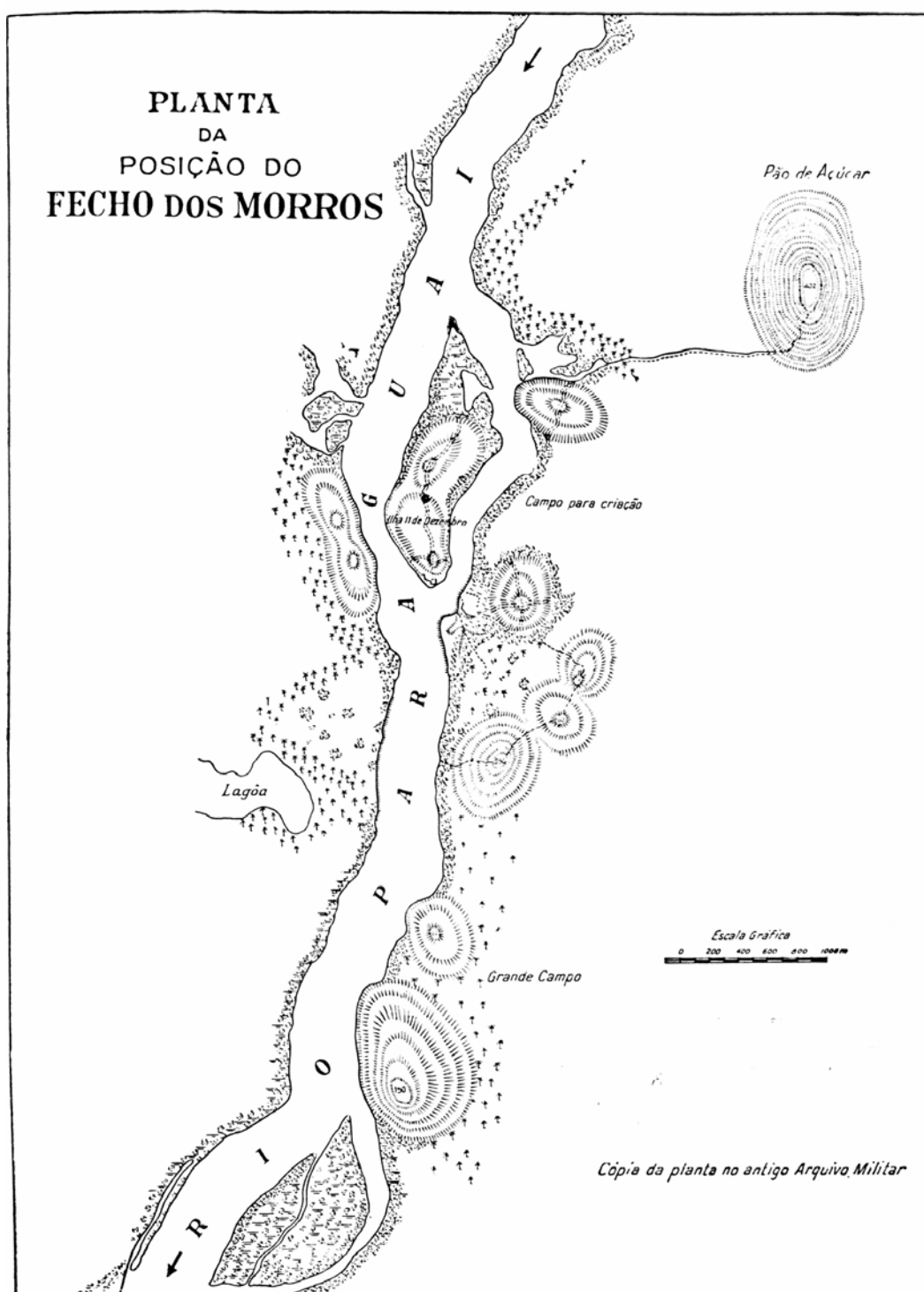


Figura 7: Planta da posição do Fecho dos Morros (Fonte: Mello, 1959, 2º vol.).

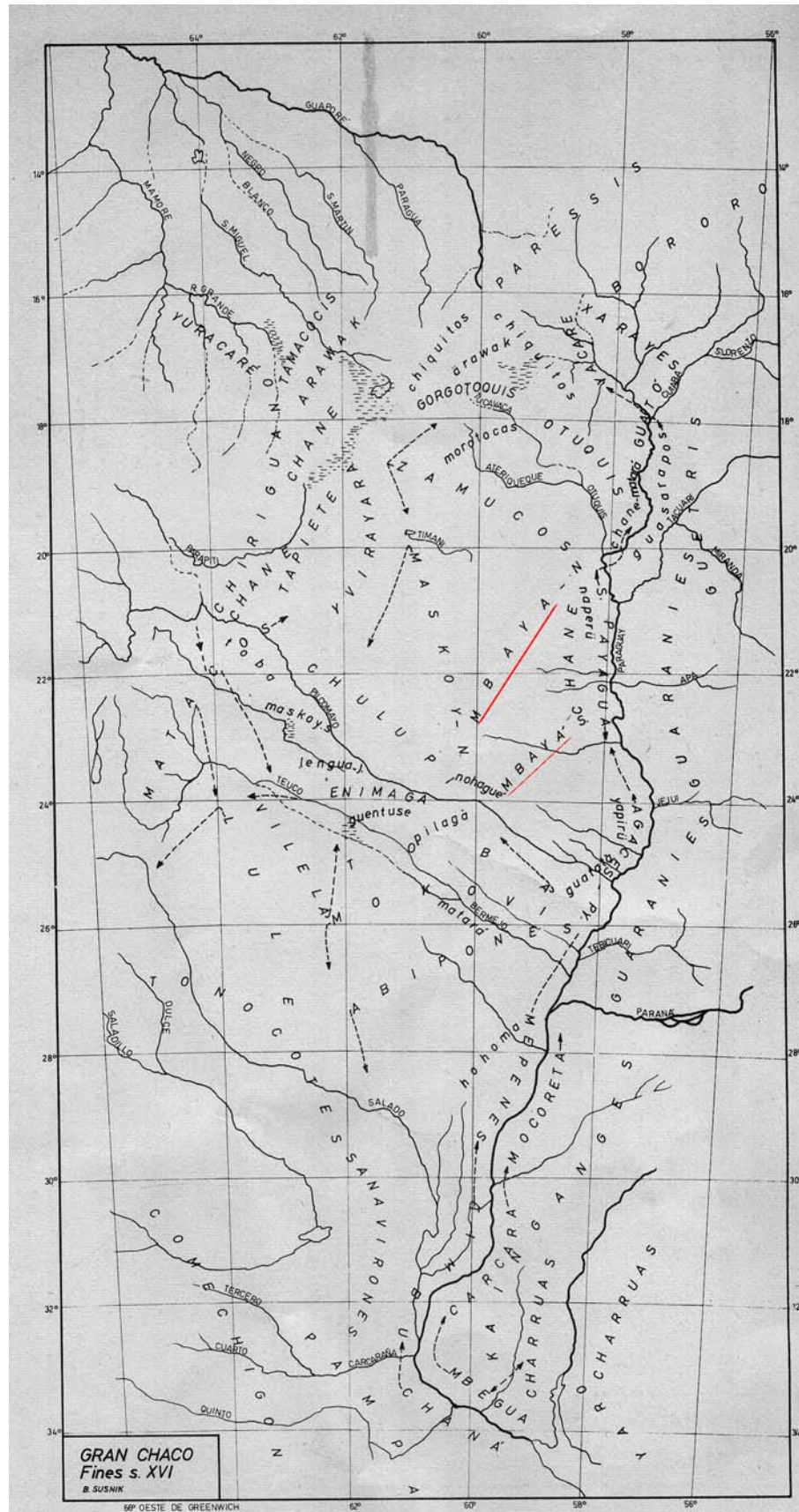


Figura 8: Os grupos étnicos do Gran Chaco em fins do século XVI (Fonte: Susnik, 1972).

Para a localização aproximada dos Mbayá no século XVII não se dispõe de fontes primárias. Mesmo assim, utilizou-se de duas informações contidas em fontes secundárias.

Pastells (1912, p. 383-88) refere-se a um documento³⁶, provavelmente de 1612, segundo o qual informa a população indígena pertencente à Província de Assunção: “la de los Mbayas y otras naciones que confinan con ella á la falda de la cordillera hacia el Perú, constan de 6.000 infieles; distan 70 leguas de la Asunción y hablan diversas lenguas”.

A informação contida no documento referido por Pastells, no entanto, não dá uma noção aproximada da área habitada pelo grupo.

Azara (1969, p. 218) menciona que a antiga localização era “a la llegada de los españoles, los mbayás habitaban el Chaco entre los 20 y 22° de latitud, divididos en un gran número de hordas o habitaciones”.

Segundo o autor (op. cit., p. 219), os Mbayá cruzaram o rio Paraguai em 1661 e alguns grupos Mbayá se estabeleceram nessas terras, passando a habitar também a margem oriental do Paraguai. E devido aos ataques realizados no século XVII “quedaron dueños absolutos de la provincia de Itati, que comenzaba hacia los 24° 7’ de latitud, en el río Jejuy, y se prolongaba en toda su anchura hacia el Norte hasta el lago de los Xarayes sin pasar al oeste del río Paraguay” .

De acordo com as informações registradas por Azara (1969) e, conforme a hipótese de Susnik (1972), o grupo Mbayá ocupava na segunda metade do século XVII ambas as margens do rio Paraguai na região do Alto Paraguai (fig. 9).

³⁶ *Memoria de las poblaciones e provincias de esta gobernación de los indios cristianos e infieles que había en ella y de los sacerdotes ocupados en su espiritual cultivo.*

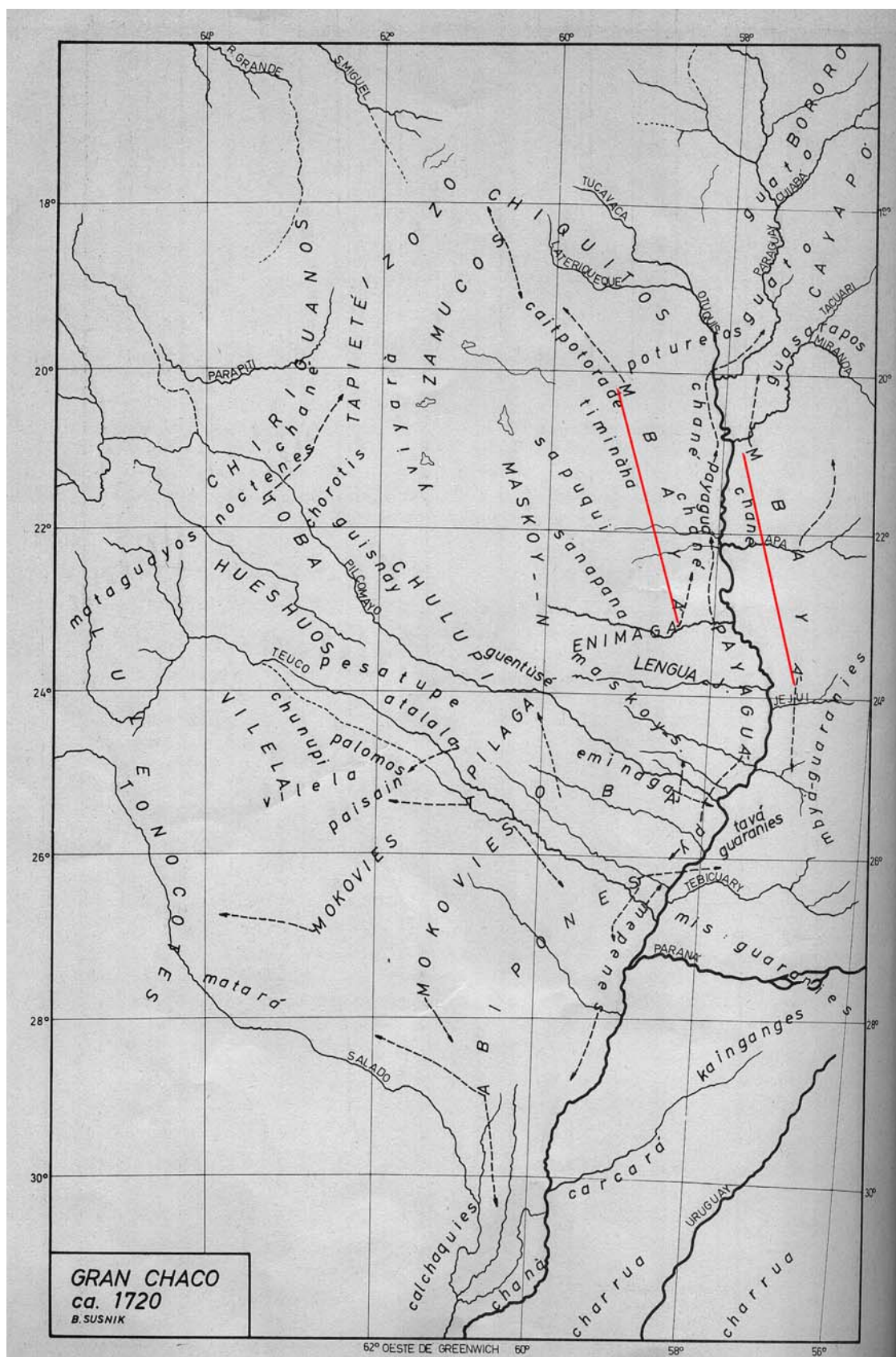


Figura 9: Os grupos étnicos do Gran Chaco cerca de 1720 (Fonte: Susnik, 1972).

As fontes documentais sobre o século XVIII são mais vastas que as dos séculos anteriores sobre a localização dos Mbayá-Guaicurú³⁷. Os registros, entre os feitos por espanhóis e portugueses, englobam relatos de missionários jesuítas, militares e alguns exploradores e navegadores.

O bandeirante Campos (1862, p. 441) relatou sobre as populações indígenas que encontrou nas minas de Cuiabá e seu recôncavo, desde 1718 até 1723. Referiu-se aos índios cavaleiros chamados de *Aycurú* que “cursam até o rio de Araquahy, rio de Botetehuço, rio Claro, e todas as vargens de Tacoarye por todos estes distritos, andam fazendo grandes destruições em todo o gentio nomeado até donde podem alcançar com a sua cavalaria em que recebem pouco dano, subindo da barra do Botetehu pelo Paraguay acima”.

Em 1751, o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim (1866, p. 488), realizou uma viagem de São Paulo a Cuiabá. Na relação da viagem informou que os cavaleiros “vivem á borda do rio Paraguay, da parte do poente e vizinham com as povoações dos castelhanos, que experimentam deles alguns insultos, e se estendem pelas mesmas bordas do rio até a vizinhança do caminho que eu trouxe”. Os dados de Rolim são de difícil entendimento para uma localização aproximada do grupo, fazendo apenas referências de que viviam na margem ocidental do mesmo rio.

O jesuíta Dobrizhoffer (1967, t. I, p. 223), que esteve em contato com os indígenas do Chaco na segunda metade do século XVIII, cita que “los mbayas que habitan en la orilla oriental del Paraguay, se denominan Eyiquayegis; los de la orilla occidental Quetiadegodis”.

³⁷ A partir do século XVIII o uso dos designativos “Mbayá” e “Guaicurú” nas fontes documentais é

O jesuíta Labrador (1910, t. I) conviveu com a tribo Mbayá dos Apacachodegodis entre 1760 e 1767, e com eles fundou a Redução de Belém na margem direita do Ypané, afluente esquerdo do rio Paraguai. O autor (op. cit., p. 130) os descreveu habitando ambas as margens do rio Paraguai:

La belicosa nación de los Eyguayeguis ha más de un siglo que posee y vaguea por las deliciosas tierras comprendidas en dilatados espacios a las orillas orientales y occidental del coronado río Paraguay. No es á la verdad, la única gente que los puebla; pero es la más numerosa y dominante.

Ao se referir às terras da margem ocidental do rio Paraguai, Labrador (op. cit., p. 144-145) explica que:

La tierra que en la orilla del río Paraguay poseen los Guaycurús, y en que ordinariamente habitan algunos cacicatos, está comprendida entre los 18 grados de latitud austral y los 21 de la misma. Lo restante del terreno no ofrece conveniencias por la vida humana; es verdad que todo lo andan en busca de otras naciones enemigas. De este país se dice mucho en los diarios referidos; y abunda más de lagunas que de ríos.

As tribos Mbayá que habitavam ambas as margens do rio Paraguai no século XVIII, mencionadas por Labrador (1910, t. I) e outros autores, já foram anteriormente descritas e localizadas no segundo capítulo.

Outro jesuíta a descrever as nações indígenas do Chaco foi o missionário italiano Jolís (1972, p. 301), segundo o qual, “la parte del país que ocupa toda la nación de los Guaicurús va desde el río Ipané guazú hasta el Taquarí, y de una a outra parte del Paraguay, asciende a poco menos de 100 leguas (...)”.

O padre jesuíta Quiroga (apud Muriel, 1918, p. 249-50) também menciona em sua descrição a localização dos Mbayá:

Desde el río Jejuí, por una y outra banda, habitan los Mbayás, repartidos en varias parcialidades. Sus principales tolderías están de una y outra banda del Paraguay, en las tierras más inmediatas al pan de Azúcar. Corren estos indios toda la tierra, desde el Jejuí al Tacuarí, por la banda oriental, y por la occidental hasta cerca de los Chiquitos.

As informações referidas pelos jesuítas em meados do século XVIII são pertinentes, confirmando que o grupo habitava ambas as margens do rio Paraguai. O território ocidental, a grosso modo, estaria entre os 18° e 21° de latitude sul, enquanto que o território oriental representava um espaço maior, que ia desde os rios Ypané e Jejuí, ao sul, até o Taquari, ao norte.

O viajante Ferreira (1974, p. 78-9), em carta datada de cinco de maio de 1791, delimitou a área habitada pelo grupo na margem oriental, bem como mencionou os rios afluentes do rio Paraguai, compreendidos nessa área:

Habitam os terrenos, que formam a margem oriental do rio Paraguai, pelo dilatado espaço de quase cem léguas, que correm Norte Sul desde o rio Mondêgo (atual Miranda) ou por outro nome, Embolotêu, até a margem boreal do Ipané: Compreendendo-se entre estes outros muitos rios, que são o Mboymboy, o Terery, o Guaccuri, o Topoty - o que pareceu ser o rio das Correntes, o Barrique ou Mboery, o Piray e o Cambanupá. Todos desagüam no Paraguai, para cuja margem ocidental atravessam os Guaikurús no tempo da vazante por diferentes passagens, que então lhes facilite o Rio; sendo que de todas elas tão somente duas conhecemos, a primeira, na distância de 4 léguas abaixo do Presídio de Nova Coimbra, e a segunda, defronte da foz do Piray.

Dos rios acima mencionados, cabem algumas informações. O Mboymboy provavelmente seja o antigo rio Boy Boy ou Mboiboi, que segundo os aportes cartográficos de Labrador (1910) é o atual Aquidabã. O Terery e o Guaccuri aparecem

com a seguinte grafia: Tererí e Guaicurí, respectivamente. Estão localizados entre os rios Branco e Apa, conforme *Mapa Étnico* de Boggiani (1900) (fig. 12).

Neste trecho acima, Ferreira (1974) também se refere aos locais em que os Mbayá faziam a travessia do rio Paraguai, para realizar incursões no Chaco, principalmente em busca de cativos. Isto vem a indicar que, mesmo habitando a margem oriental, percorriam também a outra margem chaquenha.

Barboza (1885, p. 31) escreveu uma notícia no ano de 1792, em que o gentio cavaleiro “tem os seus alojamentos nas alturas do rio Yguatemí, também andam à montaria pelos campos deste rio, o qual tem as vertentes ao Norte, e as suas correntes seguem ao Poente (...)”. O rio Yguatemí é afluente do rio Paraná, e sua nascente está à altura da nascente do rio Aquidabã.

O navegador espanhol Aguirre (1898, p. 474), em seu diário de 1793, refere-se aos Mbayá que habitavam as regiões setentrionais do Chaco, mais precisamente entre os paralelos 19° 30’ a 22°, e que hostilizaram com suas “correrías” Tucumán, Santa Cruz de la Sierra e o Paraguai. Provavelmente Aguirre, nessa passagem, esteja se referindo às duas tribos Mbayá, dos Guetiadegodis e dos Cadiguegodis, que ocupavam nessa época a margem chaquenha do rio Paraguai.

O comandante do Presídio de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado (1856, p. 25), referente a 1795, especifica a área habitada pelos Guaicurú, pela margem oriental do Paraguai desde a latitude de 19° 36’:

Todo este vasto terreno é cortado de pequenos rios navegáveis por algumas léguas, e que vão desaguar no Paraguay: são estes o Imbotatui, hoje chamado Mondego, que está na latitude de 19 graus e 28 minutos; o rio Queima, que podemos supor foi chamado pelos antigos sertanistas Teriri; o rio Tipoti, o rio Branco, o da Lapa, e o Queidavan Ipané, que está na latitude de 23 graus e 36 minutos.

Cabe informar que o rio Imbotatui ou Mondego, mencionado por Prado, é o atual rio Miranda (Ferreira, 1974).

Pelo lado ocidental, Prado menciona desde a latitude de 20° até abaixo da cidade de Corrientes. Acredita-se que esteja se referindo à grande família lingüística Guaycurú, e neste caso aos demais grupos eqüestres como os Abipon, Mocovi e Toba, ao localizar a área da margem ocidental abrangendo até a cidade de Corrientes. Naquela época já não havia mais o assentamento sulista do grupo Guaicurú.

Serra (1865, p. 178), em descrição geográfica feita em 1797, localiza:

...desde o rio Taquary se estendem para o sul, por todos os mais rios que entram na margem oriental do Paraguay até o rio Ipané, e semelhante na oposta margem das serras de Albuquerque para baixo, espaço grande de terreno, que ainda não ocupados pelos vizinhos europeus, dão segura morada a esta e outras nações.

Com base nestas fontes da última década do século XVIII, é possível deduzir que em fins do século a maioria dos assentamentos Mbayá-Guaicurú encontravam-se nas terras orientais do rio Paraguai, limitadas ao sul pelo rio Ypané e ao norte pelos rios Taquari e / ou Miranda. Enquanto que a área ocidental compreendia aproximadamente o território entre os 19° a 22° de latitude sul.

A partir do século XIX, as informações sobre a área ocupada pelos Mbayá-Guaicurú aumentam consideravelmente. As fontes, na sua maioria, são relatos produzidos por viajantes e militares, além de alguns dados obtidos junto a cronistas e documentos oficiais da Diretoria dos Índios da Província do Mato Grosso.

Em 1803, Serra (1872, p. 379) menciona no parecer sobre o aldeamento dos índios Guaicurú e Guaná, que os primeiros “se mudaram enfim pelos anos de 1796 para

as terras de Albuquerque, em que presentemente existem; e desde o seguinte ano, a fundação de Miranda, se faz no centro da morada, dos que se refugiaram e existem naquela parte do rio Mondego”.

O viajante inglês Mawe (1978, p. 209), que percorreu o Brasil entre 1807 e 1811, citou que:

... os Guaicurus, os Índios Cavaleiros. Ocupam as terras a partir do Rio Taquari, estendendo-se para o sul, ao longo de todos os rios que deságuam na margem direita do Paraguai, até o Rio Ipané, e de maneira semelhante, ao lado oposto, das Montanhas de Albuquerque para baixo.

A referência de Mawe se iguala à descrição feita por Serra (1865, p. 178) no *Extracto da descrição geographica da Província de Mato Grosso* em 1797.

Em 1825, D’Alincourt (1862, p. 341), nas explorações que fez de Camapuã a Cuiabá, registrou que “nas circunvizinhanças do presidio existem varias aldeias de índios Guaná e Uaicurús, e por um calculo aproximado achei que os Guaná andam ao todo em 1000 almas, e o Uaicurús em 300 (...)”.

Florence (1948, p.119), quando empreendeu a viagem de Porto Feliz a Cuiabá, relatou em 22 de junho de 1826 que foi informado de que os Guaicurú, depois de atacarem e matarem um brasileiro num sítio próximo ao Forte de Miranda e atacarem vários soldados que formavam um destacamento e estavam afastados daquele forte, “abandonaram os arredores de Nova Coimbra onde viviam aldeados e puseram-se a bater campo como inimigos”.

Elliott (1870, p. 170), nas viagens exploradoras que realizou entre os anos de 1844 e 1847, localizou os Guaicurú habitando “a campanha que se estende desde o Mondejo até ao rio Apá, e desde a serra de Maracajú até ao rio do Paraguay”.

Jardim (1869, p. 549-550) informou em discurso da criação da diretoria dos índios na Província de Mato Grosso, em 12 de maio de 1846, que no distrito de Albuquerque há três aldeias indígenas que perfazem um total de 1.300 indivíduos de ambos os sexos, que são: “uma de *Guatiadéos*, tribo pertencente á nação dos cavaleiros Guaycurús, outrora errante e empreendedora; uma de Guanás, e a última de *Kinikináos*, tribos muito dadas á cultura das terras, e pertencentes á nação dos Chanés (...)”. Referindo-se ao distrito de Miranda, Jardim (loc. cit.) informou a existência de 13 aldeias que compreendem aproximadamente 3.600 índios de ambos os sexos, compostas de “uma de *Cutuguéos*, uma de *Guiéos*, e uma de *Beaqueéos*, tribos pertencentes á nação dos Guaycurús; uma de *Kinikináo*, três de *Layana* e seis de *Terenas*, tribos pertencentes a nação Chanés”.

Rohan (1869, p. 381), na viagem que empreendeu em 1846, também informa que na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque havia uma população indígena de 1.600 almas, compostas de uma aldeia de Guaná, uma de Guaicurú, nas suas proximidades, e outra de Kinikináo.

As informações de Rohan (loc. cit.) confirmam as proferidas por Jardim (1869) no mesmo ano, quanto à presença de uma aldeia Mbayá na Província de Albuquerque pertencente à tribo dos Guatiadeos (*Guetiadegodis*).

Leverger (1862, p. 225), em 1847, relatou que os Cadiuéos “estabeleceram-se temporariamente, já neste já naquele ponto das margens do Paraguay entre Coimbra e o Fecho dos Morros”. Estes são conhecidos atualmente por Kadiwéu.

Registrou também a presença dos Cadiuéos no riacho do Queima, na margem esquerda do rio Paraguai. O riacho referido, segundo Leverger (op. cit., p. 227-228), também é chamado de riacho do Paula, de Nabilecuela e Tereris pelos antigos sertanistas.

Queima e Paula eram os nomes dos caciques da tribo dos Cadiuéos, que em 1791 pediram paz e amizade ao Capitão general Luiz D’Albuquerque.

Castelnau (1949, p. 242-3) registrou, em meados do século XIX, quando da sua visita a Albuquerque, que ali havia chegado há poucos dias um bando indígena. “Contaram-nos ainda que tinham massacrado a população de uma aldeia espanhola e que, sentindo-se perseguidos, vieram por-se sob a proteção da guarnição brasileira. Pertenciam esses índios à raça dos Guaicurus, nação cavaleira, que leva vida errante nas vastas planícies da região”.

Mais adiante menciona:

Quando chegamos a Albuquerque, achava-se aí de passagem uma outra tribo da mesma nação de que estamos tratando, a dos Cadiueus, muito mais selvagem do que a precedente. Tinha ela vindo pouco antes do Grão-Chaco, fugindo à perseguição dos Inimás, tribo contra a qual haviam praticado alguns actos de hostilidade (ibid., p. 244).

Ao retornar para Albuquerque depois de uma viagem ao Paraguai e ao Forte Bourbon, Castelnau (op. cit., p. 313) notou que: “enquanto estivemos ausente, a aldeia dos Guaicurus Cadiueus tinha aumentado de modo considerável, à custa de índios vindos das regiões mais longínquas do sertão”.

Percebe-se neste interessante relato de Castelnau (1949) que vários grupos Mbayá-Guaicurú estavam naquela época mudando seus assentamentos do Chaco paraguaio para as terras brasileiras do pantanal, em busca de proteção. As razões apontadas para tanto estavam nas perseguições cometidas pelos paraguaios, além do fato de os Kadiwéu

estarem em guerra com os Enimá. Rohan também registrou em 1844 a guerra dos Guaicurú com os Enimá do Chaco³⁸.

Bossi (1863, p. 29) confirma as informações anteriores de que os Guaicurú habitavam ambas as margens do rio Paraguai. Acrescenta que notou que suas “malocas ó rancherias” começam nas proximidades do Pão de Açúcar e seguem ao norte.

O cronista Graty (1862, p. 184) menciona que: “los Mbayas viven todavia hoy en estado salvaje al norte del rio Blanco, en el territorio brasileño; pero existe, cerca de Coimbra, una reduccion de 400 á 500 de esos indios muy ejercidos en el manejo da las armas de fuego”.

Magalhães (1975, p. 97) delimita o território oriental do grupo entre os rios Apa e Miranda.

Fonseca (1880, p. 18) menciona que dos Cadiuéos (Kadiwéu) e Beaquéos, “restos da fortíssima e temida nação Guaicurú” somavam 1.600 indivíduos.

Steinen (1940, p. 693) relacionou as tribos mato-grossenses segundo as Atas Cuiabanas, das quais registrou as quatro tribos existentes dos Guaicurú, sua localização e o seu número populacional, respectivamente (quadro 1).

O autor (ibid., p. 696) acrescenta à relação, referindo-se as informações do ano de 1848, que os *Guaicurú Cadinéu* (Kadiwéu), cerca de 800 indivíduos, estavam divididos em várias hordas, nas duas margens do Paraguai, abaixo de Coimbra.

Tribos Guaicurú ³⁹	Localização	1848	1872
-------------------------------	-------------	------	------

³⁸ Outros registros em Leverger (1862, p. 225) e Elliott (1870, p. 170).

³⁹ Foram inseridos os antigos nomes das tribos correspondentes.

Cadiuéo (Kadiwéu) (Cadiguegodis)	Paraguai, abaixo de Coimbra	850	850
Beaquéo	A leste do Paraguai e ao sul de Miranda	500 ⁴⁰	100
Cotoguéo (Gotocogueodeguis)	Em Lalima, a 6 léguas ao sul de Miranda	500 ⁴⁰	—
Guatiedeo (Guetiadegodis)	Albuquerque	130	—

Quadro 1: População Mbayá-Guaicurú em 1848 e 1872 (Fonte: Steinen, 1940, p. 693).

Nesta relação de Steinen é duvidosa a permanência do número populacional de 850 indivíduos mencionados para a tribo dos Cadiuéo (Kadiwéu), para os anos de 1848 e 1872.

O comerciante e pintor italiano Boggiani (1975) visitou em 1892 três aldeias Kadiwéu - Morrinhos, Nalique e Etóquiça - para comprar couros de veados (fig. 10). A primeira, aldeia do cacique Nauvilo, ficava à margem do rio Nabileque, em linha reta, não ficaria mais do que seis ou sete quilômetros do rio Paraguai. Do Retiro, rancho construído pelo fazendeiro Malheiros à beira do rio Nabileque, situado a doze léguas (48 quilômetros) da foz deste rio com o rio Paraguai, e considerado ponto máximo de navegabilidade, seguia-se mais ou menos oito a nove léguas interior adentro por terra, em

⁴⁰ O número populacional se refere a Beaquéo e Cotoguéo juntos.

direção a Miranda, para chegar a Nalique, considerada a capital dos Kadiwéu. E Etóquiya estava a uns cinco quilômetros de Nalique (Boggiani, 1898, p. 7).

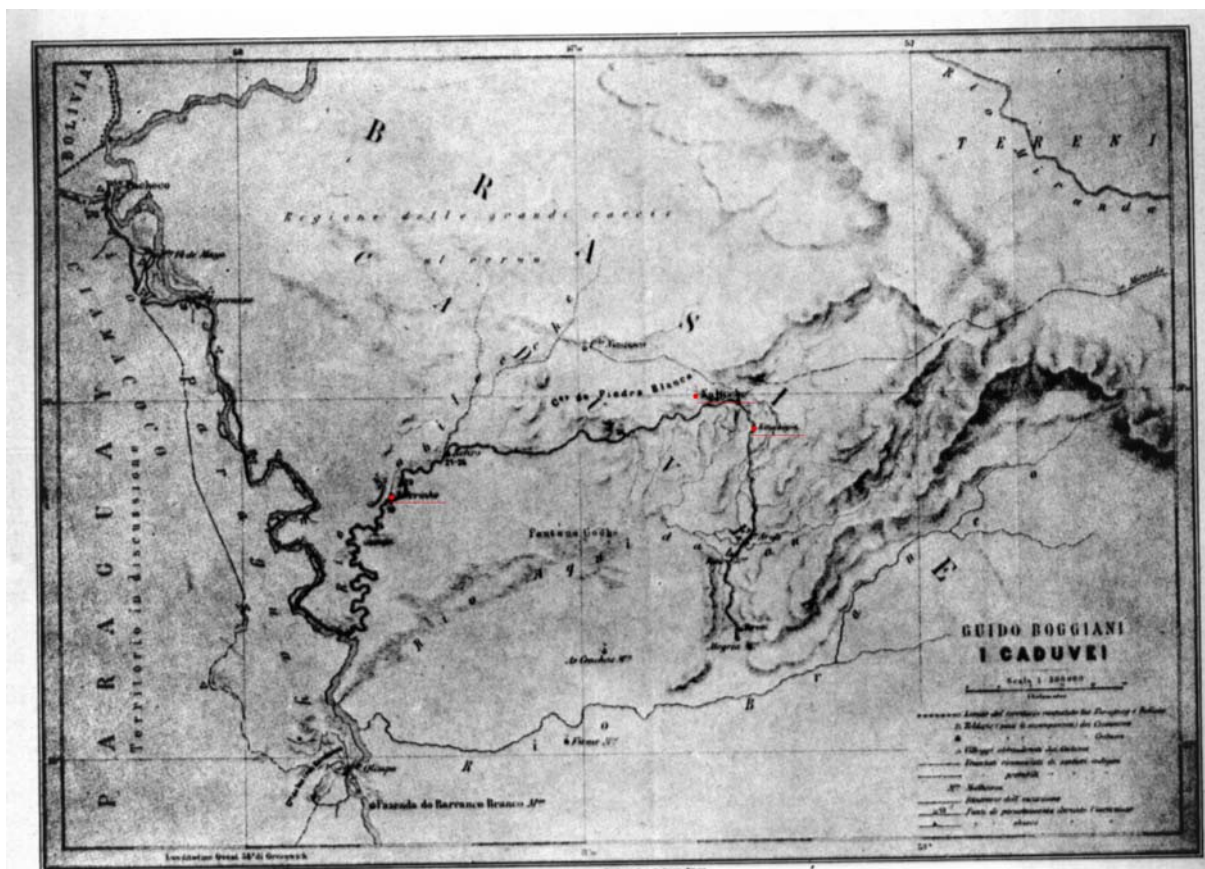


Figura 10: Mapa da região habitada pelos Kadiwéu, com a localização das três aldeias em 1892 (Fonte: Boggiani, 1975).

Anos mais tarde, em 1897, Boggiani (1929, p. 525) visitou novamente a região dos Kadiwéu. Encontrou-os num acampamento provisório numa “de las muchas islas boscosas que acompañan el curso del río Nabileque”. Da aldeia de Nauvilo, visitada cinco anos antes, nada restava, pois o terreno estava inundado. E a aldeia ao pé do Morrinho (onde erguiam a nova aldeia) estava abandonada. Haviam fugido temendo

vingança dos Kadiwéu de Nalique, pois Nauvilo havia servido de guia aos soldados enviados pelo fazendeiro Malheiros, que assaltaram e destruíram a aldeia de Nalique (ibid., p. 548).

O francês Rivasseau (1936, p. 55) também esteve entre os Kadiwéu, visitando duas aldeias: Tuyuyú e Aldeia-Grande. Menciona que o governo do estado do Mato Grosso havia reservado uma área aos Guaicurú (Kadiwéu), entre o rio Nabileque e um afluente deste à margem esquerda, o rio Niutaque, e ao sul, o rio Aquidauana. A leste, a Serra da Bodoquena e por outro lado o rio Paraguai (fig. 11).

Rivasseau (1936, p. 213-215) relatou, segundo informações obtidas junto aos Kadiwéu, outras aldeias que haviam sido usadas no passado. A Aldeia Velha ficava cerca de seis léguas (12 Km) ao norte do Forte Olimpo. Esta aldeia estava situada em frente às ilhas que formavam quatro braços, e que durante a época da seca facilitava a travessia do rio Paraguai. A aldeia do Morrinho era uma das mais antigas, localizava-se próximo ao Morrinho, quase em frente ao Morro Maciel e em torno de uns dez quilômetros da fazenda Santo Antonio do Nabileque. Esta aldeia foi a última a ser abandonada; os Kadiwéu haviam habitado nela seis ou sete anos atrás. Existiam ainda outras aldeias abandonadas: uma ao pé do Morro Maciel, uma no Morro do Niutaque, uma no Morro do Tigre e outras três na ilha do Nabileque: as aldeias do Morro do Pacú, Rebojo-Grande e uma próxima da laguna do Caramujo.

A partir da análise da bibliografia do século XIX, pode-se concluir que a área habitada pelos Mbayá-Guaicurú havia se restringido consideravelmente em relação ao território do século XVIII. Ocupavam o território entre os rios Apa e Miranda, concentrando-se em quatro áreas específicas: 1) Albuquerque; 2) Miranda e Lalima; 3)

nas proximidades do Forte de Coimbra; 4) região do Forte Olimpo, Pão de Açúcar e entre os rios Nabileque, Niutaque, Tereré e Branco (fig. 12).



Figura 11: Mapa do território reservado aos Kadiwéu pelo governo de Mato Grosso (Fonte: Rivasseau, 1936).

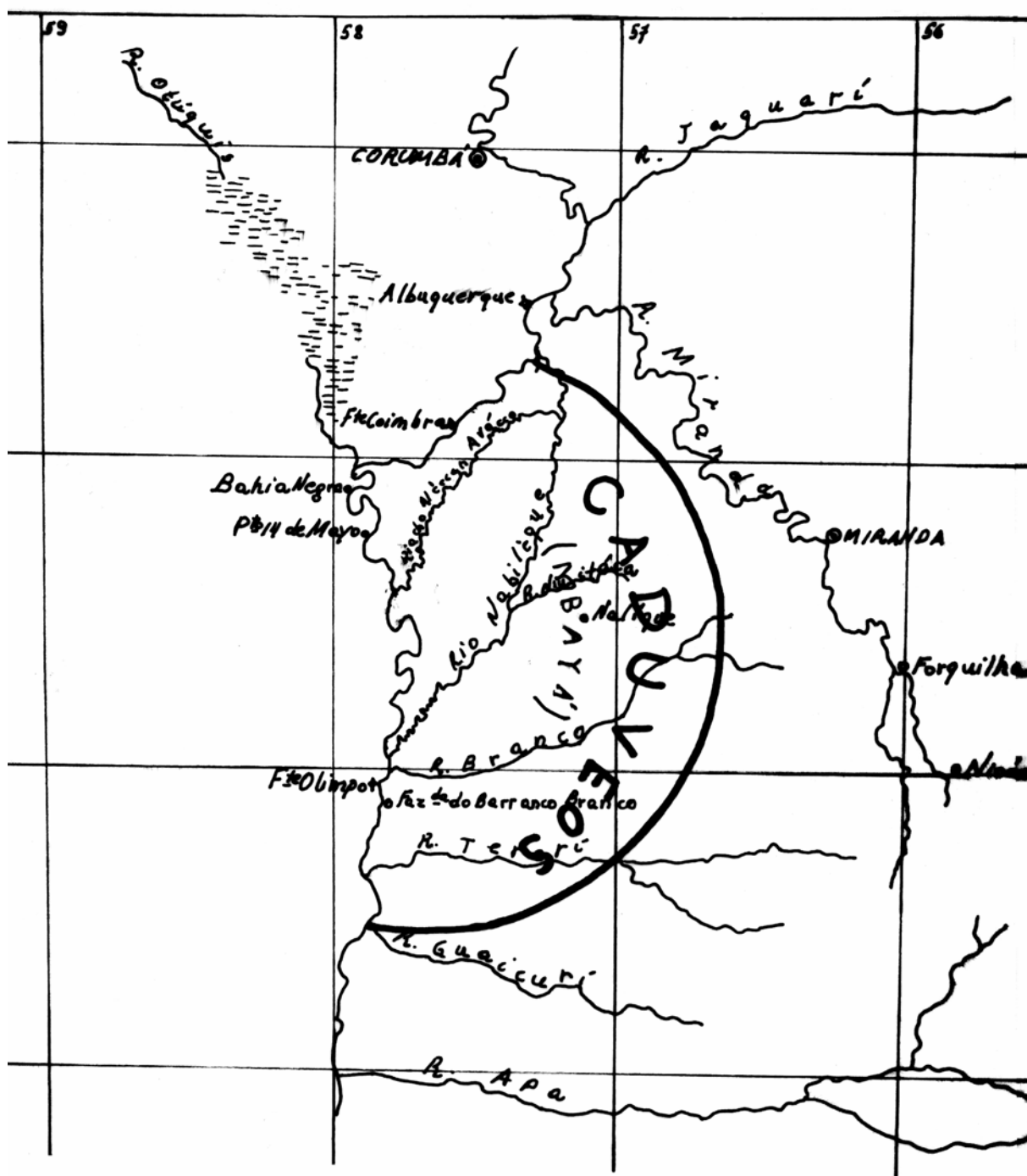


Figura 12: Vista parcial do *Mapa Étnico de Boggiani* (1900), demonstrando a área habitada pelos Mbayá no século XIX, ressaltando o território Kadiwéu (Fonte: Boggiani, 1900).

3. 2 - Aspectos gerais do ambiente físico

Os Mbayá-Guaicurú eram grupos caçadores-coletores-pescadores, pedestres inicialmente e, a partir do século XVII, eqüestres, em constantes deslocamentos na região do Chaco. O Chaco também era conhecido como Gran Chaco ou Chaco Gualamba na literatura. Os Guaicurú, eram encontrados entre os séculos XVI e XVII vivendo no Chaco. Da mesma forma, os Mbayá, assentados mais ao norte, viviam somente na margem ocidental do rio Paraguai, ou seja, dentro do ambiente chaquenho no século XVI e primeira metade do século XVII.

O Chaco é uma porção de terra situada no centro da América Meridional, abrangendo atualmente territórios do Paraguai, Bolívia e Argentina, compreendendo uma área de planície em torno de 790.000 Km². Geograficamente, limita-se ao sul com os Pampas; a oeste, com a região andina; a noroeste, com o planalto de Chiquitos e Velasco; e a leste, com os rios Paraguai e Paraná (Carvalho, 1992, p. 457).

O ambiente do Chaco se caracterizava por duas estações bem definidas e completamente inversas: o verão, estação úmida de chuvas torrenciais com inundações de grandes áreas, formando banhados e pântanos; e o inverno, com um regime de precipitações escassas, ocasionando a seca e falta de água, deixando o ambiente semi-árido. O mesmo acontece com o clima, havendo uma grande variação térmica, de calor intenso e frio rigoroso, respectivamente. A maior incidência de chuvas é no verão, entre os meses de fevereiro e abril, que confere à região um clima tropical. Na estação das secas, a falta de chuvas faz com que aflorem no solo camadas de sal, que tornam a terra improdutiva.

A vegetação, de acordo com Métraux (1963, p. 210), reflete o caráter de transição do Chaco, entre a planície tropical da Bacia Amazônica e o Pampa argentino, com campos, bosques de palmeiras, plantas de áreas alagadiças e árvores espinhosas. A palma típica do Chaco é o Caranday (*Copernicia Cerífera*)⁴¹, que abunda nas planícies e no curso do rio Paraguai (Reichert, 1991, p. 3).

Os principais rios que atravessam o Chaco são o Pilcomayo, o Bermejo, afluentes do rio Paraguai, e o rio Salado, afluente do Paraná.

As fontes documentais do século XVII deram um grande testemunho do que representava o Chaco e quais os problemas que ali se enfrentavam, onde os Guaicurú habitavam e para tanto estavam adaptados.

O Provincial Diego de Torres (1927, p. 48), em Carta Anua de 1610, menciona que os Guaicurú: “...viuen en tierras de grandes pantanos de invierno y tan faltos de agua de verano (...)” No ano seguinte, Torres (Carta Anua 1611, p. 89) refere-se ao período das inundações: “el rio crecio tanto, que anego toda la tierra delos Guaycurus (...)”.

Ao se referir à terra que os Guaicurú habitavam, Torres (Carta Anua 1614, p. 287) descreve mais uma vez : “Y la tierra de ellos ? Intolerablemente calurosa; las aguas salobres, todo lleno de charcos, donde pululan nubes de sanguinarios mosquitos; el terreno es una inmensa llanura, expuesta a las inundaciones.”

O Provincial Pedro Oñate (1929, p. 16) em Carta Anua de 1615, ao se referir à Missão dos Guaicurú, menciona: “Es el puesto q alli tienen los nuestros mal sano, por

⁴¹ É mais provável que a espécie do carandá no Chaco seja a *Copernicia alba*.

estar entre pantanos, y lexos el agua dulce, yassi la veuen cenagosa, y salobre. ay gran abundancia de mosquitos (...)"

Alvear (1970, p. 680) completa as informações dos Provinciais e acrescenta que: "el país en tiempo de lluvias se cubre todo de pantanos y anegadizos; y por lo contrario en tiempo de la secas es tal fuerza del sol y la escasez de aguas, que, abriéndose la tierra en zanjias profundas, se hace intransitable hasta a las fieras".

O jesuíta Lozano (1941, p. 67) resumiu no século XVIII as adversidades encontradas no Chaco: "las tierras son en tiempo de aguas, tan pantanosas y llenas de anegadizos, que no se pueden andar, y en tiempo de seca son tan ardientes los soles y falta de agua, que se abre la tierra en profundas grietas, y no hay quien se atreva a andarlas, porque los caballos se ahogan de sed".

O cronista Charlevoix (t. I, 1910, p. 133) fez observações interessantes sobre a sobrevivência de grupos indígenas, como os Guaicurú, num ambiente marcado por duas estações tão rigorosas e ao mesmo tempo inversas:

Es verdad que la mayor parte de ellas apenas son habitables, por ser pantanosa en la estación de las crecientes, y tan secas y áridas lo restante del año, que á cada paso se encuentran grandes quebraduras, y para no morir de sed se ven precisados los habitantes á ir á vivir en las cercanías de las lagunas que nunca secan del todo y cuya agua es muy turbia.

A partir de meados do século XVII, quando alguns grupos Mbayá passaram a se instalar na margem oriental do rio Paraguai (que posteriormente, já no século XVIII, se tornaram os maiores assentamentos Mbayá), o ambiente diverge um pouco do anterior chaquenho. Habitaram áreas inundáveis, como o Pantanal, e outras áreas adjacentes ao mesmo na margem oriental deste rio, mas não abrangidas pelo ciclo de seca e inundações

desta região, como, por exemplo, o território entre os afluentes da margem oriental do rio Paraguai, do rio Apa ao Jejuy.

O Pantanal abrange partes do território dos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, em menor escala, terras pertencentes à Bolívia e ao Paraguai.

Segundo Corrêa (1946, p. XIII), o pantanal mato-grossense não significa simplesmente pântano, terreno brejoso como os dicionários definem. Esta denominação especifica-se:

... quando aplicada a vasta região antropogeográfica, de fisionomia singular, cujo relevo, cuja vegetação e economia resultam de atividades fluviais.

Semelha-se, de certa maneira, a imenso fundo de concha, sulcado pelo rio Paraguai e seus tributários, que imprimem à paisagem feições peculiares, com o ritmo de suas alagações anuais, quando se lhes misturam as águas em ampla coalescência, dilatada por légua e légua, à laia de imenso lago efêmero, em que mal se distinguem os canais permanentes.

O pantanal mato-grossense cobre uma superfície a grosso modo de 400 quilômetros de extensão por 250 de largura (Moura, 1943, p. 7). As inundações periódicas que ocorrem na época das cheias nessa região fazem com que durante um grande período do ano as águas fiquem estacionadas, geralmente entre os meses de março e agosto.

Segundo Moura (1943, p. 8-9), o pantanal é constituído...

.... principalmente de várzeas limpas, com gramíneas formando um como contínuo atapetado verde, aqui e acolá, em alguma ligeira depressão cercando lagoas dispersas.

A vegetação do Pantanal é botanicamente variada (...). Manchas de matas, em partes mais altas, mais antigas geologicamente que o aluvium (...). Touceiras de aguapés debruam as margens dos canais dos rios, onde também existe mata ciliar nas ribanceiras um pouco mais altas.

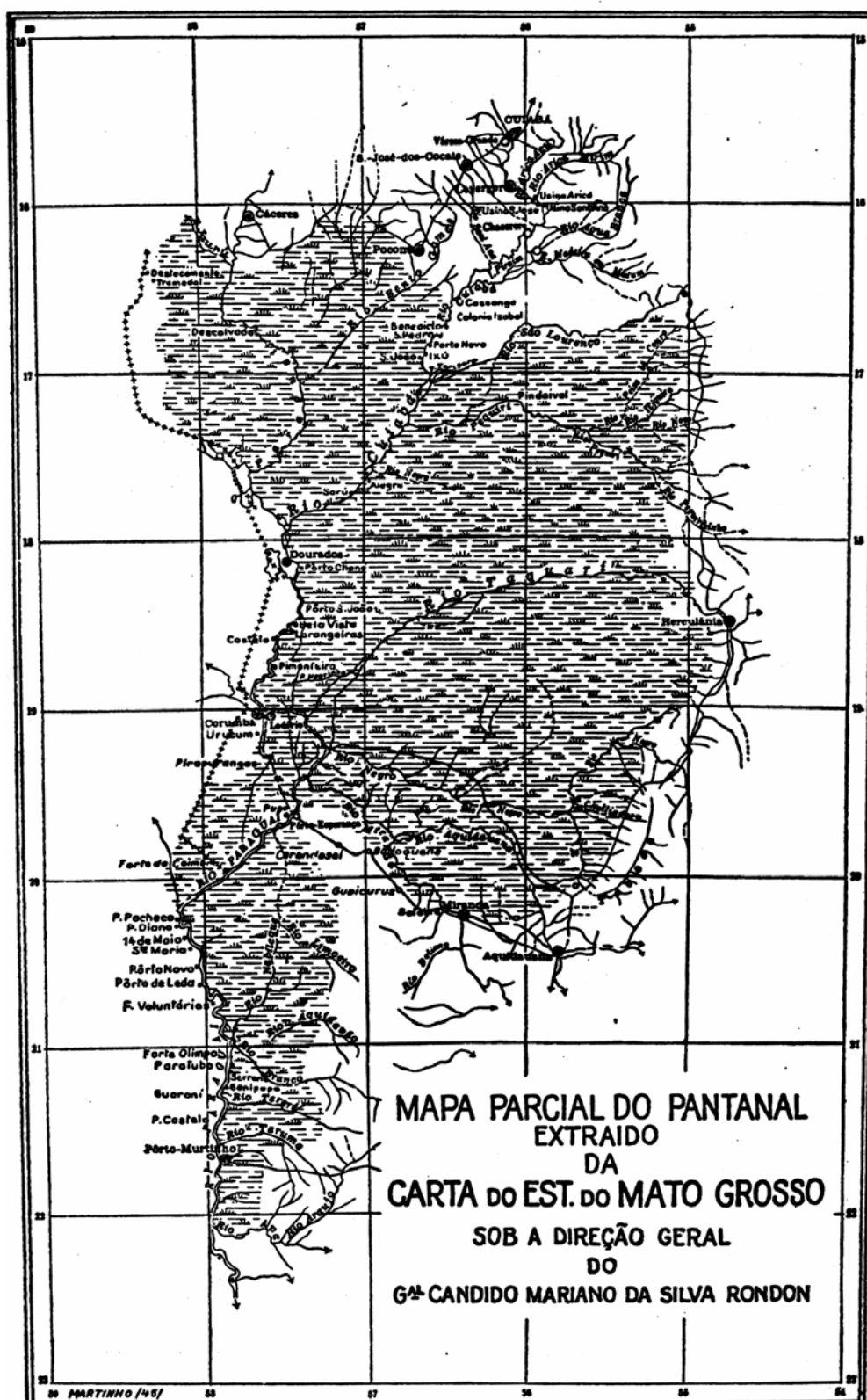


Figura 13: Mapa Parcial do Pantanal (Fonte: Correa, 1946, p. 18).

Nas chapadas, planaltos e serras, que possuem formações areníticas, ocorre uma formação vegetal típica, o cerrado. Entre a vegetação da região, Moura (op. cit., p. 17) ressalta que o carandá merece especial destaque, pois “marca a transição desse terreno alagado para regiões menos inundadas”.

A partir da localização das diferentes áreas habitadas pelos Mbayá-Guaicurú e a caracterização física do meio ambiente se analisará no próximo capítulo como o grupo se organizou nestes espaços, sendo identificados os tipos de assentamentos, as estruturas de habitação, de combustão e funerárias relacionadas segundo as distintas áreas, em diferentes períodos e por distintas tribos Mbayá-Guaicurú. Neste quarto capítulo procura-se dar aportes para o conhecimento, a localização e a identificação dos sítios arqueológicos do grupo, buscando auxiliar a futuros trabalhos arqueológicos.

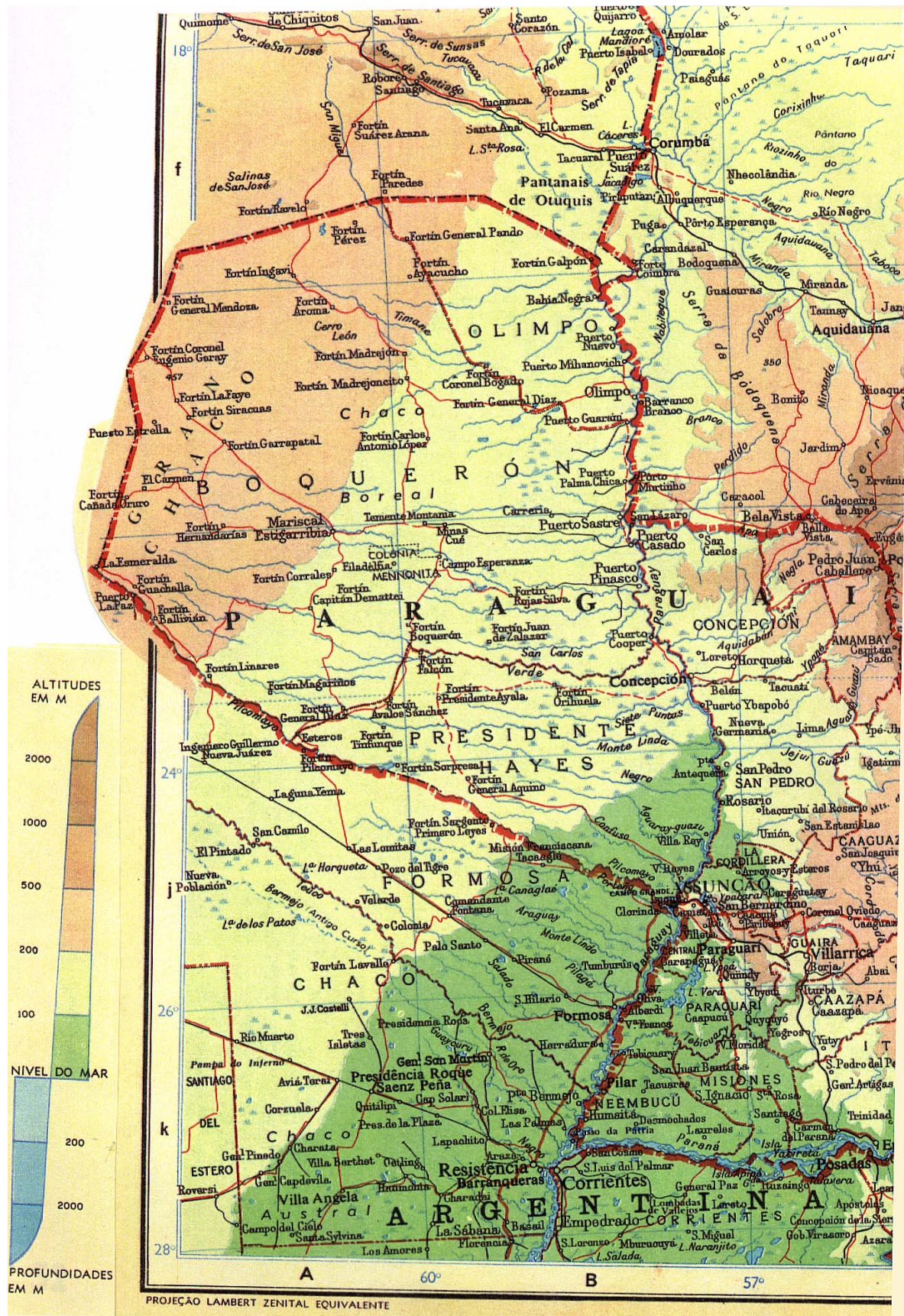


Figura 14: Mapa parcial abrangendo as regiões do Chaco, do Pantanal e áreas adjacentes habitadas pelos Mbayá-Guaicurú (Fonte: Grande Atlas Mundial, 1967, p. 52).

4 - ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: ASSENTAMENTOS E ESTRUTURAS

O estudo dos assentamentos Mbayá-Guaicurú e de suas respectivas estruturas está restrito às fontes escritas. Ainda não existem trabalhos arqueológicos que contemplem os assentamentos chaquenhos. As pesquisas arqueológicas no Chaco central são de difícil execução. Como Carvalho (1992, p. 457) comentou, “são áreas mais periféricas, não sempre inundáveis, que fornecem algumas evidências arqueológicas sobre o povoamento antigo e as influências culturais pré-colombianas na região”. As evidências, neste caso, resumem-se a peças líticas, cerâmicas e informações sobre as tradições funerárias.

As pesquisas arqueológicas no Pantanal e áreas adjacentes também ainda não evidenciaram os tipos de assentamentos dos Mbayá-Guaicurú, assim como também não foram identificados sítios arqueológicos ocupados, com certeza, pelo grupo em questão.

O *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*, coordenado pelo Instituto Anchieta de Pesquisas e mantido pelo convênio com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, está sendo executado na área em que estes sítios podem aparecer, faltando confirmar as hipóteses relativas.

Para a construção teórica do padrão de assentamento, é fundamental definir o conceito de assentamento para a arqueologia. Para essa definição, são importantes os trabalhos de Chang (1976) e Trigger (1968). Chang (1976, p. 50 e 53) define assentamento como:

(...) una unidad arqueológica, analítica e históricamente significativa, sobre cuya base se realizan los análisis y comparaciones de las culturas prehistóricas y las historias culturales. Esta unidad se encuentra en un “estado estacionario” y ocupa un área significativa, extendiéndose también en un microtiempo significativo. (...) las características de un asentamiento arqueológico (...) incluyen artefactos, otras pruebas de ocupación humana y su contexto de deposición. Un asentamiento arqueológico se define como la unidad arqueológica que posee dados tales como su contenido, con una dimensión temporal y una espacial que delimitan un estado estacionario.

Para Trigger (1968, p. 68 apud Veroneze, loc. cit.) o padrão de assentamento “é o ponto de partida estratégico para a interpretação funcional de culturas arqueológicas, onde é refletido o ambiente natural, o nível tecnológico no qual aqueles ‘construtores’ estavam operando e várias instituições de interação social, mais o controle pelo qual era mantida a cultura”.

A organização do espaço Mbayá-Guaicurú está relacionada a três variáveis distintas: tempo, espaço e tribo. A partir destas variáveis constatou-se a diversidade de tipos de ocupação e não um único tipo de assentamento. Dessa forma, na medida do possível, buscou-se distinguir os tipos de assentamentos encontrados nas fontes etno-

históricas escritas, contextualizando o espaço geográfico, o período e a (s) tribo (s) relacionada (s) a determinada forma de ocupação.

4. 1 - Tipos de Assentamentos

4. 1. 1 - Assentamentos Chaquenho

Os dados sobre os assentamentos Guaicurú no Chaco são escassos, principalmente nos primeiros séculos da colonização hispânica, séculos XVI e XVII.

Cabeza de Vaca (1969, p. 35) relatou pela primeira vez o caráter temporário dos acampamentos Guaicurú: “... nunca están quedados de dos días arriba en un lugar; luego levantan sus casas, que son de esteras, y se van una legua o dos desviados de donde han tenido asiento, porque la caza, como es por ellos hostigada, huye y se va, y vanla siguiendo y matando”.

O capuchinho Espinosa (1948, p. 634) observou no início do século XVII a pouca estabilidade do grupo, registrando que se utilizavam de canoas durante as inundações para se locomover:

Demas de ser tan haragana, no tienen poblacion, mas de vnas esteras, que las mudan quando quieren a outra parte y aunque es tierra raza sin montaña, ni arboleda, donde viuen, son dificiles de conquistar, porque llouiendo se aniega toda la tierra, por ser muy llana, y sin corrientes, de suerte que toda está hecha vna mar, y andan por ella muchas leguas en Canoas, y en dexando de llover se seca luego, la qual está llena de ganado.

Techo (1897, t. III, p. 140), jesuíta do século XVII, destaca outro aspecto da instabilidade: “(...) conocía por larga experiencia cuán enemigos son los indios de tener domicilio estable, á causa de la afición que tienen á las guerras intestinas, de tal manera, que todos los años solían trasladarse á outro sitio”.

O cronista Muriel (1918, p. 229) indica o esgotamento dos recursos locais como causa dos deslocamentos constantes Guaicurú: “como sufren de falta de mantenimiento, cada año mudan de lugar, llevando a hombro todos los enseres domésticos y la misma casa, que es portátil, también”.

O jesuíta Lozano (1941, p. 67) é quem dá a idéia dos locais preferenciais para os assentamentos em tempos de seca no Chaco: “bien que quedan en partes, pantanos de dos y tres leguas, y en ellos algunos esteros donde se esconden estos Guaycurús (...)”.

Da mesma forma, Alvear (1970, p. 680-81) refere que: “Sin embargo se conservan algunas lagunas a largos trechos, y a ellas, como a seguro asilo, se acogen los guaycurúes, y pasan la vida sin más alimento que algún pescado, raíces de totora y el agua hedionda de aquellos lodazales.”

O jesuíta Labrador (1910, t. I, p. 144-45), ao localizar em meados do século XVIII algumas tribos Mbayá-Guaicurú na margem ocidental do rio Paraguai, entre os 18° e os 21° de latitude sul, menciona a existência nessa área de mais lagoas do que rios. Identificou e localizou dezoito lagoas que os Guaicurú buscavam em suas jornadas, pois

...

Abundan en ellas los peces y Caimanes, horribles en sus aspectos y formidables por sus colmillos. En tiempo de las crecientes del río Paraguay, y de las lluvias no puede este camino traginarse á causa de cerrar la senda las aguas y lodazales.

Em meados do século XIX, Castelnau (1949, p. 245) registrou que:

Os Guaicurus são ótimos cavaleiros, acostumados à vida errante no grão-Chaco e refratários à fixação em qualquer morada permanente. Na vastidão do deserto estão eles em contínua movimentação, um minuto bastando para montarem nos cavalos as mulheres e crianças, juntamente com as esteiras, os couros e os próprios cães, e partir logo todo o bando a galope. Não vivem senão do saque e dos assaltos que praticam, cometendo não raro espantosos morticínios.

Esta informação registrada por Castelnau (1949) refere-se, provavelmente, a uma das duas tribos eqüestres Mbayá (Cadiguegodis ou Guetiadegodis) que tinham nessa época assentamentos na margem chaquenha do rio Paraguai, na região do Alto Paraguai.

Em Métraux (1963, p. 355) encontra-se reproduzida uma ilustração (fig. 15) de um acampamento Mbayá em Albuquerque feita por Castelnau. Este acampamento poderia estar relacionado à seguinte passagem descrita pelo autor (1949, p. 234) em sua obra: “quando chegamos a Albuquerque, achava-se aí de passagem uma outra tribo da mesma nação de que estamos tratando, a dos Cadiueus, muito mais selvagem do que a precedente. Tinha ela vindo pouco antes do grão-Chaco, fugindo à perseguição dos Inimás, tribo contra a qual haviam praticado alguns actos de hostilidade”.

Castelnau (op. cit., p. 244) registrou ainda um aldeamento da tribo dos Uaitiadeu⁴², próximo a Albuquerque, no qual as 25 casas estavam dispostas em semicírculo.

⁴² São os Mbayá da tribo dos Guetiadegodis ou Gueteadeguos do século XVIII.



Figura 15: Acampamento Mbayá em Albuquerque (Fonte: Castelnau, 1852 apud Métraux, 1963, p. 355).

Conclui-se, a partir da análise das informações pertinentes aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, que os Mbayá-Guaicurú possuíam assentamentos pouco estáveis no Chaco, em função das condições ambientais da região, onde há a alternância de períodos de seca e de chuvas torrenciais e do tipo subsistencial característico: caçador-pescador-coletor. Os Mbayá-Guaicurú eram grupos nômades que realizavam deslocamentos constantes no Chaco em busca de locais propícios para seu sustento. Em períodos de seca, o grupo procurava áreas próximas a lagoas, pântanos e charcos para seus assentamentos, pois ali obtinha água e alimentos para sua subsistência. Primeiro, eram grupos pedestres que utilizavam esporadicamente a canoa como meio de locomoção, mas com a adoção do

cavalo obtiveram grande mobilidade, o que lhes permitiu percorrer maiores distâncias e se mover mais rápido. A pouca estabilidade dos assentamentos chaquenhos nos séculos XVIII e XIX pode relacionar-se também a outros fatores, como a grande mobilidade eqüestre e a economia botineira, em consequência da reorganização de uma sociedade eqüestre e guerreira, com ataques e assaltos a outros grupos indígenas, espanhóis e portugueses.

4. 1. 2 - Assentamentos na região do Pantanal e áreas periféricas

Informações relevantes para os tipos de assentamentos Mbayá-Guaicurú na região do Alto Paraguai, principalmente quanto à ocupação da área compreendida entre os rios Taquari e Ypané, na margem oriental do rio Paraguai, somente são encontradas a partir da metade do século XVIII. Os relatos em quase sua totalidade referem-se às formas de assentamento no Pantanal e áreas adjacentes, principalmente na área que tange ao atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul.

Devido à diversidade de tribos Mbayá-Guaicurú que habitaram a área mencionada, buscou-se identificá-las nas formas de assentamento relacionadas no texto, sempre que as fontes a possibilitassem.

Labrador (op. cit., p. 271), ao descrever a estrutura habitacional Mbayá na segunda metade do século XVIII, fala que a posição das casas enfileiradas forma uma aldeia em meio círculo, mais aberta nas extremidades. Não há ruas e cada casa tem os dois lados abertos que permitem a livre passagem dos indivíduos. A praça tinha o mesmo formato: é considerada a parte interna da aldeia, reservada para atividades coletivas e na qual não

entravam os cavalos. Acredita-se que a aldeia descrita pelo autor seja da tribo dos Apacachodegodis, com quem conviveu durante sete anos, e os quais estavam assentados na margem oriental do rio Paraguai, na altura do rio Ypané. A área habitada pela tribo dos Apacachodegodis, entre os rios Jejuí e Apa, está fora do território abrangido pelo Pantanal⁴³.

Ferreira (1974, p. 79) menciona em sua carta de 1791 que os Guaicurú, nos meses de inverno, possuíam alguns acampamentos mais fixos:

Não se ocupam em construir palhoças como os Guanás, se bem que alguns alojamentos tem, que são fixos, e eles vão situá-los nas serras circunvizinhas, quando com a enchente do rio se inundam as campanhas adjacentes. Servem-lhes de quartéis de inverno, para onde se retiram os decrepitos, os inválidos, as mulheres peçadas e as paridas, que tem de criar seus filhos. Tudo o mais pelo tempo do verão são aldeias errantes, que se estabelecem, onde favorece o tempo e o lugar.

No *Parecer sobre o aldeamento dos indios uaicurús e guanás ...* de 1803, Serra (1866, p. 211-213) fez importantes considerações sobre a sazonalidade dos acampamentos Mbayá-Guaicurú nas proximidades da Serra de Albuquerque e da Lagoa do Jacadigo, na região do Alto Paraguai⁴⁴. Como se trata do mais completo e rico relato em informações produzido, o trecho referente à forma de assentamento dos Mbayá-Guaicurú será reproduzido na íntegra.

A mais interessante riqueza que mais prezam, e em que mais cuidam todos os uaicurús, consiste em seis ou oito mil cavalos que possuem, para conservação dos quais é preciso pastos, e ainda mesmo para o sustento de todas estas tribos em geral, e cada uma em particular, necessariamente estes capitães, segundo o seu numero e ligações de suas famílias, se separam uns dos outros, e se espalham por diversos lugares a 3, 5 e 7 léguas, e outras vezes mais distantes entre si, dependendo estas mudanças do estado anual da inundação

⁴³ Ver Mapa do Pantanal em Correa (1963) (fig. 13).

⁴⁴ Ver localização da área no mapa parcial extraído do grande Atlas Mundial (1967) (fig. 14).

dos campos do Paraguay e de sua vazante. Em ambas estas opostas circunstancias, a morada dos uaicurús é regularmente nas campinas que se encostam á face do sul das serras de Albuquerque, que, desde o morro deste nome no Paraguay, se estendem por dez léguas para o poente, abeirando nelas. Mas esta morada é sempre ambulante, porque a máxima alagação do Paraguay, que não inunda ao mesmo tempo os ditos tabuleiros e campos altos que acompanham as escarpadas mencionadas serras de Albuquerque, deixa naqueles lugares não só suficientes pastos para tão inúmeros animais, mas chama a eles abundante copia de peixe, e de jacarés, que buscam sempre os fundos das baías, dos escoantes e partes mais baixas destes campos, encostando-se assim aos lugares não alagadiços deles, em cujos mergulhados terrenos se abrigam, e semelhantemente veados, porcos e outras caças; concorrendo tudo para que estes índios tenham neste tempo, que muitas vezes é a maior parte do ano, junto da própria morada tanto o seu sustento, como os pastos precisos para as suas numerosas cavalgaduras.

Porém logo que a inundação vai abaixando, também vão faltando naqueles campos os pastos e aguadas necessárias; pelo que vem então os índios acompanhando a sua vazante, e buscando nas muitas baixas e escoantes, que os retalham não só viçosas relvas, mas abundante pesca nos peixes, que se empilham nos fundos das ditas baías e escoantes, que sempre querem remontar; cujos escoantes; quanto mais encurtam a sua extensão para reentrarem nos seus limites, mais trazem após de si estas aldeias volantes; até a mesma margem do Paraguay, vizinha de Coimbra, donde fazem diárias digressões para ambos os lados deste grande rio, a buscarem nestas baías, que ficam existindo, peixes, jacarés e capivaras; e nos campos, porcos, veados e outras caças; o que praticam não só na total vazante do Paraguay, mas nos anos em que as suas cheias pouco trasbordam além das suas margens.

Semelhantemente no seguinte ano, logo que a cheia do Paraguay principia a inundar primeiro as baías e escoantes, e logo os campos, a vão os índios acompanhando em retirada, e fazendo as mesmas montarias, ás dispersas toldarias dos uaicurús, até que, se a inundação é grande, se tornam a situar nos ditos terrenos altos e contíguos a face do sul das serras de Albuquerque, os quais, ficando secas sem suficientes pastos nem aguadas, no das cheias reverdecem. Por estas circunstâncias, sucedendo nestes campos uma notável alternativa, vê-se que os primeiros que se alagam são os propriamente chamados de Albuquerque, estando neste tempo totalmente enxutos os chamados Lojacadigo, sete léguas mais para o ocidente, para onde se mudam então a maior parte dos índios e todos os seus animais. Sucede pois que estes últimos campos ficam geralmente debaixo d'água, e com grande altura de inundação, quando já os outros estão enchutos, e o mesmo Paraguay tem descido muito de sua máxima cheia, para onde voltam e se mudam os uaicurús.

Eu julgo que a Provincia de Chiquitos é quem inunda o dito Lojacadigo, porque o nivel das aguas não permite que o Lojacadigo esteja a encher, quando os outros já têm secado e estão baixos.

Além destas repetidas e annuaes mudanças para o pasto de tantos animaes, e para a pesca e caça que em um lugar fixo logo falta para tantos individuos, fazem os uaicurús outras muitas digressões para acharem em outros lugares sustento e palmitos, maiormente no tempo em que a bucayuba, especie de palmeira, dá o seu fructo, do qual fazem duravel provimento, tanto da pôlpa, como do coco que ella cobre, fazendo igualmente do amago do seu tronco

muito boa farinha, que se equivoca com a de mandioca: e acabados estes fructos, os palmitos e outras raizes, em um lugar, passam a busca-los em outros.

A partir das informações de Serra, pode-se tecer algumas observações e comentários importantes. Acredita-se que o Lojacadigo mencionado por Serra seja, atualmente, a Lagoa do Jacadigo próxima a Albuquerque.

A primeira observação refere-se ao grande rebanho eqüino que os Mbayá-Guaicurú possuíam, necessitando, para a sua subsistência, grandes pastagens e aguadas. Durante os períodos de cheias e secas, precisavam acompanhar os locais que oferecessem estas duas condições básicas.

Outra questão interessante é a alternância no período das inundações dos assentamentos entre os campos de Albuquerque e os da Lagoa de Jacadigo. Quando as inundações eram grandes, os Mbayá-Guaicurú encontravam abrigos nos terrenos altos próximos à Serra de Albuquerque, nos quais os pastos encontravam-se verdes nesse período do ano. No entanto, os campos do local eram os primeiros que se alagavam, enquanto os campos próximos à Lagoa do Jacadigo, para onde seguiam, mantinham-se enxutos. Quando estes campos inundavam, os primeiros, ou seja, os de Albuquerque, já se encontravam novamente enxutos, para os quais retornavam.

À medida que as inundações baixavam, os acampamentos perambulavam acompanhando as vazantes, e encontrando nas baixadas e escoadouros pesca e pastagens abundantes. Os assentamentos assim retrocediam até a margem do rio Paraguai, próximos ao Forte Coimbra. Dali percorriam ambas as margens do rio, pescando nas baías e caçando nos campos.

Entende-se que este modelo corresponde a assentamentos em locais não inundáveis, tratando-se do aproveitamento da borda inferior da serra. O Complexo Urucum, ao qual certamente o autor se refere, são locais sempre periféricos aos inundados da região do pantanal. Naquele tempo, com certeza, não ocuparam os aterros como forma de assentamento típico de áreas inundáveis.

Ressalta-se que grupos eqüestres da tribo Mbayá-Guaicurú dos Guatiadeos (Uateadeo) ou Eyibegodeguis (Ejueo), são os prováveis responsáveis por esses assentamentos mencionados por Serra (1866), pois são localizados na região de Albuquerque⁴⁵.

Conforme Casal (1976, p. 131):

Nenhuma das suas povoações é permanente: a sua existência é sempre junta de algum rio, ou grande lago, e dura enquanto naquela paragem há caça, peixe, frutas, e pastagens para o gados. Em se experimentando mingua, num momento desaparece a cidade, e as campinas povoadas de milhares de animais se tornam ermas. São vistosas as marchas destas caravanas. Em outro momento aparece outra cidade, onde não havia uma palhoça; e os campos em circuito, onde apenas pastavam alguns veados, de repente se cobrem de numerosas manadas de cavalos e bois, e rebanhos de ovelhas.

O autor confirma a temporalidade dos acampamentos e indica os locais preferenciais para os assentamentos Mbayá-Guaicurú, como a beira de rios e lagoas, desde que ofereçam condições para caça, pesca e coleta, além de pastagens para os seus animais. As informações registradas por Casal (loc. cit.) também são contempladas por Elliott (1870, p. 170), Leverger (1862, p. 225) e Bossi (1863, p. 33).

⁴⁵ Ver a localização destas tribos no Mapa Etno-histórico de Nimuendaju (1987) (fig. 2).

4. 1. 3 - Assentamentos estavéis Kadiwéu

As informações pertinentes ao padrão de assentamento Kadiwéu, da antiga tribo dos Cadiguegodis, referem-se à última década do século XIX, produzidas por Boggiani (1975 e 1929) e Rivasseau (1936). Estes são os últimos e atuais remanescentes das tribos Mbayá-Guaicurú.

A área habitada pelos Kadiwéu no século XIX, na margem oriental do rio Paraguai, encontra-se entre os rios Nabileque, Niutaque e a Serra da Bodoquena, no sul do atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul.

O viajante e etnógrafo Boggiani esteve entre a tribo dos Kadiwéu por duas vezes: uma em 1892 e outra em 1897. Quando empreendeu a primeira expedição visitou três aldeias dos Kadiwéu: a do Morrinho do Capitão Nauwilo, a de Nabileque e a de Etóquijs. Tratava-se de aldeias mais sedentárias. Os Kadiwéu naquela época eram semi-sedentários, possuíam uma agricultura rudimentar e criavam alguns animais. Continuavam a caçar, a pescar e coletar produtos silvestres para completar a sua subsistência.

Boggiani (1975, p. 86) descreveu a aldeia Morrinho do Capitão Nauwilo, que estava localizada às margens do rio Nabileque, da seguinte forma:

... era formada por uma fila de cabanas unidas uma à outra como uma só grande cabana aberta para o rio e coberta por um teto com duas calhas para as chuvas, feito em parte de folhas de palmeira e em parte de palha. Outra cabana, um pouco afastada, mais à direita, menor e mais bem construída, era a habitação do capitão Nauwilo e da sua augusta família. Na ponta dum alto mastro se viam as insígnias do grande homem: um galo branco muito bem feito.

A aldeia de Nalique, conforme Boggiani (op. cit., p. 110-112) estava situada ao pé de uma série de colinas, sendo composta:

... duma longa fila ligeiramente curva de cabanas, ou, para melhor dizer, de vastos telhados de palha com dupla vertente unidas uma a outra sem ser muito iguais na altura, de modo a formar um longo corredor de que a parte que está sob a vertente anterior, a qual é um pouco mais estreita que a posterior, é livre e forma uma passagem coberta debaixo da qual se pode transitar ao abrigo do sol e da chuva, de uma a outra extremidade da toleria.

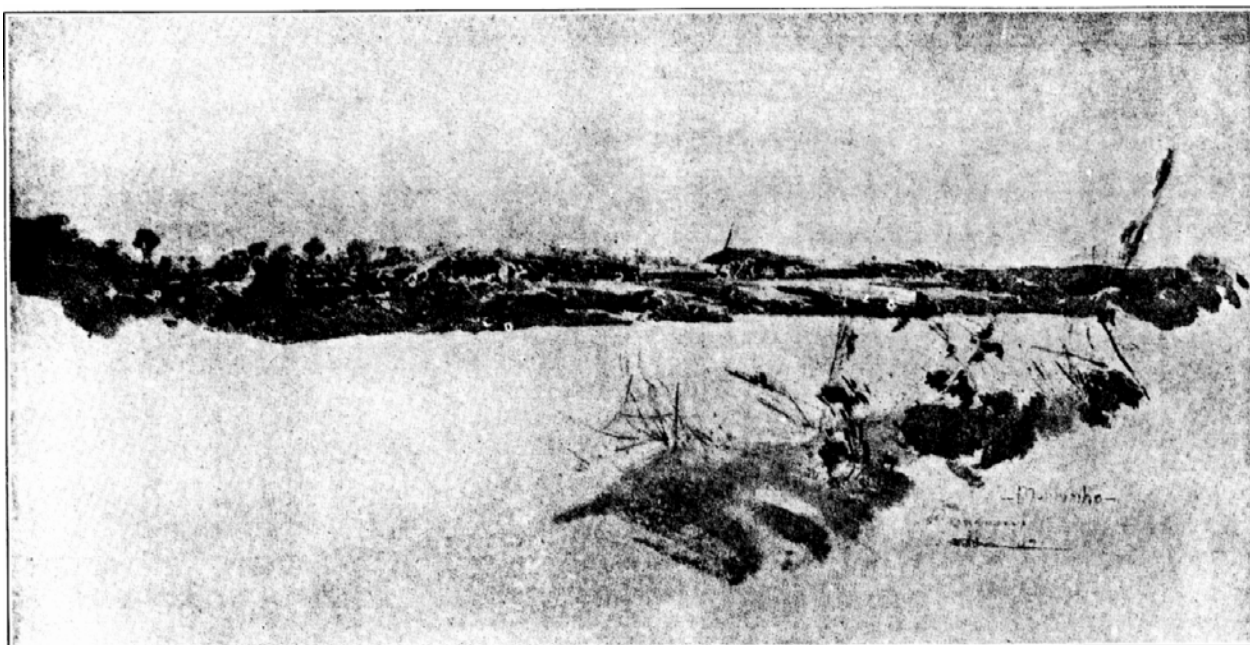


Figura 16: Esboço em aquarela da aldeia do Capitão Nauwilo à margem do rio Nabileque
(Fonte: Boggiani, 1975).

A casa do Capitão de Nalique, segundo Boggiani (op. cit., p. 113):

... está situada no centro da fileira e é mais alta e mais vasta do que as outras. Além disso tem na parte posterior uma parede de troncos mal justados que abrigam muito bem dos aguaceiros oblíquos e das correntes de ar muito violentas. Algumas das outras cabanas, mas poucas, tem uma parede parecida.

A disposição das casas numa longa fila ligeiramente curva mencionada pelo autor poderia ser entendida como um semicírculo aberto nas pontas, registrado também por Labrador (1910) e Castelnau (1949).



Figura 17: Esboço em aquarela da aldeia de Nalique. Esplanada diante das casas (Fonte: Boggiani, 1975).

A aldeia de Etóquijs, “cerca de uma légua [5 a 6 quilômetros] ao sul de Nalique, é composta de uma única cabana grande não muito bem conservada, sob a qual vivem quatro ou cinco famílias” (Boggiani, op. cit., p. 180). Segundo o autor (ibid., p. 196) veio

a saber, a aldeia de Etóquiya “é uma espécie de domicílio obrigatório, no qual são relegados aqueles da tribo que demonstram ter caráter perigoso”.

Além da aldeia, que era o núcleo residencial principal, também possuíam alguns acampamentos temporários. Boggiani (op. cit., p. 179) encontrou em março de 1892 dez mulheres de Nalique e seus filhos acampados em uma pequena cabana improvisada com teto de folhas de *etchate* ainda verdes. Haviam construído essa cabana provisória com o intuito de estarem vizinhas ao bosque em que abundavam os frutos de *etchate* ou acuri (*Scheelea phalerata*) e *namocolli* ou boacaiúva (*Acrocomia aculeata*).

Em julho de 1897, quando Boggiani (1929, p. 525) navegava no rio Nabileque, registrou um acampamento provisório numa das ilhas de bosques do rio, quando a inundação do rio era expressiva. Parte dos membros da aldeia de Nalique encontravam-se ali acampados aproveitando a época das grandes caçadas de veado. Tratava-se da ocupação regional de aterros em áreas inundáveis.

Em várias dessas ilhas de bosques do riacho *Aléccan-Ayáccol* e do rio Nabileque, nos aterros, Boggiani (1929, p. 6) realizou observações arqueológicas. Descreveu um dos sítios explorados no riacho navegado:

No sé cómo me vino la luminosa idea de cavar un poco el suelo una vez que ví en la superficie una catidad de conchas de caracol. Pronto encontré, mezcladas com numerosas conchas, una cantidad de labores en tierra cocida [cerâmica] interesantísimas. Era evidente que esa pequeña elevación había servido durante largo tiempo de residencia a los indígenas que debían de tener algunos puntos de contacto con las costumbres de los que habitaban Puerto 14 de Mayo. Estos son de factura bastante más grosera y no me fué posible descubrir signos de pintura, aunque es verisímil que la tuvieran de color rojo, negro y blanco, como todos los vasos de esta región. Un examen más detenido me dará ocasión de encontrar algunas huellas. Mientras tanto, he podido observar iguales procedimientos de modelado de la arcilla e igual ornamentación a impresión a cuerda sobre arcilla fresca, aunque ésta es bastante más grosera que de costumbre. Encontré también fragmentos de hueso que me parecieron humanos y que habian sido quemados. Descubiertas las primeras labores, he seguido las investigaciones

en otros puntos del terreno y en todas partes encontré algo junto con conchas de caracol y huesos.

O autor (1898, p. 6) em outro artigo, entende que as ilhas de bosques como chamou se tratava de ...

... antiguos paraderos de indios, evidentemente menos adelantados en sus industrias que los modernos Caduveos, y he recogido unos cuantos pedazos de terrallas bastante toscas, pero de evidente parentesco con la de los Caduveos. Terrallas semejantes he encontrado también en Puerto 14 de Mayo y en Corumbá, siendo la de 14 de Mayo más bien labrada y al parecer más moderna.

Boggiani (op. cit., p. 5) caracterizou o ambiente que propiciava a formação dessas ilhas de bosques, os aterros à beira do rio Nabileque que poderiam ser ocupados quando o nível das águas subia e inundava a região:

La costa izquierda del Nabiléque limita más altas, que las inundaciones no alcanzan á cubrir sino en muy pequeñas localidades. Son generalmente campos de enorme extensión, abiertos y sin árboles, menos á lo largo de los cursos de los ríos, á orillas de los cuales se levantan pequeñas elevaciones de terrenos cubiertos de exuberante vegetación muy variada, cuyo nivel sobresale de las regiones circunstantes de unos tres á cinco metros poco más ó menos, y parecen islas de un archipiélago en un mar de verdura. Y como no existen sino á orillas de los cursos de agua, desde muy lejos se puede distinguir la existencia y la dirección de estas aguas, formando una hilera de pequeños bosques que se juntan y se pierden azulados en el horizonte. Esta elevaciones boscosas se encuentran casi siempre situadas en la parte exterior de las curvas de los ríos, donde la corriente es más fuerte y donde han ido á parar amontonándose los grandes camalotes y troncos y otros detritus arrastrados por el agua en tiempo de inundación.

No espaço físico da aldeia de Nalique, além das casas, agregam-se outras áreas que Boggiani (1975, p. 112) descreveu:

Na frente das cabanas os Caduveo limpam o terreno de todas as ervas ou arbustos num espaço de trinta ou quarenta metros, formando assim, uma pracinha bastante cômoda que se estende por todo o comprimento da tolderia.

Por trás das cabanas o terreno é conservado com menos cuidado e é utilizado nos trabalhos domésticos de cada família, para amarrar as cavalgadas, estender os couros ao sol, cozinhar, etc.

Ultrapassando o terreiro o terreno baixa subitamente, formando uma bacia que acaba num charco, o qual recebe o escoamento de várias nascentes de água que gorgolejando sai do solo a meia encosta, justamente defronte das cabanas.

Os Caduveos escavaram pequenos reservatórios nos quais a água se recolhe limpa antes de descer à planície, e neles fazem as suas freqüentes abluções homens, mulheres e crianças, com as roupas mais simples, (...).

Esta citação permite observar alguns itens importantes na organização do espaço da aldeia Kadiwéu. A aldeia era constituída de um espaço limpo em frente das casas, a praça da aldeia conforme figura 17. Este espaço era utilizado coletivamente para atividades sociais, como festas, jogos, cerimônias e lutas.

Outra informação é a utilização do terreno dos fundos, contíguo às casas para realizar as tarefas domésticas e outras atividades. Entre as atividades mencionadas, é referido o ato de cozinhar, que entende-se como a preparação e transformação dos alimentos através da ação do calor do fogo. Neste caso, o lugar em que cozinham revela onde se localizava a fogueira.

O viajante italiano mencionou a existência de uma enghoca (moenda) para a extração de caldo de cana-de-açúcar e de uma caldeira para a condensação do caldo de cana. Essas foram obtidas, provavelmente, junto a sociedade nacional. A enghoca encontrava-se ainda na aldeia que havia sido abandonada, mas seria transportada para a nova residência. Mesmo estando fora da aldeia atual, era utilizada pelos Kadiwéu da aldeia de Nalique.

Quando os Kadiwéu utilizaram a moenda para espremer a cana-de-açúcar, com a finalidade de extrair o suco para fabricar dois garrafões de melado para Boggiani, este registrou o seu funcionamento:

Na operação intervém toda a família do Capitãozinho e mais algum amigo, como a uma festa campestre.

E enquanto giravam pesadamente os bois em torno do edifício de traves do engenho, obra de Antônio Alves, e os presentes se afanavam em espremer a cana de açúcar, eu me pus a aquarelar debaixo de um sol cada vez mais ardente.

O caldo fluiu abundante e dulcíssimo, e recolhido primeiro em grandes terrinas postas debaixo do engenho, foi depois derramado em dez garrações dos quais se separarão as duas de melado a mim destinadas, se tanto se obtiver. (Boggiani, 1975, p. 211)

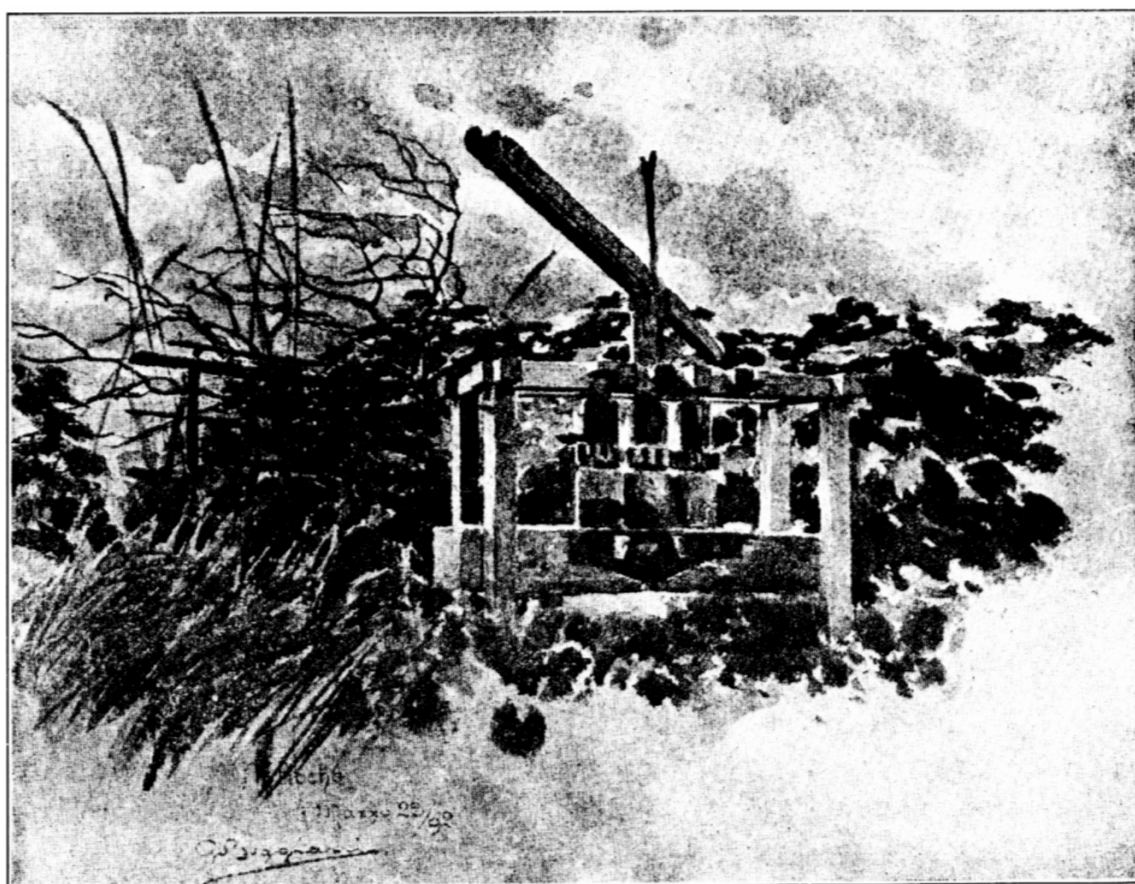


Figura 18: Aquarela do engenho para extração de caldo de cana-de-açúcar (Fonte: Boggiani, 1975).

O tacho para a transformação do caldo de cana-de-açúcar em melado era de cobre. Boggiani (loc. cit.) acredita que havia sido adquirido através de compra ou troca de couros de cervos em Corumbá. Podia conter cerca de cento e cinquenta litros de líquido.



Figura 19: Aquarela do tacho para condensação do caldo de cana (Fonte: Boggiani, 1975).

Conforme Boggiani (op. cit., p. 211-12):

Num trecho de terra bem batida foi enterrada esta caldeira quase até a orla e depois lhe escavaram debaixo uma espécie de forno para o fogo. O caldo de cana obtido pela manhã foi posto a ferver e, como a operação devia durar muitas horas e ser continuamente fiscalizada para que não faltasse o fogo e o xarope não passasse do cozimento, lá se puseram alternativamente de guarda várias pessoas práticas no mister.

O etnógrafo francês Rivasseau (1936) visitou duas aldeias dos Kadiwéu: Tuyuyú e Aldeia Grande, entre fins do século XIX e início do XX. O autor fez uma descrição da aldeia do Tuyuyú:

Para descrever em que consistia a Aldeia do Tuyuyú, não levarei muito tempo. Tal descrição, forçosamente tem de ser curta e resumida como o era a própria aldeia, vista no seu conjunto.

Em primeiro lugar, a aldeia se reduzia ao que chamei o rancho de Joãozinho e, a uma dezena de metros dela, há um outro rancho, um ranchão, quatro a cinco vezes maior, um verdadeiro phalansterio.

Havia ainda mais dois outros ranchos muito pequenos, espécie de paióis. Era tudo !

Estas construções muito rústicas, não ofereciam diferenças sensíveis com as que fazem os próprios brasileiros nos campos. (ibid., p. 76)

Rivasseau (op. cit., p. 78) observou que a aldeia do Tuyuyú era composta somente por duas casas, uma a do capitão Joãozinho com cinco metros de comprimento por seis metros de largura; outra de tamanho bem maior que tinha uns 20 metros por 6,5 metros. Nestas duas casas se alojavam todos os habitantes da aldeia. Os outros dois ranchos menores, citados anteriormente segundo o próprio autor, estavam desocupados, não tendo sido verificado o seu uso.

O etnógrafo francês (ibid., p. 138) menciona que a aldeia do Tuyuyú:

... se achava à beira de um brejo que era a cabeceira, ou melhor uma das cabeceiras, a mais alta do corrixo 'Tuyuyú'; isto é, uma das nascentes onde principiava.

A água, em muito pequena quantidade corria entre altas ervas do brejo, e só podia apanhar-se em buracos feitos mais perto possível da parte firme do chão, o mais próximo dos ranchos, e em lugar limpo.

Os buracos ou poços, enchiam-se por filtração.

A aldeia do Tuyuyú, assim como a aldeia de Nalique registrada por Boggiani (1975, p. 112), localizavam-se próximas de nascentes ou vertentes de água, locais onde o grupo se abastecia de água.

Quando Rivasseau (1936, p. 111) realizou uma caçada com os Kadiwéu, passou por uma roça do grupo, conhecida como a roça grande, que ficava a quase seis quilômetros da aldeia do Tuyuyú. Relatou que ali “havia um rancho para abrigo, em caso de mau tempo e para pouso, à noite, na época de plantar ou de fazer a colheita; muitas mulheres e crianças iam lá para ajudar a tomar parte nestes trabalhos”.

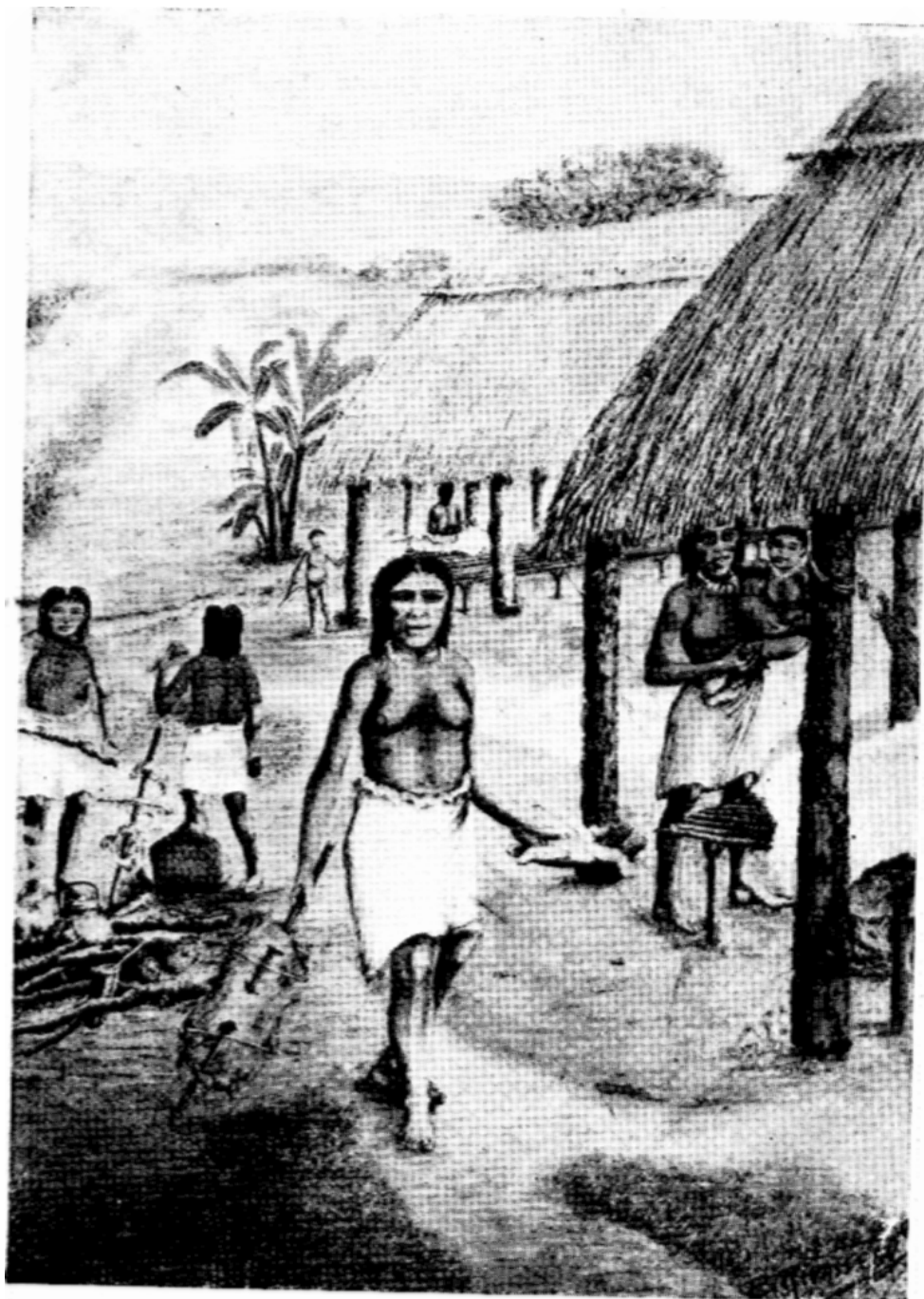


Figura 20: Vista parcial da aldeia do Tuyuyú (Fonte: Rivasseau, 1936).

Com base nas informações de Boggiani (1975 [1892] e 1929 [1897]) e Rivasseau (1936), quanto à forma do assentamento dos Kadiwéu, pode-se concluir que se trata de outro modelo de ocupação do espaço, distinto daquele referido para os Guetiadeo e dos assentamentos migratórios chaquenhos dos Mbayá-Guaicurú.

A forma de assentamento Kadiwéu em fins do século XIX consistia em aldeias semi-sedentárias, com a ocupação paralela de acampamentos temporários, conforme as necessidades subsistenciais dos mesmos. Estes acampamentos temporários eram ocupados em determinados períodos do ano, especialmente na época das caçadas de veados, no período da colheita de frutos maduros e também nos casos em que a roça ficava distante da aldeia, servindo para o pouso nos períodos que exigiam maior dedicação nas atividades agrícolas, tais como a preparação do solo, semeadura e colheita.

Os locais em que estavam assentadas as aldeias Kadiwéu, com exceção de Morrinho, à margem do rio Nabileque, eram áreas protegidas de inundações, fora do Pantanal. Geralmente, estavam localizadas em encostas de morros e serras e próximas a fontes de água, como pequenas vertentes. Os acampamentos temporários, à beira do rio Nabileque, eram feitos sobre locais seguros, que possuíam elevações naturais do terreno ou aterros arqueológicos, que formavam ilhas de bosques.

Os assentamentos Kadiwéu diferiam da tribo dos Guetiadeo devido à estabilidade das aldeias e das habitações, que chegavam a ser ocupadas por vários anos. Os Kadiwéu não migravam atrás de alimentos e pastagens para os animais, como aqueles realizavam sazonalmente. Determinado número de indivíduos da aldeia realizava pequenas viagens para caçar animais ou então coletar frutas, mel, raízes ou palmitos, entre outros mais, a fim de abastecer a aldeia.

4. 2 - Estruturas de Habitação

Para a descrição da habitação Mbayá-Guaicurú seguiu-se a nomenclatura proposta no *Glossário da habitação*, de Malhano (1987, p. 95-6). Ressalte-se que muitos padrões de medidas encontrados nos relatos mais antigos estão expressos em unidades pouco usadas atualmente, como pés e varas. Tais unidades foram transformadas para melhor entendimento do texto em unidades métricas.

As habitações dos Mbayá-Guaicurú podem ser classificadas em abrigos provisórios portáteis e casas permanentes, conforme o tipo de assentamento. As habitações provisórias, do tipo abrigos portáteis contra os fatores climáticos, são registradas nos primeiros séculos para os assentamentos Guaicurú na área chaquenha.

Cabeza de Vaca (1969, p. 39), quando atacou um grupo Guaicurú acampado no Chaco, relatou “... y al pasar por su pueblo pusieron fuego a una casa; y como son de esteras, de juncos y de enea, comenzó a arder, y a esta causa se emprendió el fuego por todas las otras, que serían hasta veinte casas levadizas, y cada casa era de quinientos pasos”. Esta medida da casa é bastante duvidosa, é provável que seja um exagero do autor.

Espinosa (1948, p. 634) menciona no século XVII que os Guaicurú “no tienen poblacion, mas que unas esteras, que las mudan quando quieren a outra parte (...)”.

Da mesma forma, o jesuíta Techo (1897, t. II, p. 159), que esteve na segunda metade do século XVII na Província do Paraguai, registrou que: “no tienen residencia fija (...), sus poblaciones son portátiles, como que las casas están hechas nada más que esteras”.

As fontes pertinentes aos séculos XVI e XVII são unânimes em registrar os Guaicurú vivendo em casas feitas de esteiras, de juncos ou de enea (*Ciperáceas*), plantas

delgadas e flexíveis que crescem em lugares úmidos. Eram habitações portáteis, que se relacionavam à forma subsistencial migratória do grupo no Chaco. Ao que tudo indica, são abrigos simples, sem divisões, feitos para proteger o grupo do sol e da chuva. Possivelmente, os Guaicurú naquela época fossem grupos ainda pedestres. Cabeza de Vaca (1969) é o único a mencionar o número de habitações de um acampamento Guaicurú, em torno de vinte.

Segundo a descrição do jesuíta Lozano (1941, p. 71-2) feita em 1733:

Las casas en que vive esta miserable gente, son unas esteras muy largas divididas en tres lances, de altura de nueve pies [2,97 m], para guarecerse de los vientos, aunque cuando éstos se levantan de improviso, suelen volar estas casas, y quedan descubiertos por todos lados. La gente ordinaria viven en los dos lances colaterales, y en el de en medio sólo el cacique con sus deudos y algunos indios favorecidos suyos. La división de los lances sólo son dos horquetas, con que vienen a estar todos promiscuamente revueltos; en las horquetas cuelgan sus trastecillos, pero esto no es lícito en el cuarto o cuadra del cacique, que siendo mayor, há de estar desocupada de todo lo demás menos de las armas que están allí, como cuerpo de guardia, para salir con facilidad a cualquier rebato. Sus lechos son un cuero de vaca seco sobre el duro suelo, de que se valen también para defenderse del agua cuando llueve mucho. En estas casas se echan los pregones o se da aviso de parte del cacique de lo que ordena y sus mandatos son obedecidos con la mayor exactitud y puntualidad, respetándole como señor y colgando de sus mandatos como de tal; por eso le siguen y aconpañan continuamente, sin apartarse un punto de él.

A habitação dos Guaicurú no século XVIII, segundo as informações de Lozano (loc. cit.), caracterizava-se por casas grandes, subdivididas em três áreas, sendo a do meio e maior ocupada pelo cacique, sua família e alguns privilegiados; e as laterais pelo povo em geral.

A divisão da casa era feita por meio dos esteios, que delimitavam cada área. Nos esteios, penduravam os utensílios e objetos que carregavam consigo. Suas camas se resumiam a couros de animais, no caso de gado, estendidos sobre o solo.

Labrador (1910, t. I, p. 268-273), que conviveu com os Mbayá entre os anos de 1760 e 1767, descreveu detalhadamente suas habitações, assim como a construção, a ocupação, o interior e a limpeza das mesmas. Dada a riqueza das informações contidas neste trecho, será reproduzido integralmente:

Casas ó toldos de los Mbayás - Como los Guaicurús necesitan de buscar el alimento, y ésto, á poco tiempo que estén en un sitio, escasea, se ven obligados á mudar con frecuencia la tolteria. Por esta causa no tienen casas de fundamento, ni cabañas de paja. Sus habitaciones son portátiles, y las arman ó desarman en el paraje ó que han de dejar ó eligen para su parada. Los caen á un lado y otras á outro: y las atan por las puntas materiales de que fabrican estos toldos se reducen á una especie de juncos que ellos llaman Nigolitedi. Crecen en orillas de las lagunas y sitios húmedos en que se recoge alguna agua. Hay algunos de cuatro varas de largo [4,4 m], y gruesos cuando ya está enjutos como el dedo índice. Con una lozanía que admira. Luego que florecen y tienen la perfección propia de su especie están en buen estado para las esteras, que de ellos tejen las mujeres Guaycurús y sus criadas. Córtanlos, y con curiosidad los ponen en tierra algo enjuta cercana: aquí se secan, perdiendo la humedad, de que abundan y embebía su corazón esponjoso. El color verde se cambia en pajizo. Hecha esta preparación tan natural y llana, se sigue el tejido. No tienen más arte que poner los juncos tendidos con igualdad, según el anchor que ha de tener la estera, y atravesarlos por seis ú ocho partes en proporcionada distancia y apretar unos con outro con el hilo. Atan las dos extremidades por las puntas de los juncos, haciendo un modo de trencilla, que corre lo ancho, y así queda concluída la estera. Esta tiene el nombre de los juncos de que se compone.

Su fábrica y divisiones - Ya con estas esteras hay material, ó por mejor decir, están fabricadas las paredes, techos y puertas de los toldos. Levantan unos postecitos horquetados de palos delgados, que clavan en el suelo, cuya altura para le cumbrera principal es de tres á cuatro varas [3,3 a 4,4 m]. Ya se ve que sobre ellos ha de descansar la cumbrera ó caballete de la casa, el cual se forma de una caña brava. Á este modo por uno y outro lado clavan otras dos hileras de pilares, que bajan con proporción, y sobre ellos atraviesan cañas muy delgadas, y á veces varas largas. Armada de este modo la trabazón del maderamen de las principales salas, que son las de en medio, atan unas esteras con otras por las cabezas ó por lo más grueso de los juncos, y con palos las levantan y tienden sobre la armazón extemporánea. Unas esteras delgadas á las vigas bajas; y con esto queda formado el techo principal de las casas. Á estas les hacen con otras hileras de postecitos más bajos y esteras proporcionadas, otras dos viviendas, como corredores á lo largo. Otras esteras están de prevención, que en tiempos de vientos y tempestades sirven de puertas con que se cierra el toldo. Para esto bajan un poco, y á veces hasta cerca de la tierra las puntas de las esteras de los alares y asegúranlas bien, y á ellas por la parte de afuera se arriman las que estan prevenidas. De este modo, y con este arte hacen paredes, no levantando sino bajando los materiales. Cada toldo así fabricado tiene por el interior la capacidad á lo ancho de unas diez varas [11 m], y á veces doce [12,1 m], y poco menos á lo largo. Son fábricas muy débiles, y juegan con elas los vientos fuertes. Lo que

tienen de bueno es que resisten suficientemente al agua después, que se empiezan á hinchar con la humedad los juncos. Cuando empieza á llover, si los coge secos, hay muchas goteras, pero las cogen fácilmente. Á los lados en que tienen sus camas, ponen por todo el ancho del todo unas esteras chicas como techos primeros ó alares interiores. Sobre éstos, que son de juncos más finos caen las goteras, y para que no lleguen á caer sobre ellos, la limpian con unos plumeros de plumas de avestruz, corréndolos de arriba abajo por las esteras. Con esto se aprietan los juncos y no pasa el agua, que cae como de las tejas á los pies de las camas. La misma diligencia hacen si es grande el aguacero con las esteras altas, atando los plumeros en unas varas altas.

Sus adornos interiores - Vistas las casas de los Guaycurús, queda poco que registrar de ajuares y adornos. Están formados sus toldos en medio círculo algo más abierto hacia las puntas. No hacen calles, porque cada toldo ó división de la toltería, abierto por los dos alares es calle espaciosa. La forma, casi de medio arco en que los colocan, deja naturalmente como una media plaza, capaz cuando concurren todos los del cacicato. Esta sirve para sus diversiones y juegos y duermen también, si los muchachos las deja. Por este lado, que puede llamarse el interior de la toltería, no entran caballos, sin duda para precaver las desgracias que podría suceder á las criaturas, y también para que no ensucien la plaza. Por el lado exterior ó espalda manejan las caballerías y en el corredor hacen sus hogares y cocinas. Por él van á lo que la naturaleza les precisa, á sitios apartados. Á lo largo no hay comunicación de un toldo a outro. Divídenlos con unos pilarcitos de palo, de los cuales el más alto tendrá dos varas fuera de tierra, estos son el primero y más substancial ajuar del toldo. Tienen todos sus horquetillas, de las cuales cuelgan sus tales cuales alhajuelas. Éstas se reducen á unas olhas de barro, algo aplanadas. Su magnitud es varia, y sus labores según la idea de la alfarera que las deja llenas de pequeños agujeritos. Éstos sirven para passar el hilo y matizarlas de conchitas, y aun de cuentas de vidrio. Otras hay sin agujeros, y pintadas de varios dibujos, no muy desagradables. En estas ollas guardan la harina de palma, maíz, cocos y outra cosas, pues les sirven de cajas y escritorios. Del mismo modo, y para los mismos usos labran una especie de calabazos grandes, sacándoles con delicadeza un pedazo por el pezón, que después ajusta como tapa. Vense también algunas alforjitas, unas tejidas á pala, y sobrecordadas de hilo de varios colores, y otras en forma de red, las cuales sirven para lo mismo. Las llevan cuando van á buscar cocos, palmas y otras cosas de alimento, y les sirven de alforjas ó bolsas acomodadas. Hay unas de anillos ú ojos grandes, y otras de pequeños, y algunas del todo cerradas: las primeras admiten cualquiera cosa grande, como raíces de mandioca, batatas, etc., y las otras sirven para cargar grano, como los costales en España. De los postecitos cuelgan sus alfanjes, plumas y flechas, que tienen reservadas, y no hay más alhajas en las paredes, que brinden á la curiosidad de los ojos, ó hagan ostentación vana.

Sus camas - En las dos cabeceras de cada toldo ó división igualan la tierra, y ponen encima alguna yerba, ú hojas de palma, que sirven de colchón, cuya tela tienen barata. Sobre éstas ponen unos cueros de venados, ciervos, y ahora de toro ó vaca, y éste es estrado y cama, arropándose, si hace fresco, con sus mantas. Entre día suelen arrollar las pieles, ó poner encima unas esteras que sirven para el aseo y de sentarse. No han dado los Guaycurús en el bello y cómodo uso de las redes ó hamacas, ni de outra especie de cama levantada lo que sin duda condujera mucho para su aseo y conveniencia.

Cómo las limpian - Es cosa natural que las pieles que inmediatamente tocan al suelo, ó cosa húmeda, se enmohezcan, y á veces si no tienen cuidado, se pudren, y así suelen exhalar un olor fastidioso. Agréguese otras inmundicias de los chicos y aves caseras que ensucian la casa. Es preciso limpiarla, y para ésto las barren de cuando en cuando. Si ya la escoba no basta, practican apartar todos los toldos y retirarlos como media cuadra del sitio en que antes estaban. Así logran suelo limpio, y ambiente más puro. En estas ocasiones suelen retejar los techos y renovar las esteras, que con los soles, humedad y vientos fácilmente se deterioran. Esto mismo ejecutan siempre que envejecidas las esteras, pide composición la casa. Por esta causa no cesan de coser esteras, previniendo con tiempo cosa tan necesaria.

Modo con que viven en sus toldos - El señor del toldo ocupa el mejor sitio ó la testera con su mujer, hijos y parientes; los criados y gente baja se ponen en el lado opuesto. Si los criados y parentela es numerosa, se sigue outra división ó toldo, en que habita con distinción de lugares. Cuando se juntan todos los vasallos de un cacique, el toldo de éste está como en el centro de los otros, que forman la media luna. Las divisiones están repartidas por capitánías. Es falso lo que dice la Historia del Chaco, que amos y criados vienen á estar promiscuamente revueltos. Ni en sus viajes, en que no viven con ceremonias, permiten esta llaneza. Tampoco es verdad que las divisiones ó toldos en que viven los caciques es porque debe estar desocupada la habitación del régulo de todo lo demás, menos de las armas, que éstan allí como en cuerpo de guardia para salir con facilidad á cualquier rebato. No hay tal armería, y cada soldado guarda en su toldo sus armas, como después veremos. Mucho menos sirven los toldos de los caciques para echar en ellos los pregones y dar los avisos.

O trecho supra citado permite realizar alguns comentários relevantes para o estudo da estrutura habitacional dos Mbayá-Guaicurú em meados do século XVIII. Segundo o autor (loc. cit.), as habitações do grupo eram habitações portáteis que armavam e desarmavam, conforme a necessidade de buscar alimentos e transportar o acampamento para outra área mais propícia.

A primeira questão descrita por Labrador (loc. cit.) é a confecção das esteiras, material utilizado para a cobertura da habitação. O teto, as paredes e as portas eram feitas a partir de esteiras confeccionadas com juncos pelas mulheres, o “*nigolitedi*”. Os juncos crescem em locais úmidos, e eram colhidos quando floresciaam. O processo seguinte era secá-los, para que perdessem a umidade, mudando sua cor verde para a cor de palha seca. A confecção da esteira seguia um processo simples. Estendiam uma quantidade de juncos

secos conforme a largura desejada da esteira. Depois atravessavam os juncos dispostos em seis a oito pontos, apertando os juncos com um fio, e atando as extremidades das pontas dos juncos.

Para erguer a casa, cravavam no solo alguns postes de madeira bifurcados e enfileirados, os esteios principais, com altura entre três a quatro metros, para apoiar a cumeeira. De cada lado era colocada outra fileira de postes de estatura menor, os esteios laterais que sustentariam outras varas para a cobertura. Desta forma, a estrutura de madeira da ala principal da casa estava armada. As esteiras eram então unidas e estendidas sobre a cumeeira e as varas apoiadas nos esteios laterais, formando o teto principal. A estes esteios laterais colocavam outra fileira de postes bem menores que os anteriores e então estendiam outras esteiras sobre os postes menores, formando as alas laterais da habitação. Baixavam as esteiras até próximo à terra, formando as paredes. Cada habitação quando pronta tinha cerca de 11 a 12 metros de largura e um pouco menos de comprimento.

Outra observação é sobre a posição das casas, formando um meio círculo, mais aberto nas pontas, sem ruas e deixando em frente destas uma praça em semicírculo para as atividades sociais do grupo. O manejo dos cavalos era realizado nos fundos das casas e os fogões são indicados no corredor.

Quanto ao interior da casa, Labrador (loc. cit.) observa que penduravam os objetos nas forquilhas. Estes resumiam-se a algumas vasilhas cerâmicas para guardar ou carregar os alimentos, cabaças e bolsas com a mesma finalidade. As camas compunham-se de folhas de palma ou outra planta amontoadas, como um colchão, e sobre elas um couro de veado, cervo ou de gado. De dia recolhiam os couros ou colocavam esteiras sobre as camas, e as usavam para sentar-se.

Em relação à limpeza e manutenção das casas, o autor menciona que as varriam freqüentemente. Quando a situação era crítica, mudavam as casas que estavam ocupando para mais adiante, onde o solo era mais limpo. Renovavam as esteiras e refaziam o telhado sempre que necessário.

Ressalte-se que a ocupação da aldeia seguia a hierarquia do grupo. O cacique e sua família ocupavam a localização central, seguido dos capitães. Quando a aldeia possuía várias casas, a casa do cacique ficava no centro da meia lua formada pela disposição das habitações.

Por fim, Labrador (loc. cit.) critica algumas informações vinculadas ao grupo e contidas parcialmente em Lozano (1941, p. 71-2). Primeiramente, rechaça a afirmação de que os caciques e os criados viviam promiscuamente. Outra informação falsa, segundo o autor (loc. cit.), é o fato de o cacique ocupar um espaço completamente desocupado na habitação, mantendo consigo as armas, como um corpo de guarda. Ao contrário, afirma que cada soldado guardava suas armas em sua casa. Nega também que as casas dos caciques servissem para proclamar e dar avisos públicos.

A partir das informações de Labrador (loc. cit.) quanto ao tipo de habitação Mbayá-Guaicurú pode-se construir um esquema da planta baixa e da fachada frontal da mesma.

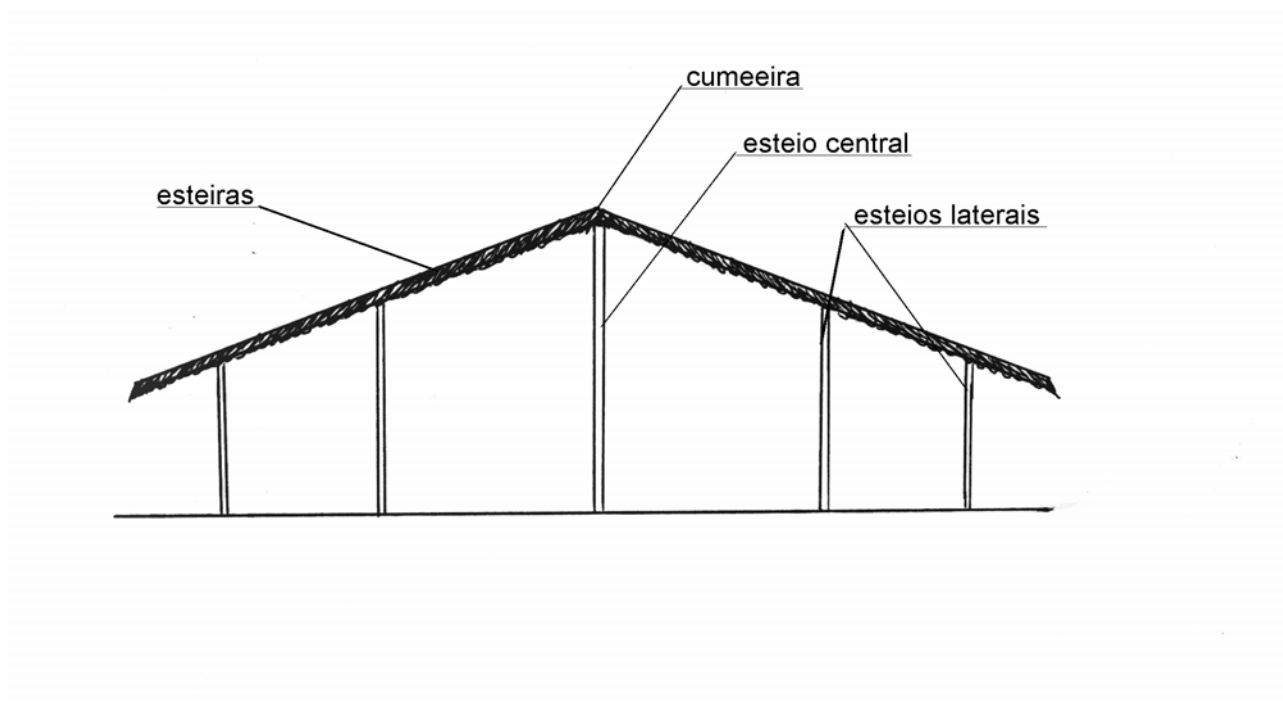


Figura 21: Esquema da fachada frontal da habitação Mbayá-Guaicurú.

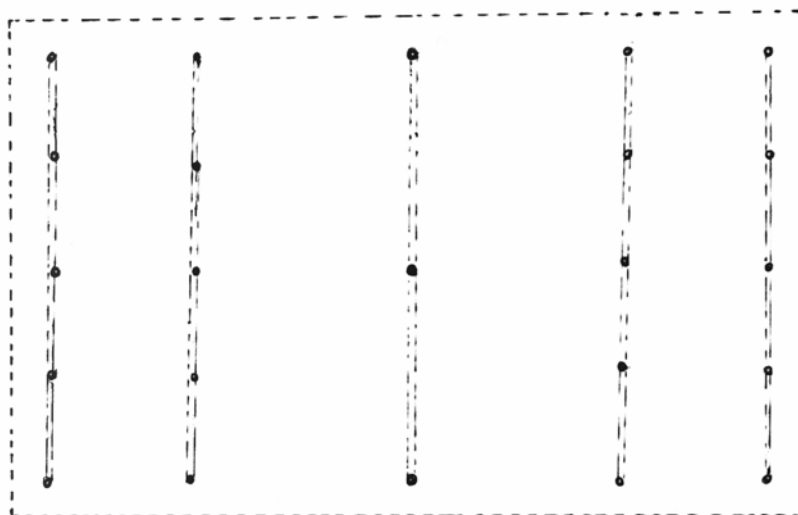


Figura 22: Esquema da planta baixa da habitação Mbayá-Guaicurú.

Conforme o cronista jesuíta Charlevoix (1910, t. I, p. 136-37)

Todo el pueblo vive debajo de un galpón muy vasto, dividido por tres tabiques y cubierto de un techo que únicamente los resguarda del ardor del sol, y que se lleva el viento por poco impetuoso que sea. El centro lo ocupa el cacique con su familia, sus capitanes y las armas, que siempre están en depósito en su poder. A los dos lados está el pueblo, y se ven allí todos los muebles sin orden unos encima de otros.

O cronista jesuíta Muriel (1918, p. 229-230), referindo-se aos anos de 1747 a 1767, confirma que a casa Mbayá era do tipo portátil e que ...

Consta de esteras de juncos, que los hay de tres varas de alto [3,3 m] en los pantanos. Los horcones son unos palos con cañas clavadas encima. Con el menor viento se cae la casa, y aun estando firme, da entrada al agua de lluvia por todas las partes. Sus utensilios todos se reducen a una olla y a los platos, lo cual fabrican las mujeres, y a una horquilla, de la que cuelgan sus trapos.

As informações contidas parcialmente nos cronistas Charlevoix (1910) e Muriel (1918) a respeito da habitação Mbayá-Guaicurú, já foram contempladas em fontes primárias como Lozano (1941) e Labrador (1910).

O naturalista Ferreira (1974, p. 79) em 1791 descreveu que os Guaicurú:

Ali se abrigam debajo de tijupares⁴⁶ de esteiras de piri-piri⁴⁷ horizontalmente estendidas; todos dormem no chão, sobre couros de boi ou peles de onças, de veado, de porcos do mato e de ariranhas, coberto cada um com um grande cobertor de pano de algodão listrado de branco, vermelho escuro e negro. Recolhida uma turma a um tijupar, os casados dormem a uma parte e os solteiros à outra.

Em seu diário de navegação de 1793, Aguirre (1898, p. 478) resume em poucas palavras a habitação portátil Mbayá: “los toldos de los Mbayas son como los de los

⁴⁶ Tijupá significa uma palhoça de duas vertentes (Dicionário Brasileiro, 1993).

⁴⁷ Piri (*Ciperáceas*) é uma espécie de junco que cresce, preferencialmente, em terrenos pantanosos (ibid.).

andariegos, cinco palitos y esteras, más aseados que los de otras naciones, pero no se diferencian en estar como toldos en cueros y en la inopia de los muebles”.

O militar Prado (1856, p. 33) escreveu em 1795 que:

As famílias vivem em casas portateis, cobertas de esteras de uma espécie de junco, abertas pelos lados. Quando chove a esteira começa a vasar; esfregam-na por dentro com vassouras, e assim vedam de alguma sorte a água. Dormem sobre peles de animais e dois pequenos feixes de palhas. As mulheres fazem travesseiros, e cobrem-se com o pano e com esteiras feitas de entre-casca de certas árvores ou couros de veados.

Serra (1865, p. 179) relatou em 1797 o transporte das casas portáteis dos Guaicurú nos cavalos:

Os aycurús com incerta morada, trazem nos seus cavalos as suas casas, que consistem em uns grandes taquarussús, que lhes servem de cumeeira, outros mais pequenos, de esteios, e algumas esteiras, das quais as maiores formam o teto e as outras as paredes das suas volantes casas, que armam brevemente, com divisões das mesmas esteiras, segundo o número das famílias.

Os dados registrados pelo autor quanto ao transporte em cavalos da cumeeira, dos esteios e das esteiras, os materiais com os quais armavam as casas portáteis, podem ser observados na gravura de Debret (1975), no que tange pelo menos às esteiras.

Azara (1969, p. 220) descreve outra forma de cobertura da casa Mbayá: “sus casas o chozas son semejantes a las de los pampas, (...). Son tan sólo más altas y anchas y las cubren con mantas, como los payaguás”. Em nenhuma outra fonte tais dados são mencionados, o que coloca em dúvida o fato, pois remetem a tecidos confeccionados a partir de fibras vegetais.

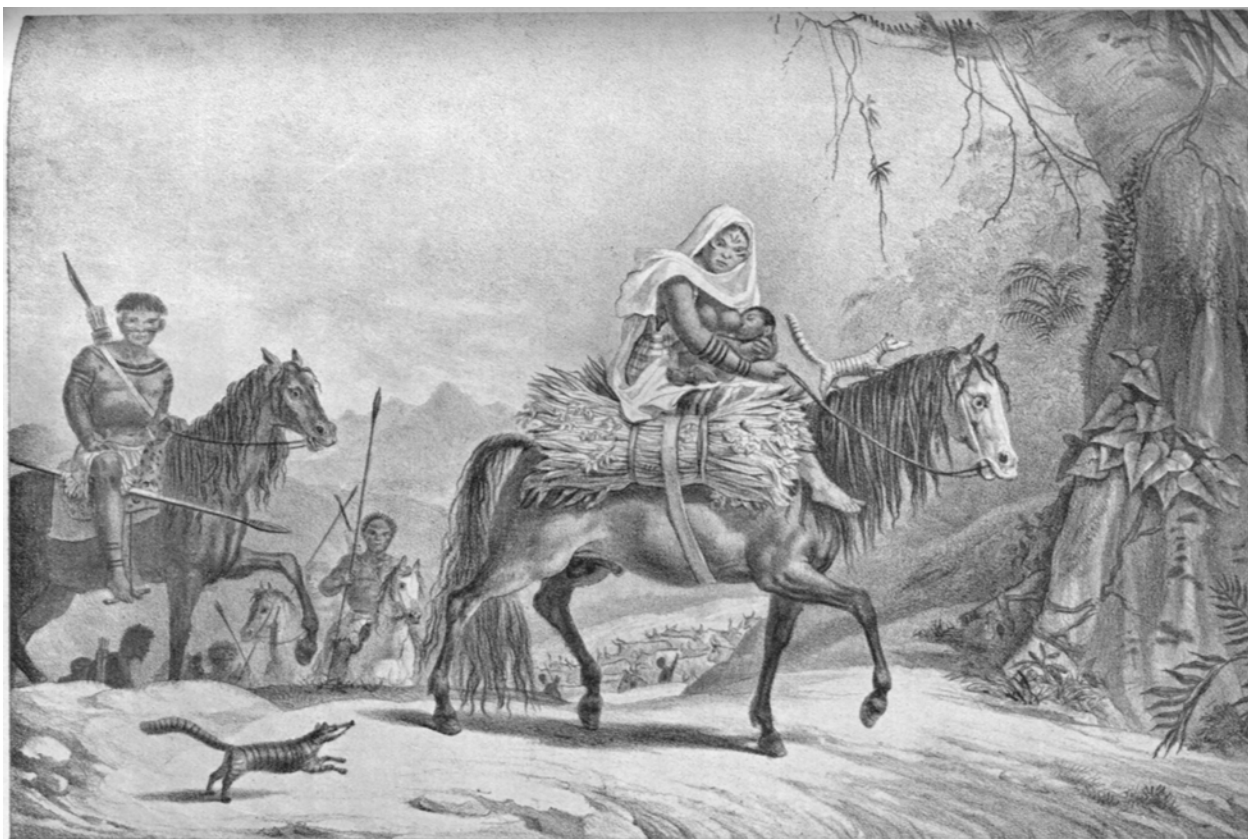


Figura 23: Tribo Guaicurú em busca de novas pastagens (Fonte: Debret, 1975).

Serra (1872, p. 352), quando escreveu o seu parecer sobre o aldeamento dos Guaicurú, em 1803, descreveu a estrutura da habitação, complementando a feita anteriormente (Serra, 1797):

Os Uaicurús sempre errantes e com incerta morada, trazem as suas casas nos seus cavalos, que consiste em algumas taquaras, que lhes servem de cumeeira e frechais, e em qualquer parte onde pousam acham delgadas varas as quais também são quebradas pelas foices, que servem de esteios: sobre a armação deste teto que em quatro minutos se arma, lançam esteiras de pery, espécie de tábua, que fica servindo de mesmo teto e telhado: pelo interior destas casas, e ao longo das cumeeiras, fincam no chão os seus porretes e outros paus, o que não só divide este teto em duas diversas águas, lanços e moradas, mas neles penduram os seus trastes: estas esteiras vedam excelentemente o sol e a chuva (...).

Conforme Casal (1976, p. 131)

As ruas das povoações são direitas e largas; as casas cobertas de esteiras de junco postas horizontalmente, ou com mui pouco declívio, enquanto não chove: chovendo, dão-lhes a forma dos nossos telhados; se a chuva é abundante, e a esteira começa a vasar, esfregam-na por dentro com penachos, ou vassouras, e assim vedam a água. Muitas têm duas e três esteiras, umas por cima das outras, com mais ou menos intervalo; tanto para vedar melhor a água, quando chove, como para diminuir o calor. Dormem no chão sobre couros, e cobrem-se com os panos das mulheres, servindo-lhes de travesseiros os pequenos feixes de feno entre os quais eles andam a cavalo. Não tem adotado o uso das macas para dormir.

Castelnau (1949, p. 244), em meados do século XIX, registrou um aldeamento da tribo dos Uaitiadeu, próximo a Albuquerque. Menciona que este grupo indígena encontrava-se convertido em sua maioria ao catolicismo. Isto indica que teriam sido um provável aldeamento da província e a cargo de algum missionário, à medida que havia um projeto de aldeamento para os mesmos.

Há nesse aldeamento vinte e cinco casas, todas em forma de barracões sem paredes laterais e coberturas de palha. Estão dispostas em semicírculo, em cujo centro se vê uma cruz, junto à qual são enterrados os defuntos, envoltos numa esteira. As palhoças tem mais ou menos dez metros de comprimento e são sustentadas por troncos de palmeira; há no seu interior e estendido ao longo de todo o seu comprimento, uma espécie de tablado, alto de um metro acima do solo. Este tablado serve de cama e é forrado com esteiras. Pendurados aos esteios do barracão, vêem-se as armas pertencentes aos moradores, tais como lanças, arcos, flechas, bordunas, etc., além de grandes balaies de vime e cabaças. (Castelnau, 1949, p. 244)

O registro de Castelnau (loc. cit.) revela uma aldeia com habitações do tipo permanente, com a presença de alguns elementos novos, possivelmente agregados pelo responsável pelo aldeamento ou simplesmente sob influência da sociedade nacional com quem mantinha contato. A disposição das casas em semicírculo segue o mesmo modelo registrado por Labrador (1910) em meados do século XVIII.

A cobertura das casas era feita de palha. No interior da habitação surgem os jiraus, com a função de camas. Estas duas últimas observações estão presentes na estrutura habitacional das aldeias Kadiwéu registradas por Boggiani (1975) e Rivasseau (1936) a partir da última década do século XIX na região do rio Nabileque.

Castelnau (1949) menciona ainda o uso de troncos de palmeira para os esteios, e o uso dos esteios talvez bifurcados ou em forquilha para pendurar armas e objetos de uso doméstico.

É interessante notar o fato do sepultamento de seus mortos ser realizado no centro da praça, junto a uma cruz lá colocada. Este é um fato completamente novo, dentro da tradição funerária Mbayá-Guaicurú, que será devidamente analisada no item correspondente a este assunto.

Em Bossi (1863), Reclus (1900) e Steinen (1940) encontram-se poucos dados, em sua maioria rápidas informações para o estudo da estrutura habitacional Mbayá-Guaicurú que, em sua totalidade, são encontrados em outras obras já mencionadas no texto.

Boggiani (1975, p. 112), em 1892, descreveu que as casas Kadiwéu da aldeia de Nalique possuíam telhados de palha do tipo duas águas. As extremidades das coberturas laterais das casas eram unidas, formando um corredor que permitia ir de um lado a outro da aldeia, abrigando-se do sol e da chuva.

As casas pintadas nesta aquarela por Boggiani (fig. 24) são habitações permanentes, feitas para serem ocupadas por mais tempo. Caracterizam-se por uma planta baixa retangular e fachada frontal. O telhado segue o estilo de duas vertentes. A cobertura é feita de palha seca.



Figura 24: As casas de Chico Tereno e do Capitãozinho da aldeia de Nalique (Fonte: Boggiani, 1975).

Boggiani (op. cit., p. 174) mencionou as utilidades da palma, chamada pelos Kadiwéu de *etchate*, o acuri (*Scheelea phalerata*), que abunda na região. Os Kadiwéu serviam-se dela para cobrir o teto de suas casas, “quando não tem possibilidade de fazê-lo mais solidamente com a palha, que não é encontrada por toda parte”.

O acampamento provisório para a coleta dos frutos de *etchate* ou acuri (*Scheelea phalerata*) e *namocolli* ou bocaiúva (*Acrocomia aculeata*) registrado por Boggiani (op. cit., p. 179), em março de 1892, era “uma pequena cabana improvisada, com teto de folhas de *etchate* ainda verdes. Admirei muito o modo pelo qual eram construídas as

novas cabanas, bem arejadas, em boa posição e bem adaptadas para abrigar do sol e da chuva”.

Em julho de 1897, quando da sua segunda expedição à região do Nabileque, Boggiani (1929, p. 525) encontrou um grupo Kadiwéu acampado numa ilha de bosques que acompanhavam o curso do rio Nabileque, que estava inundado, descrevendo-o:

Como el campamento es provisorio, las chozas son simplísimas y muy ligeras. Plantando en la tierra, y a conveniente distancia, algunas ramas rectas terminadas en horqueta, fijan otras transversalmente sobre las primeras y en ambos sentidos, de manera que forman un reticulado. Por cima y formando techo, extienden cueros de los venados que cazaron. En el suelo, sirven de tapiz o de lecho los comunes cueros de vaca sobre los cuales los Caduveos, y especialmente las Caduveas, pasan el mejor y el mayor tiempo de su vida.

Boggiani (op. cit., p. 112) apresenta uma descrição detalhada do jirau:

... onde o telhado é mais largo e desce quase até tocar no solo com pontas pendentes das palhas de que é formado, é ocupada pelos grandes girais sobre os quais nascem, vivem e algumas vezes, morrem os habitantes. Estes girais ou taboados com leve inclinação variam pouco em altura um em relação a outro e estão acima do solo de 60 a 70 centímetros, raramente mais. Há de várias grandezas e no máximo ocupam todo o espaço coberto pelo telhado compreendido entre os moirões centrais de sustentação e pouco menos que a extremidade da vertente posterior. Formam assim um plano inclinado e elevado que corre sem outras interrupções mais que estreitos espaços de passagem, de uma extremidade à outra da fileira de cabanas. Debaixo do telhado, nas travezinhas de sustentação e por toda parte onde seja possível, são pendurados os utensílios domésticos, provisões e toda sorte de objetos. Os girais estão sempre cobertos de grandes couros de boi, e para travesseiros servem admiravelmente certas compridas esteirinhas de finos juncos enrolados que de dia fazem parte dos arreios das bestas de carga.

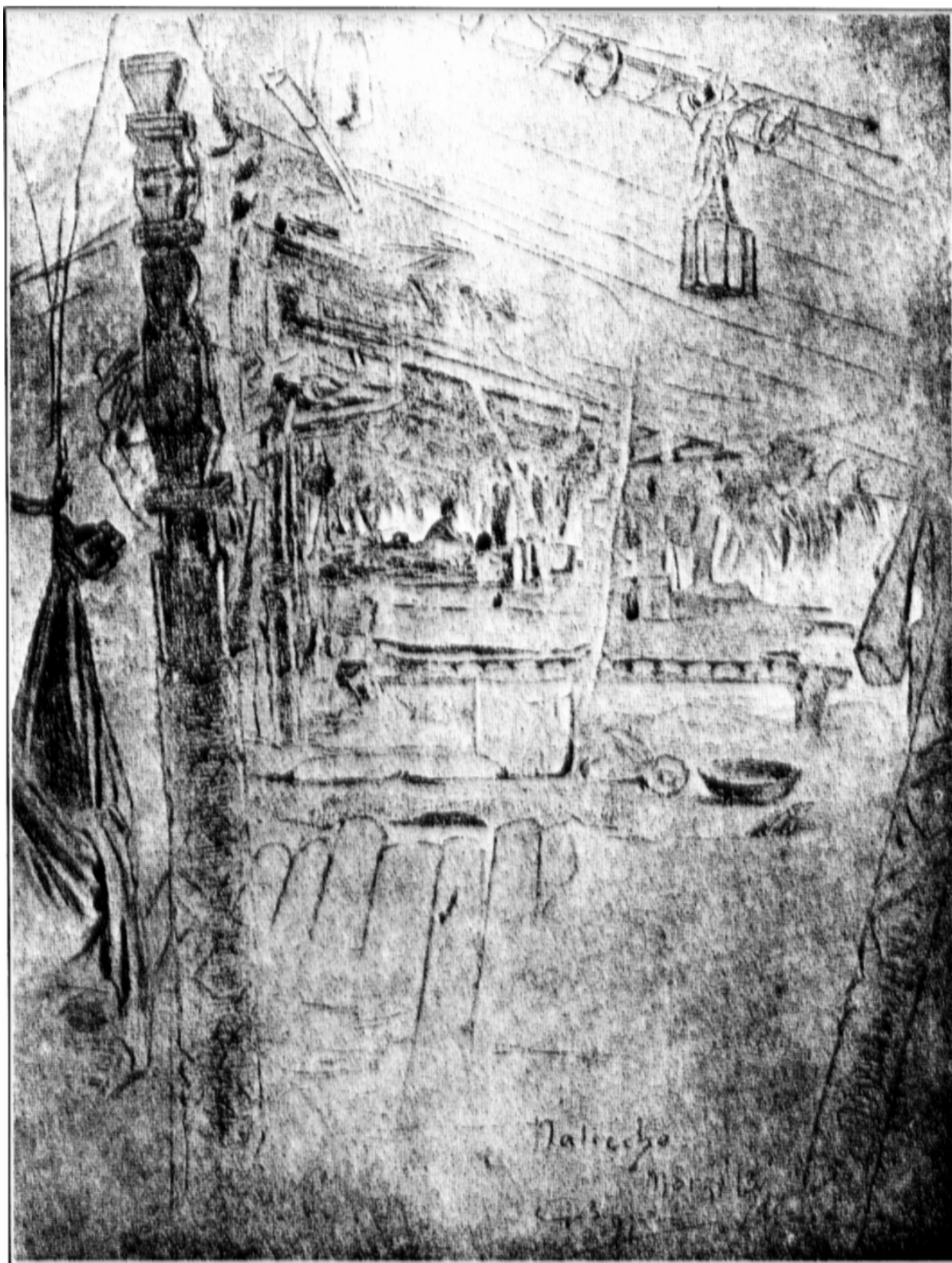


Figura 25: Esboço a lápis do interior das casas da aldeia de Nalique (Fonte: Boggiani, 1975).

Segundo Boggiani (op. cit., p. 200) escreveu, tratava-se de “um esboço a lápis da enfiada de cabanas, à direita da casa do Capitãozinho, vistas internamente. Sobre a frente surge um dos paus-insígnias de família do Capitãozinho, que trazem esculpida uma careta, certamente um ídolo, um santo protetor ou qualquer coisa de semelhante”.

Rivasseau (1936, p. 76-77) descreveu uma casa permanente da aldeia do Tuyuyú:

Compõem-se de sólido esteio de boa madeira imputrescível, aroeira geralmente. Tem boa altura. O teto tem duas águas e é coberto com capim, arrancado, no próprio brejo da cabeceira do Tuyuyú à beira da qual estão os ranchos.

O de Joãozinho é fechado só do lado do oitão sul; o oposto e os dos outros costados são abertos. Mas, o teto bastante inclinado, cai, com capim pendente, a menos de 1 m. 50 do chão.

Por dentro, um pouco atrás, deixando abrigado pelo teto, e ao redor como uma passagem de 90 cm. a 1 m., ergue-se um estrado que ocupa todo o espaço no centro do rancho. Este girau, tem uns 60 a 70 cm. de alto. Por cima, em que uma madeira rachada delgada forma como uma espécie de soalho grosseiro, estão colocados couros de gado dessecados e bem esticados. Dos caibros pendem outros couros e trapos. Alguns desses couros muito grandes formavam como separações, por sinal somente, era apenas o que podia significar, mas que o espírito ou a compreensão devia perfazer, para completa-las.

Assim, de cada lado, duas redes armadas achavam-se reciprocamente escondidas, uma da outra.

Esta descrição de Rivasseau confere com o desenho feito por ele de duas casas dessa aldeia (ver figura 20). Nesta ilustração, nota-se que o jirau no interior das casas é feito de quatro varas em forquilha cravadas no solo. Sobre estas são apoiadas duas outras varas, que sustentam por sua vez várias outras varas postas em sentido longitudinal, formando um estrado sobre o qual estão colocados couros de animais que servem como camas.

Observa-se o fogão fora da casa, e sobre ele uma chaleira e uma cuia de mate, influências da sociedade nacional. Aparecem ainda dois espetos de carne e um prato, talvez cerâmico, com, provavelmente, raízes de mandioca e espigas de milho cozidas.

Por último, percebe-se a extremidade de uma rede de dormir presa a um dos esteios da casa que está em primeiro plano.

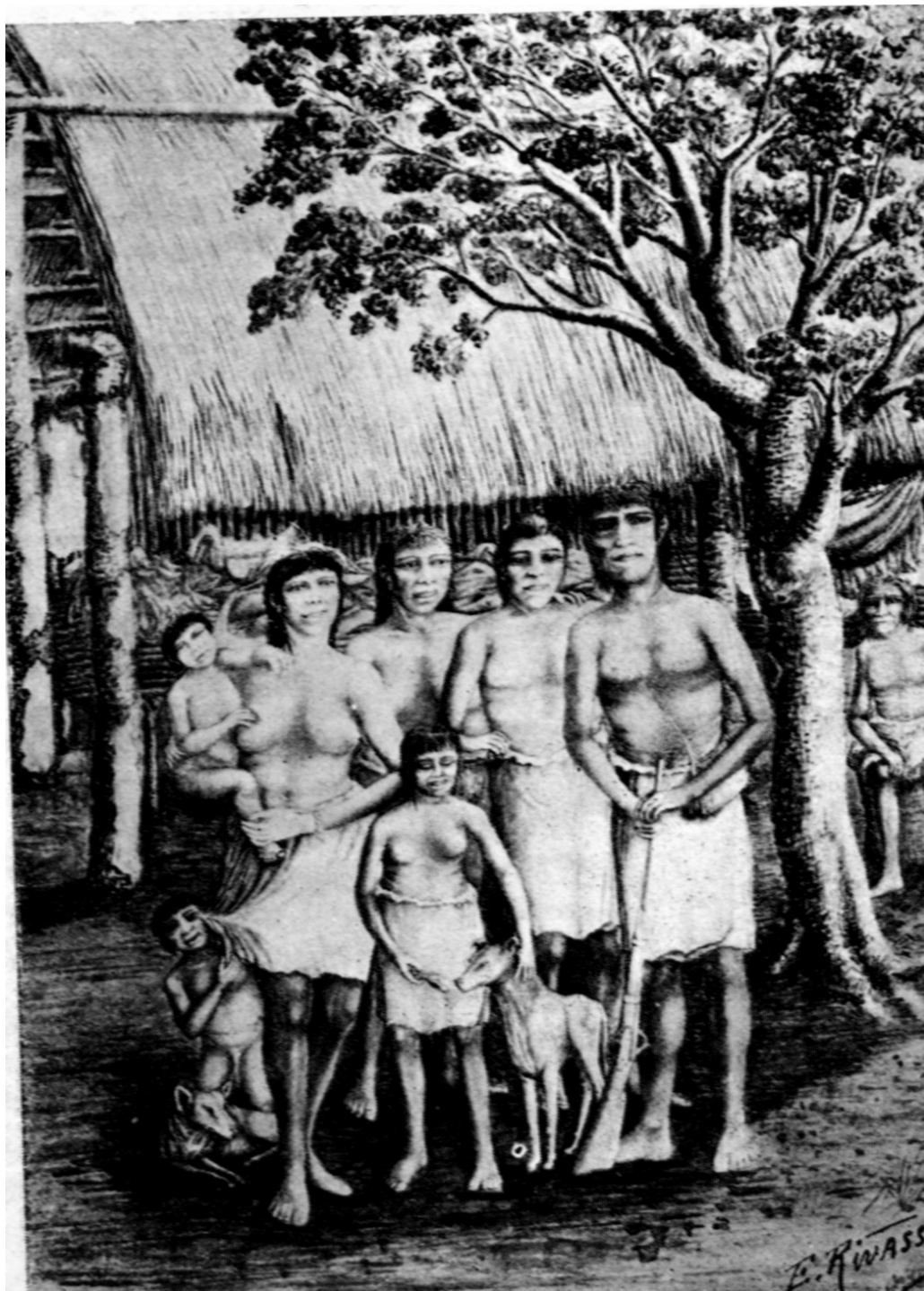


Figura 26: Família Kadiwéu diante de sua casa (Fonte: 1936).

Nesta ilustração (fig. 26) percebe-se a posição do esteio central, com um esteio lateral de cada lado. São visíveis as ripas de apoio da cobertura da casa, e outra ripa externa sobre a cobertura, prendendo-a. A cobertura é provavelmente de palha seca. O telhado é do tipo duas águas.

Rivasseau (op. cit., p. 180) visitou também a aldeia Kadiwéu, chamada de Aldeia Grande, do Capitão Guazú-Ãcã, que ficava seis quilômetros distante da do Tuyuyú, na qual havia se hospedado. Constatou que o rancho do Capitão era “mobiliado absolutamente como o estava o de Joãozinho no Tuyuyú; isto é, que estava ocupado em toda a sua parte central por um grande girau coberto na sua maior ... com couros de gado dessecados e muito bem esticados. Ao redor, três a quatro redes estavam armadas (...)”.

Havia perto da Aldeia Grande um piquete, ou seja, um pequeno potreiro reservado para os seus cavalos.

4. 3 - Estruturas de combustão

As fontes etno-históricas a respeito das estruturas de combustão são escassas e encontradas a partir da segunda metade do século XVIII. Para os assentamentos Guaicurú na região do Chaco não se tem nenhum registro quanto a estruturas de combustão como o fogão.

O jesuíta Labrador (1910, t. I, p. 271) registrou, em meados do século XVIII, ao descrever uma aldeia Mbayá de casas portáteis, que “por el lado exterior ó espalda manejan las caballerías y en el corredor hacen sus hogares y cocinas”.

Castelnau (1949, p. 244), viajante de meados do século XIX, relatou um aldeamento Guaicurú composto de umas vinte casas. Mencionou neste que “a cozinha resume-se num fogão feito de algumas pedras amontoadas no meio da casa”. Na figura de um acampamento Mbayá em Albuquerque (fig. 15), Castelnau (1852 apud Métraux, 1963, p. 355) desenhou um fogão diante de cada habitação.

Boggiani (1975, p. 113), quando esteve na aldeia Kadiwéu de Nalique em 1892, informou que a atividade de cozinhar era realizada nos fundos da casa, onde o terreno era utilizado para as atividades domésticas. O local onde cozinhavam implica na localização do fogão ou fogueira, ou seja, neste caso os fundos das casas. Este dado remete à observação da posição da estrutura de combustão, na espacialidade da aldeia Kadiwéu.

Mais adiante, referindo-se ainda à aldeia de Nalique, provavelmente às fogueiras de iluminação noturna, Boggiani (op. cit., p. 114) escreveu:

*Diante de todas as habitações cada uma das famílias tem aceso um vivaz e chamejante fogo que ilumina em redor de si os grandes telhados de palha, sob os quais se agitam as figuras estranhas dos habitantes.
O fogo é feito de lenhas secas de tal qualidade que não fazem fumaça e as chamas tem uma luz vivíssima e brilhante. É belo o efeito desta longa fileira de fogos na escuridão da noite.*

Boggiani (op. cit., p. 211) registrou outra estrutura de combustão na aldeia de Nalique, uma espécie de forno escavado no solo com uma caldeira de cobre sobre ela para a fabricação de melado (fig. 19). Esta fogueira, no entanto, deviria ter um diâmetro maior que as demais.

Na ilustração da aldeia do Tuyuyú, feita por Rivasseau (fig. 20), nota-se o fogão fora da casa.

Além do fogão para cozinhar, que é a principal estrutura de combustão, encontra-se registro também destas estruturas relacionadas à queima de cerâmica, atividade esta que poderia ser ou não feita no mesmo fogão da cozinha.

Smith (1922, p. 310) descreveu em 1886 o processo de queima da cerâmica Kadiwéu:

Ajuntam-se então achas de lenha seca e põem-se em cima de um fogo meio apagado fora do rancho, e por cima da superfície assim formada depositam as panelas; faz-se uma especie de gaiola em roda d'elas com outras achas e cobre-se por cima. Abana-se então o borralho até ficar labareda, que lambe a gaiola de lenha e dá igual calor a todos os lados da louça. Entretanto, é preciso cuidado com o tempo; sobrevindo chuva, os indios põem um couro por cima do fogo até consumir-se de todo a lenha.

Pode-se concluir, com base nas fontes supra citadas, que as estruturas de combustão localizavam-se fora da casa Mbayá- Guaicurú. É exceção a informação de Castelnau (1949, p. 244), que se refere a um aldeamento Guaicurú, do qual não se sabe qual o grau de influência da sociedade nacional sobre a organização do espaço Mbayá-Guaicurú ou a acuidade de observação ou descrição do autor.

4. 4 - Estruturas funerárias

As formas de sepultamento dos Mbayá-Guaicurú variam do século XVII, no qual tem-se as informações mais antigas, para o século XIX.

As primeiras informações sobre a forma de sepultamento na região do Chaco são produzidas no século XVII pelos jesuítas da Companhia de Jesus. Em especial, são

encontradas nas Cartas Anuas escritas pelos provinciais da Província Jesuítica do Paraguai, no período da primeira tentativa reducional com os Guaicurú próximos a Assunção.

O provincial Diego de Torres (1927, p. 505), em Carta Anua de 1612, relatou a morte da filha do Cacique Don Martin, e que “... querian los yndios enterrarla asumodo, ymatar algunos muchachos ymuchachas ydetoda edad, paraqueenla sepoltura yenlaotra Vida lehiciessen compa. mas yoledixe adon Martin nolo consintiese”.

Da mesma forma, o provincial Pedro de Oñate (1929, p. 80), referente ao ano de 1616, registrou: “... y que se persuadiessen, que la niña se auia de enterrar en la iglesia y que no auian de matar anadie (porque tenian ia vna vieja preparada segun su costumbre la qual matan quando alguno muere para que como ellos dicen sirvan al muerto en la outra vida)”.

Espinosa (1948, p. 635) escreveu que:

En muriendo el Casique, o señor, se ofrecen algunos de los Capitanes mas valerosos a morir com el, y muerto juntan mucha cantidad de vino, que hazen de miel, de que ay abundancia, llevan el cuerpo a vn citio, y parage ameno, que tienen preparado, y alli delante del cuerpo difunto, hazen sus borracheras bebiendo, y cansados de la fiestas, y borrachos, piden que otros los ahoguen para hazer compañía a su amo para seruile de consejeros, y enterrado los echan a los lados, y en continente matan otros tantos muchachos, que les echan a los pies para que alla les siruan, y alli les meten sus arcos flechas, macanas, y volas com cordeles com su Comida, y bebida para el viagem, y despues de hecho lo referido cubren la boueda, ocueua y los dexan.

O jesuíta Techo (1897, t. II, p. 169), em fins do século XVII, informa que os jesuítas haviam conseguido dos Guaicurú que “en los funerales no se diera muerte á las personas queridas del difunto, según era costumbre”.

Em 1733, o jesuíta Lozano (1941, p. 77) registrou a forma de sepultamento Guaicurú:

Muerto el cacique o hijo suyo, o algún indio principal, matan a algunos así varones, como mujeres, para que les vayan a servir, teniendo por cierta la inmortalidad de las almas engañados a que andan por este mundo con necesidad de quien las acompañe y sirva; y hay así indios, como indias tan ciegos en esta parte, que ellos mismos se ofrecen de su propia voluntad para este sacrificio del demonio, pareciéndoles que con esto muestran el amor y estima que les tienen. El lugar donde entierran al cacique o sus hijos, le cubren de esteras, y al difunto adornan con collares de cuentas, quitándoselos gustosos cada uno, aunque les haya costado mucho, por parecerles acto de piedad debida con los muertos, y al llevarle a la sepultura usan algunas ceremonias bárbaras nacidas del natural sentimiento que ocupa su corazón por la pérdida de quien amaban.

Segundo informações de Lozano (loc. cit.), o morto ao ser enterrado era adornado com colares. O dado referido de cobrir o local da sepultura com esteiras, talvez traduza uma simples estrutura de paus fincados no solo e sobre eles a esteira, formando uma cobertura, semelhante à construção de seus abrigos, que poderia ser ou assemelhar-se ao *napiog* registrado por Jolís (1972), a partir de meados do século XVIII.

O cronista Charlevoix (1910, t. I, p. 140) também menciona que:

Luego que fallece una persona de consideración, se degüellan cierto número de hombres y mujeres para acompañarle en el outro mundo, y nunca cuesta trabajo de hallarlos, porque se presentan bastantes que se ofrecen á gozar de este honor. Los funerales se hacen con gran aparato. Adornan el cadáver sus más hermosos arreos. El cadáver de un cacique, principalmente, se lleva á la sepultura lo más precioso que hay en el pueblo, y lo dan de buena gana, sin haber nadie que no dé al difunto muestras del más sincero dolor.

A partir de meados do século XVIII, os relatos produzidos mencionam um novo elemento relacionado aos sepultamentos Mbayá-Guaicurú: a construção de uma estrutura, sob a qual eram enterrados os mortos, o *napiog*.

O jesuíta Jolís (1972, p. 315), em meados do século XVIII, descreveu:

Si bien es singular, aunque no propio de los Guaicurúes el alzar cabañas en los cementerios para sus Difuntos, pues creen que las almas de los muertos se agitan alrededor de ellas, preparan comidas y bebidas para su alimento sobre las tumbas, la renuevan de cuando en cuando, además de los vestidos y cuanto les pertenecía en vida, (...).

Del Napiog o sepulcro no está permitido a nadie llevarse cosa alguna, y son muy odiados, aborrecidos y temidos por impíos los de la tribu de los Enacagás que acostumbran cavar y sacar de entre las armas depositadas las que más le agradan y más útiles son. Al enterrar a los muertos no acostumbran ahora matar a algunos, o quitarse la vida por sí mismos, para atestiguar su amor a esos difuntos o para demostrarlo aunque fuera con sus cuerpos, o servirlos personalmente sepultados en la misma tumba, o por medio de los ya muertos y enterrados en el mismo lugar para este fin (ibid.).

O jesuíta Labrador (1910, t. II, p. 46-48) observou junto aos Mbayá da tribo dos Apacachodegodis, entre os anos de 1760 e 1767, seus sepultamentos. Descreveu a forma como amortalhavam e sepultavam seus mortos, o sepultamento provisório fora do napiog em caso de epidemias e as providências após a morte de um membro do grupo:

Como los amortajan y entierran - Satisfecha la primera obligación con las lágrimas, se sigue la de amortajar al difunto. El modo es liarle en una manta en postura de sentado en cuclillas. Atavianle con cuanto pueden, si el médico les deja algo, y sino, lo buscan para este desempeño. Luego cargan el cuerpo sobre uno de los caballos que en vida sirvió á su dueño. Llévanle á un sitio retirado que en su idioma se llama napiog y es lugar de enterramiento. Esto no se diferencia de un toldo de vivos en esteras, forma y postecillos que le dividen; y con esto cada capitania y aun familia sabe en qué parte están sus difuntos. Con el difunto varón entierran sus armas y si hombre ó mujer lleva consigo á su sepultura las planchitas de plata y cunatos dijes le sirvieron de gala. La sepultura no es honda, y puesta en ella el cadáver le cubren, sin apretarle, con muy poca tierra, sobre la cual ponen una esterita y algunos cántaros bien labrados, y los que pueden los guarnecen de cuentas. Junto al sepulcro clavan los postecitos de palo que en su toldo tuvo en vida. Si tenía caballos matan algunos (no la yeguas) para que pueda en su nuevo estado montar el alma y espaciarse en mejores prados y monterías. Los cántaros pintados y vistosos se destinan para que, fatigado el espíritu, tenga agua y en que guardar sus alhajuelas. De cuando en cuando van á visitar el toldo del enterramiento y con notable aplicación renuevan las esteras para que el sol y la lluvia no molesten á los que reposan.

Piedad con sus difuntos - Á los que mueren en tiempo de epidemias, como sucedió en la de las viruelas, entierran cerca de donde mueren. Hacen un pequeño hoyo en que meten el cadáver, cubriéndole con una estera y algunas ramas, para que los tigres no los destierren. Al cabo de algún tiempo, cuanto juzgan suficiente para que, podrida y consumida la carne queden los huesos, salen los parientes á recogerlos. Llévanlos al común carnero ó enterramiento,

y después unidos en los toldos, hacen el duelo. Si no hallan algún cadáver porque el tigre se lo llevó al bosque, lo toman por mal agüero, y es inconsolable su sentimiento.

Ceremonia después de retirado el cadáver - Retirado el cadáver del toldo, queman las esteras y lo que tienen presente del difunto; quiebran las ollas y cántaros y procuran apartar de sus ojos cuanto puede refrescarles la triste imagen de la muerte. Después todos los del cacicato mudan á un sitio algo distante los toldos, temerosos de que la muerte los recorra todos, si no la dejan sola en descampado. esta ceremonia no se practica si el difunto es niño, porque la muerte de éstos no es comparable con la de los adultos. Fundada la reducción de Belén, nos pidió un capitán que le hiciésemos una casa de paja, el techo para todos sus soldados y dependientes. Mudáronse á la nueva habitación, que les agradó mucho, porque les ahorra la tarea con las esteras en los temporales. Duró este sosiego hasta que murió uno. Ya todos estaban temblando, y al fin se salieron todos de la casa y la incendiaron.

Sobre o *napiog*, pode-se perceber que era construído de modo semelhante à habitação Mbayá portátil, dividido por postes que delimitavam cada capitania ou família. Associadas ao enterro, estão as armas do guerreiro, adornos de prata e também cavalos. Sobre as sepulturas colocavam esteiras, cântaros e “los postecitos de palo”, que seriam as prováveis insígnias de família.

Muriel (1918, p. 231-32), cronista jesuíta, em obra que remete ao período de 1747 a 1767, relatou que “entonces los parientes pintan el rostro del enfermo y matan sus caballos, para que el muerto monte los caballos muertos. Sepúltanlo en una sepultura común, que llaman napigo, y adornan con esteras, ollas y pelos, utensilios iguales a los de los vivos”.

O naturalista Ferreira (1974, p. 82-83) descreveu, em carta datada de 1791, a cerimônia do funeral Guaicurú:

Estendido o cadáver, pinta-se-lhe a face de urucu, de tabatinga e de jenipapo; e amortalhado ele em seu cobertor, traz-se-lhe o seu cavalo, onde monta algum parente do defunto e o leva reclinado ao seu peito. Marcha igualmente montado o concurso que o acompanha; e sendo cacique o defunto não fica vassalo seu, que lhe não tribute aquela última demonstração de Amor e de Respeito; consagrando-lhe a Nação inteira toda a qualidade de lágrima,

ilustre e plebéias. Chegados ao lugar destinado para as sepulturas dos mortos (que é um grande tijupar, que serve de cemitério) abre-se com paus agudos uma cova de 6 até 7 palmos de altura, para não ser o cadáver facilmente desenterrado pelas onças e estendida uma esteira no fundo, sobre ela se deita ao comprido o cadáver, cobrindo-o de terra fofa, sem ser calcada, até encher-se a cova, que também por cima se cobre com outra esteira. Finca-se-lhe à cabeceira uma forquilha, onde se lhe deixam dependuradas as suas armas, os seus móveis e utensílios domésticos. Perto da sua sepultura, se abre outra para o seu cavalo, que a recompensa que ali recebe de ter servido ao defunto é a de ser morto a lançadas, para continuar a servi-lo no outro mundo.

O militar Prado (1856, p. 36-37) registrou em sua monografia sobre os Guaicurú de 1795 que:

Quando morre alguma moça rica, pintam-na como se estivera viva, botam-lhe contas nos pulsos e nas pernas, chapas e canudos de prata no pescoço. Envolvem-na toda em um pano pintado com conchas, e depois a cobrem com uma esteira fina, e assim a leva a cavalo um dos parentes até o cemitério geral, que é uma casa coberta com esteiras pelos lados, onde cada família tem dividido com estacas a parte que serve de jazigo aos seus: alli a enterram, e sobre a sepultura deixam-lhe o fuso, a cuia e outras cousas de seu uso; e se é homem, deixam-lhe o arco e as flechas, a maça, a lança, em fim todas as armas e trastes de que usava, e matam junto ao cemiterio o cavalo em que o falecido foi levado, que é o melhor que ele possuía; e se em vida foi guerreiro, enfeitam-lhe as armas com flores e plumas de diversas cores, que todos os anos renovam.

É interessante observar neste trecho de Prado (loc. cit.) a caracterização do *napiog*, como uma casa com cobertura e com paredes de esteiras, sendo os espaços de cada família divididos por estacas. Parece ser uma grande construção que funcionava como cemitério coletivo.

Azara (1969, p. 223-24), em fins do século XVIII, observou que:

La familia o parentela llora a los muertos, sobre todo sí es un cacique o un sujeto de reputación, y se les entierra en el cementerio o lugar destinado para este objeto, com sus alhajas o sus atavíos y sus armas. Además sedegüellan sobre la tumba cuatro o seis de sus mejores caballos. Yo creo que esto procede del mismo principio que hace enterrar las alhajas com el muerto, y esta costumbre remontarse más que a la época en que empezaron a tener caballos. Si entierran com el cadáver las alhajas y los cabalos del difunto es

porque todos los indios salvajes tienen un gran horror a los muertos y no quieren conservar nada que les recuerde su memoria. Si el enfermo há muerto muy lejos del cemeterio, yesto hace que sea de temer la descomposición, los envuelven en una manta y lo suspenden de un árbol durante tres lunas, para dejar disolverse las entrañas y secar el cuerpo como cartón, y entonces lo llevan al cementerio.

Serra (1872, p. 361) descreveu em início do século XIX que “eles igualmente crêem na vida futura, pois os seus cemitérios que são privativos a cada tribo e família, são respeitados, fechados com estacas, cobertos de esteiras, e todos os anos os visitam e concertam; outros penduram alguns panos, armas e ornatos do falecido, e com ele costumavam enterrar um cavalo, e um cativo, para servirem na outra vida a seu senhor; (...)”.

Além do sepultamento de um cavalo junto ao morto, destaca-se o fato de mencionar também o de um escravo, como Lozano (1941) registrou que era praticado ainda na primeira metade do século XVIII.

Conforme Casal (1976, p. 130), os Guaicurú

Tem um cemitério geral, que é uma grande alpendrada, coberta de esteiras, onde cada família tem dividida com estaca a parte, que serve de jazigo aos seus. Aos homens deitam-lhes em cima da sepultura o arco, as flechas, com as mais armas e trastes, de que usam: e se foi bom guerreiro, enfeitam-lhas. As moças ricas vão enfeitadas, como se ornariam para o próprio noivado.

Em meados do século XIX, Castelnau (1949, p. 244) registrou num aldeamento por ele visitado que os Guaicurú enterravam seus mortos no centro da praça, junto a uma cruz lá cravada. É provável, como se trata de um aldeamento, que este grupo esteja num forte processo de aculturação, onde suas tradições encontram-se modificadas devido a contatos com a sociedade nacional.

Reclus (1900, p. 402), historiador do século XIX, escreveu em 1893 que “quando morre um nobre, prestam-lhe grandes homenagens e depõem-lhe no túmulo os arcos, as frechas, o tacape, a lança e os adereços de guerra; depois matam ao lado o cavallo que elle mais estimava”.

A partir das fontes dos séculos XVIII e XIX, sobre formas e estruturas de sepultamento dos Mbayá-Guaicurú, pode-se concluir que no geral o enterramento era do tipo primário, feito direto no solo. O corpo poderia ser amortalhado com mantas e / ou esteiras. A posição do corpo ao enterrar ainda é um problema a ser definido. Há apenas dois registros quanto à posição do corpo: num o morto era amortalhado em posição de sentado sobre os calcanhares, de cócoras (Labrador, 1910, t. II, p. 46); em outro, o corpo ficava deitado e estendido sobre uma esteira (Ferreira, 1974, p. 83).

O processo de enterramento secundário somente era utilizado em caso de períodos de epidemias ou quando a morte ocorria distante do cemitério. Dois são os processos registrados para dar ao morto o enterro no cemitério do grupo. No primeiro, tratavam de enterrar o morto no local de sua morte, numa pequena cova que cobriam com esteiras e galhos para que onças não o desenterrassem. Decorrido algum tempo, quando julgavam que o corpo estivesse decomposto, os parentes recolhiam seus ossos e levavam para o cemitério (Labrador, 1910, t. II, p. 47). E no segundo processo, o morto era envolvido em uma manta e pendurado em uma árvore. Aguardavam um período de três meses, até o cadáver estar seco para realizar o seu enterramento definitivo no *napiog* (Azara, 1969, p. 224).

Outro elemento constante em todas as referências é o sacrifício e sepultamento de animais, no caso eqüinos. As divergências estão no fato de ser apenas um cavalo ou vários animais, que poderiam chegar ao número de seis. A sua cova era feita próxima à

do morto. Segundo uma informação, as éguas eram poupadas, pois afinal eram necessárias para a reprodução do rebanho.

Da sociedade européia, o cavalo foi o grande elemento cultural assimilado pelos Mbayá-Guaicurú. Detinha um importante papel nesta sociedade, que era considerada desde a sua adoção como eqüestre por excelência. A importância do cavalo explicaria o fato de ele ser morto e enterrado junto ao seu dono quando da morte deste. Este deveria servir após a morte ao seu senhor, como em vida o havia servido. Este dado pode ser encontrado na bibliografia produzida a partir de meados do século XVIII.

Somente Serra (1872) mencionou o enterramento de um cativo junto ao morto em seu parecer de 1803. O sacrifício de indivíduos seria tradição no sepultamento de membros de destaque no grupo no século XVII e primeira metade do XVIII. O autor poderia ter registrado uma tribo que talvez ainda mantivesse suas antigas tradições fúnebres.

O *napiog* era o local em que os mortos eram sepultados, ou seja, o cemitério. Dentre as terminologias utilizadas para tanto aparecem: “cabanas en los cementerios para sus difuntos” (Jolís, 1972), “sepultura común” (Muriel, 1918) e “grande tijupar” (Ferreira, 1974). O cemitério localizava-se numa área fora do espaço da aldeia, ao que tudo indica em locais não inundáveis. Sua estrutura se assemelha à forma da sua habitação, utilizando os mesmos materiais para a sua construção. A cobertura do *napiog* era de esteiras e as paredes laterais aparecem ora fechadas, e, nestes casos, com esteiras ou estacas; ora abertas.

Os *napiog* na maioria das vezes são grandes construções divididas por postes pequenos ou estacas, em que, para cada capitania ou família, distinguia-se um espaço

onde seus mortos eram enterrados. Outra forma surge como uma construção privativa para cada tribo ou família.

Os objetos associados ao morto, como adornos de prata, objetos de uso pessoal e, se guerreiro, suas armas, eram tanto enterrados junto ao morto como colocados sobre o túmulo, algumas vezes pendurados em forquilha fincada na cabeceira do túmulo. Também são depositados sobre a sepultura outros objetos como esteiras, vasilhames, utensílios domésticos, fusos e cuias.

Além dos objetos relacionados ao morto, eram depositados junto ao sepultamento cântaros de água e alimentos, que eram renovados, pois eles acreditavam na vida após a morte.

As variações constatadas nos relatos, principalmente do século XVIII, sobre a forma de os Mbayá-Guaicurú enterrarem seus mortos podem ser diferenças tribais, relacionadas aos costumes e tratamentos dispensados por cada uma das tribos existentes em áreas específicas. As informações dos autores, na sua maioria, não possibilitam identificar a que tribo se referem, uma vez que estas são apresentadas no geral como sendo Mbayá ou Guaicurú. Além disso, o território ocupado pelas tribos era muito extenso, principalmente da margem oriental do rio Paraguai. Acrescenta-se a estes fatores ainda a acuidade das observações e registros do autor.

Informações sobre as estruturas funerárias da tribo dos Kadiwéu se resumem aos relatos de Boggiani (1929 e 1898), produzidos no final do século XIX.

O viajante italiano Boggiani (1929, p. 532) registrou, em 1887, junto aos Kadiwéu, sua forma de enterrar seus mortos:

El Capitansioño me há comunicado un dato importante sobre los usos fúnebres de la tribu. Cuando muere alguno se le sepulta de inmediato. Diez días

después remuévese la tierra y se extraen los huesos que en tan breve tiempo aparecen casi completamente despojados de carne. Una vez limpios se los junta y envueltos en esteras se los lleva al cementerio que está a unas leguas de distancia del Nabileque, sobre el camino que va al retiro sobre el Nabileque, entre las montañas y en lugar solitario y escondido. Igual operación se ejecuta aunque la muerte ocurra lejos de la aldea durante las correrías de caza, y el saco de huesos es siempre llevado al cementerio, sea cualesquiera la distancia a que se encuentren. No sé si tienen más de un cementerio, pero creo que no. (...) Sé que sobre la tumba erigen una especie de choza com techo de dos vertientes y com cubierta de palmas o de paja; colocan debajo vasos con agua, alimentos y algunos de los mejores ornamentos que pertenecieron al difunto, y acaso también sus armas.

Conforme as informações de Boggiani (loc. cit.) recolhidas junto a um informante Kadiwéu, pode-se perceber que a forma de sepultamento difere um pouco das descritas anteriormente. O autor descreve a prática do enterramento secundário, onde o morto é sepultado diretamente na terra e, depois de a carne estar decomposta, os ossos eram recolhidos e se fazia um novo enterramento no cemitério do grupo.

O cemitério, provavelmente, estava distante da aldeia, como Boggiani (1898, p. 6) descreveu em outro trabalho, que “los transportan, desde cualquier distancia que se encuentren, á la casa de los muertos, que es lugar apartado entre serranías y bosques, y allí los entierran de nuevo y definitivamente”.

Os Kadiwéu continuavam a fazer os túmulos sob estruturas construídas semelhantes a suas casas e com coberturas de palha ou de folhas de palmas, como eram suas habitações. Os “ranchos” eram apenas cobertos, não possuíam paredes (Boggiani, loc. cit.).

Neste capítulo foi estudado o modo como o grupo Mbayá-Guaicurú se organizou espacialmente nas regiões do Chaco ou Pantanal e áreas adjacentes. Serão apresentados a seguir, a partir dos dados apurados nas fontes etno-históricas, os recursos faunísticos e florísticos explorados pelo grupo nos diferentes ambientes. Também veremos como estes

recursos eram processados e consumidos e as possibilidades alimentícias de acordo com as estações do ano. Dar-se-á ênfase também à introdução do cultivo e das novas possibilidades culturais européias como a criação de animais domesticados introduzidos pelos europeus na América.

5 - SUBSISTÊNCIA

A subsistência Mbayá-Guaicurú encontra-se registrada em relatos produzidos a partir do século XVI. Essas fontes são a base deste estudo sobre as atividades de subsistência do grupo.

As atividades relacionadas à subsistência dos Mbayá-Guaicurú, enquanto grupos nômades, como pedestres ou equestres, são sempre mencionadas pelos autores, relacionadas à caça, à pesca e à coleta. Já o cultivo é registrado como inexistente nos séculos XVI, XVII e XVIII. No entanto, o fato de não cultivarem não significa que produtos cultivados não fizessem parte da sua alimentação. Pelo contrário, obtinham muitos produtos junto a outros grupos indígenas. Apenas esses produtos não detinham o mesmo destaque na alimentação que os demais, como as caças e os produtos coletados.

Ressalta-se que muitas espécies da fauna e da flora identificadas ou mencionadas pelos autores, na sua maioria europeus, nos relatos produzidos principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII, têm como base espécies semelhantes e conhecidas por eles na Europa e África. Portanto, muitas espécies americanas foram identificadas e nomeadas incorretamente. Desta forma, tentou-se reconhecer e determinar, sempre que possível, as espécies e ou famílias correlatas. Para tanto, contou-se com o auxílio de um especialista, o biólogo André Osorio Rosa, do Instituto Anchietano de Pesquisas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Destaca-se ainda que algumas das espécies faunísticas e florísticas identificadas neste estudo estão assinaladas com um ponto de interrogação (?), identificando a espécie mais provável. Quanto às espécies relacionadas pelo nome Guaicurú cuja identificação não foi possível, foram assinaladas com dois pontos de interrogação (??).

5. 1 - Caça

É provável que a caça representasse uma das principais atividades de subsistência dos Mbayá-Guaicurú, pois sempre é mencionada em destaque segundo a bibliografia.

No século XVI, Cabeza de Vaca (1962, p. 36) registrou que os Guaicurú

... se mantienen de la caza de los venados, matecas y miel, y pescado del río, y puercos que ellos matan, y no comen outra cosa ellos y sus mujeres e hijos, y éstos cada día la matan y andan a cazar con su puro trabajo; y son tan ligeros y recios, que corren tanto tras los venados, y tanto les dura el aliento, y sufren tanto el trabajo de correr, que los cansan y toman a mano, y otros muchos matan con las flechas, y matan muchos tigres y otros animales bravos.

Esta técnica empregada pelos Guaicurú pedestres na caça de veados (Cervidae), conforme Cabeza de Vaca (1962) relatou, consistia na corrida atrás do animal até cansá-lo, para então abatê-lo. Era o antigo método de caça à corrida, tipicamente pampeano (Susnik, 1982, p. 38).

O governador Cabeza de Vaca (ibid., p. 42) relata que após a guerra que empreendeu em 1542 contra os Guaicurú próximos a Assunção, estes foram “pacificados” e vinham à cidade periodicamente trazer seus produtos para comercializar ou trocar por outros. Menciona que traziam, entre outros produtos, carne de veado (Cervidae) e de porco-do-mato (*Tayassu* sp.) assada em grelhas. “Esta barbocoa es como unas parrillas, y están a dos palmos altes de suelo, y son de palos delgados, y echan la carne escalada encima, y así la asan (...)” (id., p. 42).

Quando Schmídel (1962, p. 314) esteve no Alto Paraguai, relatou que os Mbayá tinham “para carne venados, ovejas indias caseras y ariscas⁴⁸, avestruces, patos, gansos, gallinas y outra volatería más (...)”. Na edição de 1903 desta obra, cita-se ainda, dentre as espécies, a anta (*Tapirus terrestris*). É muito provável que os Mbayá caçassem e se alimentassem desses animais mencionados pelo autor. Das espécies relacionadas, o avestruz é na América a ema (*Rhea americana*).

No século XVII o Provincial Oñate (Carta Anua de 1615, p. 16), Guzmán (1980, p. 89) e o capuchinho Espinosa (1948, p. 634) referem que os Guaicurú, como eram nômades, sustentavam-se, além da pesca, com a caça. O capuchinho explica que eram grandes atiradores de flechas.

⁴⁸ Segundo o tradutor Quevedo (apud Schmídel, 1903, p. 248) as ovelhas mansas são as lhamas e alpacas e as ariscas as vicunhas e os guanacos. Estes últimos seriam, no caso, os encontrados por Schmídel entre os Mbayá.

O jesuíta Techo (1897, t. II, p. 159-60) afirma que “desde niños se acostumbran á comer toda clase de animales, aun los venenosos, y así devoran impunemente gusanos, víboras, carne de leones y de tigres”. Os leões referidos são provavelmente as onças-pardas ou pumas (*Felis concolor*) e os tigres as onças-pintadas (*Panthera onca*), respectivamente.

O jesuíta Lozano (1941, p. 67) identificou que os Guaicurú viviam entre o rio Pilcomayo e o rio Yabebiri, onde abundava a caça de pássaros e martinetas.

O jesuíta e cronista Muriel (1918, p. 228-29), em sua história referente ao período de 1747 a 1767, menciona que os Guaicurú: “comen ciervos, gamos, avestruces, tigres, osos hormigueros y otras bestias del bosque. Susténtanse asimismo de enormes culebrones y codrillos que viven en las lagunas y esteros, (...)”. O crocodilo mencionado pode ser o jacaré (*Caiman* sp.) e a cobra de grande tamanho poderia ser a sucuri (*Eunectus* sp.), que vive principalmente nos pântanos, pois Prado (1856, p. 33), no século XVIII, referiu que a sucuri fazia parte da dieta alimentar Guaicurú.

O jesuíta Labrador (1910, t. I), que conviveu entre 1760 e 1767 com os Mbayá, relatou amplamente a atividade da caça. Conforme o autor, “a cuidado del marido corre prover el toldo de caza y otros víveres con que alimentar la familia (ibid., t. II, p. 26). A caça do cervo-do-pantanal ou *Totiganigo* (*Blastocerus dichotomus*) e do veado-campeiro ou *Napicagaligi* (*Ozotocerus bezoarticus*) é referida como a mais apreciada. O referido autor descreveu uma das estratégias adotadas para a caça destes animais, uma espécie de cercado, a “táctica del vallado”:

Buscan los infieles una cañada ó campo acomodado y que tenga bosque á los dos lados. Ponen unas ramas de árboles en las orillas de los bosques, como un cercado pero muy ralo. Después por la entrada y salida del campo, colocan otras ramas del mismo modo. Dejan dos pequeñas puertas. Antes de esto tienen ya quemado aquel pedazo de campo. Brota el pasto tierno que luego buscan los ciervos y venados. Entran estos por las puertas en que no

hallan embarazo. Los infieles están ocultos y cuando ven dentro algunos, cierran con unos cordecillos las puertas, atravesándolas de una rama á otra. Entran, ojean los ciervos ó venados: huyen éstos á buscar salida y como todo lo encuentran atajado, los mata el indio á su salvo. Lo que admira es que no salten aquellas pocas ramas ó que no se pasen por algunos claros, que apenas tienen más defensa que una varita. Nada menos porque el ciervo y venado no sabe bajar la cabeza: siempre la lleva erguida y temen tanto, que una rama ó varita les sirve de espantajo. (Labrador, 1910, t. I, p. 194).

A outra estratégia utilizada para a caça de veados e cervos consistia na carreira de indivíduos montados em cavalos e o uso da borduna. As peles dos veados e cervos eram muito aproveitadas. Eram usadas como mantas para dormir no inverno, para fazer pelotas para a travessia de rios, além de serem vendidas por um bom preço para os espanhóis.

A caça da onça-pintada ou *Nigetiago* (*Panthera onca*), segundo Labrador (ibid., p. 189), tinha grande destaque dentro da sociedade Mbayá-Guaicurú. As onças faziam com frequência ataques às crias de eqüinos que possuíam na Redução de Belém. Além disto, a pele das onças era muito valorizada, usada para proteção contra o frio. Mas seu principal emprego era na confecção de jaquetas curtas, usadas em ocasiões de guerra, pois acreditavam que a coragem do animal morto se mantivesse na pele e protegesse quem a usasse. No entanto, a caça da onça não era buscada quotidianamente com fim alimentício como a de outros animais. Abatiam-na sempre que a encontravam em suas caçadas ou quando se aproximava e atacava seus rebanhos eqüinos, bovinos e ovinos, como no caso da redução citada. Uma das formas empregadas pelos Mbayá-Guaicurú para caçar as onças era através de armadilhas:

La trampa es una cimbria con su lazo: éste al entrar el tigre á comer lo que ya dejó el día antes por la noche muerto, se dispara hacia arriba y levanta al tigre que queda colgado por la parte que le cogió el lazo. Acuden los indios que estaban ocultos, y con el garrote le quitan la vida. Tienen mucho cuidado los infieles de no agujerear la piel para que les sirva de capa y zamarra. Por eso rara vez usan la lanza ó flecha para matar al tigre, si no es en un caso fortuito ó impensado. (Labrador, 1910, t. I, p. 190)

A outra maneira de caçá-las consistia em:

Á lo lejos del animal muerto por el tigre, se ocultan varias partidas de indios. Antes dejan formados unos montones de leña dispuesta con paja para que levante llama al aplicarle el fuego. Sienten los centinelas el tigre punto procuran encender todas las hogueras, que forman como un círculo. Á la vista del fuego queda sorprendido el tigre, se sienta y mira á todos lados. Ya los indios han cogido sus puestos y como en rueda se van acercando con los Nebos en las manos. No acierta el animal á buscar salida, viéndose rodeado de armados. Cuando le advierten como pronto para romper por un lado, los del opuesto y de los costados le disparan el nebo con tanto acierto, que si no queda muerto, por lo menos se ve perniquebrado. Ahora á su salvo llegan los indios y concluyen con algazara su caza, repartiendo la presa (Labrador, loc. cit.)

Dentre a fauna existente, Labrador (1910, t. I) indica outros mamíferos que os Mbayá caçavam, além de onças, veados e cervos. O grupo consumia a carne de animais como: cateto ou *Niguitagi* (*Tayassu tajacu*), queixada ou *Niguidagi* (*Tayassu pecari*), tamanduá-bandeira ou *Bidioni* (*Myrmecophaga trydactila*), anta ou *Apolicagang-iguaga* (*Tapirus terrestris*), capivara ou *Eguagaicho* (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e ariranha ou *Egueleiche* (*Pteronura brasiliensis*). As peles da anta (*Tapirus terrestris*) e do tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga trydactila*) poderiam ser aproveitadas depois de curtidas. O uso de peles de tamanduá-bandeira também é referido por Bossi (1863, p. 31). A carne do cateto ou *Niguitagi* (*Tayasu tajacu*) necessitava “la cautela de cortar dicha carne esponjosa luego que muere, porque de no hacerlo, el humor lácteo que contiene corrompe la carne” (Labrador, *ibid.*, p. 195).

No caso da caça do queixada ou *Niguidagi* (*Tayassu pecari*), se o animal procurasse abrigo na água quando perseguido os Mbayá “se echan también al agua y como son tan diestros nadadores, á garrotazos matan muchos antes que se les escapen á la outra banda” (Labrador, loc. cit.). O outro modo era através de uma armadilha:

En la senda que dejan al caminar los puercos, la cual no mudan tan fácilmente, se cavan un hoyo de dos varas de hondo y dos ó tres de diámetro. Cúbrese con varillas, yerba ó paja, superficialmente. Vienen los puercos por su camino acostumbrado, y al llegar al hoyo, cae el primero, y trá él muchos

otros que le seguían, según su modo de caminar, que es ir unos en pos de otros, lleno el hoyo, algunos por sobre los otros saltan fuera, más siempre quedan muchos en lo hondo. Después desde arriba se matan con conveniencia y sin susto (Labrador, 1910, t. I, p. 195-6).

Conforme Labrador (ibid., p. 221), a carne da capivara ou *Eguagaicho* (*Hydrochaeris hydrochaeris*) possuía um odor desagradável. “Para quitarle este efecto, los infieles, luego que la sacan á tierra, la chamuscan antes de abrirla: y de este modo se evita el mal olor”. A pele grossa da capivara, depois de curtida, também era aproveitada.

Outra estratégia para caçar animais de grande e médio porte consistia na carreira de cavalos e no uso da borduna ou *Nebo*, descrita por Labrador (ibid., p. 210-11) da seguinte forma:

En algunas ocasiones salen á batir el campo en cuadrillas de veinte ó treinta, como son muchos se abren y apartan lo suficiente para hacer un buen ojeo de venados, ciervos, Nigidagis, Bidionis y otros animales hacia el centro del campo que han escogido. Poco á poco van estrechando el cordón, hasta que todos pueden dar la carrera á los caballos. El que descubre la caza grita y todos entienden la seña. No disparan flecha ni hieren con lanza á la bestia; por esto las más de las veces no las cargan. Todo su apresto es el garrote ó Nebo. Empuñan esta arma, y en la carrera se acercan al venado. Cuando le tienen á tiro, le dan tan fuerte palo en la cabeza ó lomo, que cae poco menos que muerto en tierra. Si no se les proporciona dar el golpe sin soltar el Nebo, á buena distancia le disparan con acierto, que perniquebran la bestia. De este modo sin maltratar la piel, logran la caza. Ésta es toda de quien fué el último que le dió el golpe. Nadie se la disputa, y la lleva á sus esteras, y la reparte á su arbitrio. Tienen caballos escogidos para estas funciones; y como no hay más jaeces que un cabestro ó riendas de hilo de pita, y los ginetes no cargan ropa, libres de embarazos, parece se cambian los oficios. Corre el ciervo y vuela el caballo, en cuyo manejo los Guaycurús son diestrísimos.

O tamandua-bandeira ou *Bidioni* (*Myrmecophaga trydactyla*) também era caçado, utilizando-se um pau ou uma lança que era cravada com muita força no animal.

Entre os animais de pequeno porte, são mencionados por Labrador (1910, t. I) os seguintes mamíferos caçados para a subsistência: tapiti (?) ou *Etaguimagadi* (*Sylvilagus*

brasiliensis), cotia (?) ou *Lanagiye* (*Dasyprocta* sp.), preá ou *Namotigi* (*Cavia* sp.), tatu (*Dasypodidae*) e lobinho ou *Caichoque* (*Cerdocyon thous*). A carne de várias espécies de tatu (*Dasypodidae*) era consumida assada ou cozida, tais como o tatu-bola (*Tolypeutes matacus*) e o tatu-canastra (*Priodontes maximus*).

Entre as aves o referido autor cita: perdiz ou *Etidichodi* (*Nothura* sp.), João-Grande ou *Dotiguelo* (*Ciconia maguari*), garça-moura ou *Itió* (*Ardea cocoi*), *Nayinigiguaga* (*Penelope* sp.), pato-do-mato ou *Neguecaga* (*Cairina moschata*), galinhas (Tinamidae ?), peru silvestre (*Cracidae* ?), ema (*Rhea americana*) ou *apacanigo* ou *apacachodi*.

Para caçar alguns destes animais pequenos citados anteriormente, cujas peles não eram apreciadas, além de pássaros, eles usavam:

... unas flechas con lengüetas labradas de un árbol muy duro llamado *Apenigo*; ó de otro mucho más fuerte cuyo nombre es *Nitagigo*. Estas lengüetas ó puntas de las saetas no tienen aletas, sino el palo seguido y casi redondo hasta la punta. Algunas puntas están con una maderita ó rodaja hecha de la corteza de una especie de calabazas amargas. Esta rodaja impide que la flecha traspase al animal, pero deja lugar bastante en la punta para que ésta hiera y quite la vida. Cuando han de cazar pájaros chicos, ponen la rodaja igual á la punta de la flecha, muy ajustada: sírveles como un botón en la espada, que da el golpe y no abre herida. Cazan también dichos animalillos y aves con lazos y trampas en que quedan presos. (Labrador, 1910, t. I, p. 203)

Na maioria das aves caçadas pelos Mbayá para prover-se da carne, as penas, que eram muito apreciadas para os seus adornos também eram aproveitadas. Mas havia algumas aves, cuja carne não apetecia ao grupo, que eram caçadas somente por suas penas: papagaio ou *Naichoconi* (*Amazona* sp.), príncipe ou *Etilogo* (*Nendayus renday*), guacamayo ou *Naquiligena*, maitaca (?) ou *Eoquage* (Psittacidae) e caturrita (*Myiopsitta monachus*). A ave quero-quero (?) ou *Tele-Tele*, “não comen los indios su carne ni aprecian su pluma” (Labrador, op. cit., p. 207). As emas ou *Apacanigo* ou *Apacachodi* (*Rhea americana*) eram caçadas da mesma maneira que os veados e cervos.

Aproveitavam também suas penas. Dos ossos da canela faziam as pontas das flechas, flautas ou apitos. Faziam provisão da sua gordura para preparar outros pratos (ibid., p. 211).

Talvez caçassem também algumas outras espécies, além das supra citadas identificadas por Labrador (loc. cit.), mas que não foram claramente apontadas pelo autor como fonte alimentícia, tais como: gato ou *Gochilo* (*Felis* spp.), gambá ou *Apaguilogoba* (*Didelphis* sp.), macaco ou *Egeadi* (*Callicebus* sp. ?), bugio ou *Aychega* (*Alovatta caraya*) e macaco-da-noite (?) ou *Nadaguilicho* (*Aotus* sp. ?).

Outra categoria de animais caçados com fim subsistencial são os répteis, dentre os quais: tartaruga ou *Nogoyenigo* (*Chelonia*), jacaré ou *Niogoiyegi* (*Caiman crocodilus*), jabuti ou *Logoyenigo* (*Testudo tabulata*), jibóia ou *Etagadi Laquedi* (*Boa* sp.), sucuri ou *Oyaga* (*Eunectes nataeus*) e iguana ou *Niyaluyegi* (*Iguana iguana*). A carne da sucuri ou *Oyaga* (*Eunectes nataeus*) era consumida cozida ou assada. Além da carne do jacaré ou *Niogoiyegi* (*Caiman crocodilus*), aproveitavam seus ovos. A caça deste animal era realizada da seguinte forma:

Si le cogen en tierra, le clavan con la lanza hasta que exhala los últimos alientos. Si está en el agua le tiran hachas con tanto acierto, que pocas yerran. Herido el Niogoiyegi nada, u al mismo tiempo, faltándole con la sangre que pierde las fuerzas, arrima á la orilla, y aquí le cogen con seguridad. Otras veces se valen de un arpón fabricado de un palo muy duro, ó de hueso, en forma de saeta. Viene á ser una lengüeta con dientes como sierra á los dos lados, al modo de las aletas de las ordinarias flechas. Tendrá cosa de una cuarta de largo esta lengüeta ó punta de la físga. Métenla en una caña de saeta, y como tal la disparan al lagarto, éste en sintiéndose herido procura la fuga: mas en vano porque el harpón lleva consigo atada la punta de una cuerda: la outra queda en la mano del pescador, que va recogíendola y llamando la presa á la orilla. Aquí con el garrote nebo ó con la lanza, le acaba de quitar la vida. (Labrador, 1910, t. I, p. 223)

Do jabuti ou *Logoyenigo* (*Testudo tabulata*) utilizavam várias partes para preparar iguarias:

... ábrenlas con destreza, asan ó cuecen la carne; los huevos meten en una tripa de la misma tortuga y así los asan y guisan, saboreándose al comerlos. El hígado no es inferior al de un lechoncito en lo grande y sabroso. La sangre de este animal recibida en la mano al salir de las venas se siente fría al tacto, como con otros lo tengo experimentado. Las conchas, que son las que tienen los colores, saltan fácilmente del casco del hueso; y pudieran aprovecharse para algunas obras curiosas. (Labrador, 1910, t. I, p. 230)

Conforme Labrador (1910), as carnes de ema (*Rhea americana*), veado (Cervidae), cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), cateto (*Tayassu tajacu*), anta (*Tapirus terrestris*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga trydactyla*) e sucuri (*Eunectes notaeus*) eram as mais apreciadas pelos Mbayá-Guaicurú. Bossi acrescenta o jacaré (*Caiman* sp.) entre os manjares preferidos.

Em muitos dos relatos produzidos nos séculos XVIII e XIX, os autores⁴⁹ se limitam a mencionar que os Mbayá-Guaicurú caçavam e / ou a citar algumas das espécies caçadas para sua subsistência, que já se encontram referidas por Labrador (1910, t. I). No entanto, alguns destes autores fizeram observações e considerações importantes sobre as atividades subsistenciais, que serão devidamente apontadas.

Segundo o jesuíta Jolís (1972, p. 301-302), as tribos Guaicurú determinavam os espaços reservados às atividades de caça, pesca e coleta, uma espécie de território privado ao grupo que deveria ser respeitado pelos outros grupos indígenas: “cada cacique de la Nación tiene su distrito determinado; pero éste no se halla vigilado con tanto rigor entre

⁴⁹ Citam-se: Jolís (1972, p. 301), Ferreira (1974, p. 81), Prado (1856, p. 26-27), Azara (1969, p. 221) e Steinen (1940, 696).

los connacionales, que no sea lícito pasar alguna vez los límites y entrar en outro distrito para cazar y pescar; libertad que no se concede a las otras naciones limítrofes”.

Labrador (1910, t. I) e Aguirre (1898) fizeram considerações importantes relacionadas ao sustento dos Mbayá-Guaicurú que se encontravam em jornadas. Labrador (1910, t. I, p. 203) explica que:

Cuando van de camino, no se pierde jornada por la caza. Saben los cazadores el sitio en que será la dormida ó parada, y ésto basta. Apártanse de la comitiva que camina al dicho sitio. Á éste traen la caza, y es universal el júbilo. Á la persona que hace cabeza en la caravana, y si está el cacique, á éste le dan la porción más estimada, que por lo común es el corazón. Esta es parte que entra de sobreabundancia. Si están muchos en caza, que reparte como quiere, y siempre la piel es cosa que le toca, y estira como arriba queda dicho.

Aguirre (1898, p. 478) refere neste caso que a caça constituía-se em seu principal alimento durante as jornadas “por lo cual son cortas; paran con frecuencia y sólo se andan de camino útil 4 ó 5 leguas”.

Sobre tabus alimentares, são pertinentes as escassas observações feitas por Ferreira (1974), Prado (1856) e Azara (1969), todas realizadas no final do século XVIII. Ferreira (op. cit., p. 81) menciona que as mulheres casadas não comiam carne de anta e capivara. Segundo Prado (op. cit., p. 34), “as moças não comem muitos animais que os homens, as velhas e as meninas comem”. Azara (op. cit., p. 222) relatou no que se constituíam os tabus alimentícios que pesavam sobre as mulheres Mbayá:

Entre los mbayás los hombres comen detodo, pero las mujeres casadas no emplean nunca en su alimentación ni vaca, ni capibara, ni mono, y cuando tiene su evacuación periódica no comen más que legumbres y frutas, y jamás prueban con pretexto alguno nada que pueda tener grasa. Como razón de esto dicen que le salieron cuernos a una mujer que estando en su período crítico comió pescado con grasa. (...) El alimento de las mujeres mbayás ofrece una particularidad, y es que las doncellas no comen nunca carne de ninguna clase, ni aun de peces grandes, es decir, de aquellos que tienen un pie o más de largo. Viven, pues, de vegetales y pequeños peces, sin poder decir la razón.

Donald (1977, p. 735 apud Susnik, 1990, p. 128) interpreta os tabus alimentícios, geralmente referentes ao consumo da carne de caça,

... como un medio de protección de este recurso natural, especialmente en la selva tropical, donde la caza exige mayor esfuerzo de preservación. Hay tabúes por status de edad y por status de sexo, válidos durante diferentes fases del ciclo vital; y hay tabúes culturo-ecológicos, cuando se prohíbe la carne de ciertos animales sociorreligiosamente determinados. Los tabúes de por sí, además de asociarse con la prevención contra la interferencia de los espíritus malignos, no regulan directamente el equilibrio biótico, sino que establecen un orden en la edilidad y disponibilidad de carne-alimento, también un factor importante de la valoración subsistencial de la caza.

Boggiani (1975), quando visitou os Kadiwéu em 1892, esteve entre eles no período de janeiro a março. Um dos objetivos desta expedição era comprar couros de veados e cervos para comercializar. No entanto, constatou que esta não era a época mais indicada para este tipo de caçada:

Esta não é a estação propícia, sendo a das chuvas, e o campo onde se dão as grandes caçadas dos Caduveos está presentemente quase todo inundado pelas águas, as ervas e os caniços lá se acham tão altos e intrincados, que tornam impossível o transitar, e ainda estão muito verdes para se poder destruí-los com fogo. A região das grandes caçadas está situada mais ao norte do Nalique e compreendida no triângulo formado pelas montanhas de Miranda, que vão acabar defronte de Forte Coimbra; de lá, pelo rio Paraguai até o Nalique, e, seguindo o curso deste rio, até as montanhas. É um terreno coberto de grandes prados e palmares e atravessado por numerosos pântanos e lagunas em que os cervos acham abundantíssimo pasto, únicos habitantes que são de uma vasta região ainda virgem. (Boggiani, 1975, p. 113)

Segundo o autor (ibid., p. 114), a melhor estação para as caçadas inicia no mês de maio e prolonga-se até agosto, pois neste período “as ervas se acham secas e é possível lhes por fogo e abrir uma passagem no terreno que também se tornou mais enxuto e transitável”. Ressalta que o veado, provavelmente o galheiro, “abunda nos arredores e é quase o único quadrúpede que ainda se possa caçar facilmente não longe do Nalique” (ibid., p. 123).

Boggiani (op. cit., p. 154) acompanhou os preparativos que antecederiam uma caçada. Registrou que limpavam as armas, fabricavam balas de chumbo e acomodavam os arreios e tralhas nos cavalos e bois. O grupo de caçadores organizou-se em duas comitivas, uma que seguiu em direção às montanhas de Miranda, e outra rumo ao pantanal. No entanto, ao retornar, o autor (ibid., p. 187) constatou que não haviam obtido êxito, trazendo poucos cervos, pois os campos estavam inundados e praticamente intransitáveis, como era previsto na estação. As contínuas chuvas fizeram com que o pantanal estivesse alagado.

Ao realizar expedição às aldeias Kadiwéu em 1892, Boggiani (1975), partiu do Porto Pacheco e navegou o rio Paraguai até a foz do rio Nabileque, seguindo depois por este rio até o lugar chamado de Retiro. Dali prosseguiu por terra até as aldeias de Nalique e Etóquija. Neste itinerário, na região habitada pelos Kadiwéu, Boggiani caçou e / ou identificou as seguintes espécies que encontrou: capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), anta (*Tapirus terrestris*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), onça-pintada (*Panthera onca*), tartaruga (*Chelonia*), jacaré (*Caiman* sp.), ema (*Rhea americana*), pato-do-mato (*Cairina moschata*), jacu (*Penelope* sp.), socó (*Tigrisoma* sp.) e carão (*Aramus guarauna*). Estes animais, existentes na região, além do cervo e do veado mencionado pelo referido autor como a caça mais consumida, poderiam potencialmente fazer parte, ainda que eventualmente, da alimentação dos Kadiwéu.

Rivasseau (1936), quando esteve junto às aldeias Kadiwéu, fez importantes observações pertinentes a este estudo. Conforme suas observações, os Kadiwéu não utilizavam mais suas tradicionais armas nas caçadas, mas armas de fogo (fuzis, carabinas, espingardas, clavinhas), e contavam com o auxílio de cachorros (ibid., p. 111).

Além do gado selvagem que ainda povoava os campos, os Kadiwéu proviam-se de carne, principalmente através da caça de animais de grande e médio porte, como os registrados por Rivasseau (op. cit., p. 135-36): queixada (*Tayassu pecari*), cateto (*Tayassu tajacu*), anta (*Tapirus terrestris*), cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), veado-mateiro (*Mazama americana*), paca (*Agouti paca*) e capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*). Os animais de pequeno porte como os roedores, carnívoros e frugívoros não eram desprezados. Em caso de necessidade comiam também jacaré (*Caiman* sp.), iguana (*Iguana iguana*), lagarto (Teiidae), jabuti (*Testudo tabulata*), diversas espécies de tatu (Dasypodidae) e tamanduá (Myrmecophagidae).

Rivasseau (1936) ilustrou três cenas interessantes sobre a caça entre os Kadiwéu, que serão analisadas a seguir.

Nesta ilustração de Rivasseau (fig. 27), os dois animais caçados pelos Kadiwéu são, provavelmente, dois porcos-do-mato (*Tayassu* sp) . Percebe-se a arma de fogo encostada na árvore, possivelmente utilizada para caçar estes animais. Notam-se dois facões: um na mão do Kadiwéu que está em pé e outro fincado no solo, próximo ao que está sentado. Estes instrumentos poderiam ser usados para descarnar os animais caçados. Por último, vê-se a carne no espeto fincado, no solo assando no fogo. Aliás, esta era a forma mais comum de preparar a carne para o consumo.

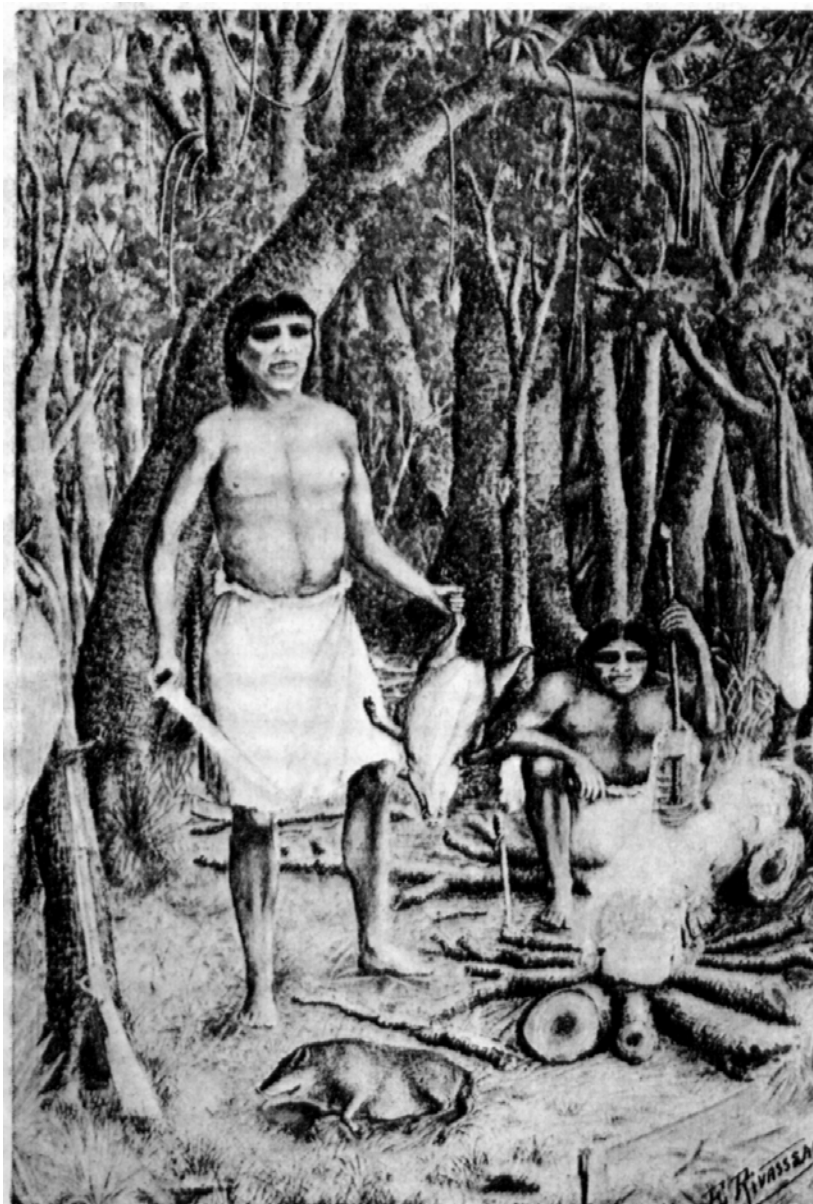


Figura 27: Pouso para o almoço durante uma caçada (Fonte: Rivasseau, 1936).

Havia ainda a caça de aves, requisitadas principalmente por suas penas. Os Kadiwéu poderiam eventualmente alimentar-se delas, caçadas especialmente por suas penas. Entre a grande variedade de espécies de aves que existiam na região, Rivasseau (loc. cit.) listou algumas:

... diversas espécies de patos (*Cairina moschata*) e marrecos (Anatidae), de muitas pernaltas, garças (Ardeidae), tuyuyús (*Jabiru mycteria*), colhereiros (*Ajaia ajaia*), carões (*Aramus guarauna*), curicacas (*Theristicus caudatus*) - estes dois últimos da família dos 'ibidaes', - socos (*Tigrisoma* sp.), espécie de butor (Cathartidae), les phasianides, aracuã (*Ortalis canicollis*), yacús (*Penelope* sp.), yacutinga (*Pipile* sp.), mutuns (*Crax fasciolata*); em fim, os galináceos compreendendo diversas variedades de perdizes (Nothura), como o Jaó do mato (*Crypturellus undulatus*) e a perdiz 'martineta' do campo (*Nothura* sp.) que são as maiores. Logo após vem outras menores, umas do mato como o 'nhambú' (*Crypturellus* sp.) e outras do campo como a 'codorna' (*Nothura* sp.)⁵⁰.

Uma das formas de caçar era através das queimadas, como Rivasseau (op. cit., p. 294-95) descreveu:

Os grandes incêndios ou 'queimadas' dos campos, fazem-se geralmente a partir do mês de maio ou melhor desde que se tem manifestado os primeiros frios, as primeiras 'geadas-brancas' quando se produzem, e estendem-se até agosto.

Escalando assim as queimadas, tem-se durante um tempo maior pastagens verdes e tenras para as manadas dos animais domésticos mansos, quer criados à solta ou não; mas que vão aproveitando, no mesmo tempo, todos os herbívoros silvestres.

Assim, pelo fato que, num lugar restrito qualquer, o fogo tivesse destruído todos os pastos e ervagens maduros e secos, os animais selvagens vem de longe, atraídos pelos brotos novos, verdes e macios que emirjam acima das moitinhas das gramíneas carbonizadas que desaparecem em parte debaixo das suas cinzas, e que se vem erguendo desde o segundo ou terceiro dia, tão favorável é o clima para a vegetação.

E, a atração provocada por esses pastos frescos é tão grande que, prevenidos pelo cheiro característico das ervas queimadas que se difunde a vários quilômetros e mais quando a fumaça é levada por algum vento, numerosos cervos e veados, vindos de pontos muito distantes arrojaram-se naquelas queimadas onde os seguem muitos outros animais silvestres bem como os gados bravios se os há na região, todos muito gulosos dessas ervagens e sobretudo de seu tempero. Atrás dos herbívoros, dizíamos mais acima, outros bichos procuram também a queimada. Entre eles os carnívoros, porque sabem que lá se acharão numerosas as suas presas; mas eles, param nas beiradas escondidos no mato. Outros como as porcas silvestres, herbívoros também, vem procurar a facilidade de poder remexer o chão com o focinho.

E, dos pequenos aos grandes, os que são destinados a serem devorados e a servir de pasto aos outros, como os que devoram são atraídos pela queimada.

⁵⁰ A identificação científica das espécies de aves não é de autoria de Rivasseau (1936), mas foi inserida para este estudo.

Outra maneira utilizada era a caça com “disfarçe”:

... vi avançar como uma grossa touceira muito enramada e folhuda. Quando esta chegou a uns cem metros dos grupos dos cervideos, a atenção dos mesmos se despertou. Todos elles param de pastar, e a curiosidade provocada, os mantinha atentos ao movimento da touceira que depois de avançar devagar, parou e tornou a dar alguns passos mais adeante. Os cervos, captivados por essa novidade, aproximaram-se e os veados fizeram o mesmo. Os primeiros, porém, eram as presas cubiçadas. Os veados longe de se assustarem e de fugir, andavam ao contrario, aproximando-se como para ver melhor (...). Os cervos também anciosos na sua curiosidade, tinham-se aproximado a boa distância de tiro de espingarda (...) (Rivasseau, 1936, p. 297-8).

O abate de gado bravio (*Bos* sp.) era bastante cobiçado pelos Kadiwéu, pois “o couro podia trocar-se por cartuchos, pólvora, balas e chumbo e também por erva-mate e alguns metros de algodão; e a carne daria à sua gente da Aldeia, com que se alimentar durante dias” (ibid., p. 152).

A carne de animais maiores, que rendiam maior quantidade de carne, como a de veados (Cervidae), cervos (*Blastocerus dichotomus*), antas (*Tapirus terrestris*) e do próprio gado selvagem, e eventualmente da onça-pintada (*Panthera onca*) e do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), recebia um processo no próprio local da caçada para a sua conservação: era charqueada. O procedimento era pendurar a carne sobre laços espichados ao sol, para secar. De vez em quando viravam-na para secar mais depressa (ver figura 28). Os couros eram espichados com a ajuda de varas flexíveis, fixadas em furos feitos na borda do próprio couro, e depois colocados a secar ao sol (ibid., p. 147). Após terem quantidade considerável de carne de caça, os Kadiwéu retornavam à aldeia. A carne e os couros eram carregados nos cavalos e bois.

Na ilustração (fig. 28), percebe-se um acampamento dos Kadiwéu durante uma caçada. Eles e seus cachorros encontram-se sentados junto à fogueira, assando o

churrasco e tomando mate. Ao fundo, vê-se o abrigo para pernoitar e alguns couros ou mantas para dormir. No lado esquerdo da ilustração estão colocadas as carnes para charquear no varal esticado e preso a algumas árvores. Nota-se ainda: um couro estaqueado para secar, duas cabeças de cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), várias armas de fogo, um machado, um facão, um vasilhame cerâmico talvez para água e uma sela com os arreios.

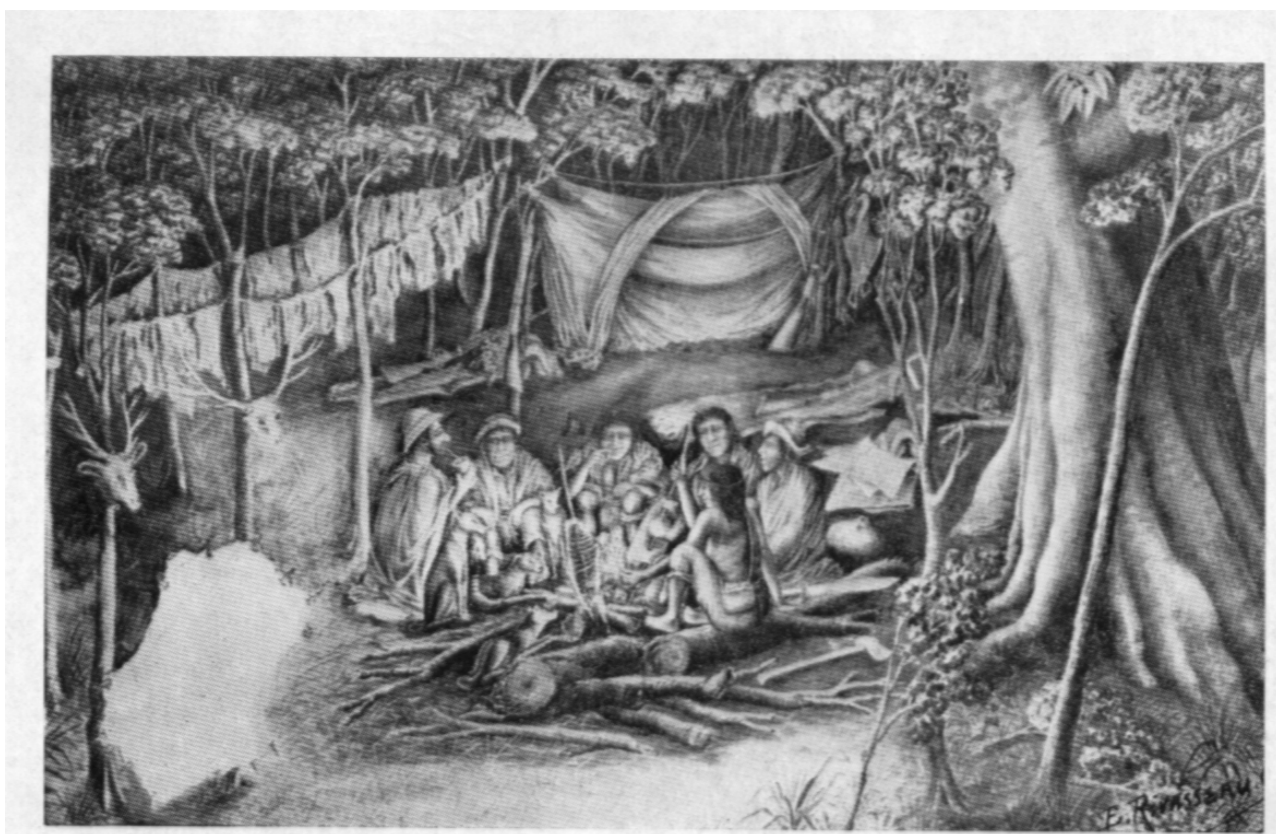


Figura 28: Acampamento Kadiwéu durante uma caçada (Fonte: Rivasseau, 1936).

A caça de lobo, que chamavam *aguara-guazu* (*Chrysocyon brachyurus*), tinha um significado especial. Acreditavam “que o couro desse lobo, livra e preserva da mordedura

das cobras e mesmo que as afugenta. Pretendem também que as mordeduras se tornam inócuas para quem leva consigo, um pedaço daquela pele” (ibid., p. 165-6).

Numa das caçadas dos Kadiwéu de que Rivasseau (op. cit., p. 299-300) participou, encontraram rastros de uma onça-pintada e caçaram-na com auxílio dos cachorros. Um dos Kadiwéu levava na sela de seu cavalo uma zagaia de ferro, e logo cortou um galho e colocou nela um cabo. A onça-pintada (*Panthera onca*), uma canguçu, no entanto foi morta com arma de fogo. O zagaieiro não teve necessidade de auxiliar.

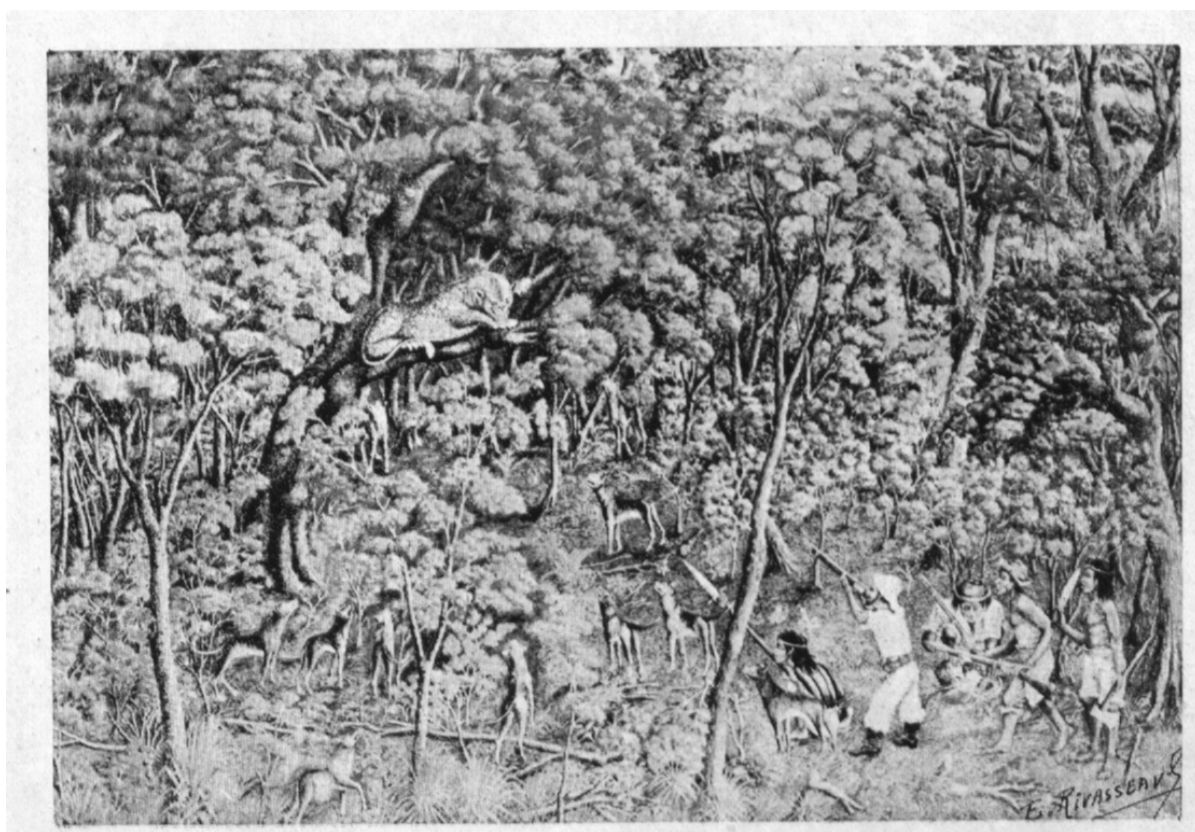


Figura 29: Kadiwéu caçando uma onça-pintada (*Panthera onca*) (Fonte: Rivasseau, 1936).

Esta ilustração que Rivasseau (1936) fez da caçada de uma onça-pintada (*Panthera onca*) em que participou, retrata o animal acuado no alto de uma árvore pelos cachorros, que seguiram seus rastros e a encontraram. O zagaieiro encontrava-se de

prontidão para o caso de ser preciso. Nota-se que Rivasseau e dois Kadiwéu estavam armados com armas de fogo preparando-se para abater a onça-pintada. Um outro Kadiwéu carregava um machado e um facão, para, provavelmente, descarnar e retalhar o animal após ser abatido.

Rivasseau (op. cit., p. 145) registrou a preparação de uma iguaria com os miúdos de um cateto (*Tayassu tajacu*) caçado, a morcilha:

... um dos bugres abriu o cateto que havia trazido, tomou o fígado, os rins, o baço e o bofe, isto é, todos os miúdos que recortou, fazendo deles um picadinho, no interior mesmo do porco, com o sangue, mais ou menos coalhado que nele se encontrava, logo, separado o buxo dos intestinos, revirando-o para virar a parte de dentro por fora, e fechando uma das extremidades com fibras de 'ibira' ⁵¹ que tinha perto dele - extração que se opera em alguns segundos - encheu o órgão assim preparado, com seu picadinho sanguinolento, e quando bem cheio e não podendo conter mais, um dos seus companheiros, o ajudou a atar a extremidade.

Era uma enorme morcela que havia sido confeccionada em menos de vinte minutos.

Como ficava ainda um resto desse picadinho, o bugre tomou a extremidade do intestino grosso na qual seccionou um comprimento de 25 centímetros mais ou menos que revirou, na parte de dentro para fora, que de interna se tornou externa e, raspada exteriormente mal e mal, ele introduziu dentro o resto do picadinho.

Concluído este, as duas morcelas foram colocadas acima das brasas.

Rivasseau (1936, p. 146) ressalta que a morcilha havia sido temperada somente com um pouco de sal, o qual era insuficiente, devido à carência de sal que tinham. Não há registros para outra forma de temperar a carne. A morcilha poderia ser feita ainda com os miúdos de outros animais.

A maneira mais comum de consumirem a carne era assada em espetos feitos de pau, como o churrasco, e normalmente acompanhavam a refeição com raízes de mandioca, às vezes farinha de mandioca e espigas de milho verde. A mandioca e o milho

eram assados na brasa ou fervidos. Esta era a “alimentação mais comum, mas não habitual, de todos os habitantes da aldeia, mais ainda, e muitas vezes talvez, a carne faltava - carne de gado - e então era a caça que devia suprir esta falta, com alguns produtos da roça” (ibid., p. 135).

As armas empregadas para caçar eram o arco e a flecha, a lança, a borduna, o arpão e, no século XIX, as armas de fogo; as estratégias adotadas consistiam em: a caça à corrida, a caça à carreira de cavalos, a caça com cercado, a caça com fogo, a caça de tocaia e as armadilhas. O uso de armadilhas é mencionado, mas não aparece na documentação como um método muito utilizado, mas sim mais esporadicamente, uma vez que os animais mais caçados estavam relacionados a outras estratégias de caça. Segundo Susnik (1990, p. 129), “el uso de las trampas caracteriza más a los pueblos cultivadores-cazadores”.

A partir das fontes escritas, relacionam-se no quadro abaixo as espécies de mamíferos, reptéis e aves exploradas como fonte alimentar:

CLASSE	NOME COMUM	GUAICURU	CIENTÍFICO	FONTE
mammalia	anta	<i>Apolicaganag-iguaga</i> <i>Apolicano-yuá</i>	<i>Tapirus terrestris</i>	Labrador, 1910, t. I Casal, 1976
mammalia	ariranha	<i>Egueleiche</i>	<i>Pteronura brasiliensis</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	capivara	<i>Eguagaicho evagaxa</i>	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Labrador, 1910, t. I Martius, 1863
mammalia	cateto	<i>Niguitagi</i>	<i>Tayassu tajacu</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	cervo-do-pantanal	<i>Totiganigo otticanigo-nabiouana</i>	<i>Blastocerus dichotomus</i>	Labrador, 1910, t. I Martius, 1863
mammalia	cotia ?	<i>Lanagiye</i>	<i>Dasypocta</i> sp.	Labrador, 1910, t. I
mammalia	lobinho	<i>Caichoque</i>	<i>Cerdocyon thous</i>	Labrador, 1910, t. I

⁵¹ Ibira ou imbira, gênero de caraguatá ananas silvestre - bromeliacea (Rivasseau, 1936).

mammalia	lobo-guará	<i>Tiglicon</i>	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Casal, 1976
mammalia	lontra	-	<i>Lutra</i> sp.	-
mammalia	onça-parda	-	<i>Felis concolor</i>	-
mammalia	onça-pintada	<i>Nigetiogo nigaidjiogo</i>	<i>Panthera onca</i>	Labrador, 1910, t. I Martius, 1863
mammalia	paca	-	<i>Agouti paca</i>	-
mammalia	porco-do-mato	<i>Nigdá</i>	<i>Tayassu</i> sp.	Casal, 1976
mammalia	preá	<i>Namotigi</i>	<i>Cavia</i> sp.	Labrador, 1910, t. I
mammalia	queixada	<i>Niguidagis</i>	<i>Tayassu pecari</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	tamanduá	-	Myrmecophagidae	-
mammalia	tamanduá-bandeira	<i>Bidioni</i>	<i>Myrmecophaga trydactila</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	tapiti ?	<i>Etaguimagadi</i>	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	tatu	<i>attobitchai</i>	Dasypodidae	Martius, 1863
mammalia	tatu-bola	-	<i>Tolypeutes matacus</i>	-
mammalia	tatu-canastra	-	<i>Priodontes maximus</i>	-
mammalia	veado	<i>otticánigo</i>	Cervidae	Labrador, 1929
mammalia	veado-campeiro	<i>Napicagaligi</i>	<i>Ozotocerus bezoarticus</i>	Labrador, 1910, t. I
mammalia	veado-mateiro	-	<i>Mazama americana</i>	-
reptilia	iguana	<i>Niyaluyegi</i>	<i>Iguana iguana</i>	Labrador, 1910, t. I
reptilia	jabuti	<i>Logoyenigo</i>	<i>Testudo tabulatta</i>	Labrador, 1910, t. I
reptilia	jacaré	<i>Niogoiyegi</i> <i>Niôxe niogoxê</i>	<i>Caiman crocodilus</i>	Labrador, 1910, t. I Casal, 1976 Martius, 1863
reptilia	jibóia	<i>Etagadi</i> <i>Laquedi</i>	<i>Boa</i> sp.	Labrador, 1910, t. I
reptilia	lagarto	-	Teiidae	-
reptilia	sucuri	<i>Oyaga</i>	<i>Eunectes notacus</i>	Labrador, 1910, t. I
reptilia	tartaruga	<i>Nogoyenigo</i>	Chelonia	Labrador, 1910, t. I
ave	??	<i>Nayinigiguaga</i>	<i>Penelope</i> ?	Labrador, 1910, t. I
ave	aracuã	-	<i>Ortalis canicollis</i>	-
ave	butor	-	Cathartidae	-
ave	carão	-	<i>Aramus guarauna</i>	-
ave	codorna	-	<i>Nothura</i> sp.	-
ave	colhereiro	-	<i>Ajaia ajaja</i>	-
ave	curicaca	-	<i>Thenistieus caudatus</i>	-
ave	ema	<i>Apacanigo ou</i> <i>Apacachodi</i> <i>apacanigo</i>	<i>Rhea americana</i>	Labrador, 1910, t. I Casal, 1976
ave	galinhola	-	Tinamidae	-
ave	garça	-	Ardaiidae	-
ave	garça-branca	-	<i>Cosmerodius albus</i>	-
ave	garça-moura	<i>Itiô</i>	<i>Ardea cocoi</i>	Labrador, 1910, t. I
ave	jacú	-	<i>Penelope</i> sp.	-
ave	jaó-do-mato	-	<i>Crypturellus undulatus</i>	-
ave	joão-grande	<i>Dotiguelo</i>	<i>Ciconia maguari</i> ?	Labrador, 1910, t. I

ave	marreco	-	Anatidae	-
ave	mutum	-	<i>Crax fasciolata</i>	-
ave	nhambú	-	<i>Crypturellus</i> sp.	-
ave	pato-do-mato	<i>Neguecaga</i>	<i>Cairina moschata</i>	Labrador, 1910, t. I
ave	perdiz	-	<i>Nothura</i> sp.	-
ave	perdiz-do-campo	-	<i>Nothura</i> sp.	-
ave	peru silvestre	-	Cracidae ?	-
ave	socó	-	<i>Tigrisoma</i> sp.	-
ave	tuiuiú	-	<i>Jabiru mycteria</i>	-
ave	yacutinga	-	<i>Pipile</i> sp.	-

Quadro 2: Espécies de mamíferos, répteis e aves exploradas⁵².

Algumas considerações teóricas de autoria de Susnik (1982 e 1990) são pertinentes a este estudo, sendo apreciadas e exemplificadas a seguir. Na área chaquenha, os grupos indígenas caçadores preferiam as caçadas coletivas, “lo que implica la homogeneidad del grupo participante” (Susnik, 1982, p. 34). Um dos métodos muito utilizados era a caça a fogo, que se aplicava a pequenos animais (ibid, p. 35).

Quando adotaram o cavalo, as tribos eqüestres, e entre estas os Mbayá-Guaicurú, começaram a “practicar las monterías colectivas para la caza de grandes animales; salen cuadrillas de 20 o 30 Mbayá a caballo (...)”. A estratégia era a caça através da correria de cavalos. Usavam para abater o animal flechas e lanças, mas preferencialmente a borduna (ibid., p. 36). Entre os Mbayá-Guaicurú, conforme Susnik (1990, p. 146), vigorava o direito do caçador, no qual aquele que desse o último golpe no animal era o dono da caça, que então repartia a carne entre os membros do grupo, sendo que o couro lhe pertencia.

5. 2 - Pesca

A pesca pode ser considerada como atividade anual, pois os Mbayá-Guaicurú podiam obter provisões durante o ano inteiro. Como Susnik (1990, p. 131-32) comentou, a atividade da pesca era generalizada entre os grupos indígenas, sempre que o ambiente natural a permitisse ou a favorecesse.

Cabeza de Vaca (1962, p. 42) menciona, em meados do século XVI, que os Guaicurú traziam muito pescado à cidade de Assunção para comercializar. Neste caso, deveriam utilizar alguma forma de conservação do pescado, como era feito com a carne de caça que era moqueada, para não se deteriorar rapidamente.

A maioria dos autores⁵³ referem somente que os Mbayá-Guaicurú também se sustentavam de pescado. No entanto, não mencionam quais espécies de peixes, quais as formas utilizadas para pescar e nem o modo de consumi-los. Poderiam pescar nos rios, como o Paraguai e seus afluentes, assim como nas lagoas, abundantes na área habitada.

O jesuíta Labrador (1910, t. I) relatou as informações mais significativas sobre a atividade da pesca entre os Mbayá na segunda metade do século XVIII. Entre as espécies de peixes pescados, Labrador (loc. cit.) menciona que apreciavam a carne de: *Atepaga* (??), dourado (?) ou *Achuanaga* (*Salminus* sp.), peixe pássaro, *Apigoie* (??), armado,

⁵² Os nomes em Guaicurú correspondentes à fauna estão relacionados às fontes referidas na quarta coluna.

⁵³ Mencionam-se: Cabeza de Vaca (1962, p. 35), Torres (Carta Anua de 1610, p. 48), Oñate (Carta Anua de 1615, p. 19), Gongorra (Apud Garay, 1899, p. 189), Guzmán (1980, p. 89), Espinosa (1948, p. 634), Techo (1897, t. II, p. 159), Lozano (1941, p. 67), Muriel (1918, p. 228), Jolis (1972, p. 301), Ferreira (1974, p. 81), Prado (1856, p. 33), Serra (1866, p. 212), Bossi (1863, p. 33), Steinen (1940, p. 696) e Rivasseau (1936, p. 137).

piraputanga (?) ou *Echiguanga* (*Brycon hilarii* ?), *Ayinaga* (??), *Guoponaga* (??), piranha (?) ou *Omageladi* (*Serrasalmus* spp. ?), raia ou *Nela* (*Potamotrygon* spp.), bagre (Siluroidei), sábaló, boga ou *Benetega* (??) e surubi ou *Codoladegabo* (*Pseudoplatystoma corruscans*). Da piranha (?) ou *Omageladi* (*Serrasalmus* spp. ?) aproveitavam os dentes, que são muito fortes e afiados, dispostos em forma de serra no maxilar, como tesouras (ibid., p. 220)

Labrador (op. cit., p. 223-225) descreveu as formas empregadas para a pesca pelo grupo:

Pesca con flecha - Con el mismo método pescan el Eguagaicho y también con flechas ordinarias, porque en desangrándose, sobrenada y le recogen. Es cosa gustosa verlos pescar con la flecha. Los peces cuyo nombre en común es Negoyegi, unas veces en cardumen otras solos, pescan su alimento. El indio arma su arco, y con una vista de lince descubre el pez que corretea. Dispárale la flecha de modo que queda traspasado por medio. También sabe tomar las medidas, y prevee en el disparo la natural velocidad del pescado. Flechado éste, entra el pescador en el agua, y por su flecha sigue y coge su presa. Si el agua no está honda el pez queda clavado en tierra.

Pesca con frutillas - El ordinario modo en sus pescas se hace con anzuelo. Éstos, ó los adquieren de los españoles, ó ellos se los labran tan buenos como aquéllos, si logran algunos pedazos de hierro ó clavos viejos. Después hablaremos de sus fraguas. El cebo del anzuelo ó es de carne de sus cazas, ó de frutillas. Los peces llamados Atepagas son aficionadísimos á ciertas frutillas que producen algunos árboles en las orillas de los ríos. Los he visto en tiempo de estas frutas en continuas idas y venidas hacia los ramos de estos árboles avanzados al agua, en busca de las frutas, que se caen, ó de maduras, ó sacudidas de los vientos. Conociendo el gusto de estos peces, ceban los indios sus anzuelos con dichas frutillas; y en breve hacen fortuna. El nombrado Atepaga es muy atrevido; y, en viendo algo de color encarnado en el agua, da con resolución un salto á cogerlo. Basta un trapo colorado para pescarle, porque no suelta lo que una vez muerde.

Pesca general - La desgracia es que la gente Eyiguayegi generalmente no es muy dada á la pesca. Algunos se hallan aficionados á este ejercicio. No obstante, tal cual vez, estimulados del hambre, lo remedian con este arte. En otras ocasiones, cogen unas esteras pequeñas con que hacer una chocita abierta á todo viento. Vanse á la orilla del río Paraguay, y se extienden por ella, cogiendo sus sitios determinados las familias. Así ocupan dos ó más leguas de tierra no cerca de la ribera. Aquí permanecen á veces un mês, comiendo y asando para cuando se vuelvan. El fin de ponerse del modo dicho por la orilla del río, no se endereza solamente á que cada cual pesque con desahogo, sino para socorrerse prontamente en caso que los infieles Payaguás, sorprendan á algunos descuidados. En este aprieto ó si divisan las canoas de sus enemigos al punto queman el campo, y levantan humareda, por

medio de las cuales unos á otros comunican el aviso, y los varones se ponen en armas para la defensa. Advertidas estas contraseñas por los Payaguás, no es menester más aparato para que se pongan en huída, y así quedan sin recelos los Mbayás en su pesca.

Das formas empregadas para a pesca descritas por Labrador (1910, t. I), a primeira consistia na pesca através do arco e flecha. Flechado o peixe, o pescador o recolhia na água. Este método era utilizado também para caçar a capivara ou *Eguagaicho* (*Hydrochaeris hydrochaeris*) na água, pois após dessangrado o animal boiava, e facilitando então a sua captura. A pesca com flecha também é referida por Bossi (1863, p. 31).

O outro método utilizado era a pesca com anzol. A isca usada era carne de alguma caça ou frutas. No caso da isca com frutas, o peixe *Atepagas* (??) era o grande alvo, uma vez que este peixe alimentava-se especialmente de frutas, cujas árvores encontram-se na beira dos rios. Segundo Labrador (1910, t. I, p. 159), as cordas e linhas para pesca eram feitas a partir das fibras extraídas das folhas da bocaiúva (*Acrocomia aculeata*). Provavelmente através do contato com os hispânicos os Mbayá-Guaicurú adotaram o uso de anzóis de metal. Anteriormente os anzóis deveriam ser confeccionados com ossos. Labrador (op. cit., p. 296) menciona a confecção de anzóis a partir de cravos ou pedaços de ferro.

A pesca era atividade que poderia ser realizada durante o ano todo. No entanto, segundo as informações de Labrador (1910, t. I), a pesca para os Mbayá não tinha tanto destaque quanto outras atividades. Eles deveriam pescar em determinada época do ano, quando existisse a carência de alimentos, ou complementando a dieta alimentar ou ainda conforme a sazonalidade e o período de inundações.



Figura 30: A pesca de surubi (*Pseudoplatystoma corruscans*) (Fonte: Labrador, 1910, t. I).

Na ilustração acima, Labrador (1910) mostra dois Mbayá pescando com um anzol um surubi (*Pseudoplatystoma corruscans*) à beira de um rio. Azara (1969, p. 221) também menciona a pesca com anzol ou flecha.

Serra (1866, p. 212), em seu parecer de 1803, indicou que os acampamentos Mbayá temporários, que alternavam os campos de Albuquerque e da Lagoa do Jacadigo, acompanhavam a crescente e a vazante das inundações, aproveitando a abundância de peixes que se encontram no fundo das lagoas e escoantes.

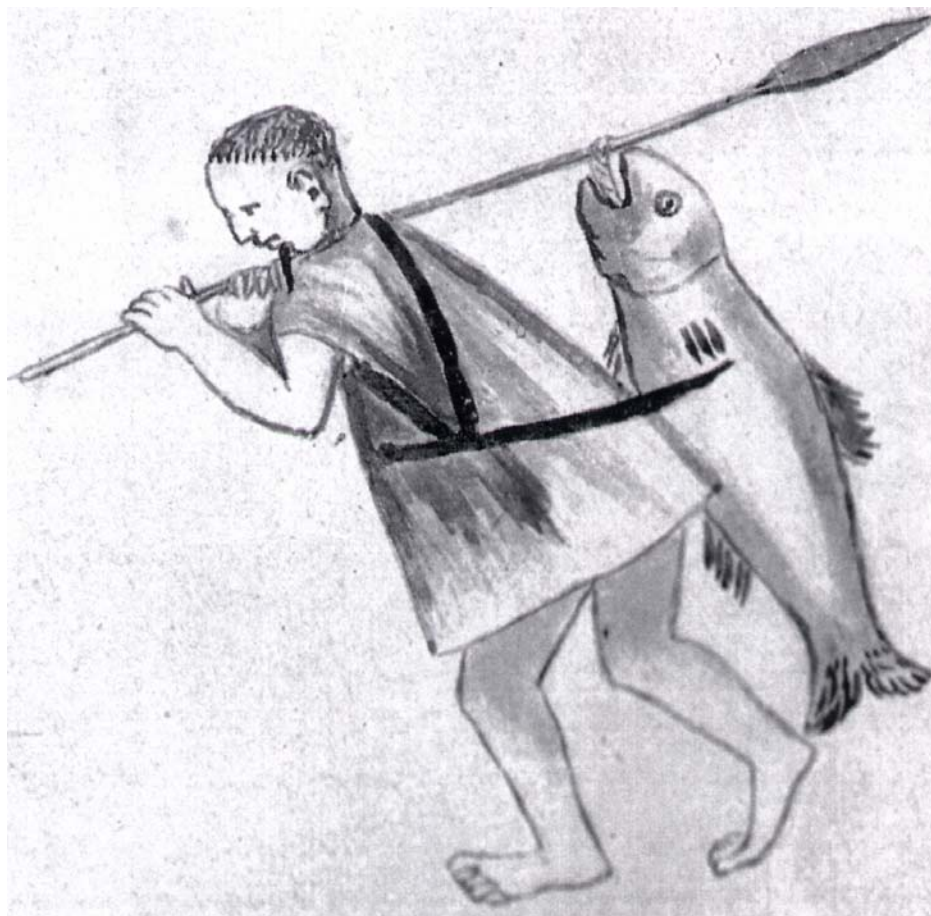


Figura 31: Mbayá carregando um peixe (Fonte: Labrador, 1910, t. I).

Nesta figura de Labrador (1910), percebe-se um Mbayá carregando um peixe, provavelmente um pacu (*Myleinae* ?), relativamente grande, suspenso na lança ou remo que está apoiado sobre o ombro. O peixe está amarrado junto às costas do indivíduo. O equipamento que sustenta o peixe poderia ser uma espécie de remo muito estreito e pontudo que era usado também como lança.

Boggiani (1975 e 1929), quando realizou as expedições em 1892 e 1897 até os Kadiwéu, identificou algumas espécies de peixes comestíveis e existentes na região: pacu (*Piaractus mesopotamicus*), bagre (*Siluroidei*), surubi (*Pseudoplatystoma corruscans*), palometa (*Serrasalmus nattereri*) e arraia (*Potamotrygon* spp.). Mesmo não mencionando

que a pesca fazia parte da subsistência dos Kadiwéu e quais espécies pescavam, entende-se que o pescado poderia fazer eventualmente parte da dieta alimentar Kadiwéu, uma vez que Rivasseau (1936, p. 137), anos mais tarde, mencionou a abundância de peixes nos rios da região. Pode-se inferir, a nível de hipótese, que as espécies de peixes listadas por Boggiani (loc. cit.) poderiam ser consideradas fonte alimentar disponível.

Talvez o referido autor (loc. cit.) não tenha observado a pesca entre as atividades de subsistência praticadas pelos Kadiwéu das aldeias de Nalique e Etóquiya, pois estes encontravam-se relativamente distantes do rio Nabileque e não realizaram pescarias enquanto ele lá esteve. No entanto, quando Boggiani (1929) retornou em 1897 encontrou parte dos habitantes de Nalique acampados à beira do rio Nabileque. Além disso, havia a aldeia de Morrinho que se situava à margem deste rio. Neste caso, a pesca poderia ser realizada para complementar a dieta alimentar em determinada época do ano, quando houvesse carência de outro alimento ou simplesmente quando estivessem acampados nas proximidades de algum rio ou ainda de acordo com o período das inundações. Ao que consta a pesca não era atividade realizada diariamente e de destaque na alimentação dos Kadiwéu.

Os relatos etno-históricos apresentados quanto à atividade de pesca permitem elaborar algumas considerações. A atividade de pesca entre os Mbayá-Guaicurú, conforme as fontes indicam, parece não ter tido grande destaque na alimentação, como a caça e a coleta, mas era parte complementar da dieta alimentar. Esta deveria ser efetivamente exercida sempre que o ambiente natural, como a presença de rios e lagoas, a propiciasse e / ou a escassez de alimentos fizesse necessário o consumo maior de peixes.

Os métodos utilizados para a pesca referem-se somente ao uso de arco e flecha e pesca com anzol com linha. Outras formas como armadilhas, redes de pesca, arpões e

mesmo o uso da canoa não são mencionadas na literatura ento-histórica. A falta destes dados nas fontes escritas pertinentes não implica na afirmação da sua efetiva ausência entre os Mbayá-Guaicurú. Apenas não dispomos de outras fontes, como orais ou arqueológicas, que contemplem tais informações. O peixe deveria ser consumido cozido ou assado, provavelmente da mesma maneira que a carne de caça.

A partir das informações contidas em Labrador (1910, t. I), podem-se listar no quadro abaixo as seguintes espécies de peixes exploradas pelos Mbayá-Guaicurú:

NOME COMUM	NOME GUAICURÚ	CIENTÍFICO
??	<i>Atepaga</i>	??
??	<i>Apigoïe</i>	??
??	<i>Ayinaga</i>	??
??	<i>Guoponaga</i>	??
armado	-	??
arraia	<i>Nela</i>	<i>Potamotrygon</i> spp.
bagre	-	Siluroidei
boga	<i>Benetega</i>	??
dourado ?	<i>Achuanaga</i>	<i>Salminus</i> sp.
jaú ?	<i>Apopaga</i>	<i>Paulicea luetkeni</i> ?
pacu ?	-	Myleinae ?
peixe pássaro	-	??
piranha ?	<i>Omageladi</i>	<i>Serrasalmus</i> spp.
piraputanga ?	<i>Echiguanaga</i>	<i>Brycon hilairei</i> ?
sábalo	-	??
surubi	<i>Codoladegabo</i>	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>

Quadro 3: Espécies de peixes explorados ⁵⁴.

5. 3 - Coleta

A coleta tem papel fundamental na subsistência dos grupos caçadores, segundo Susnik (1990, p. 132) afirmou, mas depende, da mesma forma que a atividade da pesca das potencialidades do ambiente natural.

Cabeza de Vaca (1962, p. 35) informa no século XVI que os Guaicurú coletavam mel silvestre e algarrobo (*Prosopis ruscifolia*),

... que hay en la tierra, a las cuales acuden por los montes donde están estos árboles, a coger como puercos que andan a montanera, todos en un tiempo, porque es cuando está madura el algarroba por el mês de noviembre a la entrada de diciembre, y de ella hacen harina y vino, el cual sale tan fuerte y recio, que con ello se emborrachan.

As informações de Cabeza de Vaca (1962) são contempladas parcialmente também nos relatos produzidos por Schmídel (1962, 314), Torres (Carta Anua de 1613, p. 156), Espinosa (1948, p. 635) e Gongora (apud Garay, 1899, p. 189), pertinentes aos séculos XVI e XVII.

Lozano (1941, p. 67) refere que os Guaicurú “se sustentavam de raíces de la totora, y de otras que hallan (...)”, que existiam nos pântanos e esteiros que eram procurados em tempos de seca, nas terras entre o rio Pilcomayo e o Yabebirí. Estes rizomas de totora são da espécie das *Typhaceas*, comuns em terrenos pantanosos.

O cronista Muriel (1918, p. 229) menciona que comiam os “cogollos de diversas palmas, que unas veces mascan, otras veces muelen en sus morteros, y de ellas fabrican

⁵⁴ Os nomes em Guaicurú, correspondentes às espécies de peixes, foram retirados de Labrador (1910, t. I).

una harina dulce, pero áspera”. O jesuíta Jolís (1972, p. 301) refere apenas que frutas e raízes faziam parte da dieta alimentar Guaicurú.

Conforme o jesuíta Labrador (1910, t. I, p. 153), os Mbayá faziam grande aproveitamento de várias espécies de palmeiras que ocorriam em todo o território, que ia desde as proximidades da cidade de Assunção até os 18° de latitude sul. Portanto, a área habitada pelo grupo, tanto na margem ocidental quanto oriental do rio Paraguai, era rica em palmáceas. Citam-se as seguintes espécies de palmeiras (Arecaceae), segundo Labrador (1910, t. I): *Eabuigo* (??), *Eyatigiguaga* (??), *Noyoliguaga* (??) e bocaiúva ou *Namogoligi* (*Acrocomia aculeata*). E dentre as árvores aproveitavam as seguintes: *Notiquigó* (??), urucu ou *Nibadenigo* (*Bixa orellana*), *Ipequenigigo* (??) *Eiyedi* (??) e *Notiquiguagigo* (??). A utilidade destas espécies será devidamente apresentada abaixo, conforme os dados contidos em Labrador (loc. cit.). Segundo o autor (1910, t. II, p. 26) “las mujeres cuidan de la harina de la palma y cosas semejantes, como de recoger cocos, frisoles amargos y algunas frutas ó raíces”.

Da palmeira *Eabuigo* (??) os Mbayá aproveitavam os “cogollos”, que eram comidos crus, assados ou cozidos, e os frutos,

Los racimos de sus dátiles hervidos en agua, sueltan una materia melosa contenida entre la corteza del dátil y su hueso, que dándole punto, se espesa, y con su dulzura brinda á los infieles. (...) La pulpa está pegada á esta cortecita y al hueso, poca, de sabor de miel poco defecada. Puestos en la boca ó en cocimineto de agua, sale fácilmente y gustan de ella los infieles (Labrador, 1910, t. I, p. 154-55).

O tronco desta palmeira era usado para as vigas e os barrotes que partem da cumeeira na construção de suas casas, e escavando-o faziam telhas, bastante duráveis.

Da palmeira *Eyatigiguaga* (??) consumiam os “cogollos” e as frutas que:

Unas veces los machacan en morteros de palo duro y así sueltan su substancia jugosa: ésta la comen ó beben primero y después se entretienen en chupar lo que quedó pegado á algunas fibras más atacadas del hueso. Los cogollos son como los de la palma antecedente. Otras veces mondan con los dientes el fruto, tragando el jugo dulce, que se despega en la boca. (...) Su tronco es inútil, mas cortado, destila el jugo dulce, que si se pone al fuego á dar un hervor, toma punto de miel. También secan las fibras, de que consta casi todo su interior de alto á bajo, las muelen y sacan una harina parda de buen gusto (Labrador, 1910, t, I, p. 156).

Outra palmeira cujos frutos e “cogollos” eram coletados era a Noyoliguaga (??).

Suas folhas eram empregadas como coberturas das casas, além de servirem para atar. Quando chamuscadas tornavam-se mais flexíveis e fortes. Serviam ainda como freio para os cavalos.

Dentre as palmeiras, era a bocaiúva ou *Namogoligi (Acrocomia aculeata)* aquela de que maior aproveitamento tiravam os Mbayá. Consumiam seus cocos, os “cogollos” e a medula do tronco. Estes produtos eram consumidos de várias formas e a partir deles os Mbayá obtinham outros subprodutos:

De los cocos hacen las cosas siguientes: primero los comen crudos, si quieren, mas lo ordinario es echarlos en el rescoldo, y desecada la cortecita con el calor se raja y salta á poca diligencia. De este modo se pierde también mucho de la substancia acuosa y sobresale la dulce. Tostados, cortan con notable destreza la carne que está pegada al hueso y se la comen. Después entre dos piedras quebrantan el hueso, sacan la avellana que es outro alimento y les sirve aún en sus viajes de matalotaje. Queda siempre bastante pulpa pegada á los pedazos del hueso, y fuera falta de economía no aprovecharla. Para lograr, pues, estas reliquias, amontonan los huesos quebrados, pónenlos en agua al fuego, hierve ésta y toma la materia un punto de caldo meloso no muy espeso. Lo singular es que cuando con cuchillo ó alfange cortan la carne de los cocos, no ponen estos sobre algún palo, ó entre solos los dedos de la mano. Sino que el pie les sirve de tajo: pónenlos entre el tobillo y talón en el sitio más levantado, cortan contra el talón sin que jamás pase el cuchillo á ensangrentarlos (así está). Los cogollos son bastante dulces y por lo común los comen crudos, con que ahorran tiempo en comerlos ó asarlos, porque las más de las veces el calor ó el hambre no permite mayores dilaciones. Lo que siempre comen cocido, y es cosa deliciosa, es el pedazo de la palma que está en lo más alto del tronco y es el arranque del cogollo y outras hojas.

Puede decirse que toda la palma les es muy útil, para sacarle el corazón, ó médula, la derriban á golpes de hacha, ábrenla como en canal y con un palo

duro, afilado por una punta como cuña, cortan la fibración pegada á la corteza, y sacan el corazón. Este se compone de muchas cuerdas ó venas, que suben desde abajo á lo más alto del tronco. Entre estas venas hay una substancia blanca, jugosa, llena de harina y suave al gusto: de esta guisan muchas viandas. No es difícil la maniobra. Secan al sol ó al fuego sobre zarcitos que sirven de trévedes, á pedazos de dicha médula. Los poco curiosos no hacen más que echarlos entre brasas, y su pereza queda defraudada de gran parte que se quema. Tostada la muelen, ciernen por un paño, y sacan cantidad de harina de que hacen bollos y tortas, que es una especie de pan. También fresca la substancia, la muelen; así molida, la ponen en platos hondos, ó calabazos, y se sirve á la mesa, que es el puro suelo. El que come, chupa las hebras, que con el juego dejan en la boca bastante substancia harinosa, y muy fresca y dulce. Las fibras chupadas se ponen aparte en el mismo plato. Satisfecho el que come, retiran el plato, y quedan concluídos los cubiertos.

Con lo restante del corazón, que está machacado y no cocido, obran de esta manera. Sobre una cesterá de juncos ó pielecitas de ciervo lo ponen al sol al paso que se seca la humedad, va emblanqueciendo la harina tanto como la de trigo. Ya seca la vulven á moler, la ciernen, y apartan las granzas de la harina. Es verdad que siempre le quedan muchas, que en el mortero e quebrantaron demasiado, y se pasan por el paño que les sirve de cedazo. De esta harina se hacen puches, bollos, y tortas, como se dijo arriba. La desgracia suele ser que á veces en poco tiempo, y aun en instantes, pierden el trabajo de muchos días. Si la harina queda expuesta al rocío, ó sobreviene agua que la moja cuando la tienen tendida para que se seque, se aceda, se avinagra, y queda incomedible, bien que á la vista no parece dañada.

Del coco con su carne puesto en infusión de agua, se hace en pocas horas por fermentación una aloja gustosa y saludable. Cortado un tronco fresco, y puesto con alguna inclinación hacia abajo, de lo más grueso en que se hizo el corte, destila un licor vinoso suave, y que sirve para los felicitantes. Si se le da punto, parece una miel (Labrador, 1910, t. I, p. 157-159).

Nos troncos antigos desta palmeira recolhiam vermes brancos, que eram fritos em sua própria gordura. Além da grande utilização alimentícia, esta palmeira tinha outras utilidades. Das folhas usavam as fibras para confeccionar cordas e linhas para os pescadores e “cojinillo” para andar a cavalo. Os espinhos do tronco eram usados como alfinetes. O azeite obtido através da cocção da amêndoa do coco servia para iluminação. Confeccionavam ainda adornos como anéis e brincos da casca do coco.

Da árvore jenipapo (?) ou *Notiquigó* (*Genipa americana*) aproveitavam a sua fruta, chamada *Notique*. Usavam a fruta também para retirar o suco negro, o qual servia para as pinturas corporais, pois conservava-se na pele por um bom tempo.

A raiz da árvore do urucu ou *Nibadenigo* (*Bixa orellana*) era cozida ou transformada em pó e mesclada em alguns pratos, dando um sabor açafranado à comida. Extraíam dos grãos da fruta, quando secos, uma tinta de coloração avermelhada que servia para as pinturas corporais e para tingir as cabaças. Da casca da árvore confeccionavam cordas resistentes.

O fruto da árvore *Ipequenigigo* (??) podia ser consumido cru. Colocavam em infusão em água e deixavam-na fermentar, produzindo um vinho de bastante durabilidade, mas que passado do ponto transformava-se em vinagre. Da árvore *Notiquiguagigo* (??) comiam a fruta crua, cozida ou ligeiramente assada. A espécie de palmeira *Nologiga* (??) é identificada como desprezada para o consumo (ibid., p. 154).

Labrador (op. cit., p. 180-1) menciona ainda o aproveitamento da planta chamada *Eiyedi* (??) de cujas raízes preparam uma farinha. “Para sacar la harina la cortan en pedazos, los secan bien al sol, los muelen y pasan por cedazo. El engrudo se hace con agua, y tiene la excelencia que suple muy bien al de trigo y aun la cola, y de preservar de la polilla á lo que con el se engruda. Comida esta harina desleída en caldo ó por sí sola, ó la raíz cocida embota la acrimonia precedida de los ácidos estomacales”.

Outro produto consumido pelos Mbayá era o arroz silvestre ou *Nacacodi* (*Oryza* sp.). Conforme Labrador (op. cit., p. 185-86):

Á las orillas del río Paraguay, y en los anegadizos que dejan sus crecientes, nacen de suyo extendidísimos arrozales. (...) Los infieles payaguas y los Guachicos, que también son indios que usan canoas, disfrutan en más abundancia este apreciable grano. Entran en la sementera ó plantío con sus canoas, sobre las cuales sacuden las espigas, recogen en pocas horas lo que

quieren y se retiran temerosos de ser sorprendidos de sus rivales los Guachicos. Los Mbayás de hacia el Norte hacen alguna providencia, pero corta, ya yendo á los arrozales, ya comprándole á los Payaguas. No saben limpiarlo, y así cocido, parece algo colorado, porque le queda la cortecita interior tan sutil como un polvito.

Conforme Schmidt (1951, p. 244 apud Susnik, 1982, p. 66), “se supone que el arroz, *Oryza sativa*, se difundiu quando las conquistas espanholas en busca de El Dorado, creciendo luego la planta como silvestre”. Susnik (1978, p. 17) identifica o arroz silvestre como *Oryza subulata*. Porém, em estudos mais recentes, Oliveira (1995, p. 144), que tratou da coleta do arroz-do-pantanal pelos Guató, obteve em informação verbal do botânico Geraldo Alves D. Júnior, professor e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que a única espécie de arroz nativo que ocorre no Pantanal Matogrossense é a espécie *Oryza latifolia*.

Labrador (1910, t. II, p. 3-4) descreveu a coleta de mel ou *Napigo* e o processo de fabricação de uma bebida fermentada a partir do mel, uma espécie de vinho, a chicha ou *Nudagi*:

Lo primero es salir á buscar la miel, que en abundancia hallan en las colmenas que las abejas labran en los cóncavos árboles y debajo de tierra. La purifican expresamente para separar la cera y con toda la borra la ponen al sol ó al resistero en unas grandes calabazas. Poco á poco fermentan y adquieren un gusto picante, bueno para mover más el estómago que la cabeza. Todo el tiempo que gastan en la fermentación, que por lo común son de tres ó cuatro días, (...).

Esta bebida alcoólica era preparada geralmente para ser consumida em cerimônias, nas suas bebedeiras. Para tanto, a preparação iniciava alguns dias antes da festa programada, para realizar a fermentação necessária. Bossi (1863, p. 33) também menciona a fabricação da chicha de mel e água fermentada, com grande poder de

embriaguez. Essa bebida fermentada de mel é conhecida como hidromel (Cooper, 1987, p. 109).

Ferreira (1974, p. 81) relata no final do século XVIII o consumo e o aproveitamento alimentício de várias partes da palmeira macajuba⁵⁵:

A palmeira Macajuba lhes suministra o principal sustento; comem-lhe o palmito e o coquilhos ou crus ou assados ou cozidos. O mesmo âmagô da referida palmeira, quando nova, lhes serve de alimento; porque sendo ele succulento e doce, ou o chupam, como se faz à cana de açúcar ou o assam ou o reduzem à farinha, para a comerem seca ou cozida. Ela lhes serve de pão (...).

Prado (1856, p. 28) informa que comiam “o âmagô de uma espécie de palmeira chamada por eles de carandá”, provavelmente a *Copernicia alba*. Menciona ainda a coleta de castanhas, palmitos e algumas batatas bravias (ibid., p. 33).

Segundo Serra (1866, p. 213) registrou, os Mbayá coletavam o fruto da bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), “do qual fazem durável provimento, tanto da polpa, como do coco que ela cobre, fazendo igualmente do âmagô do seu tronco muito boa farinha, que se equivoca com a de mandioca (...)”.

Conforme Boggiani (1975, p. 174), duas eram as palmeiras mais aproveitadas e consumidas pelos Kadiwéu no final do século XIX: o acuri ou *etchate* (*Scheelea phalerata*) e a bocaiúva ou *namocolli* (*Acrocomia aculeata*). O acuri ou *etchate* (*Scheelea phalerata*) era uma planta abundante na região e encontrada geralmente nas proximidades ou na beira de córregos de água. Seu tronco não possuía espinhos como a bocaiúva, e não atingia grande altura, o que facilitava a sua colheita. Do *etchate* consumiam o fruto e o

⁵⁵ Macajuba é um dos nomes populares da bocaiúva (*Acrocomia aculeata*).

“cogollo”. Os frutos não podiam ser comidos crus. Para tanto, os Kadiwéu os processavam da seguinte forma:

Os Caduveo o fazem cozer sobre as brasas ou fazendo-os ferver longamente em grandes vasilhas com suficiente água.

Uma vez cozidos, é preciso uma certa prática para não se fatigar muito ao usufruí-los.

Tirada uma primeira casca, que se destaca facilmente, torna-se necessário com uma faca ou colher cujos bordos sejam um tanto cortantes raspar a polpa, que se bem madura, deve ser amarela.

Esta é extremamente aderente ao caroço, sendo preciso raspá-la começando da ponta para cima; no outro sentido seria empresa quase impossível.

Esta polpa é farinhenta e agradavelmente aromática. Não é, porém, muito abundante e é um pouco dura. Comida a polpa, resta o grosso caroço que, duríssimo, é preciso quebrar à força de pedra ou martelo. Serviam-lhes justamente de bigorna e martelo para romper os caroços de etchate.

Rompido o caroço, nele se acham quatro ou cinco sementes de um branco leitoso semitransparentes, longas de três ou quatro centímetros, de um sabor muito agradável embora um pouco lenhosas (Boggiani, 1975, p. 174-75).

Utilizavam também as longas folhas, que podiam ultrapassar cinco metros de comprimento, para a cobertura de suas casas. Além disso, “o reverso das folhas, depois de despida da série de folhas laterais, serve admiravelmente para estender os couros de cervo ao sol, sendo bastante fortes para resistir à tensão dos couros, ao passo que se vão secando” (ibid., p. 174).

A bocaiúva ou *namocolli* (*Acrocomia aculeata*), que aparecia esparsa nos bosques da região, tinha seu tronco muito alto e coberto de espinhos. Para colher seus frutos se fazia necessário aguardar a época de maturação, quando os frutos maduros caíam ao solo e então eram coletados.

Aproveitavam os frutos, o “cogollo” e o palmito. Os frutos eram comidos crus. O palmito também comiam cru, “raspando-o de modo que as fibras se separem uma da outra e fique mais fácil sugar a parte comestível. Faz-se também ferver em pedaços na água ou

torrar sobre brasas” (ibid., p. 176). Outro produto aproveitado desta palmeira eram os caroços do fruto, sem as amêndoas, que serviam de combustível.

Além do acuri (*Scheelea phalerata*) e da bocaiúva (*Acrocomia aculeata*), os Kadiwéu coletavam os frutos de tarumã (*Vitex cymoso*) e mel de abelhas silvestres (*Hymenoptera*). Boggiani (1975) identificou na região habitada pelos Kadiwéu, entre as abelhas, duas espécies: uma que chamou de abelhas amarelas e outra de “lechiguana”. No entanto, segundo observações de Susnik (1990, p. 146), os grupos indígenas evitavam “la miel de ‘lechiguana’, la que puede producir mareos y verdaderas intoxicaciones, provocando uma locura temporária”.

Boggiani (1975) identificou outras espécies vegetais na região, cujos frutos eram comestíveis e que poderiam ser consumidos pelos Kadiwéu. São eles: chirimoya (?), tuna (Cactaceae), algarrobo (*Prosopis rusCIFolia*) e “náantau” (*Genipa americana*).

Rivasseau (1936, p. 60) explica que para extrair o palmito da bocaiúva, os Kadiwéu derrubavam e cortavam a palmeira com machados. A parte que vinha abaixo do palmito, a “batata” e outra parte mais inferior, onde o tronco era mais grosso, eram aproveitados. Esta “batata”, segundo o autor (ibid., p. 61), bastante fibrosa, era assada na brasa. Da parte inferior do tronco, depois de descascado, raspavam e destacavam as fibras com auxílio de facões. Os Kadiwéu mastigavam-nas e chupavam o sumo. Conforme a madureza da palmeira, o sumo era bastante doce. Desta parte inferior da palmeira faziam também:

... a farinha de namoculi, espécie de ‘sagú’ que extraem da parte inferior do tronco que fica, [...] e com a qual se fazem excelentes e nutritivos mingaus, na estação do leite, isto é, desde julho até quase o mês de fevereiro seguinte porque eles tem, como já declaramos, uma pequena manada e portanto algumas leiteiras.

Mesmo feito com água ou com garapa, quando falta o açúcar, o mingau é muito nutritivo e agradável. (Rivasseau, 1936, p.).

Rivasseau (op. cit., p. 137) também menciona que coletavam durante o ano inteiro mel de abelhas silvestres de várias espécies que abundavam nos campos e matos da região. Entre as espécies, identificou a “abelha jatahy” (ibid., p. 297). O mel era armazenado em bolsas feitas de couro. Numa dessas bolsas, Rivasseau (op. cit., p. 151) calculou que cabiam não menos de três litros de mel. Registrou ainda pequenas larvas brancas acondicionadas dentro de um saco de mel, que eram consumidas, parecendo uma compota (ibid., p. 199-200). Estas larvas poderiam ser as próprias larvas das abelhas coletadas junto com o mel, pois, segundo Gilmore (1987, p. 228) as larvas de algumas espécies de abelhas eram consumidas pelos grupos indígenas.

O consumo de bebidas fermentadas também foi observado por Rivasseau (ibid., p. 102). Estas eram fabricadas à medida que delas necessitavam e feitas com frutas ou com mel e resíduo da colméia. Nos campos e matos, Rivasseau (ibid., p. 137) ressalta ainda que havia diversas frutas que eram colhidas conforme a estação.

Segundo Castelnau, os insetos (1949, p. 245) poderiam fazer parte da dieta alimentar do grupo.

Para a coleta de sal há uma única informação referente a meados do século XIX, de Elliott (1870, p. 170), segundo o qual os Mbayá obtinham sal nas salinas sobre o rio Apa. A partir dos contatos com a sociedade nacional, o grupo obtinha o sal por meio de trocas comerciais. Os Kadiwéu, no final do século XIX, já o possuíam integrado à alimentação. Conforme Casal (1976), o sal em Guaicurú corresponde a *juki*.

Com base nas fontes primárias, podem-se relacionar no quadro abaixo as espécies florísticas coletadas pelos Mbayá-Guaicurú com finalidade alimentícia:

NOME COMUM	NOME GUAICURÚ	CIENTÍFICO	FONTE
??	<i>Eabuigo</i>	Arecaceae	Labrador, 1910, t. I
??	<i>Eiyedi</i>	??	Labrador, 1910, t. I
??	<i>Eyatiguaga</i>	Arecaceae	Labrador, 1910, t. I
??	<i>Ipequenigigo</i>	??	Labrador, 1910, t. I
??	<i>Notiquiguagigo</i>	??	Labrador, 1910, t. I
??	<i>Noyoliguaya</i>	Arecaceae	Labrador, 1910, t. I
acuri	<i>etchate</i>	<i>Scheelea phalerata</i>	Boggiani, 1975
algarrobo	-	<i>Prosopis ruscifolia</i>	-
bocaiúva	<i>Namogoligi</i>	<i>Acrocomia aculeata</i>	Labrador, 1910, t. I
carandá	-	<i>Copernicia alba</i>	-
jenipapo ?	<i>Notiquigó</i>	<i>Genipa americana ?</i>	Labrador, 1910, t. I
tarumã	-	<i>Vitex cymosa</i>	-
tatora	-	Typhaceas	-
urucu	<i>Nibadenigo</i>	<i>Bixa orellana</i>	Labrador, 1910, t. I

Quadro 4: Espécies florísticas exploradas⁵⁶.

No Chaco, no período da seca, a obtenção da água era escassa. Mas as populações indígenas que ali habitavam possuíam estratégias para obter água. Segundo Castelnau (1949, p. 245), encontravam “algumas gotas d’ água escondidas da evaporação na concavidade de certas folhas coriáceas”. Segundo Susnik (1982, p. 27), “en ocasión de grandes y prolongadas sequías, los Chaqueños recurren a plantas o túberos hidroconservantes. Todos saben aprovechar los hojas de Bromeliáceas (“caraguatá”); entre sus fiolodios se conserva el agua de lluvia; se corta la planta y se obtiene un material acuoso (...)”.

⁵⁶ Foram relacionadas às espécies florísticas o correspondente em Guaicurú, conforme a fonte indicada na quarta coluna.

O consumo de aguardente era bastante difundido entre os Mbayá-Guaicurú, principalmente no século XIX. Era buscado nas trocas realizadas com a sociedade nacional. Como “moeda comercial”, Boggiani (1975 e 1929) adquiriu grande parte da coleção etnográfica por ele reunida, além de uma grande quantidade de couros para o comércio. O aguardente, segundo Casal (1976), era chamado de *nodak*.

Rivasseau (1936, p. 110-11) observou o grande consumo de erva-mate entre os Kadiwéu. O mate era bebido tanto quente, o chimarrão, quanto frio, o terere. Sobre a obtenção deste produto o autor menciona que “os bugres tinham de ir até Santo Antonio do Nabiléque para procurá-lo, dando em pagamento, isto é, em troca, peles, penas e couros, e algumas vezes, prestavam os seus serviços na ocasião dos rodeios”.

A partir da análise das fontes escritas pertinentes à coleta, pode-se tecer alguns comentários. Entre as espécies florísticas exploradas, são os subprodutos das palmeiras as mais consumidas, tais como a bocaiúva (*Acrocomia aculeata*) e o acuri (*Scheelea phalerata*). Alguns produtos como as farinhas exploradas das palmeiras permitiam uma certa provisão para os períodos de escassez subsistencial.

O carandá (*Copernicia alba*) e o algarrobo (*Prosopis ruscifolia*) são típicos e mais numerosos no Chaco, onde estão relacionados aos assentamentos na margem ocidental do rio Paraguai. No caso do algarrobo (*Prosopis ruscifolia*), o fruto amadurece no mês de novembro, quando era buscado por vários grupos chaquenhos. Consumiam as vagens frescas. Fabricavam ainda a farinha e a bebida fermentada. Do carandá (*Copernicia alba*) aproveitavam os “cogollos” crus, assados, cozidos ou transformados em farinha.

As bebidas Mbayá-Guaicurú feitas de seiva de palmeira, mel e frutas, ricas em açúcar, eram preparadas provavelmente sem mastigação, uma vez que não há registro a este respeito na documentação escrita. No caso destes ingredientes ricos em açúcar,

segundo Cooper (1987 a, p. 109), “as leveduras silvestres atuam diretamente sobre o material a fermentar”, o que dispensa a mastigação.

5. 4 - *Cultivo*

Os Mbayá-Guaicurú, enquanto grupos nômades, não eram cultivadores como a documentação escrita confirma para os séculos XVI, XVII, XVIII e parte do XIX⁵⁷. O fato de o grupo não domesticar plantas não implica na inexistência de produtos cultivados na sua dieta alimentar.

Cabeza de Vaca (1987, p. 165) menciona no século XVI que os Guaicurú que habitavam próximos a Assunção comercializavam alguns produtos nesta cidade e obtinham em troca com os Guarani milho (*Zea mays*) e mandioca (*Manihot* sp.). Quando os Cário-Guarani se queixaram junto ao governador Cabeza de Vaca, reclamaram que os Guaicurú assaltavam suas roças. O governador empreendeu a guerra contra eles em julho de 1542.

Os Mbayá do Alto Paraguai, segundo Schmídel (1962, p. 314), abasteciam-se de produtos agrícolas através das relações de vassalagem que mantinham com seus vizinhos, os cultivadores Chané. O autor (loc. cit.) refere que “tienen ellos gran provisión de trigo turco, mandiotín, mandioca-pepirá, mandeporí, batatas, maní, bocaia y otras raíces más,

⁵⁷ Citam-se: Cabeza de Vaca (1962, p. 35), Torres (Carta Anua de 1612, p. 503), Espinosa (1948, p. 634), Guzmán (1980, p. 89), Techo (1897, t. II, p. 159), Serra (1866, p. 205), Casal (1976, p. 129) e Steinen (1940, p. 696).

que ahora no se pueden describir”. Segundo o tradutor da obra *Viaje al Rio de la Plata*, Quevedo (apud Schmídel, 1903, p. 248), o “trico turco” seria uma espécie de milho (*Zea mays*). Já o “maní” do espanhol, significa amendoim (*Arachis* sp.).

Durante o período da *Reducción de Santa María de los Reyes*, no século XVII, os padres tentaram introduzir o cultivo de alguns vegetais. Entretanto, com a grande falta de água que ocorre no Chaco, o vegetais não se desenvolveram como era esperado; e aliado à pouca disponibilidade por parte do grupo, o cultivo fracassou.

O jesuíta Labrador (1910, t. I) menciona a introdução do cultivo de alguns produtos na Redução de Belém entre 1760 e 1767. Entre os produtos cultivados ali, cita a mandioca ou *Eneguigi* (*Manihot* sp.), o arroz branco (*Oryza* sp.) proveniente da Espanha e o algodão ou *Gotomago* (*Gossypium* sp.). No entanto, o cultivo era realizado pelos Guaraní cristianizados, trazidos de outra redução para iniciar e desenvolver o plantio.

Muriel (1918, p. 237) descreve que:

Acompañaron al Misionero algunas familias de Guaranís para auxiliar a la nueva Reducción. El ejemplo de éstos, y el de los padres, que también personalmente trabajaban la tierra, movió algo a los bárbaros; porque al año siguiente, ocho de ellos habían hecho sus regulares sementeras. El año de 1762 tuvieron los padres una abundante cosecha de maíz, habas, mandioca, batatas y caña-miel, de la cual, repartida, muchos de los Mbayás tenían el año siguiente muy buenas sementeras.

Labrador (loc. cit.) menciona ainda alguns produtos cultivados que os Mbayá obtinham junto aos Chané. As cabaças ou *Ecolugua* (*Lagenaria vulgaris*) eram cultivadas pelos Chané na margem ocidental do rio Paraguai. Comiam-nas assadas ou cozidas. Depois de secas, eram utilizadas também como equipamento de uso doméstico. O fumo ou *Nalodagadi* (*Nicotiana* sp.), de diversas espécies, era outro produto cultivado pelos Chané e consumido em grande escala pelos Mbayá. O consumo de produtos agrícolas

cultivados pelos Chané também foi mencionado por Azara (1969, p. 221), assim como por Casal (1976, p. 130), que menciona as roças feitas pelos cativos.

Conforme Serra (1872, p. 354), “entre os Uaicurús alguns velhos, que são de origem Guanás ou Xamicocos, fazem alguma insignificante roça, que consiste em quatro pés de milho e um pequeno quartel de batatas, com algumas manibas”. Em outro trabalho chega a afirmar que “esta ridícula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura, que com efeito não necessitam para viverem longos anos, robustos e fartos, achando no rio Paraguay, e nos seus amplíssimos campos a sua sempre provida dispensa” (ibid., p. 205).

Segundo as informações do viajante Debret (1975, p. 50), referentes à primeira metade do século XIX, os Guaicurú eram cultivadores e entre os produtos que cultivavam menciona o algodão (*Gossypium* sp.), que era empregado na fabricação de tecidos com os quais se vestiam. Este é um dado talvez incorreto, pois o cultivo somente é referido pelas fontes etno-históricas no final do século XIX. Além do mais, havia espécies de algodão nativo, não domesticado, que poderiam ser utilizadas pelos Guaicurú, como o indicado por Labrador (1910, t. I, p. 183) como o *Gotomago*.

Steinen (1940, p. 696) informa, baseado no Relatório da Diretoria dos Índios de 1872, que a tribo Mbayá dos Beaquéu, composta por cerca de 100 indivíduos e cuja aldeia se localizava próxima de Miranda, cultivavam: milho (*Zea mays*), pipoca (*Zea mays*), mandioca (*Manihot* sp.), batata-doce (*Ipomoea batatas*), cará (Dioscoreaceae), abóbora (*Cucurbita* spp.) e cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*).

Boggiani (1975) e Rivasseau (1936), quando visitaram a tribo Mbayá dos Kadiwéu constataram, a partir da última década do século XIX, uma agricultura rudimentar entre os mesmos. As três aldeias Kadiwéu visitadas por Boggiani (1975) em

1892 possuíam roças. Cita o cultivo de: mandioca (*Manihot* sp.), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), arroz (*Oryza* sp.), milho (*Zea mays*), abóbora (*Cucurbita* spp.), batata-doce (*Ipomoea batatas*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), banana (*Musa* sp.), melancia (Cucurbitaceae), mamão (*Carica* spp.), melão (Cucurbitaceae), “poponi” - outra espécie de melão -, entre outros cereais, verduras e frutas dos quais o autor desconhecia o nome.

Segundo Boggiani (1975, p. 113), cada família escolhia um terreno mais apropriado para cultivar. A terra considerada fértil era a dos bosques, devido ao húmus, que era abundante na região. Ressalta que cultivavam não mais do que o suficiente para o consumo da própria família. Boggiani (op. cit., p. 116) descreveu a roça de Joãozinho, o capitão da aldeia de Nalique:

Joãozinho escolheu uma localidade um tanto retirada da aldeia para as suas plantações, que estão ainda no princípio. Está situada no limite dum grande bosque, de que começou a cortar as árvores e a aproveitar a terra fertilíssima. Com os ramos e raízes das árvores abatidas formou em derredor uma densa sebe para impedir as vacas, os cavalos e também os cervos de entrar e devastar as sementeiras.

A cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) era consumida crua ou transformada em melado. As frutas como o mamão (*Carica* spp.), melão (Cucurbitaceae), melancia (Cucurbitaceae) e banana (*Musa* sp.) também deveriam ser consumidas cruas e em seguida à sua maturação. Da mandioca (*Manihot* sp.), o referido autor menciona a fabricação de farinha, da qual faziam uma espécie de torta. Boggiani (op. cit., p. 141) refere ainda o cultivo de urucu (*Bixa orellana*) próximo à aldeia, do qual preparavam uma tinta alaranjada. Também menciona o plantio de algodão (*Gossypium* sp.), somente o necessário para tecer os cintos (ibid., p. 131).

Rivasseau (1936), além das espécies cultivadas indicadas por Boggiani (1975), indica a moranga (*Cucurbita* sp.). O autor visitou a roça pequena feita pelo Capitão

Joãozinho da aldeia do Tuyuyú, que ficava a menos de um quilômetro de distância desta aldeia:

Havia naquela rocinha um pouco de tudo: cana de açúcar, milho, feijões, numerosos pés de morangas, aboboras, melancias, etc.

Havia um mandiocal e um canto plantado com batata doce.

Naquele caminho desbravado, cultivado mal e mal, se viam de pé ainda, algumas das árvores maiores do mato; e as plantações feitas vicejavam com força, no meio dos troncos derrubados, dos ramos e dos galhos maiores que o fogo tinha respeitado ou que haviam resistido à sua violência consumidora.

Na realidade, a terra não estava remexida ou apenas no pé das plantas.

É preciso, para ser justo, dizer que os índios não têm sempre os meios de procurar as ferramentas as mais indispensáveis, como a enxada, embora tivessem algumas, muitas gastas.

Assim mesmo, mantinham num estado relativo de limpeza, as suas plantações; isto é, cortando ou arrancando as malezas.

E, à falta de lavrar a terra, dão à sua roça um aspecto agradável de boa conservação (Rivasseau, 1936, p. 91-92).

Além desta roça, havia outra, a chamada roça grande, que ficava em torno de seis quilômetros da aldeia.

As raízes de mandioca e as espigas de milho verde eram geralmente comidas assadas na brasa ou cozidas acompanhando a carne assada no espeto. Da mandioca, preparavam igualmente a farinha, permitindo o seu aproveitamento por mais tempo. Rivasseau (op. cit., p. 184) registrou o uso de um molho composto de água, sal e pimenta malagueta esmagada, feito para banhar a carne assada. O feijão silvestre (Fabaceae) era cozido com a própria vagem em um panela colocada sobre o fogo. Segundo o autor (ibid., p. 81), “são as mulheres que tratam da roça, quer para plantar, quer para fazer a colheita (...)”.

Relacionam-se no quadro abaixo as espécies cultivadas pelas tribos Mbayá dos Beaquéu e Kadiwéu, segundo Steinen (1940), Boggiani (1975) e Rivasseau (1936), referentes ao final do século XIX:

NOME COMUM	GUAICURU	CIENTIFICO	FONTE
abóbora	-	<i>Cucurbita</i> spp.	-
arroz	-	<i>Oryza</i> sp.	-
banana	-	<i>Musa</i> sp.	-
batata-doce	-	<i>Ipomoea batatas</i>	-
cana-de-açúcar	<i>naaho</i>	<i>Saccharum officinarum</i>	Martius, 1863
cará	-	Dioscoreaceae	-
feijão	-	<i>Phaseolus vulgaris</i>	-
mamão	-	<i>Carica</i> spp.	-
mandioca	<i>Eneguigui ahinaiodi</i>	<i>Manihot</i> sp.	Labrador, 1910, t. I Martius, 1863
melancia	-	Cucurbitaceae	-
melão	-	Cucurbitaceae	-
milho	<i>Ettáculli ittacoli</i>	<i>Zea mays</i>	Boggiani, 1975 Martius, 1863
moranga	-	<i>Cucurbita</i> sp.	-
pipoca	-	<i>Zea mays</i>	-

Quadro 5: Espécies florísticas cultivadas ⁵⁸.

5. 5 - Animais Domesticados

As informações a respeito da existência de animais domesticados relacionados à cultura Mbayá-Guaicurú somente ocorrem nas fontes etno-históricas a partir do século XVIII. Entretanto, acredita-se que a adoção do cavalo pelo grupo tenha ocorrido ainda no século XVII. A questão sobre quando os Guaicurú adotaram o cavalo ainda é um problema a ser resolvido.

⁵⁸ Os nomes em Guaicurú correspondentes às espécies florísticas cultivadas, foram extraídos a partir da fonte relacionada na quarta coluna.

Faz-se necessário distinguir entre animais “domesticados” e “domésticos”, para melhor entendimento deste estudo. Segundo o conceito discutido por Gilmore (1987, p. 31), os animais “domésticos” são aqueles que se ligaram voluntariamente ao homem, tais como ratos e baratas, tornando-se animais “domésticos”. Segundo o autor, para o termo “domesticação” ser aplicado a alguma espécie de animal, deveria ser necessário que esta preenchesse as seguintes condições: “1) é integrada na cultura humana; 2) é mantida pela força sob controle humano para um determinado propósito; 3) é dependente do homem, quer voluntária ou involuntariamente, para sobrevivência sob esta condição prévia; 4) geralmente faz cruzamento sob as condições artificiais de controle humano; 5) é geralmente modificado em raças (ou variedades), através de cruzamentos seletivos do homem” (Gilmore, 1987, p. 231).

Em termos de domesticação de animais selvagens na área neotrópica (América do Sul, América Central e Antilhas), conforme Gilmore (ibid., p. 230) existem quatro animais domesticados pelos grupos indígenas: lhama, alpaca, cobaia e pato-do-mato. Entre os Mbayá-Guaicurú ressalta-se que não houve a domesticação de animais selvagens. Pode-se inferir que havia a categoria de animais selvagens amansados e animais domesticados de origem européia. As espécies domesticadas apresentadas a seguir são animais oriundos da Europa, assimilados e explorados pelo grupo.

5. 5. 1 - Cavalo

O cavalo europeu⁵⁹ (*Equus caballus*) como elemento exótico à América foi introduzido pelos espanhóis em Assunção, onde os Guaicurú tiveram o primeiro contato com o animal. Ao assimilar este elemento europeu, os grupos pedestres transformaram-se em eqüestres, o que propiciou uma série de modificações na sociedade. Este item visa, por outro lado, caracterizar as atividades relacionadas ao manejo, doma e montaria do cavalo. Ressalta-se que a carne eqüina não fazia parte da dieta alimentar do grupo.

O cavalo europeu (*Equus caballus*), conforme Gilmore (1987, p. 230) “foi redomesticado a partir das hordas de cavalos selvagens de origem ibérica, no começo do século XVII por algumas tribos”. Isto significa que os Guaicurú não são os responsáveis pela domesticação deste animal, que é muito anterior à própria conquista ibero-americana e ocorreu na Europa. Algumas hordas de cavalos europeus introduzidos na América no século XVI se reproduziram e se multiplicaram livremente nos campos, povoando-os, e tornando-se selvagens. Os Guaicurú aproveitaram tais rebanhos soltos de cavalos e os redomesticaram, inserindo-os na sua cultura.

Os Mbayá-Guaicurú montavam geralmente os cavalos em pêlo, não usando sela e nem estribo, como referem Labrador (1910, t. I, p. 245) e outros⁶⁰. Nestes casos, montavam mais sobre as ancas do cavalo, usando para tanto rédeas mais compridas (Florence, 1948, p. 122). Prado (1856, p. 34) esclarece que são os homens que

⁵⁹ “O cavalo europeu (*Equus caballus*) era desconhecido na época pré-Colombiana (...). cavalos de outras espécies extintas eram conhecidas dos primitivos aborígenes, mas não foram domesticados, ao que se saiba” (Gilmore, 1987, p. 230).

⁶⁰ Podem-se relacionar os seguintes autores: Azara (1969, p. 221), Serra (1872, p. 352), Casal (1976, p. 130), Elliott (1870, p. 169) e Rego (1906, p. 185).

normalmente andam sem sela, mas as mulheres “que são aceiadas montam sobre pequenos feixes de palha, que lhes servem de sela, um pano de cinco palmos em quadra, pintado de contas e conchas, o qual serve de charel e capelhadas (...)”.

Ferreira (1974, p. 80) refere outra forma usada em lugar da sela, era “em lombilho que fazem de dois pequenos feixes de grama, atados um ao outro, para servirem de suadouros sobre os quais costumam estender, primeiramente, uma esteira de folhas de palmeiras, e, em cima dela, alguma pele de carneiro ou de veado, ou algum couro de boi”.

Mas o jesuíta Labrador (1910, t. II, p. 27) descreve mais detalhadamente a montaria feminina:

El marido ensilla el caballo y le adereza: para que suba, pone la mano, en que restiban la india, sube con notable presteza. La silla es pobre pero acomodada. sobre el lomo del caballo pone una especie de paja seca, parecida en lo suave al heno, pero más larga. Hállase en casi todos los sitios de su parada; y sino, no la cortan en donde la hallan, parando la comitiva y llevando de prevención para remudarla. Sobre la paja asientan unos bastos hechos de juncos suaves, que, á excepción de ser más cortos, parecen enjalma. Cubren ésta con una piel de ciervo bien sobada, larga y doblada dos ó más veces. Todo lo cinchan con un cordelito de hilo de Pita. Como la pieza es larga, y está cinchada antes de hacerle los dobleces, cuelga bastante hacia las ancas del caballo. Doblan sobre los bastos lo que cuelga, y queda el caparazón formado, sobre el cual se pone la mujer dejando caer las piernas por sobre las cabezas de la enjalma hacia el cuello del caballo. Así va sentada y estirada.

Serra (1872, p. 352), por sua vez, relata a mulher Guaicurú como a responsável pela carga, levando consigo todos os pertences do grupo sobre o cavalo:

... as mulheres, ou já velhas, ou cativas são as que conduzem os cavalos de carga: e para as suas montarias fazem do mesmo pery molhos da grossura e tamanho de um travesseiro muito bem ligado; que serve não só para este fim, mas para as ditas montarias, lançando cada um de cada lado do animal ligados entre si; sobre e entre eles lançam panos e os couros em que dormem; as donas e mulheres de estimação cobrem esta espécie de albarda com um pano ou baeta quadrada, a que chamam litolate, matizado sempre com contas brancas ou azuis; estas senhoras também com as mesmas contas e com chapas de prata e arame, enfeitam as cabeçadas, rédeas e peitoral de seu cavalo, que realça quando traz cascavéis, e hão grande campainha: as velhas, os pobres, ou sejam Uaicurús ou cativos, montam simplesmente nos couros,

entre um montão de esteiras, trazendo panelas, potes e outros trastes; e se a viagem é por muitos dias conduzem também galinhas, pássaros, gatos, e ainda porcos, etc.

As rédeas confeccionadas pelo grupo são descritas de várias formas na bibliografia pertinente: “barbicacho de cordão de fio de algodão ou simples, ou entretecido com lã ou cabelo, servindo-lhe a extremidade do cordão de chicote, com que a fustiga” (Ferreira, 1974, p. 81); “amarrar la mandíbula inferior com una correa a la cual corresponden otras dos, que sirven de riendas” (Azara, 1969, p. 221); “dois cordéis de linho de acroatá presos na boca do cavalo como barbicacho (Casal, 1976, p. 130). Esta última também referida por Rego (1906, p. 185).

Labrador (1910, t. I, p. 290) descreveu a maneira como domavam o animal:

Cuando quieren domar algún potro se juntan dos ó tres indios, le cogen, derriban y tusan las clines. Pónenle unas riendas de hilo del cardo Nagacole, y se meten con él en un lodazal ó pantano. Uno tiene la rienda y outro con una varita le arrea. Hácenle pasear, cayendo y levantando por el barro. Cuando ya conocen quebrantado el brío del bruto, de un salto le monta uno de los domadores: y llévale por el barrial metiéndole hasta más arriba de las rodillas, el animal en el lodo. Algunas vezes se azota contra el suelo; no importa: el jinete es diestro en evadir que le oprima, y por outra parte no se le ensucia la ropa, porque va en cueros. Á pocas horas ya está manso. Varias veces desde el pantano venían hacia donde nosotros estábamos, entablaban conversación, y el animal parecía caballo ya de mucho tiempo manso. Con este modo salen atrevidísimos los caballos para tierras anegadas y pantanosas. Arrójanse sin miedo en tales pasos.

Casal (1976, p. 130) relata outra forma de doma: “amansam os cavalos dentro da água, que lhes chegue à barriga, ou perto, a fim de não poderem expulsar o cavaleiro, ou de lhe ser menos sensível a queda”. Esta maneira também é referida por Debret (1975, p. 49).

Debret (op. cit., p. 50) fez interessantes observações sobre a tática adotada pelos Guaicurú ao montar os cavalos em caso de ataques ou de confrontos, nos quais “cada

guerreiro, unicamente apoiado no estribo direito, segura a crina com a mão esquerda e assim se mantém suspenso e deitado de lado, no sentido do corpo do cavalo, conservando essa atitude até chegar ao alcance da lança; ergue-se então na sela e combate com vantagem (...)”. Tal descrição pode ser observada na ilustração abaixo do mesmo autor:



Figura 32: Tática de montaria Guaicurú (Fonte: Debret, 1975).

Southey (apud. Rego, 1906, p. 185-84) também refere a agilidade com que montavam e cavalgavam em seus cavalos mudando a posição, “ora estendiam a fio comprido sobre o costado do cavalo, ora ao longo da ilharga, ora mesmo debaixo da barriga, levando a rédea presa no dedo grande do pé”. Estas estratégias adotadas permitiam-lhes enfrentar com uma certa igualdade espanhóis e portugueses e sair-se protegidos das balas das armas de fogo.

5. 5. 2 - Outros animais

Além do cavalo, os relatos produzidos nos séculos XVIII e XIX mencionam a criação de outros animais domesticados entre os Mbayá-Guaicurú. Conforme Gilmore (1987, p. 230), “os ibéricos introduziram bois, carneiros, cabras e porcos domesticados e, em muitos locais, bois e porcos tornaram-se selvagens”. Cita-se ainda a introdução na América pelos europeus de galinhas, cachorros e gatos, animais domesticados também encontrados entre os Mbayá-Guaicurú.

O viajante Ferreira (1974, p. 81), em 1791, mencionou a criação de gado vacum e ovelhas como algo não muito significativo como eram os cavalos. Cita ainda que criavam perus e galinhas. Destes aproveitavam somente os ovos. Estes dados também são encontrados, ainda que parciais, em Aguirre (1898, p. 478), Steinen (1940, p. 696) e Rego (1906, p. 184).

Azara (1969, p. 221) relata que os Mbayá não faziam uso do leite de seu pequeno rebanho de vacas e ovelhas. Casal (1976, p. 129-30) complementa que os Guaicurú:

Criam todas as espécies de aves e quadrúpedes domésticos oriundos da Europa, e alguns do continente, com excessivo cuidado; razão por que todos são muito mansos. Como desprezam absolutamente a agricultura, e o forte do seu alimento é carne, nenhuma espécie é assaz numerosa, à exceção dos cavalos, porque não os comem. Os porcos são os menos, e muito poucos por não terem com que os manter. Todos os animais são castrados.

Conforme o trecho acima, pode-se inferir que a carne de porco provavelmente fizesse parte da alimentação do grupo.

Junto à tribo dos Kadiwéu, Boggiani (1975, p. 113) observou que possuíam, além de cavalos, gado, galináceos, cachorros em quantidade e alguns gatos. Os cachorros eram utilizados para auxiliar nas caçadas, encontrando e acuando a presa (Rivasseau, 1936). Segundo Susnik (1990, p. 141), “la adopción de perros de caza facilita el esfuerzo humano y permite la caza individual o en pareja; o adiestran a perros para ser buenos ‘perseguidores’ ”. Usavam o boi para o transporte e montaria (Boggiani, op. cit., p. 102)

Dentre as espécies domesticadas criadas pelos Mbayá-Guaicurú, entende-se que o gado bovino era expressivamente o mais consumido, depois da carne proveniente da caça. Das demais, ao que tudo indica, o consumo era inexpressivo.

5. 6 - Animais selvagens amansados

A questão importante pertinente a este item é a distinção entre animais “domesticados” e animais “selvagens amansados”. Conforme a definição de Gilmore (ibid., p. 230-31), estes últimos são:

... geralmente, espécimes isolados capturados em estado selvagem - habitualmente quando filhotes - e amansados como bichos de estimação. Contudo, esta condição evolui para aquela em que animais são capturados, deliberadamente em maior quantidade em estado selvagem, e mantidos para determinados propósitos econômicos (...). Todos os animais selvagens amansados são utilizados, até mesmo no sentido estético, como animais de estimação. Assim sendo, o fator utilização não deve fazer parte da definição tanto de um animal domesticado quanto de um amansado. Qualquer animal deliberadamente capturado pelo homem e mantido em sua companhia é utilizado de alguma maneira.

Schmídel (1903, p. 248) relatou no século XVI a presença de “ovejas de índias”, guanacos (*Lama guanicoe*) entre os Mbayá na região do Alto Paraguai. Segundo o autor (loc. cit.), “estas ovejas, de los que tienen mansas y ariscas, las usan como nosotros aquí á

los rocines para cargar y montar (...)”. Neste caso, as “ovejas ariscas” a que se refere, segundo notas do tradutor Quevedo (apud Schmídel, loc. cit.), são os guanacos (*Lama guanicoe*).

Na edição de 1962 da obra de Schmídel, *Viaje al Rio de la Plata* (1534-1554), a responsável pelo estudo preliminar e notas desta obra, Arevalo (apud Schmídel, 1962, p. 314) explica em nota de rodapé que tais ovelhas utilizadas pelos Mbayá eram lhamas (*Lama glama*), como são empregadas na região andina.

Esta questão que envolve a existência ou não de guanacos (*Lama guanicoe*) ou lhamas (*Lama glama*) é complicada e confusa. Para tentar esclarecer este problema, faz-se necessário verificar a distribuição geográfica original do guanaco (*Lama guanicoe*) e da lhama (*Lama glama*).

Segundo Cardozo (1954, p. 65), a distribuição da lhama (*Lama glama*) pode ser colocada dentro dos seguintes limites: “sur del Perú, oeste de Bolivia paralela a la cordillera de los Andes, entrando en territorio argentino por el noroeste hasta Catamarca y la puna de Atacama en Chile”. A extrema rusticidade deste animal lhe dá condições de habitar um meio de extrema aridez, porém em regiões com altitude sempre superior a 2.000 metros de altitude e com temperaturas baixas (ibid., p. 66).

O guanaco (*Lama guanicoe*), dentre os *camelidae*, é a espécie de maior difusão na América do Sul. Vive desde os 100 metros acima do nível do mar até os 3.000 a 4.000 metros de altitude. Conforme Cardozo (ibid., p. 125):

No es exigente para la temperatura. Se acomoda a los fríos y a las temperaturas de bosques; por costumbres antes que por los factores ecológicos, huyen a las zonas abrigadas, despobladas y silenciosas. (...) Caracterizados así como animales de mayor difusión, esto es, de tendencia cosmopolitista, han de sumarse al conjunto de especies animales cuya naturaleza es posiblemente renunciante a uno u outro factor natural y su grado de adaptabilidad al ambiente es mayor que en sus congéneres. Por lo

tanto, debe concluirse, que en el guanaco su distribución geográfica es extensa porque es mayormente adaptable a gama más intensa de factores y grados: temperaturas, precipitación pluvial, humedad son factores, pues, que no afectan tan profundamente como en la vicuña y alpaca.

A partir destas informações pode-se inferir que caso Schmídel realmente tenha encontrado uma das espécies de *camelidae* entre os Mbayá, a mais provável fosse o guanaco (*Lama guanicoe*).

Labrador (1910, t. I, p. 215) mencionou que os Mbayá aplicavam um processo que mudava as penas dos papagaios de verde para amarelo, esfregando uma tinta vegetal na área depenada da ave. Este processo é conhecido como tapiragem. Estes papagaios seriam animais selvagens amansados, uma vez que o grupo fazia uso das penas através da tapiragem, e para isso deveria mantê-los cativos. Em outra passagem, Labrador (ibid, p. 204), referindo-se a papagaios e caturritas, refere que “à todos les tienen puestos sus nombres; y tal cual gusta de criar alguno en su toldo”. Nesta passagem, o autor confirma a existência destas aves como selvagens amansados entre os Mbayá.

Há outras citações referentes a aves e mamíferos feitas por Labrador (1910, t. I), que poderiam, talvez, ser incluídas nesta categoria. No entanto, o autor não deixa claro se tais espécies estariam habitando como animais selvagens amansados, de estimação ou com fins econômicos. Menciona os seguintes animais:

- *Etaguimagodi* ou tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*), “fácilmente se amansa” (ibid., p. 197);

- Ave *Chibela* (??), “amánsase fácilmente, tanto que, aun dejándola á su libertad, no se huye, y vive com grande sosiego en la cuadra de su dueño” (ibid., p. 206);

- *Nayiniguaga* (*Penelope* ?), “amánsase mucho, y pasa á molestar su mansedumbre, porque com gran satisfacción entra y sale en todas partes, y com un silbo bajito sabe pedir de comer si tiene hambre” (ibid., p. 208);

- Ave *Atodi* (??), “domesticase fácilmente; más no es ave para personas aseadas, porque excreta por todos los parajes com mucha frecuencia, y todo lo ensucia” (ibid., p. 213);

- Ariranha ou *Egueleiche* (*Pteronura brasiliensis*), “amánsase en breve y viven comodamente en tierra” (ibid., p. 226).

Não existem registros na documentação pertinente sobre a existência de outros animais selvagens amansados. Mas é possível que existissem outros, com ou sem finalidade econômica, tais como animais de estimação.

A partir da apresentação da gama de recursos faunísticos e florísticos explorados pelos Mbayá-Guaicurú nos disitintos ambientes e as transformações ocorridas no padrão de subsistência baseado nas atividades de caça, pesca e coleta se verificará os equipamentos empregados para prover a subsistência. Ainda serão vistos os equipamentos de uso doméstico, como mobiliário, artefatos para conforto pessoal, utensílios para as atividades de preparar, servir, transportar e armazenar alimentos e os artefatos de uso pessoal.

6 - CULTURA MATERIAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma descrição dos artefatos relacionados à atividade de subsistência e / ou guerra e de uso doméstico e pessoal dos Mbayá-Guaicurú. Para tanto, buscou-se sistematizar os dados encontrados nas fontes etno-históricas escritas, complementando-as com as informações disponíveis sobre as coleções etnográficas existentes nos acervos das seguintes instituições: Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini em Roma, Museu Etnológico de Berlim e Museu Etnográfico Andres Barbero em Assunção.

6. 1 - Equipamentos de subsistência e / ou de guerra

Neste item, são apresentados e caracterizados os diferentes equipamentos utilizados pelos Mbayá-Guaicurú para a obtenção de alimentos. A confecção desses artefatos está geralmente relacionada às atividades masculinas.

A função de muitas das armas que figuram entre os equipamentos de subsistência não se restringe somente a esta atividade, sendo eventualmente utilizadas também para a guerra. Desta forma, com exceção da arma para a degola, a arma que serve para caçar é, geralmente, também empregada para atacar os inimigos. Ocorre que algumas armas, como a lança e a borduna, eram utilizadas com maior intensidade para a guerra do que outras, como o arco e a flecha.

Este estudo baseou-se nas classificações e nas propostas contidas nos trabalhos de Chiara (1987), Métraux (1987) e Ribeiro (1988).

6. 1. 1 - Arco

Conforme Ribeiro (1988, p. 216), o arco define-se como: “arma com a qual se atiram flechas. É constituída de uma ripa de madeira, recurvada por desbastamento e pela ação do calor, sendo provida de corda. Entre os grupos indígenas do Brasil, encontram-se unicamente arcos simples (em oposição aos compostos), isto é, de um único segmento curvo de madeira flexível”.

Chiara (1987, p. 123) explica que nos arcos simples, “as partes que compõem tal tipo de arco não se distinguem entre si de maneira nítida e formal, mas sim pela sua localização. Nada distingue o trecho da empunhadura dos dois membros ou segmentos: superior ou inferior. Estes são iguais quanto à forma; as respectivas extremidades é que podem diferenciar-se”.

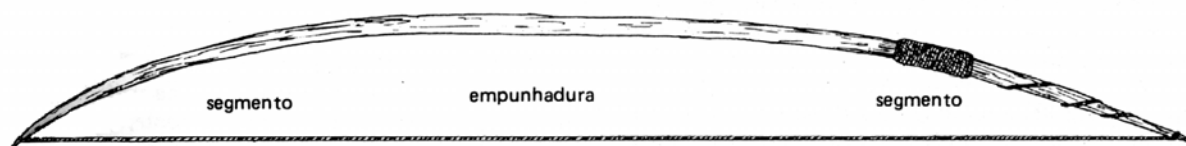


Figura 33: Partes componentes do arco (Fonte: Chiara, 1987, p. 123).

Susnik (1996, p. 70) ressaltou que:

.. las partes constitutivas del arco indican variaciones más bien regionales que étnicas; influyen la disposición de la materia prima, la finalidad de la eficacia del arma como ‘instrumentos’ de la subsistencia; la tradición manufacturera de algunas tribus puede determinar ciertas preferencias. (...) La forma de las secciones transversales del arco pueden variar dentro de una misma tribu, dependiendo en gran parte del tipo de madera empleada.

No século XVI Cabeza de Vaca (1962, p. 43) relata que nas trocas comerciais realizadas pelos Guaicurú com os Guaraní em Assunção, estes recebiam em troca de seus produtos, além de alimentos, arcos e flechas.

Os relatos escritos produzidos referentes aos séculos XVII, XVIII e XIX citam o uso do arco entre as armas utilizadas pelos Mbayá-Guaicurú⁶¹, sendo, na maioria dos casos, somente mencionados, sem maiores detalhes.

O capuchinho Espinosa (1948, p. 635) escreve que “traen solo vn neruio de caualllo, o venado atado a la Muñeca isquierda, por la cuerda del arco, y con outro ceñida la sintura (...)”. É provável que o autor esteja se referindo a um protetor de pulso.

No entanto, a Labrador (1910, t. I, p. 313) deve-se a única caracterização do arco utilizado pelos Mbayá: “los arcos son proporcionados al largor de la flecha. Tienen de cumplido más de dos varas⁶². Solamente un brazo de la robustez del guaycurú podrá doblengar sus puntas”. O comprimento do arco referido pelo autor é equivalente a mais de 2,20 m.

Boggiani (1929, p. 533) relata uma grande aquisição etnográfica obtida na sua segunda expedição aos Kadiwéu em 1897: “la compra de un hermosísimo arco caduveo auténtico, bien conservado, y de una flecha de igual procedencia. Estos objetos son hoy rarísimos. Las armas europeas han destruído a las indigenas”. Conforme Lehmann e Scotti (1972, p. 135-6) este arco é de madeira de palmeira.

⁶¹ Os autores são: Torres (Carta Anua de 1612, p. 503), Espinosa (1948, p. 635), Lozano (1941, p. 73), Muriel (1918, p. 230), Charlevoix (1910, t. I, p. 139), Prado (1856, p. 39), Azara (1969, p. 222), Serra (1866, p. 178 e 1872, p. 351), Casal (1976, p. 130), Mawe (1978, p. 209), Florence (1948, p. 122), Leverger (1862, p. 225) e Reclus (1900, p. 402).

⁶² Cada vara equivale a 1, 1 m.

Tal constatação de Boggiani (1929) também pode ser confirmada no relato produzido por Rivasseau (1936), que indica o uso de armas de fogo pelos Kadiwéu na caça de animais.

As informações a respeito do arco, como se pode observar nas fontes supra citadas, são escassas e não primam pela caracterização desta arma. Desta forma, a carência de dados não permite a classificação do mesmo quanto às categorias corte transversal e tratamento da extremidade (ombro do arco) relacionadas por Chiara (1987, p. 124) e Ribeiro (1988, p. 216). Tal classificação somente seria possível a partir da análise de arcos pertencentes a coleções etnográficas referentes ao grupo, existentes em alguma instituição, uma vez que a documentação escrita não a possibilita. Da mesma forma, não se dispõe de informações quanto à matéria-prima utilizada para a confecção do arco, bem como da corda do mesmo.

Desta maneira, buscou-se dados que pudessem elucidar as lacunas acima citadas, referentes a este estudo, em publicações sobre coleções etnográficas existentes em museus e instituições.

Scotti (1947), que estudou a coleção etnográfica sul-americana de Boggiani pertencente ao *Museu Pigorini*, publicou importantes informações que completam os dados encontrados em fontes primárias. O autor notou a presença, entre as armas, “de arcos de madeira de palmeira, com seções semicirculares e corda de ibira (...)”. Estes arcos eram no total de quatro exemplares (Scotti, 1947, p. 40).

Anterior a Scotti, Koch-Grümbert (1902, p. 41) descreveu o arco Kadiwéu:

... é muito comprido, algo como 3 m, e é feito da madeira da palmeira carandá (Copernicia alba). O corte transversal é mais ou menos redondo, e aplainado na parte interior. O arco em todo seu comprimento somente é amarrado no meio e nas pontas com tiras de cipó (guembé-pi), para impedir que a madeira da palmeira venha a se estilhaçar. Estas tiras são presas ou

colada com cera preta à madeira, para se reforçar. O cordão é grosso e torcido com fios fortes de imbirá, uma trepadeira (caraguatá, Bromeliaceae).

Há algumas ilustrações de arcos encontradas em Bossi (1863) e Rivasseau (1936).

A ilustração (fig. 34) assinada por Lacosteane, encontrada na obra de Bossi (1863), é de procedência desconhecida. Mesmo não identificada pelo autor, a ilustração encontra-se no texto relacionada ao grupo Mbayá-Guaicurú.



Figura 34: Ilustração de um Mbayá-Guaicurú empunhando arco e flecha (Fonte: Bossi, 1863, p. 32).

O arco associado a flechas era utilizado principalmente para a caça e a pesca, e, menos freqüentemente, para a guerra, como Azara (1969, p. 222) chegou a afirmar que “aunque ellos tengan arcos y flechas, no hacen uso de ellos más que para la caza y la pesca”.

Outras informações referentes ao arco serão relacionadas a seguir; no entanto torna-se muito complicado fazer qualquer menção às mesmas, vista a ambigüidade de algumas.



Figura 35: Guerreiro Kadiwéu trajado conforme a antiga tradição (Fonte: Rivasseau, 1936).

Segundo Lozano (1941, p. 73), “quando están de asiento en algún paraje, se ejercitan en disparar al arco y tirar al blanco, en que son muy certeros”. Já Serra (1872, p. 351) menciona que “usan arco e flecha, mas imperfeitamente, pois pouco destros são na certeza dos seus tiros”.

Outra informação pertinente é a de Prado (1856, p. 39), onde ressalta que das armas que os Guaicurú traziam a cavalo, não faziam o uso do arco e flecha montados.

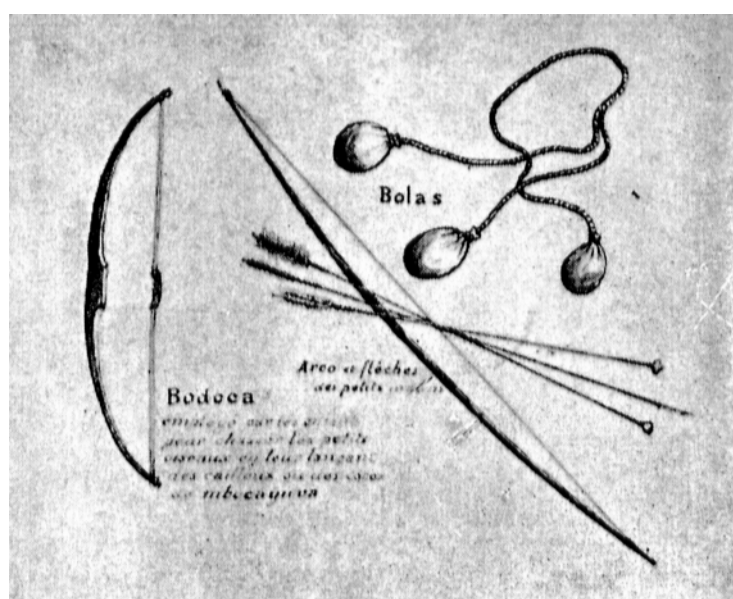


Figura 36: Equipamentos de subsistência Kadiwéu (Fonte: Rivasseau, 1936).

6. 1. 2 - Flecha

Segundo definição de Ribeiro (1988, p. 224), a flecha se caracteriza por ser uma “arma perfurante usada como projétil do arco. É constituída de uma haste de taquara

provida ordinariamente de emplumação na extremidade basal (próxima do atirador) e de ponteira aguçada na distal”.

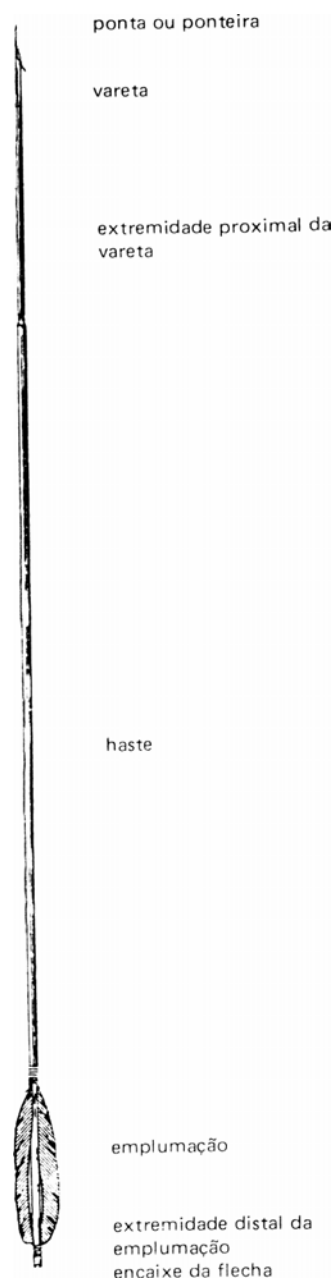


Figura 37: Partes componentes da flecha (Fonte: Chiara, 1987, p. 125).

Conforme a uniformização da nomenclatura das partes da flecha proposta por Chiara (1987, p. 124), os componentes das flechas são: ponta, vareta, extremidade proximal, haste, emplumação e extremidade distal, de acordo com o modelo (fig. 37).

Para a classificação dos tipos de pontas de flecha, Ribeiro (1988, p. 224) leva em consideração principalmente a forma e subsidiariamente a matéria-prima. Já Chiara (op. cit., p. 127-28) subdivide as pontas de flechas em cinco grupos, conforme a matéria-prima (ver figuras 38-45).

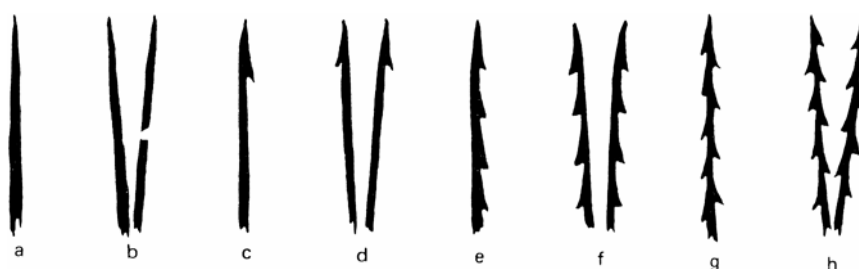


Figura 38: Grupo 1: Pontas de flecha de madeira (Fonte: Chiara, 1987, p. 127).

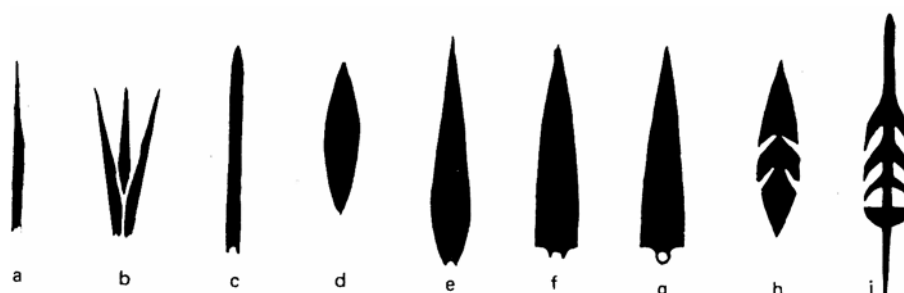


Figura 39: Grupo 2: Pontas de flecha de taquara (Fonte: Chiara, 1987, p. 127).

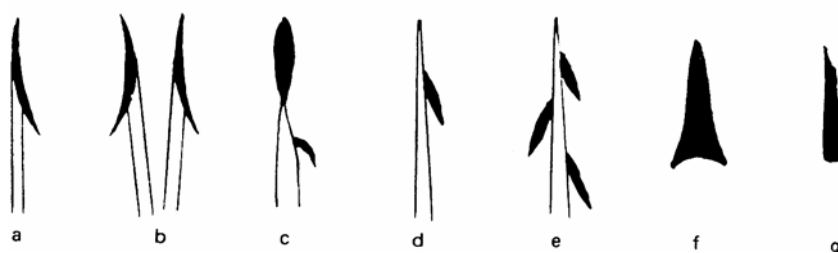


Figura 40: Grupo 3: Pontas de flecha de osso (Fonte: Chiara, 1987, p. 128).

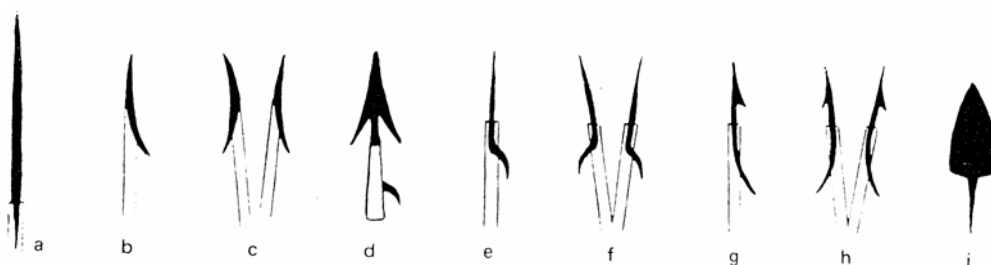


Figura 41: Grupo 4: Pontas de flecha de ferro (Fonte: Chiara, 1987, p. 127).

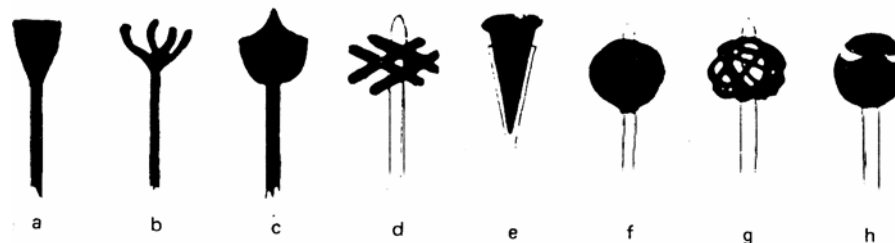


Figura 42: Grupo 5: Pontas rombudas - vários materiais (Fonte: Chiara, 1987, p. 127).

As flechas são encontradas nos relatos também com as denominações “setas” e “frechas”. As fontes escritas pertinentes a este estudo na sua maioria fazem rápida menção quanto ao uso de flechas pelos Mbayá-Guaicurú, geralmente sem outras

informações associadas⁶³. Geralmente, os autores, quando o mencionam, referem o uso das flechas para as atividades de subsistência de caça e pesca.

Segundo a descrição de Labrador (1910, t. I, p. 312-13) as flechas:

... tienen más de dos varas de largo y están compuestas de tres piezas. La punta ó lengüeta es de hueso, como ya se dijo. Lábranla con prolijidad y la dejan tan cortante por los lados que abre sin dificultad brecha. Por el medio conserva parte de la concavidad del hueso y parece acanalada. No le sacan aletas á los lados, pero con otro artificio dificultan que salga sin mucho dolor, si una vez entra. En la parte opuesta á la punta le hacen una pequeña curvatura, hasta la cual llega el cordel con que la asegura á la outra pieza, quedando algo sobresaliente la dicha curvatura. Esta, que puede llamarse uña, no impide que la flecha penetre, y estorba que salga sin romper mucho la herida. La segunda parte es un palo del grosor del dedo menor, al que atan la dicha punta. Es correoso, liviano y de color que tira á morado. No se le conoce división de nudo alguno por su extremada pulidez. Este palo con el hueso hacen poco menos que la mitad inferior de la flecha. La outra mitad superior está compuesta de una especie de caña, sin nudos, fuerte y ligera. En su idioma la llaman gocotogoco. Críanse á la orilla de los río y en tierras anegadizas. Tiene el corazón esponjoso y las hay de varios tamaños en lo grueso. Las que sirven para las flechas son como el dedo índice, ó poco más gruesas. Si acompañara lo sólido á lo liso y leve, no hubiera cañas más cómodas para bastones de gente militar y política. Formada la flecha de estas tres piezas distintas, le ponen en la extremidad de la caña dos plumas vistosas con las cuales dan vuelo y hermosura á la saeta. (...) No usan carcaj ó aljada. Cuando cargan las flechas, ó las llevan en la mano izquierda ó las ponen en la cintura entre el cinto ó algún cordel y el cuerpo, hacia abajo y mirando adelante las puntas, con bastante aire y bizarría.

A partir desta descrição de Labrador (1910) fez-se necessário realizar algumas observações sobre as características deste tipo de flecha. A primeira observação se refere ao tamanho observado pelo autor, superior a 2,20 m.

⁶³ Citam-se: Cabeza de Vaca (1962, p. 35), Espinosa (1948, p. 634), Torres (Carta Anua de 1612, p. 503), Techo (1897, t. III, p. 141), Charlevoix (1910, t. I, p. 139), Ferreira (1974, p. 81), Prado (1856, p. 39), Serra (1865, p. 178 e 1872, p. 351), Azara (1969, p. 222), Casal (1976, p. 130), Mawe (1978, p. 209), Florence (1948, p. 122), Leverger (1862, p. 225), Bossi (1863, p. 31) e Reclus (1900, p. 402).

Labrador (loc. cit.) subdivide a flecha em três partes, podendo-se mencionar ainda um quarto componente: 1) Ponta. A extremidade da flecha era fabricada, neste caso, de parte de um segmento de osso, sem aletas; a ponta de osso é presa à vareta aproveitando a própria cavidade natural do osso (medula); 2) Vareta. Pau fino junto ao qual prendem a ponta. É muito polido, não permitindo verificar os nós da madeira; 3) Haste. Feita com um talo resistente e sem nós de uma espécie de planta que cresce à beira de rios e áreas alagadiças, a qual chamam de *gocotagaca*; 4) Emplumação. Na extremidade oposta à ponta da flecha, colocam duas penas de aves.

Esta flecha descrita pelo autor é do tipo flecha encaixe de osso (fig. 43), que Ribeiro (1988, p. 226) define como “flecha cuja ponteira é constituída de osso longo, cilíndrico, aguçado em bisel, de mamífero ou ave, encabado pelo canal medular na vareta, a qual, por sua vez, é adaptada à haste. Utilizada na caça de animais de maior porte”. Entre os tipos apresentados por Chiara (1987, p. 128) se assemelha ao grupo 3 (fig. 40) modelo “g”.

O autor ressalta que não usavam estojo para carregar as flechas, o carcaz. Estas eram levadas na mão esquerda ou presas à cintura junto a algum cinto ou por meio de uma corda. Debret (1975), no entanto, ilustrou um indivíduo portando um carcaz.

Labrador (1910, t. I, p. 211) indicou o uso do osso da canela da ema (*Rhea americana*) para fabricar as “lengüetas” das flechas. Também refere a utilização da madeira resistente da palmeira *Nologiga* (??) na confecção das pontas em madeira (ibid., p. 154).

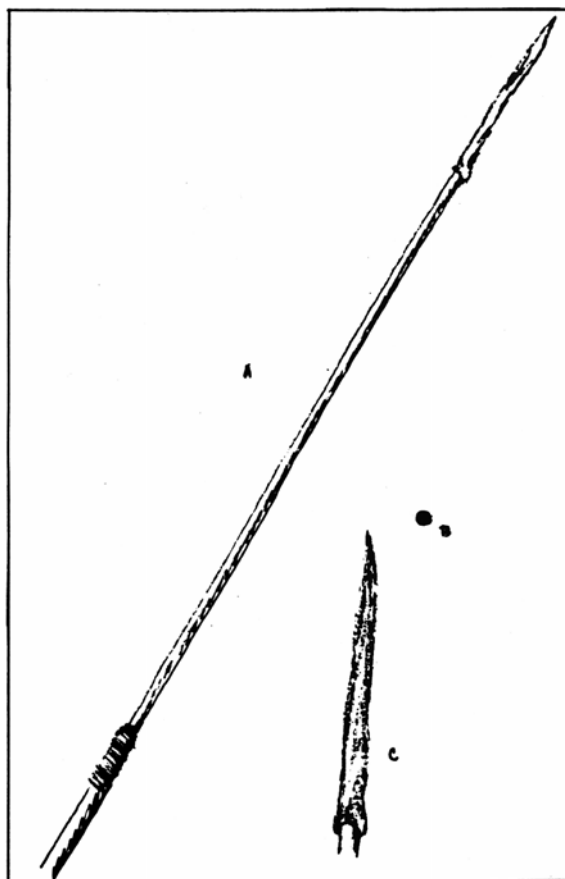


Figura 43: Flecha encaixe de osso: a) Vista da peça; b) Corte transversal; c) Detalhe da ponta. (Ribeiro, 1988, p. 226).

O referido autor descreve ainda outros modelos de flechas,

... con lengüetas labradas de un árbol muy duro llamado Apenigo; ó de otro mucho más fuerte cuyo nombre es Nitagigo. Estas lengüetas ó puntas de las saetas no tienen aletas, sino el palo seguido y casi redondo hasta la punta. Algunas puntas están con una maderita ó rodaja hecha de la corteza de una especie de calabazas amargas. Esta rodaja impide que la flecha traspase al animal, pero deja lugar bastante en la punta para que ésta hiera y quite la vida. Cuando han de cazar pájaros chicos, ponen la rodaja igual á la punta de la flecha, muy ajustada: sirveles como un botón en la espada, que da el golpe y no abre herida. (Labrador, 1910, t. I, p. 203)

Estas flechas descritas por Labrador (loc. cit.) eram confeccionadas em madeira. As pontas não tinham aletas. No primeiro tipo, um pequeno disco feito de cabaça (*Lagenaria vulgaris*) era colocado, provavelmente, na altura da vareta, a fim de impedir que a flecha atravessasse o animal a ser caçado. A ponta da flecha, neste caso, penetraria e garantiria a morte da caça. Este modelo era utilizado para caçar pequenos animais cujas peles não eram apreciadas, tais como *Etaguimagodi* ou tapiti ? (*Sylvilagus brasiliensis*), *Lanagiye* ou cotia ? (*Dasyprocta* sp.) e Namotigi ou preá (*Cavia* sp.).

No outro tipo, o disco de cabaça (*Lagenaria vulgaris*) era encaixado na ponta da flecha, mais na extremidade, para que não provocasse uma ferida. Servia para caçar aves, que eram derrubadas pelo impacto do seu golpe.

Labrador (1910, t. I, p. 296-97) descreveu a confecção de flechas e lanças:

Su ejercicio bien frecuente es hacer las puntas para las flechas y hastas para lanzas. Las primeras sacan de las canillas de los animales, especialmente avestruces, y de madera de mucha fortaleza. Labran el hueso con los alfanges, y le dejan tan pulido. Zón ó leño de un árbol grueso: gastan con las hachas y alfanges lo necesario, hasta devastarle de modo que en lo largo y grueso quede proporcionado. Después usan en lugar de cepillo y escofina para alisarle, caracoles de concha grande y delgada. Si en la raspadura se embotan los filos le quiebran un poco: con eso, á costa de uno ó dos caracoles llega la obra á la perfección acabada. Pone espanto verlos labrar palos delgados con sus alfanges que tienen siempre afilados como navajas de barbero. No dan el corte hacia afuera, aunque el palo sea tan corto como un dedo y muy delgado danle hacia la mano, que mantiene lo que se labra; entre los dedos pulgar é índice ponen la materia, que desbistan, y tiran el golpe hacia la muñeca por medio de dichos dedos. Su velocidad es tanta que el que no está acostumbrado, juzga que en cada movimiento se llevan la mitad de la mano.

As figuras 34, 35 e 36 permitem tecer algumas observações na tentativa de classificar as flechas quanto ao tipo de ponta, segundo a forma.

Na ilustração de Lacosteane (fig. 34) contida em Bossi (1863, p. 32), a flecha provavelmente seja do tipo “flecha fisga”, conforme os dois modelos (fig. 44) indicados por Ribeiro (1988, p. 227), sendo definida como “flecha provida de ponta em fisga, isto é, monofarpada, podendo ser de madeira, osso ou metal. É unida à vareta pelo enrolamento de embira revestido de resina. Frequentemente comparecem fisgas adicionais que reforçam a terminal. Este tipo de flecha é usado comumente para a pesca”. Este modelo também é representado pelas flechas do grupo 1 (fig. 38) de Chiara (1987, p. 127).

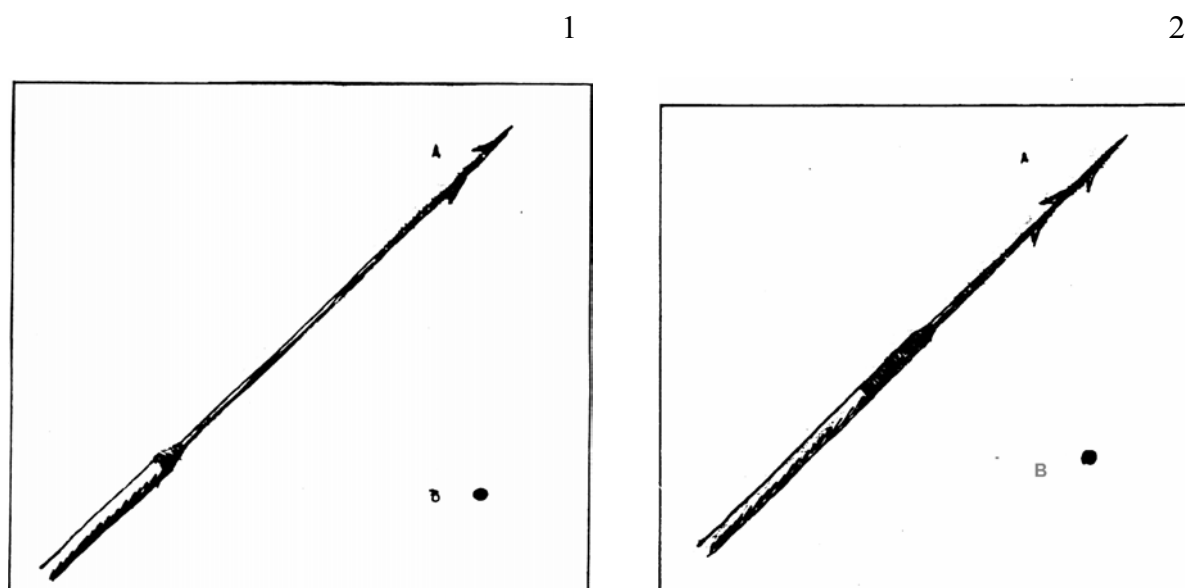


Figura 44: 1 - Flecha fisga: a) Vista da ponta com fisga adicional; b) Corte transversal
2 - Flecha fisga: a) vista da ponta com duas fisgas adicionais; b) Corte transversal (Fonte: Ribeiro, 1988, p. 227).

Na ilustração de Rivasseau (1936) (fig. 35), na qual aparecem duas flechas, uma parece ser provida de ponta em fisga, já exemplificada, e outra com uma ponta composta de duas aletas, talvez de osso ou ferro.

Na outra ilustração do autor (loc. cit.) (fig. 36), duas das flechas representadas poderiam ser do tipo “ponta rombuda virote” (fig. 35). Conforme Ribeiro (1988, p. 231), esta define-se como “flecha cuja ponta é formada de um virote de madeira dura terminando em ponta na parte posterior, encaestado na haste. Utilizada na caça às aves. Não fica cravada na copa da árvores”.

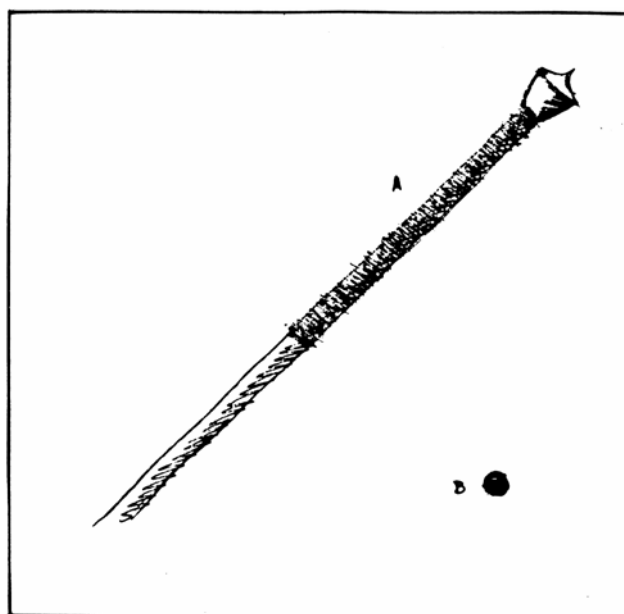


Figura 45: Flecha rombuda virote: a) Vista da ponta; b) Corte transversal (Fonte: Ribeiro, 1988, p. 231).

Estas flechas de ponta rombuda se encaixam, com base em Chiara (1987), no grupo cinco, modelos “a” e “c” (fig. 42).

Na coleção etnográfica de Boggiani sobre os Kadiwéu, existente no *Museu Pigorini*, Scotti (1947, p. 40-41) identificou vários tipos de flechas, sendo que o primeiro tipo de flecha perfaz três exemplares e o segundo dez exemplares:

Algumas serviam para a caça da lontra e de outros animais aquáticos; por isso elas apresentam uma ponta móvel de ferro do tipo de uma folha de louro, com somente uma aleta; a ponta está montada sobre uma contra-haste de madeira; por sua vez, a haste é de Ginerium saccharoides e apresenta penas nas bases; em suma, trata-se de “arpõezinhos”. Outras flechas são de tipo comum; quase todas possuem ponta de madeira e haste feita com Ginerium saccharoides; porém a penúltima apresenta como ponta um prego montado sobre uma contra-haste de madeira; a última tem ponta de ferro.

Conforme Koch-Grümbert (1902, p. 42), entre as flechas dos Kadiwéu, pode-se diferenciar dois gêneros:

... as que são usadas para a caça e as usadas para pesca. A primeira tem uma ponta feita de madeira muito dura, com um corte transversal, que de cima até em baixo tem cortes em forma de dentes, estes se encontram metidos em um cano de Ubá. Na ponta inferior da flecha está posta uma pena dividida em duas partes que são pontas em forma de parafuso. Em muitas destas flechas que tem como objetivo a pesca, a ponta de madeira termina dentro de um pedaço de ferro, que é amarrado com o fio da planta imbirá, ou em um pedaço de ferro em forma de lanceta. Porém este tipo de flecha, como Boggiani expressa, não é original, nem próprio dos Kadiwéu. O maior comprimento dessas flechas, que conforme Boggiani são chamadas de “bitta” pelos Kadiwéu é de 1,70 m, e a menor de 1,30 m. Para as caçadas terrenas também existem flechas sem os dentes de madeira, Boggiani as chama de “uallenra”, Rohde de “oitoge” e conforme minhas informações “uogodrôgo”, as quais tem sua emplumação espiral fixa com fios de imbirá, ou de algodão, ou ainda com tiras de guembé-pi.

6. 1. 3 - Arpão

Há poucas informações para o uso de arpão entre os Mbayá. Labrador (1910, t. I, p. 223) descreveu o uso de arpão na caça de jacarés ou Niogoiyegi (*Caiman crocodilus*):

...arpón fabricado de un palo muy duro, ó de hueso, en forma de saeta. Viene á ser una lengüeta con dientes como sierra á los dos lados, al modo de las aletas de las ordinarias flechas. Tendrá cosa de una cuarta de largo esta

lengüeta ó punta de la fisga. Métenla en una caña de saeta, y como tal la disparan al lagarto, éste en sintiéndose herido procura la fuga: mas en vano porque el harpón lleva consigo atada la punta de una cuerda: la outra queda en la mano del pescador (...).

Este tipo de flecha com ponta em arpão serrilhado em ambos os lados podia ser confeccionada em madeira ou osso e possuía uma corda de recuperação presa ao atirador. Apesar deste tipo de flecha estar quase sempre relacionado, pela bibliografia especializada, à atividade da pesca, Labrador (1910, t. I), não menciona o seu uso na pesca de nenhuma espécie de peixe entre os Mbayá-Guaicurú.

Conforme Koch-Grümbert (1902, p. 42) as flechas específicas para a pesca, no caso os arpões eram:

... montados com três peças móveis, que estão amarrados entre si com cordões. A parte inferior é feita com um firme cano de ubá (Saccharum sagittarium) sem (ou também com) emplumação espiral, e é reforçado nas pontas com cipós amarrados. Também aqui são encontrados duas calhazinhas no entalho. Dentro do cano existe uma vara de madeira arredondada, mais ou menos 1, ½ palmos mais comprida. Ela é alinhavada de tal forma que se solta com facilidade e se junta com aquele, através de um longo cordão de caraguatá, que está enrolado em redor da vara. Finalmente, uma ponta de ferro, que está metida nesta vara e com ele, por outro lado, amarrada com um cordão, termina dentro de uma folha com forma de lanceta de dois gumes. Se a flecha for arremessada com força, e a ponta do ferro penetrar um pouco na carne do peixe, assim a flecha se solta do bastão (haste) e o bastão do cano. O último serve como nadador, para dar a direção, do peixe fugitivo, ao pescador. O bastão impede que o peixe suma no fundo, no meio das plantas aquáticas. Em tempos antigos, no lugar do ferro, era usado um pedaço de osso ou uma simples madeira pontiaguda. O comprimento total da flecha comporta cerca de 1,60 a 1,70 m. Essa forma de flecha, acredita Boggiani, é original e própria dos Kadiuéo.

6. 1. 4 - Lança e azagaia

Conforme Ribeiro (1987, p. 233), a lança define-se como uma “arma perfurante de arremesso manual direto, morfologicamente semelhante a uma flecha, porém de madeira, mais grossa e sem emplumação funcional. De uma maneira geral, a ponta forma um só peça com a vara”. O uso da lança pelos Guaicurú é mencionado a partir do século XVIII, geralmente como arma de guerra⁶⁴.

Labrador (1910, t. I, p. 313-14) escreve que as lanças, chamadas de *Apequenigi*,

... no son misivas, aunque tienen mucho alcance. Hacen gala de que el ástil de la lanza sea bien largo. Con mucho trabajo y tiempo le labran del corazón del árbol apenigo, que es el que conocen los españoles con el nombre tajivo ó del que llaman nitagigo. Parecen formados á torno en lo igual y liso. Es palo pesado, y por eso y ser pesado, no enristran la lanza al modo que la gente blanca la juega. Ponen el codo igual á la cintura y levantan la mano hasta el hombro, sosteniendo la lanza; en esta postura dan el bote con tanta violencia que sacan al jinete de la silla.

Labrador (1910, t. I) registrou em alguns trechos, ainda que raros, o uso da lança como equipamento para a caça de animais, entre os quais mencionou: a onça-pintada ou *Nigetiogo* (*Panthera onca*), o queixada ou *Niguidagi* (*Tayassu pecari*) e o jacaré ou *Niгойiyegi* (*Caiman crocodilus*).

Segundo Prado (1856, p. 38), a lança Guaicurú “tem pouco maior grossura (que uma polegada de diâmetro), e dezoito palmos⁶⁵ de comprimento”, ou conforme Casal (1976, p. 130) “doze pés⁶⁶ de comprido”, que equivalem a quase quatro metros. Este

⁶⁴ Pelos seguintes autores: Muriel (1918, p. 230), Camello (1863, p. 493), Campos (1862, p. 441), Elliott (1870, p. 170), Mawe (1978, p. 209), Florence (1948, p. 122), Leverger (1862, p. 225) e Reclus (1900, p. 402).

⁶⁵ Cada palmo equivale a 22 cm.

⁶⁶ Cada pé equivale a 33 cm.

comprimento da lança também é citado por Serra (1865, p. 178), que completa tal informação, referindo o uso de “madeira duríssima, com os ferros de palmo e ainda maiores”. O tamanho da ponta de ferro corresponderia a em torno de 22 cm. Castelnau (1949, p. 253) confirma o uso de ponta de ferro nas lanças.

Conforme Métraux (1987, p. 158), as tribos eqüestres usavam lanças mais longas, que tinham em média de 12 a 18 pés (3,6 a 5,5 m), que as usadas pelos guerreiros pedestres, 6 a 7 pés (1,8 a 2 m).

Debret (1975) ilustrou na primeira metade do século XVIII o modo de empunhar a lança sobre o cavalo em forma de ataque (ver fig. 32).

A ilustração (fig. 46) assinada por Austran (1956 apud Mello, 1961, 4 ° vol.), representa uma lança de madeira com ponta de ferro, com empunhadura, talvez de cordas. Seu comprimento é superior ao indivíduo, com um tamanho aproximado em dois metros. Provavelmente, não deveria ser usada sobre o cavalo, pois estas lanças, conforme Métraux (1987, p. 158), eram maiores. O ferro era obtido junto aos espanhóis e portugueses em trocas ou nos assaltos praticados pelos Mbayá-Guaicurú.



Figura 46: Mbayá-Guaicurú empunhando uma lança (Fonte: Mello, 1961, 4 ° vol.).

Azara (1969, p. 221), Serra (1872, p. 351-52) e Bossi (1863, p. 31) afirmam que a lança, assim como a borduna, eram utilizadas principalmente para a guerra, e próprias para o uso a cavalo.

Conforme Koch-Grümbert (1902, p. 41) as lanças dos antigos Mbayá tinham o tamanho de 12 (3, 96 m) a 15 (4, 95m) pés de comprimento, com pontas de ferro.

Rivasseau (1936, p. 299) registrou, quando esteve entre os Kadiwéu, o uso de uma zagaia com ponta de ferro para caçar onça-pintada (*Panthera onca*). Segundo Chiara (1987, p. 120), o termo zagaia ou azagaia “é utilizado para indicar uma lança de menor dimensão e de arremesso a distância”.

6. 1. 5 - Borduna

Segundo definição de Ribeiro (1988, p. 218):

Termo genérico atribuído a todas as armas contundentes feitas de madeira dura usada para bordoar. (...) Reservamos o vocábulo maça para as bordunas cuja ponta contundente é esculpida em forma de bola ou feita de uma madeira com essa forma natural reaparelhada. O termo clava é aqui atribuído às bordunas mais curtas, geralmente espatuladas, e, em casos raros, circulares, sendo quase sempre providas de ornamentação.

Métraux (1987, p. 155) subdivide as bordunas na América do Sul em quatro categorias principais: 1) bordunas-cajado ou cacetes; 2) bordunas achatadas ou bordunas-espada, denominadas “macanas” na literatura espanhola; 3) maças ou bordunas com ponta de pedra ou de metal; 4) bordunas de arremesso.

Nas fontes a borduna aparece com a seguinte denominação: *macana, garote, porrete, maza, maça, clava e tacape*. Apesar de que determinados termos distinguiriam um tipo de borduna de outro, segundo classificação de Métraux (loc. cit.), tais denominações são usadas indiscriminadamente nos relatos pertinentes.

A borduna é mencionada nos relatos produzidos desde o final do século XVII. Muitos autores se restringem a citar a borduna entre as armas usadas pelos Mbayá-Guaicurú ou a descrevê-la baseados em obras primárias⁶⁷.

A borduna, segundo Labrador (1910, t. I, p. 189), também chamada de Nebó, é “un garrote de una pulgada de diámetro y de casi vara y media de largo”, que corresponde a 1,65 m. O autor indica o uso da madeira resistente da palmeira *Nologiga* (??) na confecção dos polidos bastões (ibid., p. 154).

Em uma passagem da caça de onças-pintadas (*Panthera onca*), o autor menciona que “disparan el Nebó com tanto acierto, que si no queda muerto, por lo menos se ve perniquebrado” (ibid., p. 190).

Em outro trecho, Labrador (ibid., p. 202) descreve a caça à carreira de cavalo com o uso do Nebó:

No disparan flecha ni hieren con lanza á la bestia; por esto las más de las veces no las cargan. Todo su apresto es el garrote ó Nebo. Empuñam esta arma, y en la carrera se acercan al venado. Cuando le tienen á tiro, le dan tan fuerte palo en la cabeza ó lomo, que cae poco menos que muerto en tierra. Si no se les proporciona dar el golpe sin soltar el Nebo, á buena distancia le

⁶⁷ Citam-se: Techo (1897, t. III, p. 139), Lozano (1941, p. 73), Charlevoix (1910, t. I, p. 139), Muriel (1918, p. 230), Campos (1862, p. 441), Ferreira (1974, p. 82), Casal (1976, p. 130), Serra (1865, p. 178), Leverger (1862, p. 225), Bossi (1863, p. 31) e Reclus (1900, p. 402).

disparan con acierto, que perniquebran la bestia. De este modo sin maltratar la piel, logran la caza.

Nos dois trechos supra citados, a utilização desta arma deixa claro o uso de bordunas do tipo arremesso, que se caracterizam, segundo Métraux (1987, p. 156), por bordunas curtas e volumosas, que “podiam ser eficazmente arremessadas tanto contra a caça quanto contra homens”.

O autor refere o uso de tal arma para caçar: onça-pintada ou *Nigetiogo* (*Panthera onca*), queixada ou *Niguidagi* (*Tayassu pecari*), veado-campeiro ou *Napicagaligi* (*Ozotocerus bezoarticus*), cervo-do-pantanal ou *Totiganigo* (*Blastocerus dichotomus*), tamanduá-bandeira ou *Bidioni* (*Myrmecophaga trydactyla*), ema ou *Apacanigo* (*Rhea americana*) e jacaré ou *Niogoiyegi* (*Caiman crocodilus*).

Esta arma era muito utilizada na caça de animais de grande e médio porte, cuja pele era muito apreciada e aproveitada, por isso deveria ser preservada, o que não ocorreria caso utilizassem armas cortantes.

Conforme Prado (1856, p. 38) descreveu, a borduna “é um pau de quatro até cinco palmos de comprimento e uma polegada de diâmetro”. O tamanho variava, segundo tais medidas, entre 0,88 e 1,1 m. O autor menciona ainda que esta arma era presa ao corpo através de uma corda atada em volta do corpo quando cavalgavam.

Azara (1969, p. 222) menciona que esta arma tinha “tres pies de largo [0,99 m] y más de una pulgada de diâmetro, en todo grueso, hecha de una madera muy pesada y muy dura”.

Segundo as informações de Aguirre (1898, p. 478), a borduna era “tiro seguro arrojada contra el animal, que va corriendo y sin disputa es arma poderosa”.

Conforme Koch-Grümbert (1902, p. 41) as pesadas bordunas dos antigos Mbayá eram feitas de madeira dura, de Pau Santo (*Bulnesia sarmientoi*) e tinham de um, dois e até três pés de comprimento (0, 99).

6. 1. 6 - Armadilhas

As escassas informações sobre o uso de armadilhas pelos Mbayá-Guaicurú estão restritas ao relato de Labrador (1910, t. I).

Labrador (op. cit., p. 190) descreve uma armadilha de enlaçamento usada para caçar onça-pintada ou *Nigetiogo* (*Panthera onca*), “la trampa es una cimbria con su lazo: éste al entrar el tigre á comer lo que ya dejó el día antes por la noche muerto, se dispara hacia arriba y levanta al tigre que queda colgado por la parte que le cogió el lazo”.

Outra armadilha utilizada na caça de queixadas ou *Niguidagis* (*Tayassu pecari*) era uma espécie de fosso: “en la senda que dejan al caminar los puercos, la cual no mudan tan fácilmente, se cava un hoyo de dos varas de hondo y dos ó tres de diámetro. Cúbrese con varillas, yerba ó paja, superficialmente” (ibid., p. 195-6).

Labrador (op. cit., p. 203) menciona ainda a caça de animais pequenos e aves com “lazos y trampas en que quedan presos”. No entanto, não há registro de como eram morfologicamente e nem como funcionavam tais armadilhas.

Estas armadilhas, consideradas muito simples, não correspondem aos modelos descritos por Cooper (1987 b, p. 163-171).

6. 1. 7 - Arma para a degola

Cabeza de Vaca (1962, p. 39-40) relatou no século XVI o uso de uma arma confeccionada com dentes de piranha (Serrasalminae), utilizada na guerra para degolar, para fazer a cabeça-troféu do inimigo:

... descabizaron doce indios, de los que consigo llevaban, de esta manera, tomándolos por los cabellos, y com unos tres o cuatro dientes que traen en un palillo, que son de un pescado que se dice palometa. Este pescado corta los anzuelos com ello, y teniendo a los prisioneros por los cabellos, con tres o cuatro refregones que les dan, corriendo la mano por el pescuezo y torciéndola um poco, se lo cortan, y quitan la cabeza, y se la llevan en la mano, asida por los cabellos; y aunque van corriendo, muchas veces lo suelen hacer así tan fácilmente como si fuese outra cosa más ligera.

Lozano (1941, p. 73) também a descreveu como “un cuchillo formado de las quijadas de la palometa, pescado de que abundan aquellos ríos, y son a modo de sierras tan agudas y fuertes, que engastadas en un palo cortan aunque sea la cabeza de un hombre, con la presteza y facilidad que se cortara con una navaja de barbear muy afilada”.

O uso desta arma também é registrada em Torres (Carta Anua de 1610, p. 48) e Charlevoix (1910, t. I, p. 139).

A partir da segunda metade do século XVIII não há mais registros sobre o uso desta arma; é provável que não fosse mais utilizada e / ou não houvesse mais a prática do escalpo pelo grupo, ou ainda que tivesse sido substituída pelas armas de metal obtidas junto aos espanhóis.

6. 1. 8 - Bodoque

Conforme Ribeiro (1988, p. 218), o bodoque é “uma combinação de funda e arco servindo para atirar bolas de barro endurecidas ao fogo, colocadas em um invólucro de pano entre as cordas do arco”.

É provável que a introdução do bodoque na América do Sul seja pós-colombiana, devido à semelhança com os bodoques hindus. Acredita-se que os portugueses sejam os responsáveis por sua difusão, através do comércio que mantiveram com a Índia (Métraux, 1987, p. 149).

As informações sobre a existência do bodoque se restringem a Rivasseau (1936), que o reproduziu (fig. 36) junto aos Kadiwéu em fins do século XIX, e a Koch-Grümbert (1902). Portanto, sua introdução deve ter ocorrido no grupo a partir dos contatos com a sociedade nacional, uma vez que não há registros sobre seu uso no restante da literatura pertinente.

Rivasseau (1936) relata na legenda da ilustração que a “bodoca” era usada como divertimento pelas crianças. Junto à ilustração, o autor descreve que esta arma era usada para caçar pequenas aves usando caroços do fruto da bocaiúva (*Acrocomia aculeata*). É possível que o bodoque, desta forma, não possuísse grande importância na subsistência do grupo.

Segundo Koch-Grümbert (1902, p. 42) o bodoque:

... é um arco curto, trabalhado em madeira branca, regularmente de forma rudimentar. O corte é em forma de meia lua, com a parte lisa para o interior.

No meio a madeira é engrossada, criando um cabo cilíndrico para a mão. As cordas são feitas a partir de dois cordões de fibra torcidos, os quais são apartados nas pontas com pedacinhos de madeira e no meio é amarrado com um pedaço de tecido ou um pedaço de rede. Através dele serão arremessados bolas de argila, secadas ao sol ou pedras. estas balas são guardadas em uma bolsa larga. O bodoque, conforme Herrmann Meyer foi adquirido através dos Guaraní paraguaios.

Lehmann e Scotti (1972, p. 132) publicaram a foto de um bodoque pertencente à coleção Boggiani que se encontra no *Museu Etnológico de Berlim*. Este material provavelmente é referente à segunda expedição de Boggiani (1929) aos Kadiwéu. Mesmo assim não há referências ou qualquer registro em suas obras (1929 e 1975) sobre este bodoque.

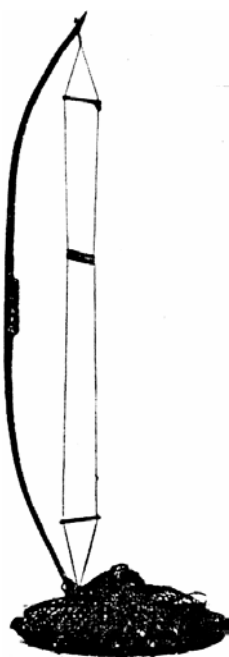


Figura 47: Bodoque Kadiwéu (Fonte: foto de Lehmann apud Lehmann e Scotti, 1972, p. 132).

6. 1. 9 - Laço

Camello (1863, p. 493) registrou na primeira metade do século XVIII que “usa este gentio de [...] uns laços de couro muito compridos, com que prendem e laçam em proporcionada distancia tudo o que querem (...)”. Rolim (1866, p. 489), Campos (1862, p. 441), Ferreira (1974, p. 82), Casal (1976, p. 130) e Bossi (1863, p. 31) confirmam o uso de laços ou “laçadas” pelo grupo.

Labrador (1910, t. I, p. 245) afirma que:

Después que llegamos á la Reducción, con la comunicacion de los indios Guaranis que nos ayudaban, aprendieron muy bien algunos infieles á manejar el lazo, y se valian de él para coger en el corral sus caballos. De aquí se verá el ningún fundamento que tuvieron los Demarcadores que navegaron el río Paraguay arriba, para decir en sus Diarios que los infieles Mbayás tenían lazos y bolas por armas.

Rivasseau (1936, p. 50), quando visitou os Kadiwéu, relatou que: “ele [o cacique] é, como todos os da sua tribo, excelente cavaleiro, hábil atirador e de uma destreza admirável para laçar ou lançar as bolas”.

Provavelmente, os Mbayá-Guaicurú tenham adotado o uso do laço, comum entre os vaqueiros espanhóis, quando adotaram o cavalo e começaram a possuir rebanhos de gado bovino.

6. 1. 10 - Boleadeira

Segundo definição de Chiara (1987, p. 121):

A boleadeira consiste em três peças esféricas de pedra ligadas por três cordas convergentes a um nó. [As bolas se diferenciam] pela ausência de um sulco na sua 'linha equatorial'. Esse detalhe informa se a bola era atada diretamente ou envolvida em couro ou outro material. Lançada à altura dos pés, a boleadeira funciona como uma espécie de laço para capturar ou imobilizar a caça ou o gado.

Segundo informação de Labrador (1910, t. I, p. 245), os Mbayá teriam aprendido a manejar a boleadeira em contato com os Guarani da Redução de Belém. Anteriormente desconheciam seu uso.

Conforme Ferreira (1974, p. 82) escreveu, “dizem que também usam de bolas”. Azara (1969, p. 222) chegou a afirmar que os Mbayá “no saben hacer uso de las bolas”. Rivasseau (1936) desenhou a boleadeira utilizada pelos Kadiwéu (fig. 36), a qual tinha as bolas envolvidas em couro.

É provável que o uso da boleadeira, originária dos grupos do sul da América, tenha se difundido durante o período da conquista e que ela tenha sido utilizada pelos grupos para caça.

6. 1. 11 - Armas de Fogo

O uso de armas de fogo pelos Mbayá-Guaicurú somente é registrado na literatura pertinente a partir do século XIX.

Leverger (1862, p. 225) registrou que entre as armas que os Guaicurú tinham, “tem também arcabuzes, e há entre eles destros atiradores”. Florence (1948, p. 122) também relatou que têm “espingardas; mas, quando estão em guerra com os brasileiros, falta-lhes a munição”. Castelnau (1949, p. 253) observou o uso de fuzis. Boggiani (1975, p. 154) observou entre os Kadiwéu a fabricação de balas de chumbo para as caçadas.

Rivasseau (1936, p. 51) escreveu que na aldeia de Tuyuyú, “todos estavam com armas de fogo - antigos fuzis a pedra que, haviam sido transformados e importados da Europa na ocasião da guerra do Paraguai com o Brasil e que vinham acabar nas aldeias dos Guaycurús e também nas mãos de numerosos aborígenes”. Entre as armas que os Kadiwéu possuíam registrou: clavinas, carabinas e espingardas, sendo estas últimas antigos fuzis de pederneiras transformados. Em outra passagem, o autor (*ibid.*, p. 152) informou que o couro de gado era trocado com os brancos por cartuchos, pólvora, balas e chumbo, entre outras coisas.

Provavelmente, à medida que as armas de fogo foram assimiladas pelo grupo, suas tradicionais armas de caça e / ou de guerra foram sendo substituídas. No final do século, quando Boggiani (1975 e 1929) e Rivasseau (1936) visitaram os Kadiwéu, observaram que praticamente só utilizavam as armas de fogo, adquiridas junto à sociedade nacional, nas atividades de subsistência como a caça. Neste sentido Koch-Grümbert (1902, p. 41) escreve que os “Kadiuéo modernos estão, quase sem exceção, guarnecidos com armas de fogo - naturalmente, muitas vezes de fabricações mais antigas – as quais eles manejam muito bem, deixando, por isso cada vez mais, os arcos e as flechas”.

6. 1. 12 - Artefatos de metal

A confecção de anzóis de ferro no século XVIII é descrita por Labrador (1910, t. I, p. 296): “estiran algunos clavos, pedacitos de hierro los proporcionan y forman anzuelos. No tienen ni limas, ni herramientas que les suavicen el ejercicio de herreros; ni creo que los manejarían con gustos, si su uso excediera de entretenimiento”.

Labrador (1910, t. I, p. 158) informou que os Mbayá utilizavam machados para derrubar as palmeiras, a fim de aproveitar o palmito, as fibras e outras partes. Mais adiante, escreveu que “algunos después de la comunicación con los Misioneros y gente española, han adquirido hachas ó cuñas ó destrales de hierro, las que antes muy escasamente lograban por medio del trato con los infieles Payaguás, que se las vendían á subido precio” (ibid., p. 160).

Segundo o autor, o sabre⁶⁸ era chamado pelos Mbayá de *Enanitiquagigi*.

Conforme Labrador (op. cit., p. 314):

Es también particular el modo con que esgrimen el alfange, otra de sus armas y la más apreciada. No tiran tajos y reveses, todo es dar golpes cortantes de alto á bajo. Son sablecitos que en precio de sus caballos han adquirido. Muchos les dan dado los portugueses y no pocos para su degüello los españoles mismos. Gustan grandemente de este instrumento que también les sirve de cuchillo. Le limpian y afilan con mucha frecuencia y pocas veces salen de su toldo sin cargarle. No se le ciñen, sino le cuelgan del cuello, sacando á veces por el cordón un brazo, con que queda pendiente del hombro derecho á modo de banda. Ponen mucho esmero en lo lucido de la vaina, que llenan de planchitas de latón y aun de cuentas. Dúranles poco, porque los emplean en cuantos usos entran instrumentos de corte. Cuando no tienen

⁶⁸ Espécie de espada curta (Dicionário Brasileiro, 1993).

alfange, mantienen la ostentación de soldados en sola la vaina larga. Ponen en ésta un cuchillo malo ó bueno, según le hallan. Cuélgansela á su modo y afianzan su valor militar en su cuerpo sin alma.

O militar Camponéz (1865, p. 79-82), quando explorou o rio Paraguai, encontrou os Guaicurú e com eles realizou algumas trocas. Entre os objetos ofertou machados, facões, facas e chifarotes⁶⁹, os quais eram solicitados pelos indígenas. Ferreira (1974, p. 82) descreveu o uso de “alguns terçados⁷⁰ [que] tem havidos dos Espanhóis por via de comércio”.

Prado (1856, p. 38) registrou entre as armas utilizadas o terçado ou facão. “Estas duas últimas armas tem sido tomadas aos portugueses e espanhóis, e algumas compradas a estes, que inadvertidamente lhes tem vendido (...)”. O terçado e a faca também carregavam quando andavam a cavalo, da mesma forma que a borduna, presos à corda atada ao corpo (ibid., p. 39). O autor relatou ainda em outra passagem que os Guaicurú haviam ido em dezembro de 1789 ao Presidio de Nova Coimbra vender alguns cavalos, carneiros, perus e outra coisas insignificantes, por machados, facas e facões, entre outras coisas (...) (ibid., p. 50-51).

Serra (1872, p. 351) observa que: “ainda que estes índios usam de alguns facões, estes só lhes servem ordinariamente para fazerem os seus remos, lanças e porretes e cortar palmitos; com este uso em pouco tempo os estragam (...)”.

⁶⁹ Pequena espada usada antigamente (ibid.).

⁷⁰ Espada de folha larga e curta, facão grande (ibid.).

Elliott (1870, p. 170) menciona o uso de espadas pelos Guaicurú e Fonseca (1880, p. 257) relata que quando navegou o rio Paraguai encontrou uma canoa tripulada por Kadiwéu pouco após a foz do rio Apa. Estes pediram-lhe e receberam em troca de suas ofertas facas e canivetes.

Boggiani (1975, p. 141) relatou a atividade da ferraria entre os Kadiwéu:

... um velho Caduveo tinha a sua oficina de ferreiro ferrador. Era uma bem pobre oficina ! Uma cabanazinha de folhas de palmeira, boa apenas para abrigar dos raios do sol, aberta dum dos lados. Dois foles de forma primitiva, com duas canas reunindo-se na extremidade dos braços, um pedaço qualquer de ferro que serve de bigorna e uns poucos instrumentos grosseiros, com uma pequena pedra de afiar mal fixada sobre uma vasilha de madeira cheia d'água, completavam o seu arsenal. Estava retemperando o fio de um velho machado.

Quando Rivasseau esteve entre os Kadiwéu da aldeia do Tuyuyú, descreveu que “todos tinham um grande facão que lhes serve de faca - e até de canivete - e que não abandonam nunca. Dois deles carregavam, fixados à cincha do seu cavalo, cada um, um machado”.

Conforme os relatos supra citados, estas armas eram buscadas pelos Mbayá-Guaicurú junto à sociedade nacional devido à sua grande utilidade, além de substituírem perfeitamente os seus artefatos líticos. Tais instrumentos eram mais ágeis e mais eficientes em atividades como o corte de palmeiras, a retirada de palmitos, o descarnamento e retalhamento de animais caçados, entre muitas outras atividades.

6. 1. 13 - Armas defensivas

Labrador (1910, t. I, p. 189) descreveu que da pele curtida da onça-pintada ou *Nigetiogo* (*Panthera onca*), os Mbayá “hacen también unas zamarras ó jaquetillas que se ponen principalmente cuando van á la guerra, porque creen que el coraje del animal muerto en la piel se le comunica al que la lleva”.

Prado (1856, p. 40) também registrou que “na ocasião do combate, todos que a tem vestem uma camisa de couro de onça, que lhes dá pelos joelhos, a qual julgam impenetrável a todas as armas ofensivas, mesmo as balas”.

Rivasseau (1936, p. 166) relatou que os Kadiwéu usavam o couro do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), pois este “livra e preserva da mordedura das cobras e mesmo que as afugenta”.

6. 1. 14 - Artefatos líticos

Entre os Mbayá-Guaicurú, há poucas informações sobre o uso de implementos líticos nas fontes pertinentes. A região do Chaco carece de fontes líticas, o que explicaria a pouca existência de artefatos confeccionados com essa matéria-prima.

Não há registro na literatura de artefatos líticos transformados em implementos, tais como alisadores, polidores e lascas. Mas alguns trechos deixam claro o uso destes artefatos para polir: “no entienden de torno; pero los puelen de modo que salen como torneados” e “amuelan los dichos huesos [casca dos cocos] sobre piedras” (Labrador, 1910, t. I, p. 160).

Labrador (op. cit., p. 157 e 161) registrou o uso de quebra-coquinho para quebrar a fruta da palmeira da bocaiúva ou *Namogoligi* (*Acrocomia aculeata*) e extrair a amêndoa: “entre dos piedras quebrantan el hueso, sacan la avellana que es outro alimento (...)”; descreveu também a utilização de machado com lâmina de pedra para derrubar as palmeiras quando lhes faltam as de lâmina de ferro ou não as possuem:

Estas no son largas; y á lo más se prolongan de 6 á 8 dedos: el grosor es proporcionado y su anchor es de dos hasta tres dedos por el corte. Este es bastante obtuso, porque si estuviera muy afilado se mellara con pocos golpes en cosa dura. Dúrales mucho tiempo una de estas hachas, sin necesitar de afilarla, por que la forma embotada del corte conduce á que no salte tan pronto. La piedra material de estas herramientas es muy dura, de color negro lustroso, cono el de algunas piedras de toque, lo que ya se dijo en outro lugar. Los que manejan tales hachas ó cuñas emplean mucho tiempo en derribar con ellas árboles ó palmas (...).

Prado (1856, p. 39) registrou a utilização de artefatos líticos, ósseos e conchíferos na confecção das armas de madeira: “todas as armas de pau dizem eles que, antes de conhecerem o uso do ferro, cortavam com pedras, e lavravam com dentes de animais; por cepilho lhes serve até hoje um caracol, que quebram nas costas, e com o qual carregando na madeira alisam admiravelmente”.

Boggiani (1975, p. 175), quando visitou os Kadiwéu, comprou duas lâminas de machados de pedra que eram usados de bigorna e martelo para romper os caroços do fruto da palmeira do *etchate* ou acuri (*Scheelea phalerata*). O autor supõe que desconheciam a sua verdadeira utilidade, referindo-se provavelmente à função de machado, pois estes estavam sendo utilizados como “quebra-coquinho”.

Estas duas lâminas de machado de pedra encontram-se no Museu Pigorini de Roma. Scotti (1947, p. 39), que estudou a coleção etnográfica de Boggiani sobre os

Kadiwéu, no referido museu, descreve que “a primeira [“a”] apresenta corte curvo, inteiro, e é 21 cm. Longa; a segunda [“b”] tem o corte quebrado e é 18 cm. longa”.

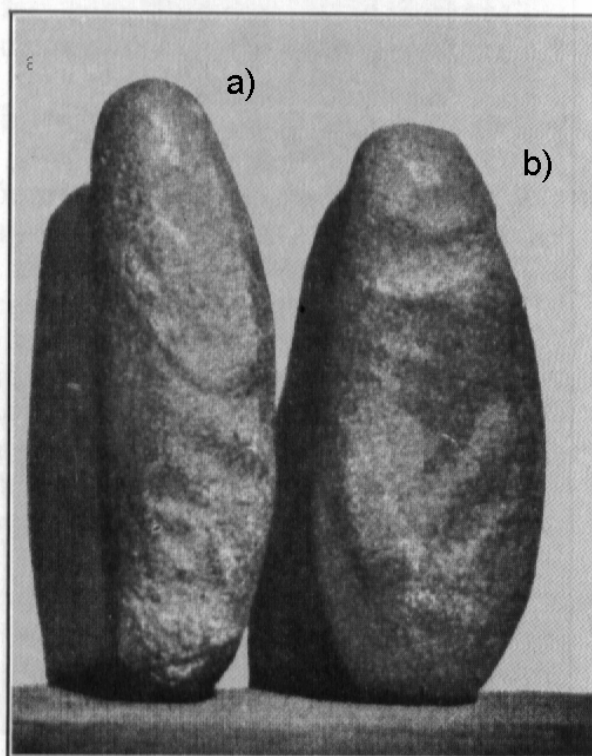


Figura 48: Lâminas de machado de pedra (Fonte: Boggiani, 1975).

Em sua segunda expedição, Boggiani (1929) comprou dos Kadiwéu “una interesantísima hachita de piedra proveniente del Naliche. Teníala un Caduveo que la usaba en sus trabajos de herrero. Está en excelente estado de conservación”.

6. 1. 15 - Canoa e remo

Entre os Mbayá-Guaicurú o uso de canoa e remo é referido pelos relatos produzidos desde o século XVI. Muitos autores apenas se restringem a mencionar tais evidências⁷¹.

Na Carta Anua de 1612, o provincial Diego de Torres (1927, p. 507-8) registrou que “*algunas leguas antes dellegar ala asumption Vimos Venir Vna Valssa, muy capaz llena degente Guaycuru embijados, yemplumados, y plumas enlos cabos delos remos, yen ella algunas sillas yescaños (...)*”.

O capuchinho Espinosa (1948, p. 634) menciona o uso de canoas quando ocorrem chuvas torrenciais provocando alagações no Chaco.

Labrador (1910, t. I, p. 296) descreve a confecção de canoas: “*hachean con notable igualdad en los golpes, y cuando quieren, labran y excavan canoas de árboles enteros. Déjanlas tan lisas, que el cepillo no tuviera mucho que pulir en ellas*”.

Ferreira (1974, p. 79) relatou que os Guaicurú “*pelos rios navegam em ligeiras canoas que remam com incrível celeridade. Tem cada remo seu, 18 palmos de comprimento [3, 96 m.], a saber seis de pé e doze de haste pontiaguda para lhes servir de remo e de lança*”.

⁷¹ São eles: Campos (1862, p. 440), Rolim (1866, p. 489), Camponez (1865, p. 82), Florence (1948, p. 125), Leverger (1862, p. 225) e Fonseca (1880, p. 255).

Prado (1856, p. 39) informa que “andando embarcado, o remo lhes serve de arma, por ser apontado em ambas as extremidades”. Supõe que:

Depois desta aliança [com os Payaguá] é que os cavaleiros aprenderam o uso das canoas, que são de um só tronco. Juntos fizeram aos comerciantes que vinham de S. Paulo para as minas de Cuyabá, embarcados em canoas, os estragos (...). (...) fazia aos Payaguás autores dos males que sofremos sobre as águas do Paraguay e seus confluente; erro que nascia de supor-se as duas sem aliança alguma, e os Guaycurús totalmente ignorantes do uso de canoas, como muito tempo foram (Prado, 1856, p. 40-41).

O autor relata, em outro trecho, que os Guaicurú iam comercializar no Presidio de Nova Coimbra “nas canoas em tempo de águas, e a cavalo na seca” (ibid., p. 155).

Segundo Serra (1872, p. 353), os Guaicurú usavam:

... também de canoas, que eles mesmos sabem construir, aonde mais comodamente conduzem as suas casas e trastes, mais isto é para viagem em menor número e breves, e para o tempo em que a estagnação das águas nas campinas do Paraguay lhes dificulta o transito de terra, pela qual só podem fazer com as suas numerosas cavalgaduras expedições mais distantes, sejam elas pacíficas ou (...).

Casal (1976, p. 179) supõe que “se noutro tempo tiveram grande marinha, desprezaram-na depois que conheceram que a cavalaria lhes era mais útil, e vantajosa para ir fazer guerra ou depredações aos povos mais longínquos. Só tinham as canoas suficientes para passar dum a outro lado do rio nas precisões”. Segundo o autor as canoas eram chamadas de *noatek*.

Bossi (1863, p. 31) descreve que “sus canoas son muy pequeñas y mal construidas, pero son muy diestros para navegar com ellas”.

Fonseca (1880, p. 256) refere que os Kadiwéu possuem “compridas e esguias canoas”.

Boggiani (1975, p. 93), em visita aos Kadiwéu, relatou o uso da canoa na aldeia do Morrinho, que ficava à beira do rio Nabileque, chamada de *catchivéu*:

Podia conter comodamente dez pessoas. Comprido de mais de sete metros, era largo no centro de 80 a 90 centímetros. Talhado num só tronco de timbó, uma das mais belas árvores dos bosques sul-americanos, era muito bem feito e bem equilibrado.

Tinha podido levar a Forte Olimpo, em couros de cervos, um peso de cerca de trezentos quilogramas e em gente e utensílios mais de seiscentos e cinquenta quilogramas, ou sejam cerca de dez quintais, fazendo uma viagem dumas quinze léguas pelo menos (sessenta quilômetros).

Conforme Reclus (1900, p. 401), “seus remos terminam em ponta de lança, servindo assim o mesmo instrumento para perseguir o inimigo, feri-lo e fugir”.

Segundo Koch-Grümbert (1902, p. 42):

Os Kadiwéu são habilidosos remadores e possuem pirogas leves, de todos os tamanhos, elas podem comportar de duas pessoas com pouca bagagem até 10 a 12 pessoas, com 3 a 4 quintais⁷². Eles remam em pé. Geralmente a estreita canoa esta sobrecarregada de tal forma, que as bordas mal estão sobre as águas, o índios parece estar deslizando sobre as águas sem paragem.

⁷² Cada quintal equivalente a 50 kg.

6. 2 - Equipamento de uso doméstico e de trabalho e artefato de uso pessoal

Neste item buscou-se caracterizar o conjunto de equipamentos para uso doméstico e de trabalho e artefatos de uso pessoal, segundo as categorias matéria-prima e técnica de manufatura: cerâmica, tecelagem, trançado, trabalho em madeira e outros. Ainda que estes critérios sejam prioridade em relação ao elemento classificatório mais indicado para resultados satisfatórios ressaltado por Velthem (1987, p. 95), a funcionalidade da cultura material, preocupou-se em indicar a função e o emprego dado pelos Mbayá-Guaicurú a estes equipamentos e artefatos em cada uma das categorias apresentadas: matéria-prima e manufatura.

Com base nestes critérios classificatórios, pode-se dar ênfase à cerâmica Mbayá-Guaicurú, cujos artefatos ou fragmentos são encontrados nos seus sítios arqueológicos em detrimento dos artefatos de origem orgânica. Este elemento contribui com as atuais pesquisas arqueológicas, à medida que auxilia através da caracterização e distinção da cerâmica, juntamente com outros elementos, na identificação dos sítios arqueológicos Mbayá-Guaicurú em relação à cultura material de outros grupos indígenas que tradicionalmente habitaram a região.

Os equipamentos de uso doméstico e de trabalho estão relacionados ao conjunto de objetos que guarnecem a habitação, inclusive os de conforto pessoal, e os utensílios de cozinha utilizados segundo a função de armazenar, transportar, preparar e servir alimentos e implementos para produzir outros utensílios. Já os de uso pessoal são constituídos por peças do vestuário, aparelhos para estimulantes, chapéus, pentes, pinças,

adornos e outros. Dentro destas categorias excluem-se os instrumentos musicais, objetos lúdicos e a arte plumária.

A produção dos equipamentos de uso doméstico e de trabalho são geralmente atividades exclusivamente femininas.

Empregou-se neste estudo a terminologia e as categorias de funcionalidade propostas por Ribeiro (1988) e complementarmente os trabalhos de Lima (1987), Velthem (1987), Scotti (1947), Lehmann e Scotti (1972) e Indios del Brasile (1993).

6. 2. 1 - Cerâmica

Informações pertinentes à cerâmica entre os Mbayá-Guaicurú somente ocorrem nos relatos etno-históricos escritos a partir do século XVIII, e estes quase restritos à tribo dos Kadiwéu, no século XIX.

Lozano (1941, p. 77) refere na primeira metade do século XVIII a confecção de panelas e vasilhas pelas mulheres.

Labrador (1910, t. I, p. 291-2) relata no que consistiam os vasilhames cerâmicos Mbayá, provavelmente referente à tribo dos Apachodegoguis:

... cántaros, que ellos llaman Nalima; los carga todos á las espaldas, pendientes del mismo modo de la frente. Estas Nalimas tienen figura de garrafas grandes, menos el cuello, que es corto como dos dedos de alto, y de boca estrecha para poder taparlas. (...) Hacen olas y platos sin torno, pero tan finos que admiran. Danles varias figuras y colores, que los hermosean. (...) Cuando viajan, llevan pellas de barro dispuesto en unas bolsas; y en las

paradas trabajan de alfarería, volviendo á sus casas con algunas ollas ú otras piezas. El color dan con la tinta de una piedra que amolada sobre outra con un poco de agua, resulta un color encarnado parecido al bermellón natural. Con la resina del Palosanto les dan listas de un barniz negro muy lustroso y permanente. (...) Guardan sus cosillas como son cuentas, planchitas, agujas, etc., en las Nalimas. Lo demás para este fin fuera alhaja superflua. Las que sirven de guarda-cosas tienen las bocas anchas, de modo que sin dificultad entra la mano por ellas.

Smith (1922), em um trabalho publicado na *Gazeta de Notícia* de 1886, teceu comentários a respeito da cerâmica Kadiwéu, descrevendo os tipos cerâmicos confeccionados pelo grupo, seguidos pelas etapas de manufatura:

O fabrico de louça é entre os Cadiueus uma arte universal e, ao que parece, indigena. Quasi todos os objectos que vi são ornamentados de maneira peculiar e, considerando-se o grau inferior de civilização destes indios, é muito notavel o gosto que se revela n'esta ornamentação. Ainda mais notável é que tamanho progresso haja conseguido uma tribu essencialmente erradia, a qual, até muito pouco, não tinha plantações nem casas dignas deste nome. A pericia no fabrico e ornamentação da louça até agora só se tem encontrado entre tribus agricolas que tem habitações fixas.

Fiz uma grande coleção de louça dos Cadiueus, constando de quasi duzentos specimens, que se acham agora em poder do Dr. Orville A. Derby. Seria impossivel, sem o auxilio de gravuras, dar uma ideia clara da ornamentação: direi apenas que os desenhos representam variedade quasi infinita, desde as rectas e curvas mais simples, até os modelos mais complicados, alguns de peregrina belleza.

Varias pessoas, examinando alguns dos especimes, tem reparado na sua semellança com os artefactos gregos e etruscos, e a mim sempre impressionou a semellança. Deve-se, porém, observar que a louça é grosseiramente feita, muito inferior, no meu conceito, ás panellas de barro dos indios do Pará; mesmo nos ornamentos a execução é inferior ao desenho.

A colleção mostra de facto antes gosto artistico delicado, do que progresso apreciavel em uma industria. Desenvolver-se-ia este gosto inteiramente pelo trabalho em louça ? Não é provavel: penso antes que procedeu do costume, inmemorial nesta tribu, de pintarem a face e o corpo em modelos variados, e sua applicação á louça pode ser comparativamente recente. Até hoje os desenhos pintados no corpo são em geral mais delicados e complicados que os da louça, e a sua execuão é imensamente superior. Também alguns dos desenhos mais toscos do corpo são reproduzidos na louça e varios outros utensílios.

A colleção consta de panelas, jarras, alguidares e pratos de varias formas, e mais alguns especimes como assobios, imitações de passaros, etc., productos evidentes de um momento de ocio e de uma imaginação fantástica. As panelas são de forma ordinaria entre a gente do sertão do Brasil, redondas, com as paredes em bojo e um tanto baixas; algumas têm fundo chato e paredes perpendiculares.

Das jarras ha algumas grandes e arredondadas; outras menores, cylindricas e de pescoço curto. Os pratos e alguidares, em cuja ornamentação mais se esmeram, são umas vezes redondos com o fundo regularmente encurvado, outros quadrados com angulos arredondados (forma muito linda), ou oblongos ou ovaes com azas nos extremos. Todos estes são feitos de modo essencialmente o mesmo, mas uns são muito mais ornamentados que outros, e alguns são perfeitamente simples. Descreverei o processo de manufactura, como vi nos ranchos dos Cadiueus.

Fora do rancho, num couro coberto com um panno velho, ha geralmente uma pilha de barro pardo-escuro de cor e muito tenaz. Os homens obtem este barro em varios pontos das baixadas do rio Paraguay, e muitas vezes tem que fazer viagens estiradas á sua procura; cavam-no das margens com as pagaias e trazem-no para o rancho em canoas. Feito isto, nada mais tem com a louça: corre tudo por conta das mulheres, facto que combina com a conclusão do falecido professor Hartt, segundo o qual o fabrico e ornamentação da louça entre os selvagens são devidos ao sexo feminino.

O interior do rancho é uma scena de confusão: caixas, gamellas, pagaias, armas, está tudo empilhado junto; cachorros e crianças andam aos encontrões, as raparigas estão pintando as caras dos namorados, ou arrancando as sobracelhas com pequenos forceps; os homens dormem, comem, ou bebem em vasos pretos; as mulheres olham desenfadadas para a scena, ou trocam entre si sons guturais; o rancho, quando velho, é muito porco, e com o barulho e desordem que imperam, parece o pior lugar possivel para lavor delicado. Entretanto, geralmente, notam-se umas duas ou tres mulheres, sentadas em couros e empenhadas no fabrico e na ornamentação.

As mais moças e bonitas pouco tem com este trabalho; já não é pouco entreterem os namorados ou fazerem os colares de contas com que se adornam. É a mulher de meia idade, são as velhas que n'isto se ocupam, trabalhando horas inteiras, vestidas apenas com um saiote curto ou um pedaço de algodão amarrado ao corpo, mãos e roupa sujas de barro, as pinturas da face meio desmaiadas e indistintas, os cabelos, como de costume, apanhados em uma trança e amarrados fortemente com uma liga de lã.

Aqui está uma a triturar cacos de louça velha em uma pedra lisa e ligeiramente escavada, tendo uma pedra oblonga por mão de pilão. O pó ou areia que resulta, vai juntando em um couro ao lado e quando acha sufficiente a porção, toma um pouco de barro molhado e mistura-o completamente com este pó, esfregando e amassando os dois juntos no couro como um padeiro; de vez em quando poem um pouco d'agua.

Pronto o barro, senta-se a mulher no couro, com a perna esquerda descoberta e voltada para baixo, de modo que senta-se no pé; o pé direito fica livre. Tomando o bolão de barro, esfrega-o entre as mãos numa especie de corda, de um meio metro pouco mais ou menos de comprido e talvez uma polegada de grossura. Segurando-a com a mão esquerda, amarra-a em espiral á perna esquerda acima do joelho, apertando os circulos, á medida que vão aparecendo, com os dedos da mão direita; o bolo que assim se forma, é raspado com uma concha de agua doce (Anodonta) até ficar todo macio. No raspamento usa-se o gume de concha, na direção dos circulos, esfregando de vez em quando o bolo na perna. É este um fundo de panela ou de prato.

Quando a mulher ocupa-se em fazer uma panela, as paredes são construidas do mesmo modo com circulos sucessivos de barro, cada um dos quaes esbeija

sobre o exterior do que lhe fica em baixo, ao qual o prendem apertando-o com os dedos; a intervalos a superfície é alisada com a concha de que já falei. Quando a panela assume sua forma, a mulher firma-a na perna esquerda com o pé direito, ficando com ambas as mãos livres para trabalhar.

Ao chegar a altura desejada, a beira é adelgada e virada para fora pelo roçamento da concha no interior; às vezes é ornamentado com uma série de impressões feitas pelos dedos. Então, põem-na a secar vinte e quatro horas ou mais conservando-a em lugar sombrio durante o dia ou, quando não ha chuva, em cima do rancho, á noite; ai é de novo alisada cuidadosamente, por dentro e por fora, com a concha. Si, entrementes, sobrevier alguma tempestade, ficará provavelmente estragada a panela.

Os pratos e moringas são feitos do mesmo modo, variando a forma, á medida que as paredes vão subindo. Si a louça é simples, não ha mais que coze-la; mas, como já disse, quasi toda ela é ornamentada e n'este labor adicional é que as artistas indias acham seu maior enlevo. Vejamos duas ou tres que trabalham no mesmo rancho.

Está aqui uma com um prato que fez ontem, e que ainda se conserva molhado; tem-n'o ao colo, de fundo para cima. E ocupa-se em pintar-lhe a superfície. Seu instrumento unico é uma cordinha feita de fibra de uma bromelia selvagem. Põe a corda no prato em que quer formar uma linha, e com os dedos comprime-a no barro, formando assim uma marca denteada da largura da corda; o mesmo processo é repetido para prolongar a linha ou fazer outras.

Não houve desenho prévio, nem ha modelo; é difficil dizer si a concepção artistica existe préviamente no espirito da operaria, ou se evolue á medida que avança: inclino-me á primeira suposição, porque semelhantes modelos são ás vezes reproduzidos. Estes desenhos á corda podem ser rectos, ou curvos, ou angulares; em geral ha uma cinta mais ou menos complicada, com um desenho simetrico no meio, quando nos pratos. Para ornamentar o interior de qualquer peça de louça, nunca servem-se de corda.

Ali está outra mulher empenhada no segundo grau de ornamentação. Um pedaço de oxido de ferro, que os indios acham facilmente junto as aldeias, é ralado numa pedra com alguma agua; a mulher mergulha o indicador no liquido vermelho assim obtido, e com ele marca certas partes do prato ou panela, entre as linhas da corda; quando trabalha n'um prato muitas vezes traça desenhos no interior, do mesmo modo: apenas n'este caso não ha linhas prévias para guiarem-na. Feito isto, põe-se de lado a louça até chegar o tempo de cose-la.

Ajuntam-se então achas de lenha seca e põem-se em cima de um fogo meio apagado fora do rancho, e por cima da superfície assim formada depositam as panelas; faz-se uma especie de gaiola em roda d'elas com outras achas e cobre-se por cima. Abana-se então o borralho até ficar labareda, que lambe a gaiola de lenha e dá igual calor a todos os lados da louça. Entretanto, é preciso cuidado com o tempo; sobrevindo chuva, os indios põem um couro por cima do fogo até consumir-se de todo a lenha.

Começa agora o terceiro grau de ornamentação. Tirando as vasilhas do fogo com uns páus, as mulheres colocam-nas no chão; então, com pedaços de resina preta obtida de páu-santo, enchem rapidamente na superfície quente as partes do desenho que não foram pintadas com oxido de ferro. A resina dá uma brilhante superfície preta, que contrasta muito bem com o vermelho do oxido.

O processo final póde seguir-se logo que a louça esfrie. Mistura-se com agua um barro calcareo branco, ou cal obtida de caieira, e lava-se toda a panela com o fluido lacteo. Depois de seco, é tudo esfregado com um pano velho ou com as mãos, resultando que a cal ou o barro sai da superficie geral, porém incrusta-se nas linhas de corda, que assim tornam-se belamente brancas. Assim acabada a vasilha, ha quatro cores: a amarela da panela, a vermelha do oxido de ferro, a preta da resina, e a branca das linhas.

No fundo dos pratos a primeira é em geral inteiramente coberta, e no interior faltan as linhas brancas e os espaços pretos; o desenho., quando ha algum, é simplesmente vermelho, sobre amarelo carregado. Às vezes a resina preta não se aplica ao lavor externo, e então as cores são vermelhas e amarelas com linhas brancas, - combinação muito agradável. O fundo das panelas e jarros não tem ornamento algum.

Os pratos, como disse, apresentam o lavor mais artistico de todos. Às vezes, como remate final, prende-se por fora da beira uma fieira de contas brancas e azuis, presas por fios, que passam por buracos feitos antes da louça ir para o fogo. Os passaros e outros artigos de fantasia são ornamentados com linhas de corda e superficies negras e vermelhas.

Quasi todas as velhas dos Cadiuêus, assim como suas escravas de outras tribus, fazem louça de alguma especie, mas variam muito em sua pericia artisitica. Uma mulher só fazia panelas e jarras notaveis pela sua fealdade; outras empregavam apenas desenhos simples; e as melhores peças da minha coleção foram do feitio de duas ou tres mulheres. Acham evidentemente prazer em ornamentar os vasos, mas, apenas acabam, pouco se importam com eles, vendendo-os prontamente por contas, tesouras, roupas, etc. Em Corumbá geralmente custavam-nos o valor de 400 a 500 réis as melhores peças, mas nas aldeias dos Cadiueus obteem-se muito mais barato. Uma boa operaria fará quatro ou cinco peças por dia, ornamentando-as e cozendo-as no dia seguinte.

O uso dos ornamentos de corda, que eu saiba, só se encontra nesta tribu, e a beleza de desenhos que neles se mostra é talvez superior á de qualquer tribu de indios existentes na America.

Os especimes de louças que vi no Museu Nacional e que foram obitdos no Mato-grosso ou Paraguay, mostram ornamentos vermelhos e negros, um tanto semelhantes, porém muito inferiores aos dos Cadiueus (Smith, 1922, p. 305-12).

Quando Boggiani (1975, p. 141) empreendeu a primeira expedição aos Kadiwéu em 1892, observou o processo de confecção de sua cerâmica na aldeia de Nalique:

Na sombra da sua cabana, acorada à turca sobre uma esteira de ervas, uma mulher - são sempre as mulheres que fazem este trabalho - estava fabricando louças de barro.

Já havia terminado um grande prato, dois pequenos e uma terrina grande, e estava fabricando outra. Preparado o barro, convenientemente misturado com pós de cocos torrados, fazia daquilo linguicinhas que ia dispendo lentamente em espiral, principiando o objeto do centro do fundo; com as

mãos metidas na água ligava as partes que se tocavam, repuxando-as e alisando-as com uma concha até obter, pouco a pouco, a forma desejada. Depois, completado grosseiramente o objeto, voltava a ele, alisando-o primeiro internamente, depois de fora, com a concha, até que, obtida aquela perfeição de formas e de lavor que o uso do objeto requeria, o acabava com lhe fazer a orla superior. Não vi ainda como procedem à parte ornamental e ao cozimento das louças [...].

O autor segue com a descrição:

Hoje pude assistir à ornamentação, pintura e cozimento de algumas louças, podendo assim completar as observações feitas a propósito no dia 7 do corrente.

Alisada bem a pasta e obtida a forma convenientemente perfeita, procede-se ao desenho dos hieroglifos ornamentais, sendo ainda bastante mole a pasta.

Numa das mãos, a esquerda, se o fabricante não é canhoto, segura-se um cordinha bem torcida e igual, molhada; e com o indicador da outra mão se vai imprimindo, começando pela extremidade, na argila, em linhas direitas, curvas ou quebradas, ou paralelas ou cruzadas, segundo o desenho que bem claro deve estar na fantasia do desenhista, e cada traço é feito sem arrependimento, raramente com correções, com finura e sem tomar muita medida preventiva.

Indicados assim os contornos de toda a ornamentação que, naturalmente, ficam escavados na argila em pequenas linhas horizontais, deixa-se a louça secar primeiro à sombra e depois ainda ao sol para que lhe saia aquele resto de umidade que pudesse conter.

Quando estão completamente secas, antes de levá-las ao fogo, se lhes pintam as partes que devem ter a cor vermelha, que se obtém com esfregar fortemente uma contra outra duas pedras de ferro naturais, juntando-se um pouco d'água, que não tarda a se colorir de vermelho intenso.

Depois, resguardada a louça por uma parede de varetas de lenha seca dispostas em ordem uma sobre a outra de modo a que não tenham de pegar nela caindo durante a combustão, mas que lhe ultrapassem a altura, mete-se fogo, cuidando de que toda a lenha queime ao mesmo tempo.

Geralmente está cozida a argila quando se consumiu a lenha.

A argila que era primeiro cinzenta se torna amarelo avermelhada, em alguns pontos manchada de negro, e o vermelho de óxido de ferro mantém a sua bela cor primitiva e se torna sólido pela ação do fogo e da absorção.

*Levada a louça das brasas, quando está ainda quente se pintam as partes do desenho que devem figurar em negro. Essa tinta se obtém com a resina de Pau santo (*Bulnesia sarmientoi*), que ao contacto da terra cozida quente se funde e a cobre como de um verniz negro esverdeado brilhante, que com o esfriamento se torna depois bastante sólido.*

A frio posteriormente, com um palito se encham as linhas formadas pelas impressões da corda com a pasta quase líquida feita com água e uma argila branca como gesso, que se acha em alguns pontos desses terrenos.

Fazem-se também louças lisas, sem ornatos feitos com a cordinha. Estas, como a parte interna dos outros pratos, raramente alisados sem desenhos, são

também ornadas de hieroglifos em vermelhos ou em negro, exclusive o branco.

O vermelho é obtido, como disse, com o óxido de ferro; já o negro não é mais que uma cor obtida com pó de carvão e água misturados ao suco do genipapo, que com a ação do fogo e absorção natural da argila se torna indelével.

Estas mesmas louças resistem perfeitamente ao fogo para nelas se cozinhar as comidas; mas aquelas que devem servir para este uso quase nunca são ornadas.

Vi e pude comprar pratos ornados com verdadeiro gosto artístico, coisa que desperta ainda maior interesse quando se pensa que são feitos por selvagens (Boggiani, 1975, p. 160-1).

Mais adiante, o autor continua o relato sobre a decoração da cerâmica empregada pelos Kadiwéu:

Para tornar mais rica a ornamentação das louças, os Caduveo costumam com freqüência juntar-lhes um fio de pequenas contas de vidro brancas e azuis, raramente de outra cor, que corre em derredor do bordo, pelo que o prato é previamente preparado, antes do cozimento, com uma serie de furinhos pelos quais devem passar os fios que suportam as contas.

Outras vezes em lugar de um só fio juntam uma guarnição mais rica, feita também de contas brancas e azuis, cores preferidas sempre.

Os pratos assim ornados tem aspecto encantador.

A mulher do Capitãozinho divertiu-se com modelar em barro alguns pratinhos de formas assaz estranhas. Um entre outros, oval, terminava numa extremidade em uma cabeça de pato, com o pescoço e duas asinhas mais estilizadas que verdadeiras. O pratinho era o corpo e estava todo desenhado com semicírculos dispostos geometricamente, figurando as penas (Boggiani, 1975, p. 169-70).

Boggiani (1975, p. 132) descreveu o uso de “pratos em forma de grandes conchas em geral bem ornados de contas”, para banhar-se em nascentes rasas que não permitiam mergulhar todo o corpo.

Boggiani (1929, p. 550) observou que os vasilhames Kadiwéu são frágeis porque são mal cozidos.

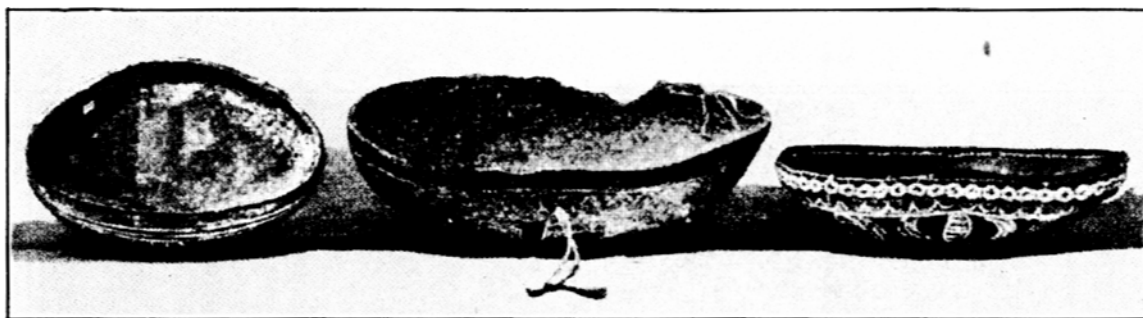


Figura 49: Pequenos pratos para recolher água nas nascentes, o primeiro à esquerda é em forma de meia cabaça, os outros dois em forma de valva de concha de anodonta⁷³ (Fonte: Boggiani, 1975).

Rivasseau (1936, p. 81) registrou somente que as mulheres Kadiwéu “fabricam diversos utensílios de cerâmica, assaz grosseiros como se pode imaginar”. A ilustração destes vasilhames feita por Rivasseau é muito simplificada quanto à forma (fig. 50).

Comparando as informações apresentadas por Smith (1922) e Boggiani (1975) em relação à cerâmica Kadiwéu, pode-se definir alguns aspectos importantes quanto aos itens: antiplástico, processo de manufatura, tratamento e acabamento de superfície, decoração e tipos de vasilhames.

O antiplástico, adicionado à argila para dar-lhe consistência, compõe-se de substâncias inorgânicas, cacos cerâmicos triturados com mão-de-pilão e substâncias orgânicas, casca de coco triturado.

⁷³ Concha bivalve de água doce, provavelmente *Anodontites* sp.



Figura 50: Vasilhames cerâmicos Kadiwéu (Fonte: Rivasseau, 1936).

A manufatura segue a técnica do acordelado, que consiste na superposição de roletes de argila em sentido circular ou espiral, construindo a base e as paredes da vasilha. A manufatura segue a técnica do acordelado, que consiste na superposição de roletes de argila em sentido circular ou espiral, construindo a base e as paredes da vasilha.

O tratamento e acabamento da superfície da vasilha é feito usando o gume de uma concha provavelmente de bivalve de água doce, raspando e / ou alisando a superfície.

Os tipos de decoração da cerâmica são: “marcado-com-corda” com pintado em vermelho, preto e branco e somente pintado de vermelho. A impressão na superfície externa da vasilha de uma corda de fibra, provavelmente de caraguatá (Bromeliaceae), é feita comprimindo-a molhada contra a superfície com a argila ainda úmida, com o auxílio dos dedos. Com a corda formam desenhos na vasilha, a partir dos sulcos deixados pela

impressão, o negativo da impressão da corda. Conforme Lima (1987, p. 222), esta técnica de impressão de motivos é única entre os índios do Brasil.

Então é realizada a pintura com o corante vermelho obtido a partir do óxido de ferro, a hematita, triturando-a e dissolvendo-a em água. Esta é aplicada na superfície da vasilha antes da queima. Com a queima, esta pintura é absorvida pela argila e torna-se sólida.

A queima é do tipo atmosfera oxidante (rica em oxigênio), feita em uma fogueira fora da habitação, resultando numa cerâmica de coloração amarelada após a queima. As vasilhas são empilhadas sobre a fogueira com a lenha. A queima está pronta, geralmente quando está concluída a queima da lenha.

Após o processo de queima, enquanto o vasilhame ainda está quente, é aplicada uma tinta preta ou uma espécie de verniz extraído de pau-santo (*Bulnesia sarmientoi*) nas partes dos desenhos externos não pintados de vermelho no processo anterior à queima. Com o calor, esta tinta é logo absorvida. A tinta preta também era obtida a partir de uma mistura de pó de carvão, suco de jenipapo (*Jenipa americana*) e água.

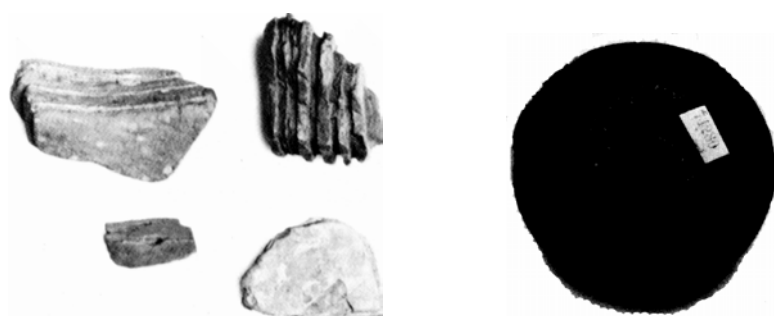


Figura 51: Quatro hematitas e um pedaço de carvão adquiridos por Boggiani entre os Kadiwéu em 1892 (Fonte: Índios del Brasile, 1993, p. 144).

Depois de fria a cerâmica, era aplicada a tinta branca, que poderia ser feita a partir de calcário branco ou cal misturada com água ou ainda com argila branca. Duas eram as formas: a) aplicavam em toda a vasilha, deixavam secar e depois a esfregavam, raspando-a e permanecendo a tinta incrustada somente nos sulcos da impressão de corda; b) pintavam de branco com um palito somente os sulcos.

Outro processo de decoração, realizado geralmente na borda do vasilhame, consistia na aplicação de contas de vidro brancas e azuis presas através de um fio nas perfurações feitas antes da queima, formando pequenos furos.

A decoração interna, quando havia, era geralmente somente pintada de vermelho sobre a superfície amarelada da vasilha.

Havia aqueles vasilhames que eram pintados somente de vermelho na parte externa. Estes eram geralmente panelas que eram usadas para cozinhar.

A cerâmica Kadiwéu é fundamentalmente de uso doméstico, para preparar, cozinhar ou fermentar, armazenar e servir alimentos.

Os tipos de vasilhames cerâmicos mencionados nos relatos escritos, assim como as ilustrações de vasilhas, foram classificados segundo a forma, seguindo o vocabulário cerâmico proposto por Ribeiro (1988, p. 21-29). Sempre que possível foram acrescentadas aos tipos cerâmicos as informações correspondentes de Susnik (1986 e 1995) e as descrições das peças apresentadas segundo o inventário da instituição a que pertencem. Os tipos cerâmicos Kadiwéu são: bilhas, cântaros, jarras, tigelas, pratos, panelas e outros.

6. 2. 1. 1 - Bilha

A bilha, também conhecida com as designações “cântaro” ou “botija”, define-se como um “vaso bojudo, provido ou não de gargalo e boca estreita, com ou sem tampa e com ou sem asa. Varia segundo a representação figurativa em: a) fitomorfa (imita a forma de um vegetal); b) zoomorfa (em forma de animal). Peça usada para conter e servir líquidos” (Ribeiro, 1988, p. 22).

Susnik (1995, p. 96) distingue as bilhas em simples cântaros para água e vasilhas de caráter cerimonial para armazenagem da aloja. Os primeiros são “son globulares, con fondo aplanado, altos unos 30 cmts., con el cuello angosto simple o en forma de un bulbo; con frecuencia, toda la superficie es bañada en rojo de hematita, pero sólo el cuello circular lleva diseños geométricos”. Já as vasilhas para armazenar aloja “también son globulares, con el cuello más ancho, con el fondo convexo, colocándose el ceraío sobre un trípode de madera; la ornamentación es cuidadosa, la mitad superior del cuerpo lleva motivos fitomorfos estilizados o curvilíneos, pero el cuello sólo permite diseños geométricos”.



Figura 52: Bilhas Kadiwéu zoomorfas (Fonte: Koch-Grümbert, 1902).

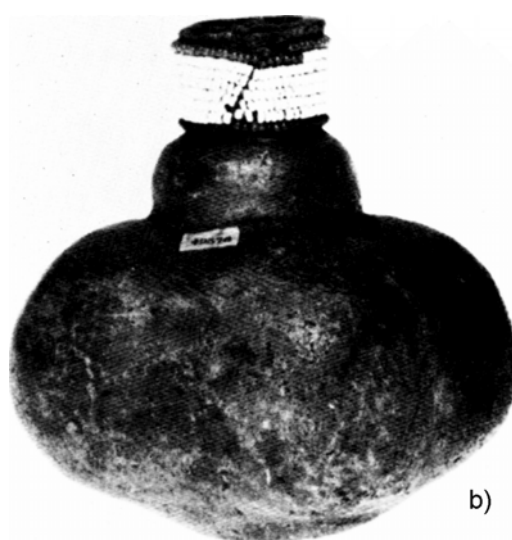


Figura 53: Bilhas Kadiwéu (Fonte: Indios del Brasile, 1993).

Estas bilhas (fig. 53) encontram-se no acervo do *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* em Roma⁷⁴.

6. 2. 1. 2 - Jarra

Conforme Ribeiro (1988, p. 25) define: “vaso alto e pouco bojudo, com asa e bico, próprio para servir água”.

⁷⁴ Estas bilhas caracterizam-se, segundo inventário desta instituição, por:

- a) “Grande vaso de terracota, com corpo piriforme, gargalo largo e ligeiramente inchado, fundo chato e de cor amarelo-laranja, enquanto que a borda e o lábio são pintados de preto; a decoração do gargalo é obtida com impressões feitas com cordão, com os sulcos pintados de branco, executados em contornos com motivos escalonados vermelhos e pretos. Na base do gargalo está pintado em vermelho um motivo em festão, enquanto que na parte superior do corpo está pintado em vermelho e preto um duplo motivo em espiral. Inv. 54065, Altura 36; largura 31 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 22).
- b) “Pequena botija de terracota de cor vermelho escuro, em forma de cabaça, com fundo convexo. O gargalo é decorado com uma faixa formada ao centro com fios de contas brancas e aos lados de um fio de contas azuis. Inv. 49576. Altura 11, 5; largura 10,8 cm.” (ibid., p. 132).
- c) “Vaso de terracota com corpo piriforme, gargalo cilíndrico e borda oblíqua para o exterior. A decoração, obtida mediante a impressão com cordões cujos sulcos são pintados de branco, consiste no gargalo em motivos escalonados em vermelho e preto e na parte superior do vaso num amplo motivo espiralado vermelho sobre fundo preto. Inv. 52898. Altura 27; diâmetro 29,5 cm.” (ibid., p. 134)
- d) “Vaso de terracota com corpo quase globular, gargalo estreito ligeiramente troncocônico e fundo chato. O gargalo é pintado de preto; uma coroa circular vermelha gira ao redor da sua base e dela partem quatro faixas verticais vermelhas que separam quatro zonas decoradas com motivos espiralados pintados em preto sobre fundo bege. Embaixo delas há um largo motivo em festão pintado de vermelho. Inv. 49575. Altura 29; diâmetro 30 cm.” (ibid., p. 132).
- e) “Botija para água, de terracota, representando um galo. Tem um gargalo curto e cilíndrico e é decorada, na parte superior, por complexos motivos geométricos em vermelho e preto, obtidos mediante impressão com cordão, cujos sulcos são pintados de branco. Inv. 49574. Altura 25; comprimento 30,5 cm.” (ibid., p. 134-5).



Figura 54: Jarras Kadiwéu (Fonte: a) Coleção Museu do Índio, apud Lima, 1987, p. 223; b) Foto S.P.I. Ribeiro, 1980, p. 295).

6. 2. 1. 3 - Moringa

A moringa se caracteriza como uma “vasilha de barro com um ou dois gargalos ladeando a alça, destinada a guardar líquidos. Apresenta-se, às vezes, em forma de ave ou outro animal” (Ribeiro, 1988, p. 25).

Podem-se acrescentar nesta categoria os denominados “pequeños cantarillos” por Susnik (1986, p. 49), “con influencia criollo-colonial, tienen un anillo-asidero y a veces dos picos-vertederos. Algunos cantarillos llevan apéndices zoomorfos o ya son modelados en un estilo ornitomorfo”.

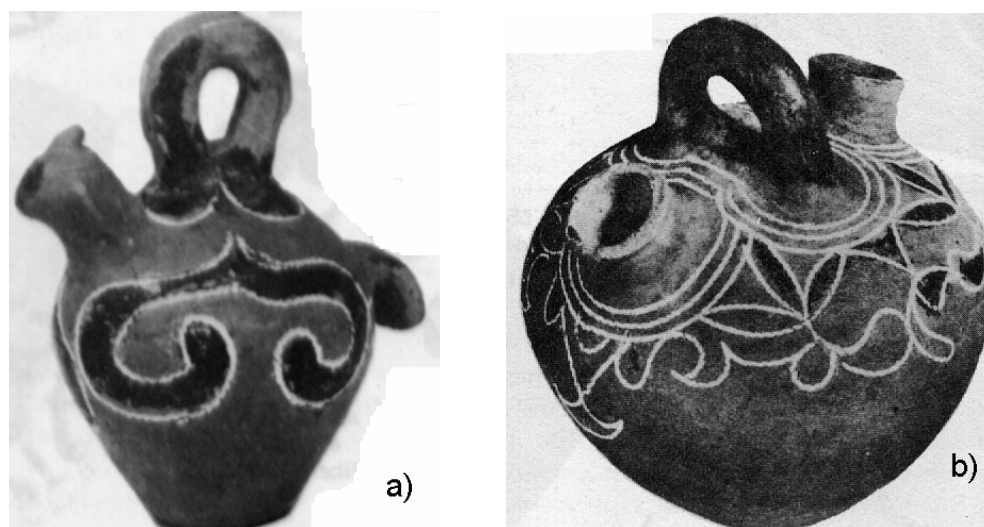


Figura 55: Moringas Kadiwéu (Fonte: a) Coleção Museu do Índio, apud Lima, 1987, p. 223; b) Foto S.P.I. Ribeiro, 1980, apud Lima, 1987, p. 223).

6. 2. 1. 4 - Panela

Ribeiro (1988, p. 25-6) define a panela como:

Vasilha larga e funda, provida ou não de tampa, usada para cozinhar alimentos e / ou fermentar bebidas. Varia segundo a forma e o tamanho, apresentando-se, como mais constantes, as seguintes: a) vasiforme (em forma de vaso, sendo o diâmetro do bocal igual ou pouco menor que o do fundo); b) gameliforme (em forma de gamela, baixa, atarracada, com o diâmetro da boca aproximadamente igual ao do fundo); c) alguidariforme (em forma de alguidar, larga, rasa, de forma trapezoidal ou ovalada).



Figura 56: Panela Kadiwéu (Fonte: Boggiani, 1975).

6. 2. 1. 5 - Tigela

A tigela define-se como uma “vasilha de boca larga e pouco funda, usada para servir alimentos e para outros fins. Distinguem-se, pela forma, as seguintes variantes: a) fitomorfa, em forma de vegetal, em especial de cuia; b) zoomorfa, geralmente com apêndices figurando répteis, peixes, mamíferos e outros animais na borda da peça; c) geminada, com aderência num dos lados” (Ribeiro, 1988, p. 27).

O alguidar referido por Smith (1922) é provavelmente a tigela.

Nesta categoria, estão representadas as vasilhas semi-esféricas caracterizadas por Susnik (1995, p. 96) como “altas de 15 a 20 cms., y con diámetro siempre más ancho, tienen sus paredes exteriores totalmente cubiertas con diseños decorativos geométricos y no faltan algunas incrustaciones de conchitas y abalorios ornamentales; en tales vasijas se servían en ocasiones festivos o de visitas los alimentos preparados a base de harina de meollo de palma ‘namogoligi’ ”.



Figura 57: Tigelas Kadiwéu (Fonte: a-c) Indios del Brasile, 1993; d) Boggiani, 1975).

As tigela “a”, “b” e “c” encontram-se no acervo do Museu Pré-histórico e Etnográfico Luigi Pigorini em Roma⁷⁵.

6. 2. 1. 6 - Prato

O prato se caracteriza por ser um “objeto de barro, comumente circular, em que se serve a comida. Distinguem-se, pela forma, pratos fundos e pratos rasos” (Ribeiro, 1988, p. 27).

Segundo Susnik (1986, p. 48-9), os “platos-fuentes, de diámetro de 15 a 30 cmts., llevan una destacada ornamentación en su superficie exterior; son de forma circular o elíptica, a veces modelados con algunas proyecciones laterales; la ornamentación es en variadas estilizaciones geométricas y fitomorfas”.

⁷⁵ Conforme inventário desta instituição, as tigelas caracterizam-se:

a) “Tigela de terracota, com lábio em forma de cone virado, borda chata e fundo convexo. No interior apresenta uma decoração com largas volutas pintadas de vermelho sobre fundo bege; no exterior as paredes são decoradas, mediante a pressão de cordões, cujos sulcos contém pintura branca, com motivos escalonados pretos e vermelhos. Sobre o fundo a decoração consiste em um rombo central contornado de motivos espiralados. Inv. 49553. Altura 11,5; diâmetro 36,8 cm” (ibid., p. 133-4).

b) “Vaso de terracota, em forma de barquinho, com corpo divergente em direção ao alto e fundo convexo. No interior a decoração consiste em desenhos geométricos vermelhos sobre fundo amarelo, no exterior, em desenhos geométricos vermelhos e escuros delimitados por sulcos tríplexes preenchidos de cor branca. Sobre a borda, alinham-se pares de flores, está afixado um fio de contas brancas e azuis. Inv. 49571. Altura 16,7; diâmetro 35,3 cm.” (ibid., p. 132-3).

c) “Tigela de terracota com borda oblíqua no exterior e fundo convexo. O fundo e as paredes externas são decoradas com motivos geométricos vermelhos e pretos, obtidos mediante impressão feita com cordão, cujos sulcos são pintados de branco. Em torno da borda, é decorada com um fio de contas brancas e azuis; além disso possui um cordão para ser pendurada. Inv. 49565. altura 9,8; diâmetro 20,5 cm. (ibid, p. 134-5).

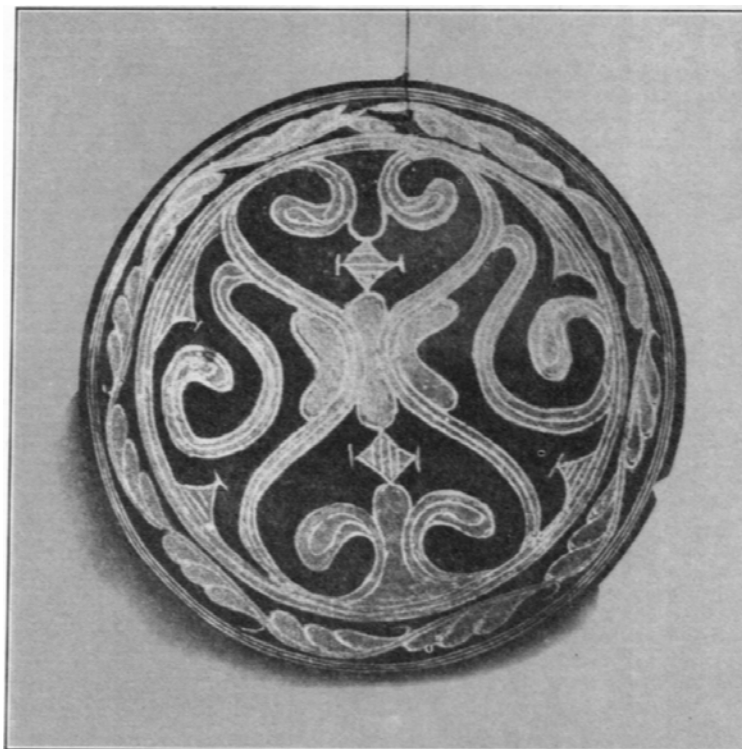


Figura 58: Grandes pratos Kadiwéu (Fonte: Boggiani, 1975).

Lima (1987, p. 226) supõe que os Kadiwéu “faziam antigamente grandes pratos com cerca de 1 m. de diâmetro para torrar farinha de mandioca, substituídos por utensílios de ferro”.

6. 2. 1. 7 - Outros

O *Museo Etnográfico Andres Barbero* possui algum material cerâmico Mbayá originário de Porto Valinotti, situado em frente ao Porto 14 de Mayo no rio Paraguai. Pusineri (1989, p. 26) apresentou uma vasilha globular com gargalo alto usada como recipiente para a chicha e dois potes cilíndricos com base anular (fig. 59).

Segundo Susnik (s. d. a, p. 81), neste sítio arqueológico de Punta Valinotti “se extiende un amplio paradero caduveo, hoy ya recubierto de vegetación”. Mais adiante completa: “el lugar está lleno de grandes fragmentos de cerámios de diferentes formas, hallados en una profundidad de apenas 20 a 30 cmts, encontrándose, a veces, los restos al ras del suelo, luego de la acción de una creciente” (ibid.).

Nesta ampla faixa de fragmentos cerâmicos encontraram na borda extrema dois enterramentos com restos ósseos que provavelmente sejam secundários e duas vasilhas de oferendas quase completas.

Susnik (loc. cit.) acredita que a fragmentação intencional dos vasilhames cerâmicos Mbayá constatada esteja relacionada com a seguinte passagem de Labrador (1910, t. II, p. 48): “quiebran las ollas y cántaros y procuran apartar de sus ojos cuanto puede refrescarles la triste imagen de la muerte”.



Figura 59: Vasilha globular e dois potes cilíndricos (Fonte: Pusineri, 1989).

Segundo a autora:

Dicha fragmentación intencional no es, empero, uniforme; comprende principalmente las vasijas y los recipientes que por su forma indican el uso común, evidenciado además por la forma del asiento, plano o ligeramente plano-convexo. A la par de esto se pueden observar recipientes de pequeño tamaño, vasos y vasijas ceremoniales con su típica estructura al festonado, también frecuentemente fragmentados, pero con carácter de rotura natural y, por ende, unilateral: desprendimiento del ribete, desprendimiento de la pared de la base y del cuello (...) (Susnik, s.d. a, p. 82).

O material cerâmico compõe 234 fragmentos e alguns vasilhames quase inteiros.

A partir destes, Susnik (op. cit., p. 82-5) determinou as seguintes formas: a) “vasijas

cilíndricas”, que correspondem provavelmente às tigelas; b) “vasijas globulares y ovóides con cuello cilíndrico”, identificadas neste estudo como bilhas; c) “potes cilíndricos con sub-cuerpo básico”; d) “recipientes con cuello cerrado y a base con un agujero”; e) “jarros”; f) “tazas pequeñas”.

Os tipos cerâmicos “c” e “d” serão caracterizados a seguir, primeiro porque são vasilhames cerâmicos que se diferenciam dos anteriormente descritos; e, segundo, porque são respectivamente de caráter cerimonial e oferendário, e de caráter funerário.

Os potses cilíndricos com sub-corpo básico, de uso cerimonial e, ocasionalmente, oferendário caracterizam-se por:

Dimensiones más comunes: altura mx. 22 cms; mín. 14 cms.; diá: mx. 18 cms, mín. 10 cms. El cuerpo cilíndrico no manifiesta ninguna flexión en su parte terminal. La base, generalmente plano-convexa, continúa en una faja anular, de diámetro mayor que el cuerpo cilíndrico (diferencia: 2 - 4 cms), y flexiona luego ligeramente hacia adentro, formando un sub-cuerpo básico (altura: 3 a 6 cms); las variantes de forma dependen del mayor o menor pronunciamento de la faja anular. Modelado así el sub-cuerpo básico separadamente, la pared del cuerpo cilíndrico se inicia en el interior por simple imposición de la pasta, aplanada en donde la base comienza su flexión anular, y, tomando luego el espesor normal de la pared, fómase en la parte terminal del sub-cuerpo un canto inferior casi anular; menos pronunciada que es la faja anular, menos el espesor del cuerpo cilíndrico que el del sub-cuerpo básico, favoreciendo el canto interior la necesaria estabilidad de la vasija. El desprendimiento tan uniforme de la base y del cuerpo cilíndrico en la fragmentación de estos potses corresponde a la técnica descrita. El borde de los potses de este tipo es siempre festoneado en forma anular, con el consiguiente aumento del espesor (Susnik, s.d. a, p. 83-4).

Os vasilhames de caráter funerário (fig. 60) encontrados nos enterramentos anteriormente referidos são descritos da seguinte forma:

La base es casi bíplana, de poco espesor (mx. 0,6 cms); el cuerpo (alt. 16,2 cms) manifiesta una ligera disminución del diámetro hacia arriba; la abertura en el sub-cuello es aproximadamente de 12 cms. El cuello (alt. mx. 11, 6 cms.), tiene la forma característica de un cuño; la pared posterior del cuello-cuño se aplanar con mayor pronunciamento que la anterior, hasta juntarse en un borde terminal, ligeramente achatado y con ángulos laterales

ligeramente salientes, como imitando la parte básica del triángulo prolongado, conocido como motivo decorativo simbólico; los fragmentos de este tipo de cuellos indican el amontonamiento de la masa en el interior que demuestra la formación del cuño por el método de simple aplanamiento de la pared. La unión del cuerpo y del cuello indica la imposición de la pared del cuello. El aplanamiento de la pared posterior del cuello es, a veces, modelado en forma de una ancha faja con dos cantos laterales (si esta superficie llega a pintarse luego com caolín-blanco). El tipo de tales recipientes funerários es muy raro en el área alto-paraguayense, y no suele ser mencionado específicamente en la cerámica caduveo-mabyá (Susnik, s.d. a, p. 84-5).



Figura 60: Cerâmica funerária Mbayá-Kadiwéu (Fonte: Susnik, 1986).

6. 2. 2 - Tecelagem

Os Mbayá-Guaicurú utilizavam inicialmente duas categorias de matéria-prima na tecelagem: as fibras vegetais e o algodão nativo, o *Gotamago* (*Gossypium* sp.). A partir

do contato com as sociedades nacionais, também adotaram a tecelagem com lã de ovelha. As fibras vegetais eram extraídas da imbira (Bromeliaceae) e do caraguatá (Bromeliaceae).

Uma das fibras era obtida, conforme Labrador (1910, t. I, p. 189), “de un cardo llamado *Nagacole* que es una especie de piña silvestre americana, esto es, de Ananá; puede concebirse cono una planta pequeña de Pita”. A cargo das mulheres estava a atividade de “cortar las hojas de Nagacole, podrir las y disponerlas para sacar el hilo: tuercen los cordeles sobre el muslo (...)” (ibid., p. 292). Lozano (1941, p. 77) menciona que eram as mulheres que teciam e fiavam. O verbo fiar corresponde em Mbayá a *Laquitenaga* (Aguirre, 1898, p. 498).

6. 2. 2. 1 - Tecidos para conforto pessoal

Conforme Ribeiro (1987, p. 79), esta categoria define-se como os “objetos feitos segundo a técnica e materiais próprios da tecelagem para a comodidade e bem-estar pessoal ou doméstico”.

O uso de redes de dormir tecidas são mencionadas somente a partir do século XIX por Castelnau (1949, p. 243), Steinen (1940, p. 696) e Rivasseau (1936, p. 77). Segundo Castelnau (loc. cit.), as redes eram tecidas em algodão.

6. 2. 2. 2 - Tecidos para transporte

Tecidos para transporte “são artefatos tecidos adequados para o transporte” (Ribeiro, 1988, p. 79).

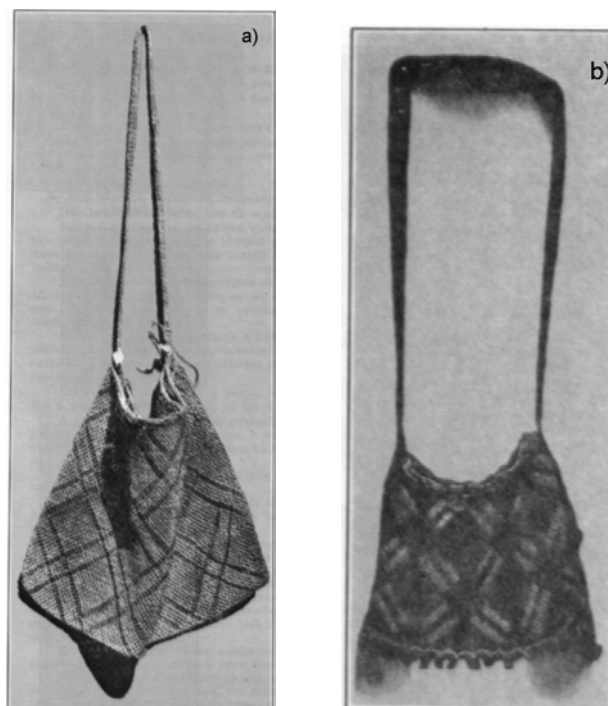


Figura 61: Bolsas de rede de fibra de imbirá (Bromeliaceae)⁷⁶ (Fonte: Boggiani, 1975).

Boggiani (1975, p. 132) descreve que os Kadiwéu teciam “bolsas para guardar os seus objetos com tiras tecidas com várias cores e com belos desenhos muito característicos; mas agora é raro que façam novos e rarissimamente se encontram os velhos”.

⁷⁶ Estas bolsas encontram-se no *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* de Roma. Conforme inventário, estas peças se caracterizam por:

a) “Bolsa retangular composta de rede de corda de imbirá (*Bromelia* sp.), com alça tiracolo e laço para fechamento, composta por nós enviesados [obliquos] que, mediante faixas transversais, formam motivos geométricos rombóides [em forma de losangos]. Inv. 49883. Altura 42; largura 48 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 27-8).

b) “Bolsa de fibra vegetal com alça tiracolo decorada com motivos em losangos obtidos mediante a intercessão de várias faixas de contas azuis e vermelhas. Sobre a borda superior existem 4 fios de contas brancas e azuis; sobre o inferior, fios de contas azuis e rosa, nos quais estão fixados pingentes de lã vermelha. Inv. 49881. Altura 20; largura 23,8 cm” (ibid., 143).

As bolsas feitas de vários tamanhos eram usadas para transportar as frutas, raízes, em suma, os produtos coletados e aqueles cultivados para a aldeia ou acampamento. Estas também eram utilizadas pelos homens quando iam às caçadas, levando utensílios e objetos de uso pessoal. Segundo Susnik (1996, p. 163), as grandes bolsas cargueiras de caraguatá, que serviam para o transporte e armazenamento, tinham uma malha mais aberta, e quando serviam para mudanças ou para recolher lenha não eram ornamentadas.

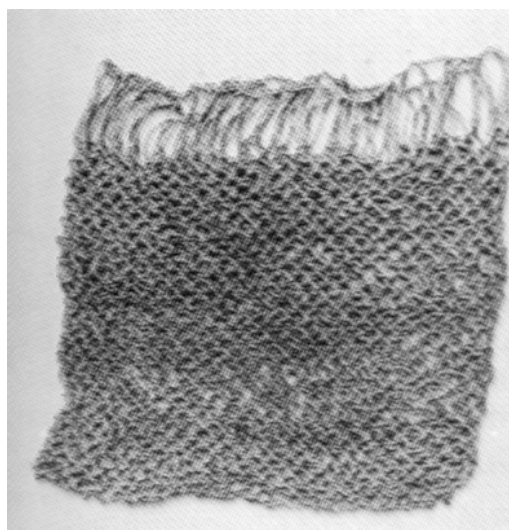


Figura 62: Bolsa de fibra de caraguatá entrelaçada (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 27-8; Empréstimo de B. Ribeiro, Rio de Janeiro)⁷⁷.

⁷⁷ Esta se caracteriza por: “bolsa feita com fibra de caraguatá (*Bromelia* sp.) entrelaçada e amarrada; a borda é caracterizada por um entrelaçamento com tramas mais largas. Altura 31; largura 30 cm” (Indios del brasile, 1993, p. 27-8).



Figura 63: a) Bolsa tecida em algodão de várias cores e faixa central com desenhos; b) Bolsa tecida em algodão branco e lã vermelha e ornada de uma franja de contas de várias cores e pingentes vermelhos (Fonte: Boggiani, 1975)⁷⁸.

⁷⁸ A figura “b” encontra-se entre o acervo da referida instituição:

“Bolsa de algodão e lã, de forma retangular, com motivos em vermelho formando losangos sobre fundo branco. Ao seu redor é toda decorada com uma borda de contas brancas e azuis, das quais partem apêndices de contas multicolores terminando em pingentes de lã vermelha. O tecido da alça tiracolo tem listas vermelhas, azuis e “branco sujo”; um cordão vermelho está aplicado ao longo da parte superior da bolsa. Inv. 51270. Altura 20,5; largura 26 cm.” (Índios del Brasile, 1993, p. 143).

Rivasseau (1936, p. 81) registrou apenas que as mulheres Kadiwéu “preparavam também certas fibras com as quais tecem cinturas e saquinhos que os homens levam para carregar miudezas, e outros pequenos objetos (...)”.

6. 2. 2. 3 - Tecidos para vestuário e adornos

Cabeza de Vaca (1962, p. 42-43), no século XVI, relatou a venda na cidade de Assunção de “ muchas mantas de lino que hacen de unos cardos, las cuales hacen muy pintadas (...)”.

Schmídel (1903, p. 249) descreveu, entre os Mbayá da região do Alto Paraguai, a existência da tecelagem: “en la casa no hacen ellas más que hilar y tejer cosas de algodón (...)”. Provavelmente o algodão era de alguma espécie nativa. Muriel (1918, p. 230) refere que “todas las mujeres se cubren con mantas de algodón, tejidas por ellas o por sus esclavas”.

Labrador (1910, t. I, p. 189) relata o uso de cintas tecidas com fibras vegetais e cerdas de cavalo pelos Mbayá “para que dicha zamarra no les impida montar á caballo y el manejo de éste, las hacen cortas como hasta medio muslo, y además las levantan hasta la cintura á la cual las ciñen. Este cinto es un cordel tejido ó de cerdas de caballos ó de estopa que sacan de un cardo llamado *Nagacole* (...)”. Segundo o autor:

Son buenas hilanderas - Como las mujeres visten con decencia, y saben manejar el huso y la rueca, nos valimos de este medio para hacer que hilaran y tejieran con más anhelo. Las repartíamos por cuenta y peso el algodón en copa, ofreciéndole que la mitad del hilo sería para que se hiciesen su ropa. Hilaron con empeño y tejieron sus mantas, vistiéndose todas. Lo que nos

causó mucho consuelo fué la fidelidad con que traían el hilo, que dejan en muestras chozas y guardábamos con el nombre de cada hilandera hasta que completaba lo suficiente para vestirse, y outro tanto, que quedaba de reserva. Muchas en sus sementeras, según las industriamos, tenían bastantes mantas de algodón, con que suplían las necesidades. Con esto lograban también tener algunas mantas para sus hijos y para celebrar con los españoles contratos (Labrador, 1910, t. I, p. 300).

Labrador (1910, t. I, p. 169-70) descreve o tingimento da lã, fios de algodão e as matérias-primas empregadas pelos Mbayá neste processo:

Tinte que dan al hilo y lana las mujeres Mbayás - No es de omitir la industria de las mujeres Mbayás en valerse de algunos de los referidos palos para teñir lana y algodón. Dan un tinte negro muy bueno con una tierra azulada que llaman Limcutege, á la cual mezclan las astillas de un palo que se llama Cumatago, y se cría por muchas partes, especialmente hacia las orillas del río Paraguay, en un lugar que en su idioma dicen, por unos árboles, Odeadigo. También tienen amarillo con el cocimiento de las astillas de los palos dichos, especialmente del que por excelencia nombran Logoguigago, el que hace amarillo. Acanelado tiñen con la corteza de outro árbol: y encarnado con astillas de un árbol, y también con algunas raíces. No tienen más maniobra que en la infusión de las astillas ó raíces poner lo que han de teñir. Entre otras cosas suelen hacer ésta. Después de haber dado cocimiento en la dicha infusión á la lana ó hilo de algodón, le sacan y sobre una estera ponen una capa de ceniza, hecha de un árbol muy fuerte, y con cuya corteza tiñen también colorado. Sobre esta ceniza extienden la madeja recién sacada del cocimiento; y después le cubren bien con bastante ceniza de la misma, tapándolo todo con outra estera. La madeja, al sacarla de la infusión, apenas da señas del color; más, dejada una noche del modo dicho entre la ceniza, se pone de un encarnado bellissimo.

Debret (1975, p. 50) cita que os Guaicurú cultivavam algodão para fabricar tecidos com os quais se vestiam, pois “todas as mulheres sabem tecer e demonstram igualmente maestria nos trabalhos de agulha”.

Castelnau (1949, p. 243) descreve que no aldeamento da tribo Mbayá dos Uaitiadeu, próxima a Albuquerque, “toda industria destes índios resume-se em redes e tangas de tecido de algodão, cuja fabricação apreenderam com os brancos. Os tecidos que

fazem são tingidos de pardo, ou de cinza, por meio da casca de certas árvores, e as plantas que cultivam são as mesmas dos brasileiros”.

Steinen (1940, p. 696) informa, segundo o Relatório de 1872 das Atas Cuiabanas, que a tribo dos Beaquéu “tecem lindos ponchos, redes de dormir, faixas de carregar e cintos”.

Boggiani (1975, p. 135-8) descreveu a confecção de um cinto num tear e a disposição dos fios sobre o tear (figs. 64 e 65):

... se pôs a tecer um cinto para qual preparou desde ontem um tearzinho feito com meios simplíssimos, mas muito engenhosamente combinados. As figuras anexas lhe mostram a estrutura geral durante a operação e a disposição técnica dos fios e das partes que compõem o tear.

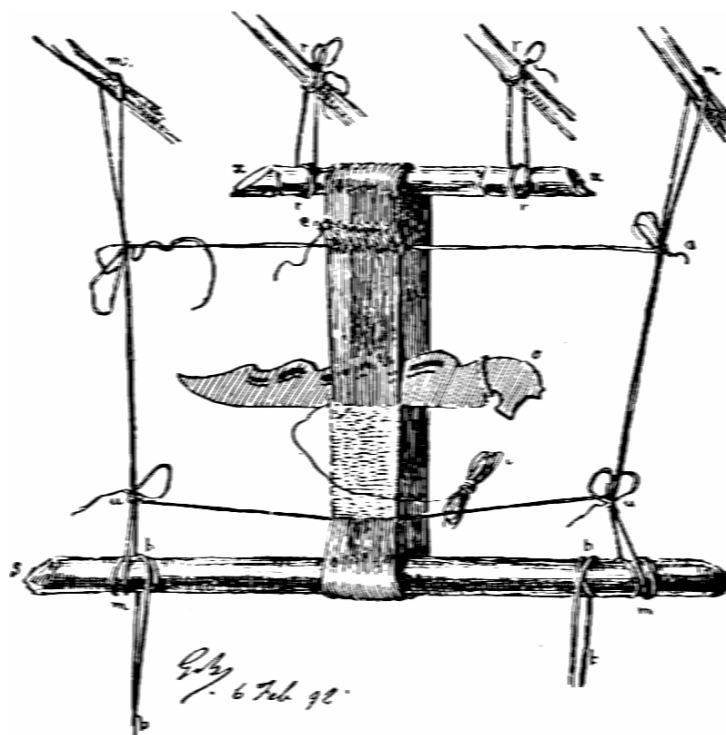


Figura 64: Tear para tecer cintos (Fonte: Boggiani, 1975, p. 137).

Preparadas convenientemente as duas varinhas do tear, ligada uma (xx) no alto às traves de sustentação (rr) das palhas do teto e outra (ss) em baixo (bb) à mais comprida das travessas do girau por baixo, a segunda é também

sustentada fortemente por outras duas cordinhas (mm) que pelas suas extremidades vão ligar-se às traves do teto. De uma a outra dessas cordinhas, a qualquer distância sobre a varinha situada por baixo e sob a colocada por cima, ficam estendidas horizontalmente duas outras cordinhas (aa) e (uu).

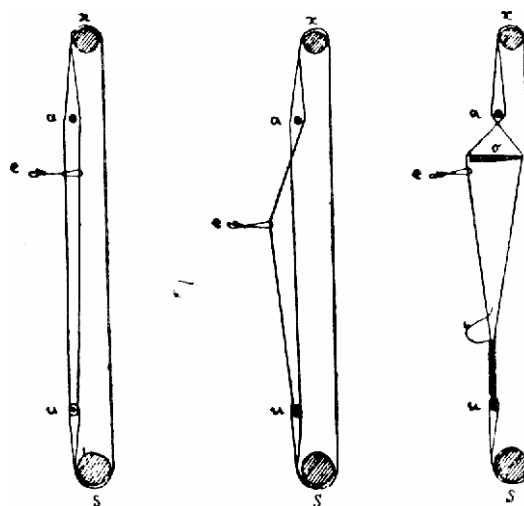


Figura 65: Disposição dos fios sobre o tear (Fonte: Boggiani, 1975, p. 138).

Preparadas, assim, todas as coisas, começa-se por ligar a ponta do fio de embira, que deve formar a trama à cordinha (uu), depois se faz com que ele gire em torno da varinha inferior, passando de trás para frente; e saindo novamente até à varinha superior, faz-se com que gire em torno, passando de trás para a frente; e passando, potanto, sobre a frente da cordinha horizontal (aa) faz-se com que desça até a outra cordinha horizontal (uu) em torno da qual se faz com que passe da frente para trás. Faz-se sair o fio, passando-o por trás da cordinha (aa) até a parte posterior. Daí se faz com que desça até a varinha inferior, passando de trás para frente e fazendo-o sair junto da cordinha horizontal (uu) em torno da qual se faz com que passe de diante para trás.

De novo se passa em torno da varinha inferior, pela frente, faz-se sair junto à superior por detrás, levando-o para frente depois de o ter enrolado. Faz-se com que desça, passando diante da cordinha horizontal (aa) até a (uu) em torno da qual se o faz de novo passar como acima, e assim se continua.

Isto no caso da trama deve ser de fio simples. No caso em que estava deva ser de fio dobrado ou múltiplo o fio da trama é feito passar alternativamente duas, três ou mais vezes de seguida pela frente e por trás da cordinha (aa). Dispostos assim os fios da trama e fixada a ponta extrema da cordinha (uu) mediante uma espécie de trancinha de malhas muito amplas, ligam-se um pouco abaixo da cordinha (aa) todos os fios da trama que lhe são passados por trás, prendendo-os nas malhas da trancinha um a um, dois a dois, ou mais, segundo simples ou múltiplos devam ser usados.

De modo que na mão, podendo-se reunir todas as malhas da trancinha, puxando-as para si trazem para frente todos de uma vez os fios que primeiro ficavam para trás; e mediante a espátula de pau (o) adaptada ao caso se

forma um espaço entre os primeiros e os segundos, no meio dos quais é fácil fazer passar o novelo (i) de fio de algodão que serve para a trama.

A execução é muito lenta; passando o fio de algodão que faz a urdideira da peça através da trama das cordinhas de fibra de embira, estendidas longitudinalmente, o vão cada vez acomodando e puxando com o indicador através das cordinhas uma a uma para que esteja sempre estendido igualmente, cutucando-o depois por cima com pequenos golpes de um palito em forma de faca de cortar papel, quase sempre terminado por uma cabeça de cavalo, a fim de que o tecido fique o mais denso possível.

Ao passo que o trabalho progride se faz passar toda a peça, para baixo, em torno das varinhas, A cordinha (uu) é móvel e deslocada contemporaneamente com o trabalho. Reunidas as extremidades e fixados bem os fios da urdideira e da trama não se faz mais que desatar e levar a cordinha (uu) e a (aa) e a tessitura da peça fica feita.

As duas varinhas do tear se põem na distância que corresponde à metade do comprimento do trabalho que se quer fazer.

Terminado o tecido para o cinto, que deve sempre ser muito sustentado e forte, ele é coberto de perolazinhas de vidro de varias cores, dispostas em desenhos que algumas vezes chegam a ser muito complicados e interessante pelo gosto e pelo caráter. O cinto das mulheres usado por baixo para sustentar o pano que passa entre as pernas é comumente mais largo do que o usado pelos homens. Mas este é, geralmente, mais belo e algumas vezes duplo.

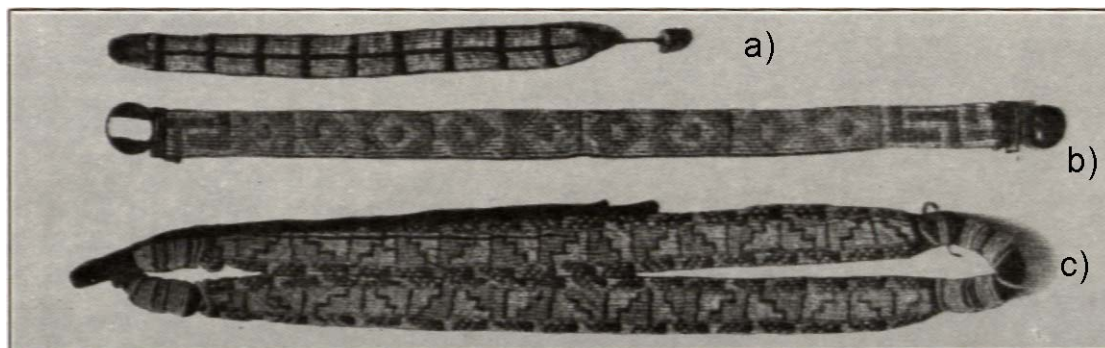


Figura 66: Cintos ornados de contas (Fonte: Boggiani, 1975)⁷⁹.

Em outro trecho, Boggiani (1975, p. 141) narra que “outra mulher estava tecendo um cinto de lã de cores azul e vermelha. A lã destas duas cores lhe provinha de certos

velhos farrapos de pano que deviam ter pertencido à divisa de qualquer soldado brasileiro. Teve a paciência de desfazer o pano, fio por fio, recardar a lã e fiá-la novamente no fuso”.

Mais adiante, o autor relata ainda que “a mulher do Capitãozinho armou um novo tear para tecer um longo cinto de fios brancos de algodão e vermelhos de lã”.

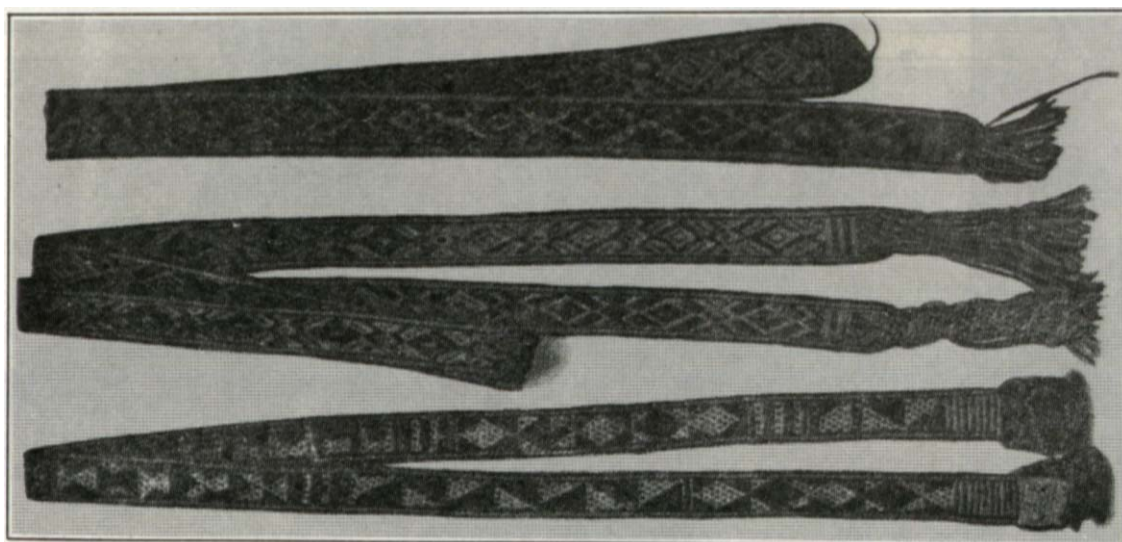


Figura 67: Cintos tecidos em algodão branco e lã vermelha (Fonte: Boggiani, 1975).

⁷⁹ Destes, o cinto “c” se caracteriza por um “cinto duplo, usado pelos homens, formado por duas faixas de tecido, recobertas de contas de várias cores, unidas por dois grossos cordões recobertos, por sua vez, por um tecido de lã vermelha. Inv. 49866. Altura 5,5; comprimento 80 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 148).

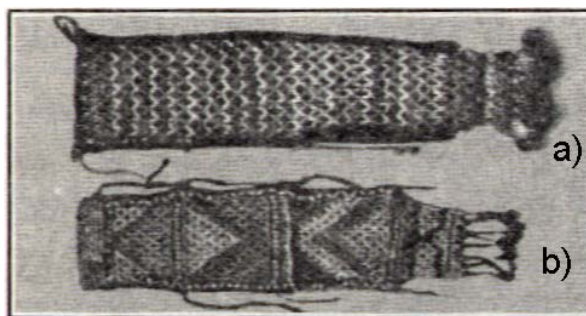


Figura 68: Toucados para o chefe recobertos de contas de várias cores (Fonte: Boggiani, 1975).

No entanto, a peça “b” (fig. 68) é indicada em *Indios del Brasile* (1993, p. 146-7) como “faixa de lã com contas multicolores, varetas e plaquetas de prata. É usada pelas mulheres para amarrar e ornamentar os cabelos. Inv. 49876. Comprimento 31,5; largura 5 cm.”.

Boggiani (1975, p. 131-32) relata que:

Antigamente os Caduveo teciam eles mesmos a fazenda das suas roupas com o algodão que cresce estupendamente nestas regiões e que eles tem ainda o cuidado de semear e recolher, mas em pequeníssima quantidade, apenas o quanto baste para fazer o fio necessário para tecer os cintos e enfiar as perolazinhas de vidro de que ornem a si mesmos e a alguns utensílios. Os estofos europeus quase fizeram desaparecer essa industria e agora restam poucos desses panos tecidos à moda antiga. Vi um só em Nalique; quis comprá-lo, mas não me quiseram cedê-lo por preço nenhum. Possuo um na minha coleção, que comprei de segunda mão de um chefe Chamacoco.

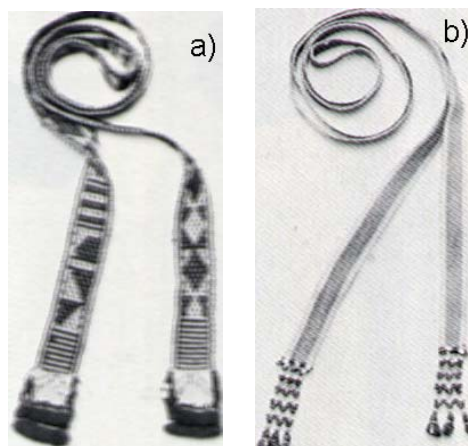


Figura 69: Cinto e faixa Kadiwéu tecidos (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 28-9)⁸⁰.

Boggiani (1929, p. 545), na segunda expedição que realizou aos Kadiwéu, adquiriu alguns fusos, algodão bruto, cardado ou fiado (ver fig. 74).

⁸⁰ Estes caracterizam-se por:

a) Longo cinto de lã e algodão, usado por homens e mulheres, decorado com motivos geométricos em branco e vermelho. Nas duas extremidades, o tecido é duplo, deixando que o algodão e a lã terminem em pingentes de cor vermelha. Inv. 51259. altura 53; largura 148 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 28).

b) Faixa de algodão, usada para prender os cabelos, de cor verde claro, bordada em branco; termina com duas franjas formadas por contas multicores dispostas geometricamente e de três pingentes de lã vermelha. Inv. 51.261. altura 2; comprimento 161 cm.” (ibid., p. 29).



Figura 70: Pano de algodão em listas de várias cores, com borda ornada de contas brancas e azuis (Fonte: Boggiani, 1975)⁸¹.

O autor fotografou e descreveu:

... una espléndida colcha adornada de abalorios y que está trabajando la mujer de Juansiño. Tiene las siguientes dimensiones: ancho 1, 10 por 1, 75 metros de largo. Aún no está terminada porque debe ser completamente cubierta de volutas como la parte que está ya concluída; pero, asimismo, es hermosísima. La tela es de bayeta de lana roja escarlata. En el centro lleva una placa redonda de plata con adornos en relieve, proveniente de una

⁸¹ Esta peça encontra-se no acervo do *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* de Roma, sendo descrita como: “tecido de algodão, usada pelos meninos em torno da cintura, decorado com faixas longitudinais de diversas amplitudes, de cores marrom e bege. Na altura da borda inferior é ornamentada com fios de contas brancas e azuis que formam alguns motivos geométricos cruciformes e semicirculares. Inv. 49878. Comprimento 113; largura 87,5 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 29).

moeda batida a frío com martillo, y los adornos se han hecho al repujado. La circundan, en círculos concéntricos, tres filas de abalorios azules, otras tres blancos, y de nuevo otras tres azules. Del centro parte una faja divisoria de losanjes a colores alternos azul, blanco y rosado, con el centro color celeste; los abalorios de la faja están dispuestos en retícula. De un lado y outro, parten simétricamente numerosos repliegues con una sola fila de abalorios blancos y azules, dispuestos así:



Figura 71: Posição das contas de vidro brancas e azuis na decoração de uma coberta Kadiwéu (Fonte: Boggiani, 1929, p. 535).

Las orlas son de tres dimensiones. La superior, de cuatro hilos de abalorios blancos y azules dispuestos simétricamente en triángulos o líneas de colores contrapuestos; las laterales, que son menores, con el mismo dibujo y colores, pero de tres filas solamente; y la inferior, de ocho filas, en el siguiente dibujo en azul sobre el fondo blanco:

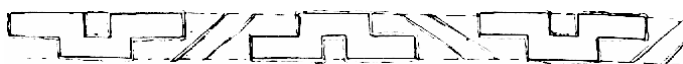


Figura 72: Decoração da extremidade inferior do tecido de uma coberta Kadiwéu (Fonte: Boggiani, 1929, p. 536).

Esta cubierta, como la del Capitansño, forma parte de un vestuario femenino de gran parada, que se adapta al cuerpo com esas telas blancas de las que van vestidas por lo común las mujeres (Boggiani, 1929, p. 135-6).

6. 2. 2. 4 - Implementos para tecer

Os teares, rocas, fusos (fig. 74) e espátulas (fig. 73) usados para tecer eram fabricados de madeira. Segundo Boggiani (1929), o fuso de fiar chama-se em Kadiwéu de *labónra*.

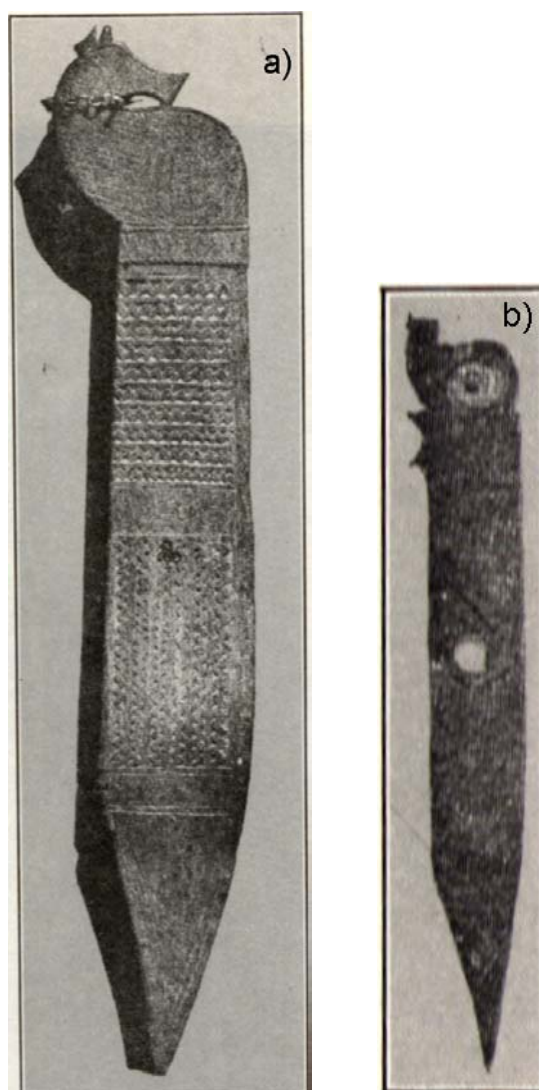


Figura 73: Espátulas de madeira para tecer, sendo a figura “a” lavrada em buxaco (Fonte: Boggiani, 1975).

6. 2. 3 - Trançado

Os utensílios trançados entre os Mbayá-Guaicurú são bastante escassos. Segundo Susnik (1996, p. 105), os caçadores-recoletores do Chaco carecem da manufatura do trançado, substituindo-a pelo couro e a tecelagem em fibras. A autora ressalta que:

En el área chaqueña solamente los Chanés alto-paraguayenses inmigrados, vasallos de los Mbayá-Guaycurúes, manufacturaban los cestos, empleados la técnica de sargado como sus parientes cordilleranos, vasallos de los Chiriguano-Guaraníes. Entre todos los otros grupos étnicos, la cestería era desconocida, usándose las bolsas de “caraguatá”; sólo en los tiempos modernos, los chaqueños adoptaron de los criollos alguna cestería, esencialmente para los fines de trueque (ibid., p. 108).

Os artefatos trançados resumem-se nas categorias: “trançados para uso e conforto doméstico”: esteiras utilizadas nos primeiros séculos para cobertura da habitação e para sentar e dormir; abanos para o fogo e mosquitos e cestos a partir do século XIX; e “trançados para uso e adorno pessoal”: chapéus.

Usavam como matéria-prima no trançado o junco e as folhas de acuri (*Scheelea phalerata*). É possível que também utilizassem as folhas da palmeira carandá (*Copernicia alba*), conforme Ribeiro (1987, p. 299) explicitou nos artefatos atualmente confeccionados pelos remanescentes Kadiwéu.

6. 2. 3. 1 - Trançados para uso doméstico e conforto pessoal

Lozano (1941, p. 77) menciona que as mulheres faziam esteiras. A confecção de esteiras de junco é mencionada desde o século XVI. Estas serviam especialmente para a cobertura de suas habitações, assim como para sentar e dormir.

Labrador (1910, t. I, p. 292) descreveu que “al cargo de las mismas está el hacer las esteras (...) y cortan juncos, los acarrear a los toldos, y componen continuamente esteras”.

Steinen (1940, p. 696) menciona, segundo o Relatório de 1848 das Atas Cuiabanas, que os Kadiwéu “aparecem com trabalhos trançados, a fim de trocá-los por aguardente, cavalos, etc,”.

Boggiani (1975) adquiriu entre os Kadiwéu um cesto confeccionado com folhas de acuri ou *etchate* (*Scheelea phalerata*) (fig. 74).

O *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* em Roma possui parte da coleção Boggiani com artefatos recolhidos junto aos Kadiwéu em 1892. Nesta coleção, encontram-se um leque e uma esteira trançados. Os leques ou abanos serviam para abanar o fogo e os mosquitos. Estes serão caracterizados a seguir conforme inventário da referida instituição (Índios del Brasile, 1993, p. 139-40).

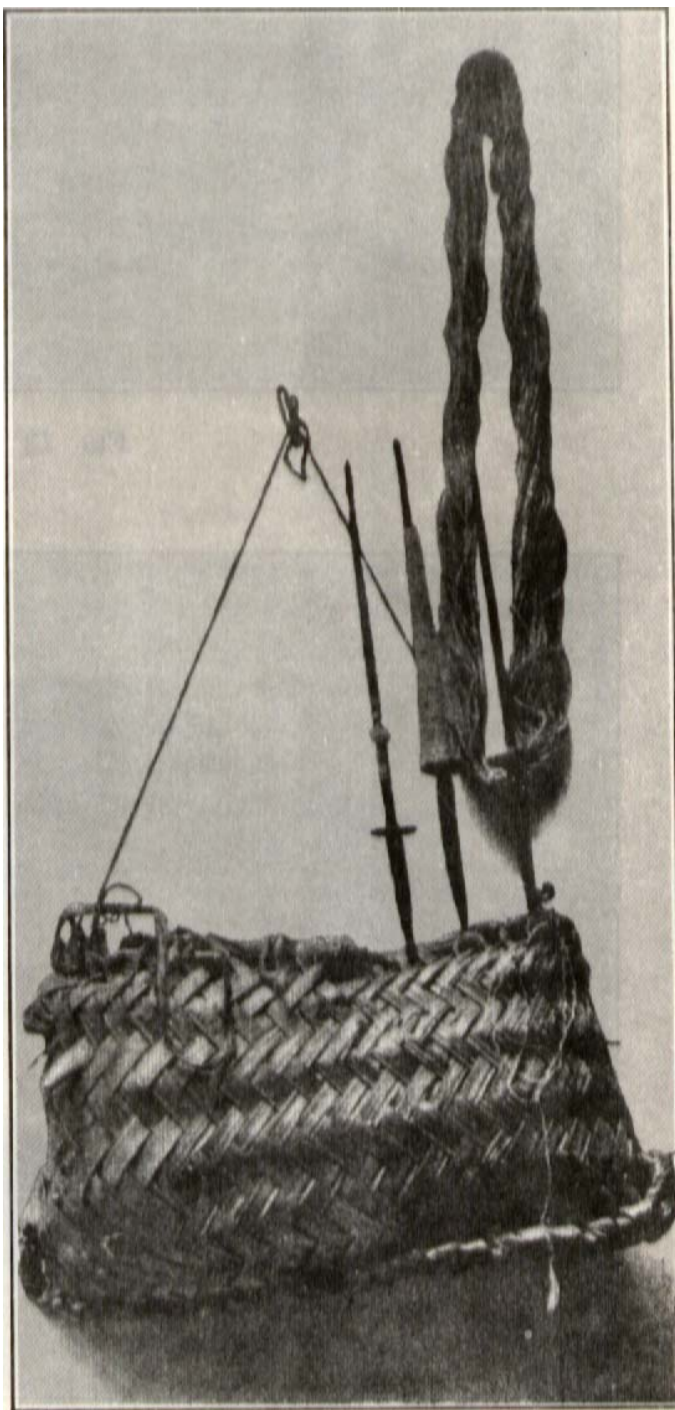


Figura 74: Cesto de folhas de *etchate* ou acuri (*Scheelea phalerata*) contendo algodão, três fusos e uma maçaroca de algodão fiado (Fonte Boggiani, 1975).

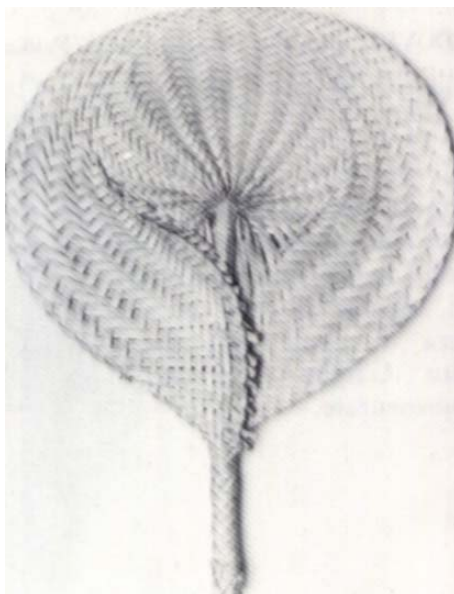


Figura 75: Leque Kadiwéu (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 140)⁸².

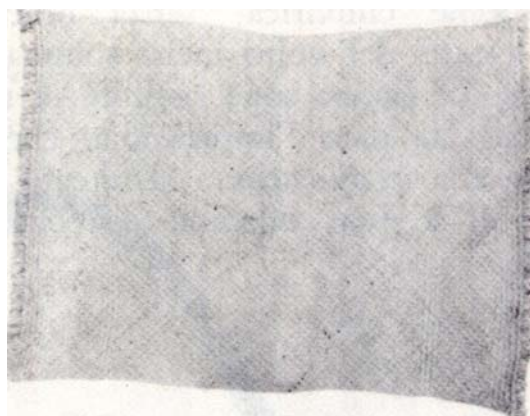


Figura 76: Esteira de folhas de palmeira (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 140)⁸³.

⁸² “Leque obtido de duas folhas de palmeira reduzidas a tirinhas e depois entrelaçadas. O cabo é extraído do pecíolo das folhas. Inv. 49870 Compr. 41; larg. 30,8” (Indios del Brasile, 1993, p. 140).

⁸³ “Esteira de tirinhas de folhas de palmeira entrelaçadas, de forma retangular, cujos lados mais curtos terminam com uma breve franja. Inv. 49874. Compr. 96,5; larg. 73,8” (loc. cit.).

6. 2. 3. 2 - Trançados para uso e adorno pessoal

Entre os artefatos de uso pessoal, Labrador (1910, t. I, p. 284) relata que “los ancianos tejen empleita de hojas de palma bastante curiosos; su largor tiene como una cuarta y el ancho unos cuatro dedos. Úsanla de visera contra el sol. Cíñenla sobre la frente y sus puntas llegan hasta las orejas”.

Boggiani (1975, p. 131) registrou entre os Kadiwéu o uso de “chapéus feitos com tirinhas de folhas de palmeira que eles mesmos fabricam habilmente, com grandes abas, com faixas e debrum de pano negro e com um cordãozinho vermelho de lã entrançada, para tê-lo firme sob o queixo, terminando em longo penduricalho ricamente ornado de contas de vidro e algumas vezes de lâminas e tubinhos de prata” (fig. 77).

6. 2. 4 - Utensílios em cabaça

Labrador (1910, t. I, p. 183) descreve que os Mbayá, das cabaças chamadas *Ecolugua* (*Lagenaria vulgaris*), “sacan vasos y jícaras muy vistosos por curiosidad, porque de ordinário se arrojan”. O autor (ibid., p. 165) menciona que usam a tinta preta da árvore chamada de *Notiquigó* (??) para decorar as cabaças. Segundo Labrador (op. cit., p. 277), os Mbayá usavam “unos calabacitos lindamente aforrados, y los llaman Nagienigi”, nos quais “llevan el tabaco ya frangollado”

Boggiani (1975, p. 132) registrou o uso, além de vasilhames cerâmicos, de cabaças cortadas ao meio e esvaziadas para banhar-se em nascentes de águas rasas, atirando a

água sobre o corpo. Os vasilhames de cabaças eram confeccionados pelos Kadiwéu para armazenar, também, a pasta de urucu (*Bixa orellana*) (ibid., p. 141) (fig. 78).

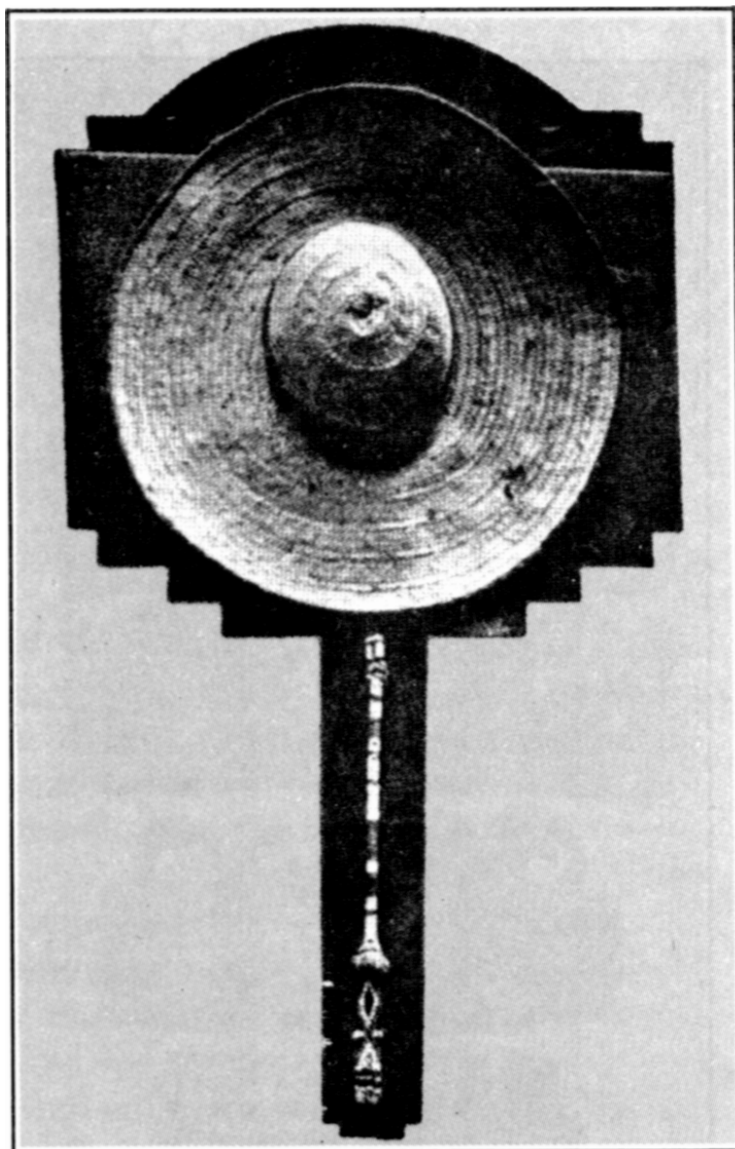


Figura 77: Chapéu de folhas de palmeira (Fonte: Boggiani, 1975).

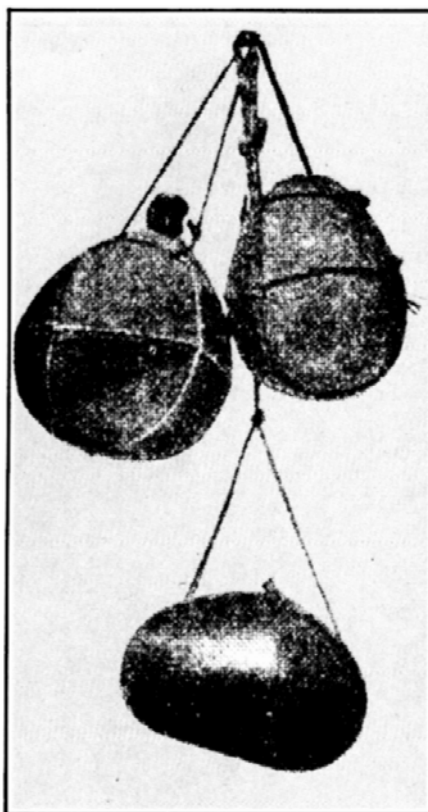


Figura 78: Recipientes de cabaça para armazenar pasta de urucu (Fonte: Boggiani, 1975).

Na coleção de Boggiani, pertencente ao *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* de Roma, há três recipientes Kadiwéu de cabaças (Indios del Brasile, 1993, p. 138). Estas foram coletadas por Boggiani em 1892 (fig. 79).

As cabaças poderiam ser usadas, ainda que não haja registros, também para servir e armazenar alimentos. Entre os Kadiwéu, Rivasseau (1936) constatou o consumo de erva-mate, o chimarão que poderia ser bebido em cabaças cortadas.

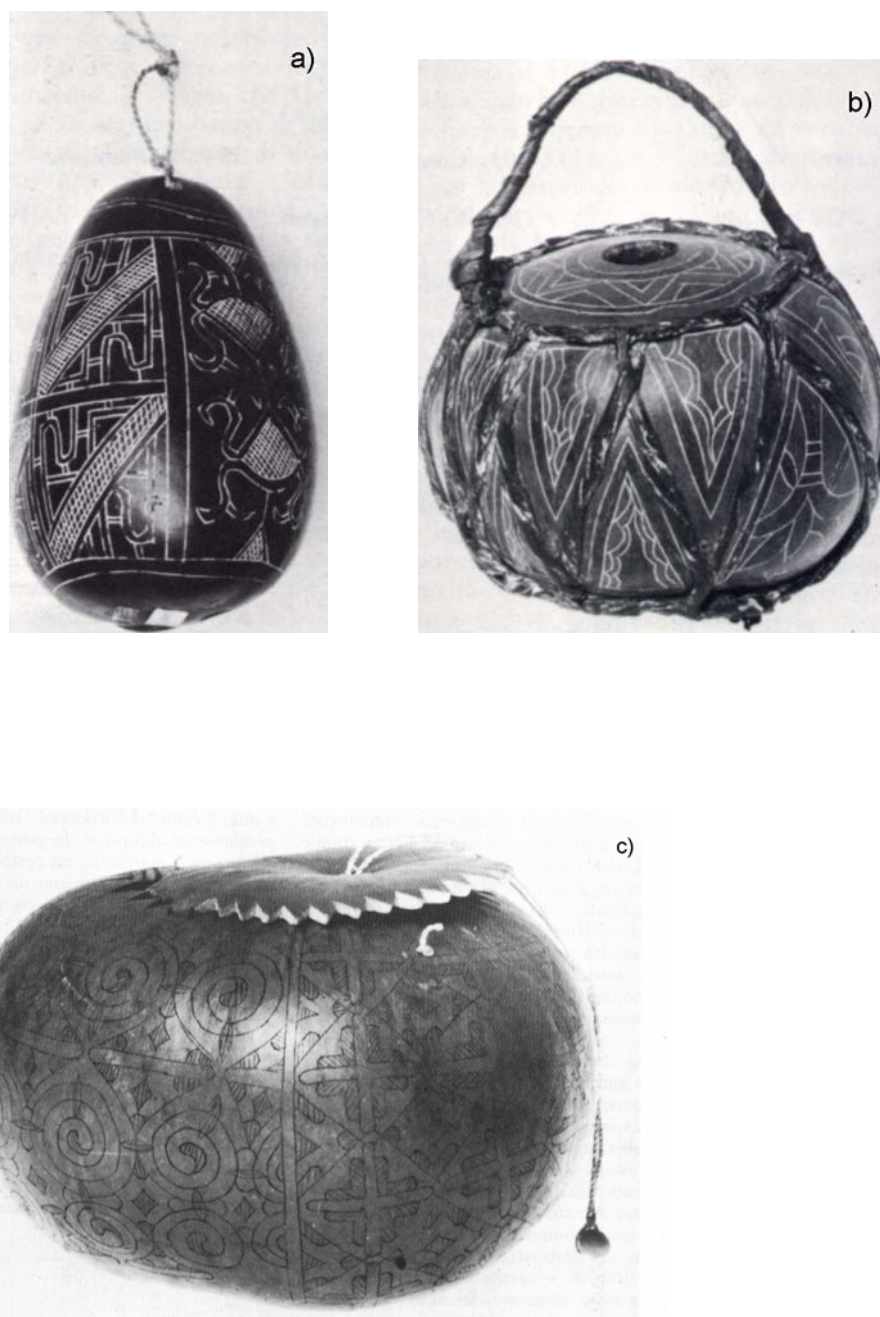


Figura 79: Recipientes de cabaças Kadiwéu (Fonte: Índios del Brasile, 1993, p. 138)⁸⁴.

⁸⁴ Segundo inventário feito pela referida instituição, estes recipientes caracterizam-se por (Índios del Brasile, 1993, p. 137):

6. 2. 5 - Manufatura em madeira

6. 2. 5. 1 - Utensílios para o preparo de alimentos

Cabeza de Vaca (1987, p. 165) descreveu o uso no século XVI de moquém de madeira para assar carnes. Espetos de madeira eram utilizados para assar a carne (Rivasseau, 1936).

6. 2. 5. 2 - Utensílios para uso doméstico

Os Mbayá-Guaicurú utilizavam forquilhas de madeira para pendurar seus pertences na casa (Muriel, 1918, p. 230). Labrador (1910, t. I, p. 169) refere que da árvore Campeche “suelen labrar postecillos, que clavan en tierra para colgar sus trastos y pobres ajuares”.

a) “Cabacinha ovalóide pintada de preto com desenhos geométricos gravados e coloridos de branco. Um cordão de fibra vegetal, com função de alça, está fixado no topo através de dois furinhos. Inv. 74267. Altura 10,3; circunferência 24, 5 cm”.

b) “Recipiente de cabaça de forma esférica, envolto numa corda de fibra vegetal pintada de preto, que também forma a alça. A superfície é decorada com linhas gravadas de cor branca que contém zonas pintadas em preto, criando motivos florais e linhas onduladas. A parte superior apresenta um motivo estelar em zigue-zague, e a inferior, lírios. Inv. 74268. Altura 12,5; circunferência 49 cm”.

c) “Grande cabaça de cor avermelhada, com alça de corda que passa em dois pequenos furos opostos e num no centro da tampa, fechando-o por meio de uma continha celeste. As decorações, gravadas, consistem sobretudo em motivos em espiral e angulares, faixas onduladas, cruces. Em dois lados laterais existe uma sequência vertical de cinco ‘marcas de propriedade’. Inv. 49658. Altura 14; diâmetro 20,2 cm.”.

Smith (1922, p. 307) descreve o uso de “pagaias” para cavar a argila nas margens ou baixadas do rio Paraguai. Provavelmente se tratasse de uma espécie de remo.

6. 2. 5. 3 - Objetos de uso pessoal

Segundio Jolis (1972, p. 313):

Los hombres con perforar el labio inferior, donde llevan el Tembetá o sea un pedacito de madera o metal a la manera de los Chiriguanos, creen acrescentar gracia y belleza a la conseguida con los nombrados colores; pero no sé si también la alcanzan con tal medio. Lo que por cierto consiguen (cuando no se la destapan como hacen algunos para comer con más comodidad y sin obstáculo), es evitar la salida de las bebidas por la apertura artificial que queda cerrada por el Tembetá.

Prado (1856, p. 29) descreve o uso de tembetás: “tem o beicho de baixo furado, e nele metido um pau da grossura da metade de uma pena de escrever, e do comprimento de um terço de palmo; os mais ricos trazem-no de prata (...)”. Os tembetás poderiam ser confeccionados também em pedra.

6. 2. 5. 4 - Aparelhos para estimulantes

Para o consumo de tabaco, utilizavam cachimbos esculpidos em madeira. A atividade de esculpir a madeira era geralmente atividade masculina.

Segundo Labrador (op. cit., p. 168), os cachimbos de madeira eram fabricados de “Guayacane ó Palos santos. Los Guaycurús los llaman *Elegigo*. (...) Los Guaycurús

labran de este palo las pipas con que fuman el tabaco. Su resina es fortísima y comunica al tabaco mucha fortaleza”.

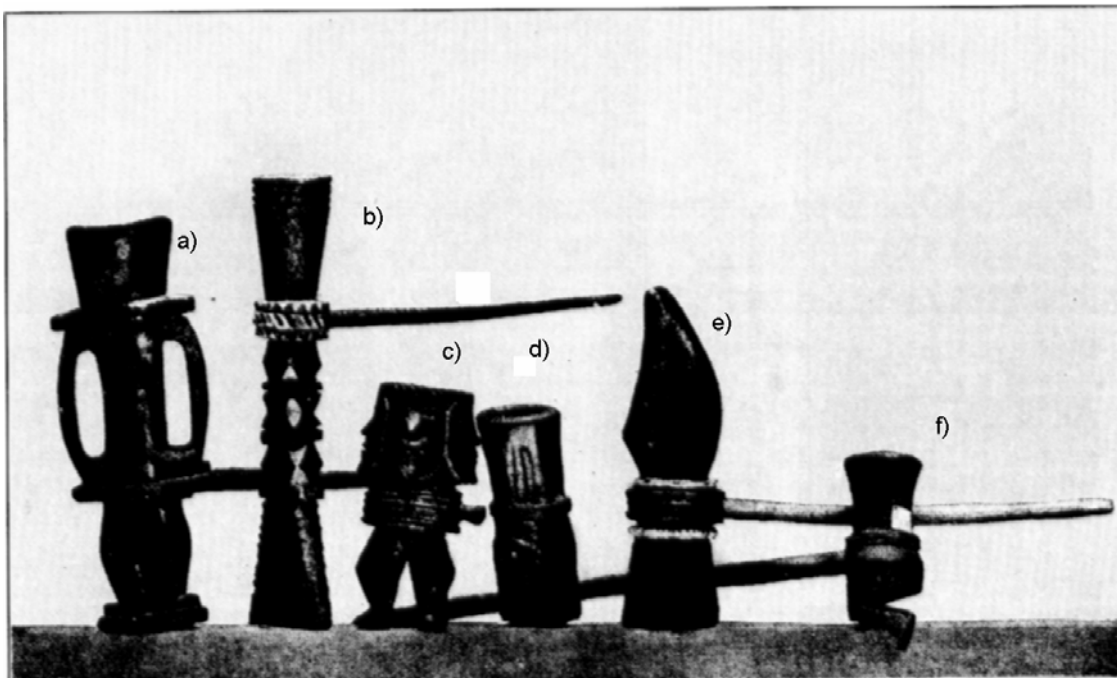


Figura 80: Cachimbos Kadiwéu em madeira esculpida⁸⁵ (Fonte: Boggiani, 1975).

Os cachimbos confeccionados em madeira de pau-santo (*Bulnesia sarmientoi*) são “como cañones derecha y por la extremidad que ponen en la boca, delgadas. (...) Hay cañones ó pipas largas media vara y de dos pulgadas de diámetro. Á esta irregular tabaquera llaman Elegico, que es el nombre del palo Santo. Casi nunca la dejan, y especialmente en sus caravanas es uno de lo más principales avíos” (Labrador, op. cit., p. 277).

⁸⁵ O cachimbo “b” se caracteriza por: “Cachimbo de madeira constituído por um forninho tronco-cônico e por um apêndice trapezoidal entalhado e gravado, sobre o qual aparece uma marca de propriedade. O tubo é colorido em vermelho. Inv. 49637. altura 12,5 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 142).

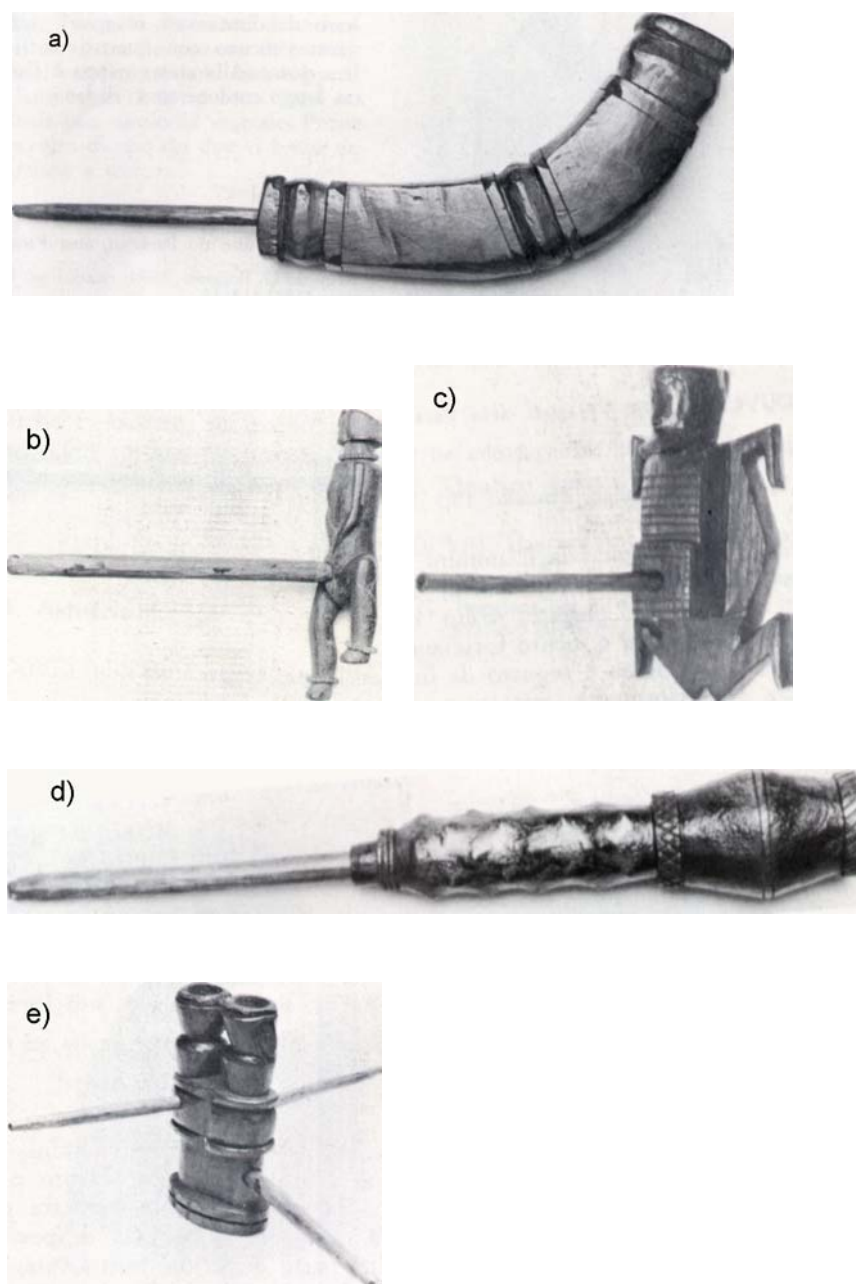


Figura 81: Cachimbos em madeira ⁸⁶ (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 141-2).

⁸⁶ Estes cachimbos se caracterizam, conforme o inventário feito pelo museu (Indios del Brasile, 1993, p. 141-2) por:

a) “Grande cachimbo de madeira usado pelos homens. O forninho, recurvado e com cortes quadrangulares, está decorado com linhas horizontais profundamente entalhadas. De um lado do forninho é visível a marca de propriedade. Inv. 49619. Comprimento forninho 23,5; comprimento tubo 12,5 cm.”.

6. 2. 6 - Manufatura em couro

Utilizavam o couro curtido de animais silvestres, como as espécies de veados (*Cervidae*), cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), ariranha (*Pteronura brasiliensis*), onça-pintada (*Panthera onca*), lobo-guara (*Chrysocyon brachyurus*), lontra (*Lutra* sp.), porco-do-mato (*Tayassu* sp.), anta (*Tapirus terrestris*) além do de gado bovino. O couro era empregado na vestimenta, além de ser utilizado como esteira, para sentar e dormir.

O couro de cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) era usado para secar a medula da palma bocaiúva ou namogoligi (*Acrocomia aculeata*) e produzir a farinha (Labrador, t. I, p. 159). O couro também era usado como base, para preparar sobre ele a argila para a confecção da cerâmica (Smith, 1922, p. 308)

b) “Cachimbo de madeira usado pelos homens, cujo forninho representa uma figura feminina. A cabeça, aberta no topo, está realisticamente produzida: o longo pescoço apresenta um fio de contas azuis; os braços, descem ao longo do tórax e as mãos estão apoiadas uma sobre o abdômen e outra sobre o púbis, onde enxerta-se o tubo. Uma perna está esticada, enquanto a outra está dobrada e leva gravado um grande X e uma linha horizontal. Nos tornozelos há um fio de contas azuis. Inv. 49608. Altura figura 14,5; comprimento tubo 15,9 cm.”

c) “Cachimbo de madeira, usado pelos homens, de forma vagamente antropomórfica, com braços e pernas dobradas, face com olhos e nariz entalhados e queixo fortemente saliente. O dorso está assinalado por linhas gravadas; na parte anterior apresenta uma saliência, assinalada por linhas horizontais e verticais, sobre as quais encaixa-se o tubo. Inv. 49605. Altura figura 12,1; comprimento tubo 10,3 cm.”

d) “Cachimbo de madeira, usado pelos homens, com corpo com corte elíptico escavado e gravado; nele encaixam-se três tubos de diversos comprimentos e espessuras. Na parte superior estão entalhados dois forninhos cilíndricos, cada um dos quais leva uma representação de rosto humano. Inv. 49604. Altura 13; comprimento tubo maior 12 cm.”

e) “Cachimbo horizontal de madeira, usado pelos homens, com longo forninho com amplos traços de pintura vermelha, decorado na parte superior com motivos geométricos gravados e na parte inferior com protuberâncias que alternam-se regularmente. Inv. 49640. comprimento 23,8 cm.”

Labrador (op. cit., p. 202) descreve a forma como retiravam o couro do animal no local da caçada e os procedimentos para curti-lo:

Luego que desuellan un animal, mientras unos hacen tasajos la carne, otros con los sablecillos que son sus ordinarios cuchillos, hacen unos pequeños agujeros todo alrededor de la piel, distante uno del otro como dos dedos. Después levantan un bastidor ú horca de tres palos, en ancho y alto proporcionado á la piel. Esta la cosen y estiran tan primorosamente á los palos del bastidor, que no le queda la más pequeña arruga. Si no llevan cuerdas para esta maniobra, la suplen con las hojas de palma Noyoliguaga, ó con una especie de paja correosa. Por lo común no le faltan cuerdas de prevención, tejidas ó de cerdas de caballo, ó de los hilos del cardo Nagacole.

Em outro trecho o autor continua:

Curten, ó por mejor decir, adoban las pieles de cirvos, venados, antas y puercos con bastante cuidado. Su modo se reduce á descarnarlas muy lindamente, secarlas bien estiradas y sobarlas fuertemente. Esta última operación si la piel es grande, la hacen refregándola con una cosa áspera, que por lo común es piedra. Dejan tan suaves estas pieles que hacen de ellas mantas para abrigarse. De las de nutria, cosiendo unas con otras, sacan unas mantas de tres y cuatro varas en cuadro, apetecidas de la gente española, aunque no las venden (ibid., p. 297).

Boggiani (1975, p. 174) observou que do acuri ou *etchate* (*Scheelea phalerata*) usavam “o reverso das folhas, depois de despida da série de folhas laterais, serve admiravelmente para estender os couros de cervo ao sol, sendo bastante fortes para resistir à tensão dos couros, ao passo que se vão secando”. O autor observou que na região habitada pelos Kadiwéu abundava a curupaí (*Acacia cf. farnesiana*), que, juntamente com o quebracho (*Schinopsis balansae*), possuem tanino na casca, substância empregada para curtir peles.

O couro era também utilizado na montaria como proteção no lombo do cavalo e para pelota. Mais tarde, passaram a confeccionar, a partir do couro, os diversos apetrechos para a montaria a cavalo.

Segundo Ferreira (1974, p. 81), a pelota era uma espécie de balsa, “onde embarcam os móveis que se não devem molhar, quando atravessam algum rio ou lagoa. Com a referida pelota [que] é o mesmo couro ajeitado ao feitio de um barco em que se pode transportar o seu trem, embarcando ele, assenta cada qual sobre a sua carga o seu filho e puxando por ela ou a nado ou a cavalo, a conduz para onde quer”.

Boggiani (1929, p. 545), em sua segunda expedição aos Kadiwéu, comprou um couro de “vaca de poco menos de un metro y medio cuadrado de superficie, que sirve de estera para dormir en el suelo y para reparo de la humedad. De un lado está completamente pintado com adornos en negro (con jugo de genipapo) sobre el fondo blanquizco de la piel. Es un objeto raro; nunca vi outro igual”. Segundo o autor, o couro é chamado de *lolládogo* pelos Kadiwéu. No *Museu Etnológico de Berlim*, encontra-se a foto deste couro decorado (Lehmann e Scotti, 1972, p. 131).

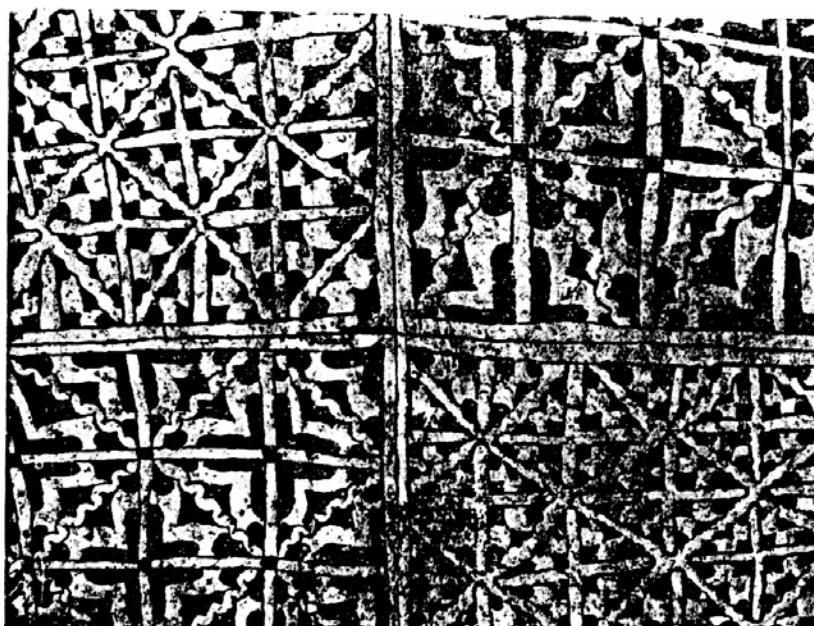


Figura 82: Couro bovino pintado com o suco de jenipapo (*Jenipa americana*) (Fonte: Lehmann e Scotti, 1972, p. 131).

Do couro podiam confeccionar sacos, como o mencionado por Rivasseau (1936, p. 151), que armazenava mel, e sacolas para transportar ou armazenar alimentos e objetos.

6. 2. 7 - Manufatura em concha, ossos, chifres, dentes, unhas e sementes

6. 2. 7. 1 - Utensílios de uso doméstico

Labrador (1910, t. I, p. 220) informa que do peixe Omageladi ou piranha “aprovechan de estos dientes y los usan en lugar de tijeras. Con ellos trasquilan las ovejas con tanta igualdad como lo más diestros esquiladores (...)”.

Há registro do uso de conchas como alisadores e / ou raspadores, tanto na manufatura da madeira, quanto na confecção da cerâmica (Labrador, 1910, t I, p. 296-7; Smith, 1922, p. 308; Boggiani, 1975, p. 141).

Rivasseau (1936, p. 216) registrou o uso de chifres bovinos entre os Kadiwéu; nestas guampas era preparado e bebido o mate: quente o chimarão e frio o terere.

6. 2. 7. 2 - Objetos de uso pessoal

Segundo Dobrizhoffer (1968, vol. II, p. 29), os Guaicurú “carecen de navajas o de pinzas, usan para tal fin una concha que afilan en una piedra o la mandíbula de una palometa”.

Ferreira (1974, p. 80) refere que “servem-lhes de navalhas com que rapam as cabeças, as conchas fluviais, que são os instrumentos cortantes de que originariamente se servem”.

Labrador (1910, t. I, p. 282) relatou o uso de conchas pelos Mbayá na decoração de peças do vestuário:

... en el cinto, tienen la paciencia de esmaltar las mantas festivas de planchitas de conchas. Á la orilla del río Paraguay y de algunas lagunas hacen provisión de dos especies de conchas que parecen ó son nacar para el bordado de sus vestidos. Las de una especie son casi como una mano de ancho y largo; la outra es menor en lo ancho y casi tan larga como la primera. Á la antecedente llaman nagagi y á la segunda labi. La superficie exterior en las dos especies y en otras muchas (que se hallan hasta siete), es negra y sutil; salta con facilidad y parece el cuerpo blanco de la concha. Por lo interior son muy lustrosas y a la luz brillan con diversidad de transitorios colores. Parten estas conchas en pedacitos menores que la uña del dedo chico ó como un medio real de plata; son redondos y taladrados por el medio; cógenlos sobre las mantas, haciendo de las conchas muchos caracoles. Las que pueden interpolan cuentas de vidrio gruesas, con las cuales realzan la obra y su resunción.

Castelnau (1949, p. 245) descreve que a mulher de um cacique “usava os cabelos presos com um pente muito parecido com os das mulheres espanholas, mas encimado de uma cabeça de cavalo”.

Boggiani (1975, p. 114) comprou dos Kadiwéu “três belos e pequenos pentes de osso ornados de figurinhas de onças, pumas, avestruz, cavalos, homens, etc.”. Segundo Scotti (1947, p. 38), os pentes eram confeccionados em chifre bovino.

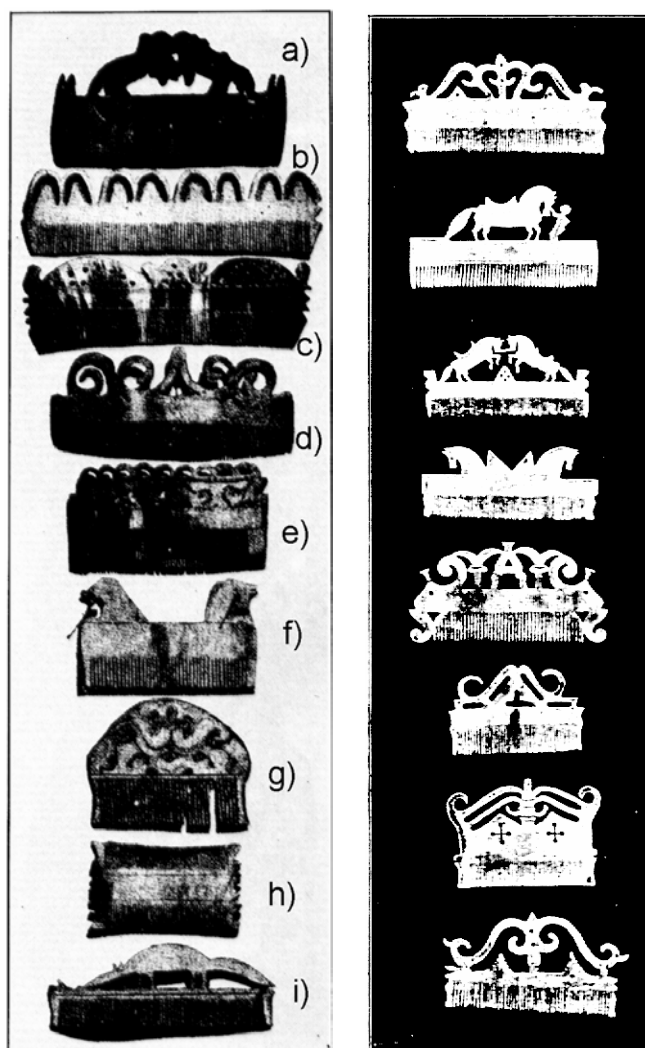


Figura 83: Pequenos pentes de chifre ornados de entalhes e desenhos gravados (Fonte: 1

- Boggiani, 1975⁸⁷; 2 - Koch-Grümbert, 1902, p. 6.

⁸⁷ Destes pentes, alguns foram publicados em *Índios del Brasile* (1993), da referida instituição. Segue abaixo a caracterização das figuras “a”, “d”, “g” e “i”, segundo inventário deste museu:

a) “Pente de chifre cujas amplas costas são decoradas com linhas horizontais e paralelas gravadas e um motivo em zigue-zague, conseguido mediante a técnica da perfuração. No centro, sobre o topo, dois cavalos empenados e selados estão unidos um ao outro por uma das patas anteriores. Sobre o flanco de um cavalo estão gravadas duas marcas de propriedade. Inv. 49591. Altura 8,5; comprimento 14 cm” (*Índios del Brasile*, 1993, p. 144-5).

d) “Pente de chifre, ligeiramente curvado. As amplas costas para a empunhadura são ornadas com linhas horizontais gravadas e vários motivos obtidos mediante perfuração, entre os quais grandes espirais, no alto. Inv. 49598. altura 6,7; comprimento 14,5 cm.” (*ibid.*).

Outros pentes confeccionados em chifres, além de grampos de cabelo e anéis confeccionados em matéria-orgânica, foram adquiridos pelo comerciante italiano na primeira expedição aos Kadiwéu, em 1892. Tais artefatos encontram-se no *Museu Pré-Histórico e Etnográfico Luigi Pigorini* em Roma.



Figura 84: Grampo de cabelo Kadiwéu (Fonte: *Indios del Brasile*, 1993, p. 144-5)⁸⁸.

Labrador (1910, t. I, p. 160) descreveu a confecção de anéis e brincos a partir da casca do coco da bocaiúva ou *Namogoligi* (*Acrocomia aculeata*):

De los huesos de los cocos sacam también adorno. Á costa de paciencia y tiempo, hacen unos anillos muy curiosos. Casi del mismo arte que los de metales, se usan por gala en los dedos, bien que los de los Guaycurús se destinan á outro uso. No entienden de torno; pero los pulen de modo que salen cono torneados. Cierito que no los labrará más iguales, en circunferencia y grosor, la mano más diestra. Amuelan los dichos huesos sobre piedras, y en estando en proporción de una sortija ordinaria, le dan al círculo en una parte un corte tan sutil, que á penas se distingue la cortadura, al cerrarse con su natural elasticidad el anillo. Por dicha cortadura eslabonan unos con otros; y con los de coco entreveran otros trabajos de

g) “Pente de chifre cujas amplas costas, em forma de semi-círculo, são decoradas com motivos gravados: sobre um lado, um lírio com várias volutas; sobre o outro, uma marca de propriedade. Inv. 49601. Altura 8; largura 9,7 cm.” (ibid.).

i) “Pequeno pente de chifre com dentadura dupla, decorado lateralmente com entalhes. A faixa mediana, que separa as dentaduras opostas, leva gravado um motivo floral, de um lado, e uma ‘marca de propriedade’ do outro. Inv. 49602. Comprimento 9; largura 5 cm.” (ibid.).

⁸⁸ Esta peça se caracteriza por: “grampo de osso, com duas pontas de comprimento diverso. As margens laterais, com entalhos em zigue-zague, curvam-se ligeiramente na parte superior, onde se recorta uma pequena meia lua; abaixo dela foi feito um furo. É usado pelas mulheres. Inv. 49603. Comprimento 14; largura 2,7 cm.” (*Indio del Brasile*, 1993, p. 144-5).

concha, que es ó parece del todo á la madre perla. Al fin queda concludida una vistosa malla de cuatro y aun seis dedos de ancho, y á veces de más de cuarta y media de largo. Por un anillo que queda arriba y es el principio de la obra, se cuelgan á las orejas estos zarcillos ó perendengues, que les caen sobre los hombros.

Rivasseau (1936, p. 81) descreve que os Kadiwéu usavam “adornos, colares, pulseiras, penduricalhos e diversos brincos, com os quais se enfeitam. No feitio desses objetos, entram sementes de algumas plantas, unhas e dentes de feras e madrepérola, proveniente de um molusco bivalve que vive nas lagunas”.

Em outro trecho o autor menciona a matéria-prima utilizada na confecção dos adornos:

O material que entra no seu feitio sai de diversas fontes. Vêem-se sementes de diversas plantas, unhas e dentes de feras, [...] e a madrepérola tirada de um marisco que vive nas lagunas. Esta madrepérola é recortada em pedaços de formas e tamanhos diferentes; e os colares confeccionados com ela são de um belo aspecto e efeito, em cima da pele escura avermelhada dos índios, assim como os penduricalhos, no pescoço e nas orelhas apesar de serem todos aqueles objetos, marcados de um cunho bastante tosco (Rivasseau, 1936, p. 104).

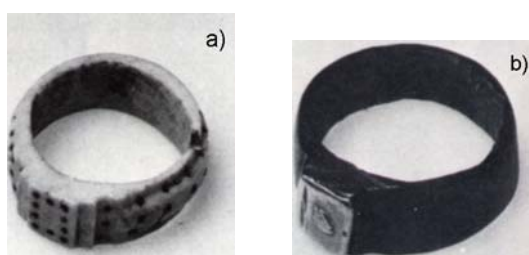


Figura 85: a) Anel de osso; b) Anel de coco⁸⁹ (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 148).

⁸⁹ Segue a caracterização destas peças:

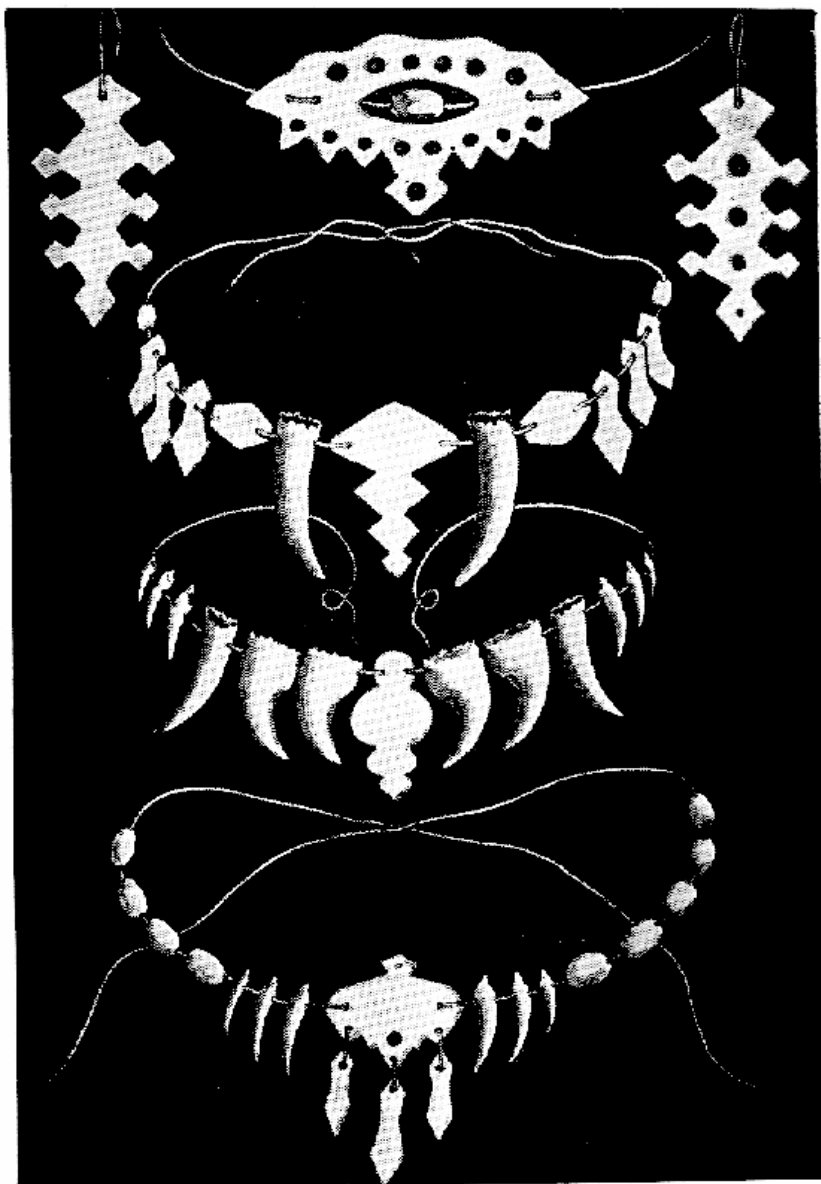


Figura 86: Adornos Kadiwéu confeccionados em concha, dentes, unhas e sementes
(Fonte: Rivasseau, 1936).

a) “Pequeno anel de osso: apresenta na parte anterior uma pequena saliência retangular gravada com pontinhos coloridos de preto; três filas de análogos pontinhos enegrecidos, giram ao redor de toda a circunferência da jóia. Inv. 51686. Diâm. 2 cm.” (Índios del Brasile, 1993, p. 148).

b) “Anel constituído do corte de uma noz de coco, em cuja parte central está fixada uma plaqueta retangular de prata, com uma pequena incrustação de ouro. Inv. 51688. Diâm. 2,3 cm.” (ibid.).

6. 2. 8 - Manufatura em metal

Os artefatos de metal confeccionados pelos Mbayá-Guaicurú referem-se, principalmente, a objetos empregados na decoração da vestimenta e em adornos como anéis, brincos, colares e outros. A prata constituía-se no metal mais empregado pelo grupo na produção de adornos.

Schmídel (1903, p. 249) constatou entre os Mbayá do Alto Paraguai, no século XVI, o emprego da prata na confecção de adornos: “mandaron [Mbayá] á nuestro capitán 4 coronas de plata, que se ponen en la cabeza; también le dieron 6 plennschen (planchas), de plata, de las que cada una media 1 ½ jemes de largo y medio jeme de ancho; las tales planchas se las atan á la frente por lujo y como adorno (...)”.

Labrador (1910, t. I, p. 296) descreve a forma e a técnica empregada pelos Mbayá na confecção de adornos de metal como a prata:

Estiran planchitas de metal amarillo ó de plata para adornar sus pendientes, barbote y cintos. La Platería tiene mucho de desperdicio. Compran la plata á los españoles á trueque de caballos; y del mismo modo adquieren el latón ó cobre amarillo. Una piedra mediana, dura y lisa, hace veces de yunque, y outra manejable de martillo. La fragua es una hoguerita encendida en el suelo, y las tenazas unos palitos. Entre dichas piedras estiran el metal cladeado hasta reducirlo al grosor que les parece justo. Después para sacarle el lustre, lo amuelen sobre outra piedra, y le bruñen con tierra menuda, ó ceniza reducida á polvo fino. Para darle la figura que pretenden, se valen del alfange, tijeras ó cuchillo. Como no saben fundirle pierden mucho metal en obras llanas. Á las planchitas les dan la figura cuadrada, de media luna ú outra á su arbitrio. Las primeras sirven solamente para adornos de los cintos y reddecillas y las segundas para zarcillos. Las mujeres y los chicos traen colgados al cuello, pendientes sobre el pecho uns planchas circulares que parecen patenas. Son de plata, y poco más gruesas que un pergamino: Llámanlas Lumí. Gastan días y paciencia en formar estas planchas, metiendo tanto ruido con los golpes, que parece oficina de mayor desempeño. Es cierto que quebrantan los oídos que no están acostumbrados á un macear continuo. Así forman también los cañutillos que no sueldan, porque no alcanzaron arte para hacerlo.

Segundo Prado (1856, p. 29), os Guaicurú:

... nas orelhas trazem meias luas de prata, isto há perto de 208 anos, tempo em que mataram um filho do Português Aleixo Garcia, com mais alguns, que deixou com bastante prata do baixo Paraguay, quando vinha o dito Garcia dos serros do Potosi, o que deu causa ao engano que os espanhóis tiveram de chamarem Rio da Prata, por toparem os índios com algumas porções dela.

Casal (1976, p. 129) escreve que os “adornos são canudos de prata enfiados em cordões ao pescoço; contas nos braços e nas pernas; e uma chapa do mesmo metal ao peito: para cuja fatura lhes serve uma pedra de safra, outra de martelo. Na antigüidade eram de pau estes ornatos, como ainda se vê em algumas pobres”.

Segundo Castelnau (1949, 245), “todos os índios dessa tribo [Kadiwéu] traziam no pescoço colares de prata, feitos de cilindro enfiados e produtos de roubos cometidos sobre os espanhóis”.

Boggiani (1975, p. 117-8) relatou que:

... enquanto estava escrevendo, o Capitãozinho trouxe para fora limas, martelos, alicates e não sei que outro instrumento e se pôs a fabricar, duma moeda de prata, um anel.

A arte do ourives tem alguma voga entre os caduveo, embora ainda no estado rudimentar. Vi colares, brincos, anéis e outros ornamentos feitos com certo gosto.

Não sabem, porém, soldar, talvez porque não tem o necessário e tudo se limita a reduzir as moedas a uma folha mais ou menos sutil, batendo-a a frio com o martelo, cortá-la, limá-la e ajeitá-la, segundo o uso para que deve servir.

Em outro trecho descreve:

... enfeitando o pescoço com colares de contas ou compridos tubos de prata alternados com grandes bolinhas de vidro azul ou sementes negras duríssimas, e terminando num penduricalho de forma variada, mas

geralmente redondo, com desenhos de pequenos pontos em relevo. Com muita frequência em lugar de penduricalhos se vêem pendentas moedas de prata. Nos pulsos das mãos e pés, os elegantes levam braceletes, os mais simples formados de um fio de contas azuis, cor preferida, os mais ricos de prata em tubinhos ou de moedas furadas e reunidas com contas azuis (Boggiani, 1975, p. 131).

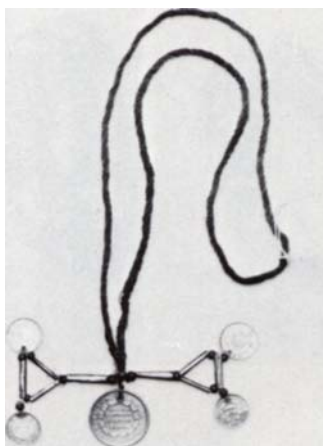


Figura 87: Ornamento com moedas⁹⁰ (Fonte: Indios del Brasile, 1993, p. 147).



Figura 88: Anel de prata⁹¹ (Indios del Brasile, 1993, p. 148).

⁹⁰ Conforme inventário: “ornamento para criança, usado para amarrar o topete de cabelos defronte à testa, constituído por um cordão de lã de cor vermelha, na qual está presa uma moeda de 50 centésimos da República Boliviana. Na parte inferior há uma série de varetas de prata, delimitadas por contas azuis, formando dois triângulos. Nas extremidades destes estão fixadas quatro moedas, duas argentinas, uma chilena e uma brasileira. Inv. 49869. Comprimento 82 cm.” (Ibid., p. 146)

⁹¹ “Anel de prata decorado, na faixa mediana em relevo, com gravações em x; na parte superior e inferior há uma série de pequenas incisões que indicam um motivo em espinhos. Inv. 51682. Diâmetro 2,3 cm.” (Indios del Brasile, 1993, p. 148).

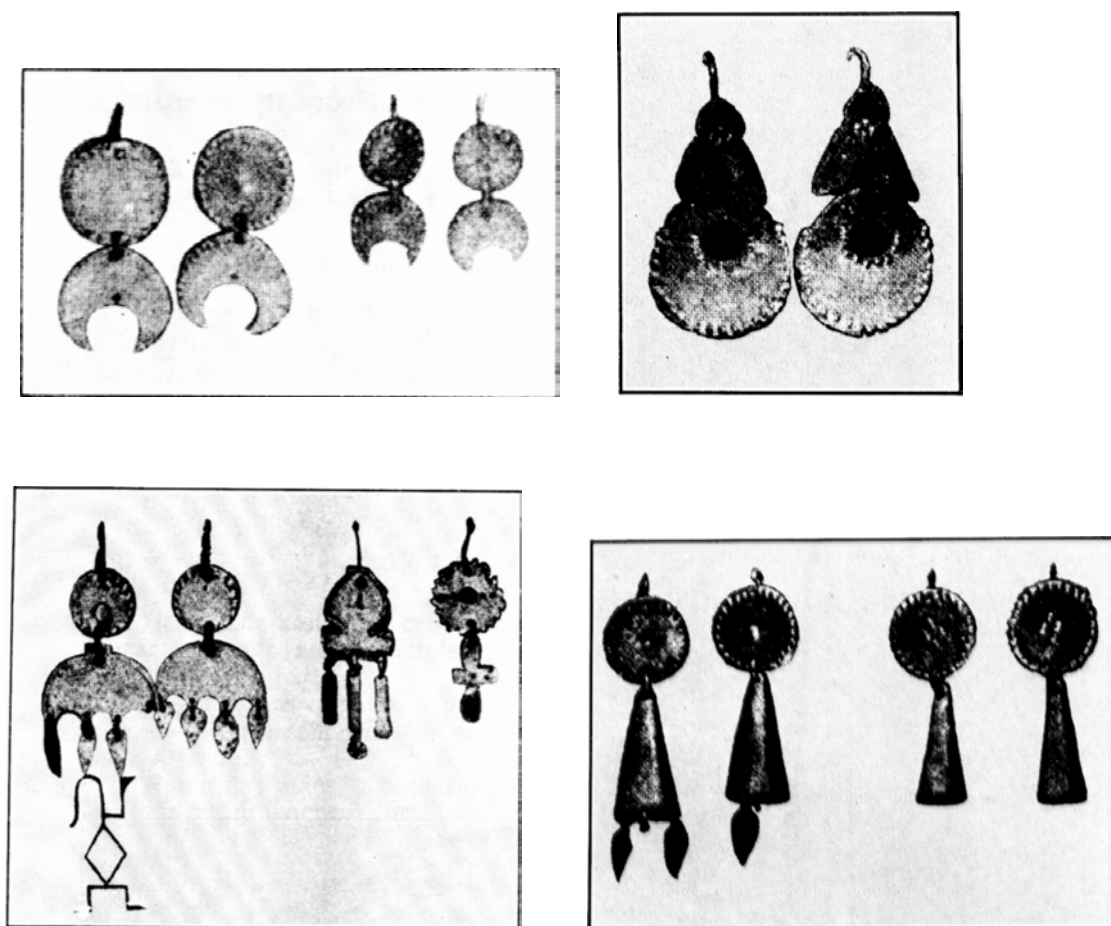


Figura 89: Brincos em prata; um deles possui uma marca de propriedade gravada
(Fontes: Boggiani, 1975).



Figura 90: Colares compostos de fios de prata e contas de vidro, com medalhões formados de moedas ou moedinhas de prata de várias formas (Fonte: Boggiani, 1975).

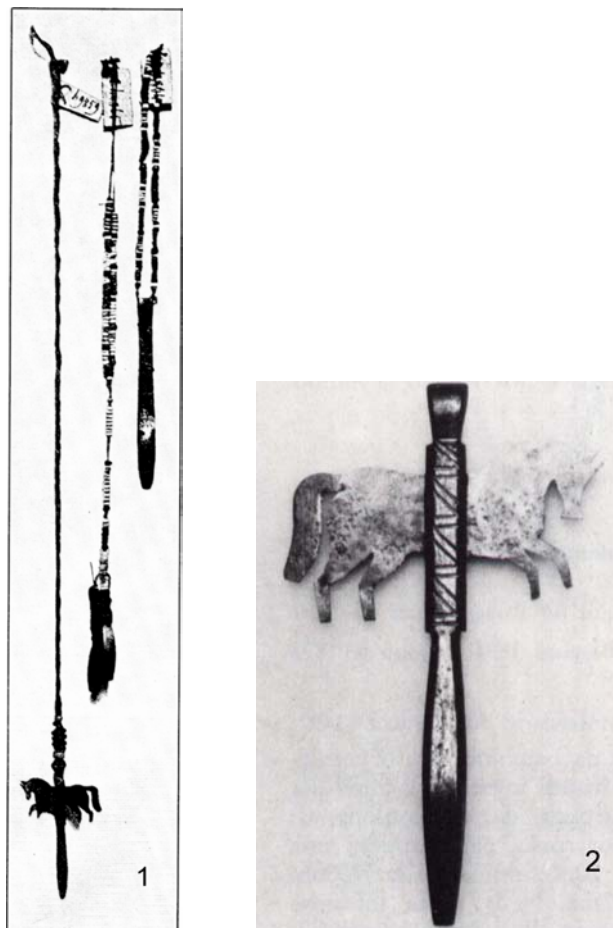


Figura 91: Pequenas pinças depilatórias de metal (Fontes: 1- Boggiani, 1975; 2 - Índios del Brasile, 1993, p. 145⁹²).

⁹² “Pinça de ferro usada para a depilação, com cabo decorado com gravações. No cabo está inserido um cavalinho de latão. Inv. 49859. Comprimento 6; largura 5 cm.” (Índios del Brasile, 1993, p. 146).

6. 2. 9 - Outros

Os Mbayá-Guaicurú passaram a adotar apetrechos e equipamentos domésticos e de trabalho aculturados a partir do contato com as sociedades nacionais. Segundo Velthem (1987, p. 99), “esses objetos exercem enorme fascínio sobre os índios por sua serventia e por representarem produtos da sociedade dominadora, tecnologicamente mais avançada. (...) Esta substituição de objetos destinados a cumprirem as mesmas funções que os autóctones, se estende a todas as esferas do âmbito doméstico e de trabalho”.

Os relatos produzidos a partir do século XIX mencionam o uso entre as tribos Mbayá-Guaicurú de tesouras, enxadas, panelas de ferro, colheres, facas, facões, chaleira, moenda, tacho e outros.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi propor aportes para o conhecimento da área, do assentamento, da subsistência e da cultura material do grupo indígena Mbayá-Guaicurú, visando construir um modelo de padrão de assentamento. Para tanto, revisou-se a produção histórica escrita, analisando os dados culturais de interesse para este trabalho, utilizando o método etno-histórico de recuperação e organização das informações.

A análise dos dados encontrados nas fontes etno-históricas escritas permitiu verificar as transformações culturais ocorridas no grupo Mbayá-Guaicurú durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Essas transformações, decorrentes de contatos com outros grupos indígenas, mas, fundamentalmente, com os espanhóis e portugueses, manifestaram-se na incorporação de novos elementos culturais coloniais, forçaram a

migração para novas áreas menos povoadas e redundaram na contínua diminuição populacional, principalmente no século XIX, quando lutaram na guerra contra o Paraguai, enfrentaram epidemias e lutas pela posse de suas terras.

Através da documentação escrita foi possível identificar as áreas de ocupação do grupo, dividido inicialmente, no século XVI, em núcleo sul (Guaicurú) e norte (Mbayá), e acompanhar as migrações territoriais realizadas entre os séculos XVI e XIX, assim como a incorporação de novas áreas. Tudo isto se refletiu na ocupação de espaços distintos em épocas distintas; e no processo de redução e concentração das terras habitadas pelos Mbayá-Guaicurú.

Entre os séculos XVI e XIX, a mudança do ambiente chaquenho para o do Pantanal e áreas adjacentes, somada às transformações culturais, resultou em formas distintas de organização do espaço também refletidas no padrão de subsistência e na cultura material, com a presença cada vez maior de equipamentos modificado pelo contato com os colonizadores, substituindo os originalmente confeccionados e / ou artefatos confeccionados a partir de novas matérias-primas.

O propósito de construir um modelo único de assentamento Mbayá-Guaicurú para auxiliar as pesquisas arqueológicas nas áreas historicamente habitadas pelo grupo foi alterado a partir do reconhecimento de vários tipos de assentamentos. Dessa forma, foram apresentados e diferenciados, na medida do possível, vários tipos de assentamentos segundo o espaço, o tempo e as diversas tribos Mbayá-Guaicurú.

Para a área chaquenha tem-se uma ocupação basicamente instável e temporária. Os grupos, enquanto pedestres, encontravam-se continuamente em deslocamento pelo Chaco em busca de áreas mais propícias e com melhores recursos alimentares, respeitando as estações de chuvas torrenciais e secas rigorosas. Na estação da seca, os

grupos caçadores, coletores e pescadores recorriam a locais onde dispunham de reservas de água, como charcos, esteiros e lagoas.

Essa forma de assentamento temporário continuou a ser padrão nas fontes pertinentes para a região do Chaco, mesmo a partir da reorganização em grupos eqüestres, divididos em tribos e socialmente em estamentos hierárquicos, dentre os quais o dos guerreiros tinha papel fundamental. Subjacentes a este tipo de assentamento estão a mobilidade territorial propiciada pela adoção do cavalo e a economia botineira de assaltos e roubos a cidades e propriedades espanholas. A inexistência de acampamentos fixos lhes garantia a segurança de não serem tão facilmente encontrados e atacados pelas expedições punitivas.

A ocupação da margem oriental do rio Paraguai, no caso a região do Pantanal e áreas periféricas, se dá a partir de meados do século XVII. No Pantanal tem-se a ocupação sazonal de áreas alagadiças acompanhando o ciclo da subida e da descida das águas; e a ocupação de áreas não inundáveis na borda do Pantanal e aldeias estáveis. Os Kadiwéu, no século XIX, conjugavam aldeias estáveis com acampamentos sazonais para determinada atividade de subsistência, como a caça de veado ou a colheita de frutos, e a ocupação de aterros durante as inundações periódicas. A princípio tais sítios arqueológicos, os aterros, ocupados pelos Kadiwéu, são resultantes de fatores de ordem natural, mas não se descarta a hipótese de ação antrópica.

A subsistência Mbayá-Guaicurú era baseada nas atividades de caça, coleta e pesca, com o aproveitamento de uma gama variada de recursos faunísticos e florísticos, propiciados pelo ambiente encontrado na margem oriental do rio Paraguai. A partir da maior estabilidade na ocupação do espaço e do forte processo de aculturação diante da pressão das sociedades nacionais, a subsistência do grupo passou a ser incrementada com

uma agricultura rudimentar, principalmente no século XIX. No tempo em que ainda não cultivavam produtos agrícolas, estes eram obtidos junto a outros grupos indígenas horticultores, como, por exemplo, através do roubo das roças dos Guaraní ou pela vassalagem exercida sobre os Chané.

A criação de alguns animais domésticos como o cavalo e o gado bovino teve grande destaque na sociedade Mbayá-Guaicurú. O cavalo tornou-se o principal meio de locomoção, sendo plenamente assimilado e utilizado tanto na guerra, em ataques e assaltos aos colonizadores ou a outros grupos indígenas, como para a caça de animais de médio e grande porte, por meio do emprego de novas táticas. Os rebanhos eqüinos eram considerados também uma fonte de riqueza e comércio. O gado bovino tinha, também, papel importante como fonte alimentar. O couro bovino era muito apreciado para as trocas comerciais e era empregado na confecção de equipamentos de uso doméstico.

Quanto à cultura material mais especificamente, encontra-se um processo contínuo de agregação de elementos culturais e o aproveitamento de matérias-primas das sociedades coloniais, com uma evolução tecnológica da manufatura tanto de equipamentos de subsistência quanto de uso doméstico. O desenvolvimento da cerâmica, ocorrido, ao que parece, somente a partir de meados do século XVIII, e do trançado parece estar ligado a influências dos grupos Guaná-Arawak, historicamente seus vassalos.

Entre os grupos indígenas do Chaco, os Mbayá-Guaicurú foram os únicos que desenvolveram a manufatura de artefatos em metal, principalmente adornos, utilizando a técnica do martelado. Empregavam como matéria-prima principalmente a prata. No entanto, desconheciam os processos da metalurgia.

Os dados levantados para a ocupação da região do Chaco pelo grupo dificilmente poderão ser trabalhados pela arqueologia, na medida em que a pouca temporalidade dos

acampamentos implica na escassez de vestígios arqueológicos. Soma-se a este fator as condições ambientais da região. Segundo Renfrew e Bahn (1993, p. 57-62), as regiões que apresentam condições ambientais de clima e solo extremos de secura, umidade ou áreas frias e congeladas durante todo o ano tendem a conservar os artefatos de origem orgânica. A região do Chaco, no entanto, reúne todas as condições desfavoráveis a conservação de materiais orgânicos: chuvas torrenciais combinadas com temperaturas que alternam períodos extremos de calor úmido e frio árido e solos ácidos. Desta forma os vestígios arqueológicos Mbayá-Guaicurú de origem orgânica, ainda que de sítios arqueológicos com ocupações recentes datados em 300 ou 400 anos atrás, dificilmente resistiriam. O mesmo processo de decomposição rápida deve ocorrer com os vestígios funerários característico do grupo.

Aliado a estas condições desfavoráveis à conservação de artefatos orgânicos, tem-se praticamente a inexistência de artefatos inorgânicos nesta região, como peças líticas e cerâmicas, exceto os metais. As primeiras são pouco usadas pela carência de fontes líticas na região (Moura, 1943, p. 26) e a cerâmica, até onde foi possível averiguar nas fontes etno-históricas, somente foi desenvolvida a partir de meados do século XVIII, relacionadas provavelmente a assentamentos na margem oriental do rio Paraguai.

No caso de artefatos de metal como os de ferro, prata, cobre e outros que o grupo utilizava, conforme Renfrew e Bahn (*ibid.*, p. 51), a prata e o ouro tendem a conservar-se. Já o cobre e o bronze em solos ácidos podem oxidar-se até o ponto de sobrar somente um depósito ou mancha verde no solo. A oxidação do ferro o corrói deixando uma descoloração na terra. No entanto, não sabemos até que ponto tais vestígios seriam percebidos e reconhecidos em trabalhos arqueológicos.

Na medida que os acampamentos eram muito temporários no Chaco, os sítios arqueológicos são provavelmente bastante superficiais, e diante das condições ambientais desfavoráveis, como as chuvas torrenciais que lavam a superfície terrestre, nem os vestígios de estruturas de combustão, como o carvão de fogueiras, restariam.

A dificuldade em trabalhos arqueológicos no Chaco está na localização, ou seja, na visualização de sítios arqueológicos na paisagem chaquenha. Se eventualmente esses sítios fossem encontrados nos locais preferencialmente habitados pelo grupo, como áreas próximas a fontes de água, o problema está na identificação do (s) grupo (s) indígena (s) que o habitaram, uma vez que os artefatos orgânicos raramente se conservam nesta região e os inorgânicos, por outro lado, são escassos.

Os artefatos chaquenhos que fossem encontrados dificilmente possibilitariam a relação com o grupo Mbayá-Guaicurú, uma vez que os artefatos usados por eles são comuns a outros grupos caçadores-coletores-pescadores que migravam pela região.

Por outro lado, as informações sobre os assentamentos mais estáveis, como os dos Kadiwéu, e mesmo os sazonais próximos à Lagoa do Jacadigo e da Serra de Albuquerque, são plausíveis de utilização nas pesquisas arqueológicas, como na localização e / ou na identificação arqueológica do grupo, devido a um acúmulo maior de refugos. No Pantanal o solo arenoso-argiloso combinado com as conchas provoca o fenômeno de concrecionamento do solo, o que de certa forma auxilia na conservação dos vestígios fitofaunísticos.

Especificamente, os dados relativos ao assentamento Mbayá-Guaicurú nas áreas à beira da Lagoa do Jacadigo e da Serra de Albuquerque servirão para identificar os sítios arqueológicos cadastrados pelo *Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul*,

ocupados pelo grupo em uma das áreas especificadas de ação deste programa, no caso na região de Albuquerque.

Um indício importante a ser considerado nos assentamentos Mbayá-Guaicurú são os rebanhos eqüinos. Para a região de Albuquerque as fontes etno-históricas chegam a mencionar a existência de seis a oito mil cavalos, enquanto que para os Kadiwéu da região do rio Nabileque a quantidade é muito menor, e relacionada praticamente às atividades domésticas. Para os primeiros, os grandes rebanhos eqüinos eram fonte de riqueza, quando vendidos ou trocados com as sociedades nacionais por produtos de que necessitavam.

As informações sobre os assentamentos Kadiwéu, principalmente os relativos ao final do século XIX, poderão ser utilizadas nos trabalhos arqueológicos de uma área, específica do atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul, a região dos rios Nabileque, Niutaque e Branco, território habitado pelo grupo naquela época. Estes dados devem propiciar a localização e a identificação dos sítios arqueológicos Kadiwéu nesta área principalmente no que se refere a aldeias, caracterizadas por ocupações mais sedentárias e com uma duração temporal maior. Além disso, as aldeias Kadiwéu encontram-se geralmente em locais não inundáveis, locais estes que não são alterados pelo processo de sedimentação do período das cheias. Os acampamentos temporários Kadiwéu, os aterros em áreas inundáveis, por outro lado, estavam localizados à beira dos rios da região, sendo facilmente visualizados na paisagem, primeiro por se tratarem de elevações do terreno numa área de planícies sem matas e segundo pelo fato de os aterros possuírem capões de mato, chamados de “ilhas de bosques” pela literatura pertinente.

Os vestígios das estruturas de habitação Kadiwéu, assim como as estruturas funerárias, provavelmente sejam visualizados em prospecções e escavações

arqueológicas, por se tratarem de habitações mais estáveis, com o emprego de materiais mais duráveis. As fontes etno-históricas mais recentes sobre os Kadiwéu primam por dados mais completos quanto à localização das antigas aldeias e descrições físicas da paisagem do local, o que contribui para a localização e identificação dos sítios arqueológicos Kadiwéu na paisagem.

Ressalta-se que as descrições pertinentes à cerâmica quase que em sua totalidade se referem aos Kadiwéu, não podendo ser usadas diretamente como indício cultural para o material cerâmico de sítios arqueológicos de outras tribos Mbayá-Guaicurú, que possivelmente devem apresentar diferenças.

Além dos tipos de assentamentos caracterizados neste trabalho, podem ocorrer outras formas de ocupação, ou divergência entre os sítios arqueológicos em várias áreas, assim como na cultura material, não constatadas na produção histórica analisada.

Neste sentido, trabalhos futuros poderão comparar as informações de cunho etno-histórico resgatadas e analisadas nesta pesquisa com as provenientes de pesquisas arqueológicas. E assim empregá-las com o cuidado de pensar uma história contínua dos Mbayá-Guaicurú.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional. **Boletim del Instituto Geográfico Argentino**, Buenos Aires, XIX, p. 464-510, 1898.

ALVEAR, Diego de. Relación Geográfica e Histórica del Territorio de las Misiones por el Brigader D. Diego de Alvear. **Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de la Provincia del Río de La Plata por Pedro de Angelis**. T. Quinto. Buenos Aires: 1970, p. 565- 727.

AUDIBERT, Alejandro. **Los Límites de la Antigua Provincia del Paraguay**. 1^a Parte.

Buenos Aires: Imprenta La Economica, 1892, 386 p.

AZARA, Félix. **Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay, Misiones**

Guaraníes. Bibliografía, prólogo y anotaciones por Rodolfo R. Schuller. T. I.

Montevideo: 1904, 474 p.

_____. **Descripcion e Historia del Paraguay y del Rio de La Plata**. Buenos Aires:

Editorial Bajel, 1943.

_____. Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata. Estudio preliminar y

notas aclaratorias por Fernando Marquez Miranda. In: **Viajes por America del Sur**.

Viajes y Viajeros. II. Madrid: Aguilar, 1962, p. 332 - 497 (Bibliotheca Indiana, IV).

_____. **Viajes por la América Meridional**. Trad. Francisco de Las Barras de Aragón.

Madrid: Espasa-Calpe, 1969, 326 p. (Colección Austral).

BALDUS, Herbert. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. São Paulo: 1954, 859

p.

_____. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. Vol II. Hannover:

Kommissionsverlag Münstermann - Druck GMBH, 1968, 864 p.

BARBOZA, Francisco de Oliveira. Noticias da Capitania de S. Paulo, da America

Meridional escriptas no anno de 1792. **Revista Trimensal de Historia e**

Geographia ou Jornal do Instituto Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. V, n

° 17 (abril de 1843), 3^a., p. 22-36, 1885.

BINFORD, Lewis R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological

reasoning. **American antiquity**, v. 32, n. 1, p. 1-12, Jan. 1967.

_____. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American antiquity**, v. 45, n. 1, p. 4-20, Jan. 1980.

_____. **En busca del Pasado**. Descifrando el registro arqueológico. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, 283 p.

BOGGIANI, Guido. Etnografía del Alto Paraguay. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**, Buenos Aires, XVIII, p. 3-15, 1898.

_____. Cartografía lingüística del Chaco por el Dr. Daniel G. Brinton. **Revista del Instituto Paraguayo**, Asunción, año II, n. 16, p. 106-137, 1899.

_____. **Compendio de Etnografía Paraguaya Moderna**. Asunción: 1900.

_____. Viajes de un artista por la América Meridional. Los Caduveos. Expedición al río Nabileque, en la región de las grandes cacerías de venados. Mato Grosso (Brasil). **Revista del Instituto de Etnología de la Universidad Nacional de Tucumán**, Tucumán, t. I, p. 495-556, 1929 (1930).

_____. **Os Caduveos**. Trad. de Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, 245 p. (Reconquista do Brasil, v. 22).

BOSSI, Bartolomé. **Viaje Pintoresco por los Rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributario del grande Amazonas, con la descripcion de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geografico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris: Libreria Parisiense, 1863, 153 p.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. Comentarios. Escriptos por Pero Hernández, escribano y secretario de la Provincia, y dirigidos al serenísimo, muy alto y muy poderoso Señor el infante Don Carlos N. S. Estudio Preliminar y notas aclaratorias

de D. Roberto Ferrando Perez. In: **Viajes por America del Sur**. Viajes y Viajeros. II. Madrid: Aguilar, 1962, p. 13 - 87. (Bibliotheca Indiana, IV).

_____. **Naufragio y comentarios**. Edición, introducción y notas de Roberto Ferrando. 2. ed. Madrid: Raycar, 1984, 318 p. (Colección Historia, 16 - Serie Cronicas de América, 3).

_____. **Naufrágios e Comentários**. Trad. do texto Jurandir Soares dos Santos. Trad. da introdução Bettina Becker. Apresentação Henry Miller. Porto Alegre: L & PM, 1987, 256 p. (Col. L & PM/ História, Série “Os Conquistadores”, vol. 3).

CAMELLO, João Antonio Cabral. Noticias Praticas das minas do Cuiabá e Goyazes, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. IV, n. 16 (janeiro de 1843), 2. ed., p. 487-500, 1863.

CAMPONEZ, Marcelino Rodrigues. Exploração do rio Paraguay e primeiras praticas com os índios Guaicurús. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. XXVII (1º trimestre), Primeira Parte, p. 70-80, 1865.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos, do gentio barbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo ... até o dia 20 de maio de 1723. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. XXV, p. 437-449, 1862.

CARDOZO G., Armando. **Auquenidos**. La Paz: Centenario, 1954.

- CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: Encruzilhada de povos ou “Melting Pot” Cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In: CUNHA, Manoela Carneiro (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAESP, 1992, p. 457-474.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, 342 p. (Col. Reconquista do Brasil, vol. 27).
- CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. T. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, 378 p. (Col. Brasiliana, vol. 266-A).
- CHANG, K. C. Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology. **Current Anthropology**, v. 8, n. 3, p. 227-243, June 1967.
- _____. **Nuevas Perspectivas en Arqueología**. Madri: Alianza Editorial, 1976, 175 p.
- CHAVES, Julio César. **Descubrimiento y Conquista del Rio de la Plata y el Paraguay**. Asunción: Ediciones Nizza, 1968, 275 p. (Vol. 1 de la Historia General del Paraguay).
- CHARLEVOIX, P. Pedro Francisco Javier de. **Historia del Paraguay**. T. I. Anotaciones y correcciones latinas del P. Muriel. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1910, 402 p.
- CHEVALIER, Sonia Rosalie B. Alguns mitos dos Kadiwéu. **Publicações do Museu Municipal de Paulínia**, Paulínia, n. 22, p. 1-10, 1982.

CHIARA, Vilma. Armas: bases para uma classificação. In: RIBEIRO, Darcy (Editor).

Suma Etnológica Brasileira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 117-138. vol. 2: Tecnologia Indígena.

CLINE, Howard. Introduction: Reflections on Ethnohistory. In: _____. Guide to Ethnohistorical Sources. Part one. **Handbook of Middle American Indians**. Volume twelve. University of Texas Press Austin, 1972, p. 3-15.

COLINI, G. A. Notícia Histórica e etnográfica sobre os Guaicuru e os Mbayá. In: BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Trad. de Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 249-262 (Reconquista do Brasil, v. 22). Apêndice.

COOPER, John M. Estimulantes e narcóticos. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 101-118. v. 1: Etnobiologia.

_____. Armadilhas. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 163-172. vol. 2: Tecnologia Indígena.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Pantanaís Matogrossenses**. Devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946, 170 p. (Biblioteca Geográfica Brasileira, série A, Publ. n. 3).

D'ALINCOURT, Luiz. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade do Cuyabá. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, T. XXV (3 ° trimestre de 1857), p. 334-345, 1862.

D'ORBIGNY, Alcides. **Viaje a la America Meridional**. Brasil - República del Uruguay - República Argentina - La Patagonia - República de Chile - República de Bolivia - República del Perú. T. I. Prólogo de Ernesto Morales. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1945, 439 p. (Colección Eurindia).

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Trad. e notas de Sérgio Milliet, notícia biográfica de Rubens Borba de Moraes. 6. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1975, 291p.

DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO. 30. ed. São Paulo: Globo, 1993.

DOBRIZHOFER, Martin S. J. **Historia de los Abipones**. V. I. Traducción de Edmundo Wernicke. Advertencia editorial del profesor Ernesto J .A . Maeder. Noticia biográfica y bibliográfica del Padre Martín Dobrizhoffer, por el Académico R. P. Guillermo Furlong, S. J. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1967, 568 p.

_____. **Historia de los Abipones**. V. II. Traducción de la Profesora Clara Vedoya de Guillén. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1968, 482 p.

_____. **Historia de los Abipones**. V. III. Traducción de la Profesora Clara Vedoya de Guillén. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1970, 403 p.

ELLIOTT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do**

Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. X (2 ° trimestre de 1848), 2. ed., p. 153-177, 1870.

ESPINOSA, Antonio Vásquez de. *Compendio y descripción de las Indias Occidentales*. *Transcrito del manuscrito original por Charles Upson Clark*. **Smithsonian Miscellaneous Collections**, Waashington, Vol. 108, 1948, 801 p.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas capitanias do grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. São Paulo: Conselho Federal de Cultura, 1974, 161 p. (Memória Antropologia).

FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas**. De 1825 a 1829. Tradução do Visconde de Taunay. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948, 343 p.

FONSECA, João Severino da. **Viagem ao redor do Brasil**. V. I. Rio de Janeiro: Typografia de Pinheiro & C., 1880, 375 p.

FREUNDT, Erich. **Índios de Mato Grosso**. Introdução de Herbert Baldus. São Paulo: Edições Melhoramento, 1947, 32 p.

GALVÃO, Eduardo. O Cavalo na América Indígena; nota prévia a um estudo de mudança cultural. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, São Paulo, v. XIV, p. 221-232, 1963.

GILMORE, Raymund M. Fauna e etnozoologia da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 189-234. V. 1: Etnobiologia.

GONGORA, Diego de. Carta de D. Diego de Gongora a S. M. sobre los yndios guaycurús y payagua (1622). In : GARAY, Blas. **Colección de Documentos**

relativos a la historia de América y particularmente a la historia del Paraguay.

t. I. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1899.

GRANDES ATLAS MUNDIAL. Rio de Janeiro: Ed. Ypiranga, 1967, 195 p. (Seleções do Reader's Digest).

GRATY, Alfredo M. Du. **La Republica del Paraguay.** Traducción por Cárlos Calvo. Imprenta José Jacquin, 1862, 364 p.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. **Anales del Descubrimientos, Población y Conquista del Río de la Plata.** Asunción: Ediciones Comunero, 1980, 305 p.

HANKE, Wanda. Cadivéns y Terrenos. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. II, p. 79-86, 1942.

HARTMANN, Thekla. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira.** V. III. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1984, 724 p.

INDIOS DEL BRASILE. Soprintendenza Speciale al Museo Preistorico e Etnografico Luigi Pigorini. Soprintendenza Archeologica di Roma. Culture che scompaiono. Roma: De Luca Editore, 1993, 161 p.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Creação da Directoria dos Indios na Provincia de Mato Grosso. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. IX (4 ° trimestre de 1847), 2. ed, p. 548-554, 1869.

JOLÍS, José. **Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco.** Traducción María Luisa Acuña. Estudio Preliminar Ernesto J. A . Maeder. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1972, 393 p.

KARMACK, Robert M. Etnohistória y Teoría Antropológica. **Cuadernos del Seminario de Investigación Guatemalteca**, Guatemala, n. 26, 1979.

KERSTEN, Ludwig. **Las Tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII**. Una Contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica. Trad. De Jorge von Hauenschild. Advertencia preliminar de Eldo Serafin Morresi. Resistencia: Universidad Nacional del Nordeste, 1968, 127 p.

KOCH-GRÜMBERG, Theodor. Die Guaikústämme. **Globus**, t. LXXXI, Braunschweig, p. 39-46, 1902.

LABRADOR, P. José Sánchez. **El Paraguay Católico**. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 2 t., 1910.

LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina**: Uma Etnohistória e Sugestões para os Arqueólogos. São Leopoldo, 1994. Dissertação (Mestrado em História, na área de concentração Estudos Ibero-Americanos), Universidade do Vale dos Rio dos Sinos.

LEHMANN, Alberto e SCOTTI, Pietro. La collezione Etnografica Sudamericana Boggiani del Museo Etnologico di Berlino. **Atti della Reale Accademia Ligure do Scienze e Lettere**, Genova, v. XXVIII, p. 121-141, 1972.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana pelo capitão de fragata da armada nacional e imperial Augusto Leverger. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, t. XXV, p. 211- 284, 1862.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Noelia Bastard. Buenos Aires: EUDEBA, 1973, 419 p.

- LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 173-230. vol. 2: Tecnologia Indígena.
- LOUKOTKA, Chestmir. *Línguas indígenas do Brasil*. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. LIV, p. 147-174, fev. 1939.
- LOZANO, P. Pedro. **Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman**. T. I. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1873, 468 p.
- _____. **Descripcion Corografica del Gran Chaco Gualamba**. Reedición con prólogo e índice por Radames A . Altieri. Tucuman: Universidad Nacional de Tucuman, 1941, 465 p.
- MAACK, Reinhard. Sobre o itinerário de Ulrich Schmidl através do sul do Brasil (1552-1553). **Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná**, Curitiba, série II, n. 1, p. 1-64, jan. 1959.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O Selvagem**. Prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, 159 p. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 16).
- MAGALHÃES, Magna Lima. Investigação do grupo Indígena Payaguá: Uma tentativa Interdisciplinar as Interpretações Arqueológicas do Pantanal Sul Matogrossense. In: IX CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (1997: Colonia).
- MALHANO, Hamilton Botelho. Glossário da habitação. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 93-4. vol. 2: Tecnologia Indígena.

MANIZER, H. H. Musica e instrumentos de musica de algumas tribus do Brasil. **Revista Brasileira de Musica**, Rio de Janeiro, I, 4 ° facículo, p. 303-327, 1934.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve Painei Etno-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: 1992.

MARTIUS, Carl Friedr. Phil. Von. **Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no Imperio do Brazil**. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863, 548 p.

MAWE, John. **Viagens ao Interior do Brasil**. Trad. de Selena Benevides Viana. Prefácio de Mário Guimarães. Introdução e Notas de Cladio Ribeiro Lessa. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, 243 p. (Col. Reconquista do Brasil, vol. 33).

MELLO, Raul Siveira de. **História do Forte Coimbra**. 1. v., I, II, III, IV e V Períodos (1500 a 1718). Rio de Janeiro: SMG, Imprensa do Exército, 1958, p. 292.

_____. **História do Forte Coimbra**. 2. v., VI e VII Períodos (1748 a 1802). Rio de Janeiro: SMG, Imprensa do Exército, 1959, 489 p.

_____. **História do Forte Coimbra**. 3. v., VIII e IX Períodos (1803 - 1810 e 1810 - 1812). Rio de Janeiro: SMG, Imprensa do Exército, 1960, 220 p.

_____. **História do Forte Coimbra**. 4. v., X e XI Períodos (1823 - 1870 e 1870 - 1955). Rio de Janeiro: SMG, Imprensa do Exército, 1961, 411 p.

MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWRAD, Julian H. (Editor). **Handbook of South America Indians**. The Marginal tribes. Part 2: Indians of the

Chaco. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1963, v. 1, Bulletin 143, p. 197-370.

_____. Armas. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 139-162. vol. 2: Tecnologia Indígena.

MOURA, Pedro de. Bacia do Alto Paraguai. Revista Brasileira de Geografia, São Paulo, a. 5, n. 1, p. 3-38, jan-mar. 1943.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **A Política Indigenista Brasileira durante o século XIX**. Rio Claro: 1971, 389 p. (Tese de doutorado em Antropologia), Faculdade de Filosofia e Letras de Rio Claro.

MURDOCK, George P.; FORD, Clellan S.; HUDSON, Alfred e et. al. **Guía para la clasificación de los datos culturales**. Versión castellana preparada por el Instituto Indigenista Nacional de Guatemala y la Unión Panamericana. 3. ed. Washington: Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1963, 295 p. (Serie Manuales Técnicos, 9).

MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay**. Desde 1747 hasta 1767. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid: Librería General de Victorino Suarez, 1918, 659 p.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. 1. ed., 2. imp. Rio de Janeiro: IBGE, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, 93 p.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem *tekohá* não há *tekó***: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Dissertação (Mestrado em História, área de

concentração em História Ibero-Americana), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993, 2 v.

NUÑEZ, Alfredo Jiménez. Sobre el concepto de Etnohistória. In: PRIMERA REUNIÓN DE ANTROPOLOGOS ESPAÑOLES (1975: Sevilha), p. 91-105.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. **Os Argonautas Guató**. Aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense. Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em História, na área de concentração Arqueologia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. A utilização da analogia etnográfica no estudo dos aterros da região pantaneira de Corumbá, MS. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8 (2), p. 159-167, 1994-95.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do Índio ao Bugre**. O processo de assimilação dos Terêna. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, 152 p.

OÑATE, Pedro de. Carta Anua de 1615. **Documentos para la Historia Argentina**. T. XX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p. 3- 62.

_____. Carta Anua de 1616. **Documentos para la Historia Argentina**. Tomo XX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p. 63-108.

_____. Carta Anua de 1620. **Documentos para la Historia Argentina**. Tomo XX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p. 164-222.

PASTELLS, R. P. Pablo. **Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay** (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. T. I. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1912, 592 p.

PEIXOTO, José Luis. **A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho-MS**. Relatório Final de Bolsa de Recén-Mestre. FAPERGS. São Leopoldo, 1995.

PRADO, Francisco Rodrigues do. Historia dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. I, 2. ed., n. 1 (1 ° trimestre de 1839), p. 25 - 57, 1856.

PUSINERI, Adelina. **Guia Ilustrada del Museo Etnografico Andres Barbero**. Asunción: editora Litocolor, 1989, 44 p.

QUIROGA, P. José. Compendio del viaje Paraguay arriba hasta el Jaurú, que hizo y escribió el P. J. Q. In: MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay**. Desde 1747 hasta 1767. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid: Librería General de Victorino Suarez, 1918, 659 p.

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brasil**. Geographia, Ethnografia, Estatistica. Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-editor, 1900, 488 p.

- REGO, Francisco Raphael de Mello. O Forte de Coimbra, sua fundação e os acontecimentos que com ella se relacionam. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. LXVII, parte I, p. 171 - 215, 1906.
- REICHERT, Inês Caroline. Etno-História Chaquenha: Guaycurú e Payaguá. In: VI SIMPÓSIO SUL-RIOGRANDENSE DE ARQUEOLOGIA. Novas Perspectivas. (1991: Porto Alegre).
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**. Teorías, Métodos y Práctica. Madrid: Akal Ediciones, 1993, 571 p.
- RIBEIRO, Berta. **Dicionário do Artesanato Indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **Uirá sai à procura de Deus**. Ensaios de Etnologia e Indigenismo. Paz e Terra, 1974, 173 p.
- _____. **Kadiwéu**. Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980., 7
- RIVASSEAU, Emilio. **A vida dos índios Guaycurús**. Quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, 331 p. (Coleção Brasileira, vol. 60).
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Viagem de Cuyabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846, por Henrique de Beaurepaire Rohan, major do imperial corpo de engenheiros, e membro correspondente do Instituto. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal dos Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. IX (3 ° trimestre de 1847), 2. ed, p. 376-397, 1869.

ROLIM, Antonio. Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuyabá em 1751. **Revista de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. VII (1845). 2. ed., n ° 28 (jan. de 1846), p. 469 - 497, 1866.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Relatório dos Trabalhos realizados de 1900 - 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato-Grosso apresentado as autoridades do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, 332 p.

SAAVEDRA, Hernandarias de. Carta al Rey, del 25 de Mayo de 1616. Cartas y Memoriales de Hernandarias de Saavedra. Informes del primer gobernador criollo del Río de la Plata, al Rey de España y al Consejo de Indias. (Cuarta serie, 1616-1619). **Revista de la Biblioteca Nacional**.

SCHINDLER, Helmut. **Die Reiterstämme des Gran Chaco**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1983.

SCHMÍDEL, Ulrich. **Viaje al Río de la Plata (1534-1554)**. Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, Traducción y anotaciones por Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Editores Caubet y Cia., 1903, 491 p.

_____. Viaje al Río de la Plata (1534-1554). Estudio preliminar y notas aclaratorias por Matilde Moliner de Arevalo. In: **Viajes por America del Sur**. Viajes y Viajeros. II. Madrid: Aguilar, 1962, p. 267 - 329. (Bibliotheca Indiana, IV),

SCHMIDT, Max. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los metodos de la agricultura de los indígenas sudamericanos. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Nueva Série, v. 5, p. 239-252, 1951.

SCHUCH, Maria Eunice Jardim. **Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no Alto-Paraguai**. São Leopoldo, 1995. Dissertação (Mestrado em História, na área de concentração Estudos Ibero-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

_____. **Missões Capuchinhos entre os Guaná Sul-Matogrossenses**. Relatório Final da Bolsa de Missionswissenschaftliches Institut Missio. São Leopoldo, março de 1997.

SCOTTI, Pietro. La collezione etnografica Sudamericana di Guido Boggiani. Parte II: I Caduvei. **Rivista di Biologia Coloniale**, Roma, VIII, p. 35-50, 1947.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Extracto da descrição geographica da Provincia de Mato Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mór de Engenheiros. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal dos Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 2. ed., t. VI, n. 22 (julho de 1844), p. 156-196, 1865.

_____. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. **Revista de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. VII (1845), 2. ed., n. 26 (julho de 1845), p. 204 - 218, 1866.

_____. Continuação do Parecer sobre os índios uaicurús, guanás, etc. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XIII (3 ° trimestre de 1850), 2. ed., p. 348-395, 1872.

SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. A iconografia Kadiweu atual. In: VIDAL, Lux (Organizadora). **Grafismo Indígena**. Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, edusp, 1992, p. 265-277.

SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. Notas de um naturalista. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922, 372 p.

STEINEN, Karl von den. **Entre os Aborígenes do Brasil central**. Prefácio de Herbert Baldus. Trad. de Egon Schaden. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940, 713 p. Separata renumerada da revista do Arquivo, n. XXXIV a LVIII.

STEWART, Julian; FARON, Louis C. Nomadic Hunters and Gatherers: General features. In: _____. **Native Peoples of South America**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959 a, p. 374-396.

_____. Varieties of Nomadic Hunters and Gatherers. In: _____. **Native Peoples of South America**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1959 b, p. 397-444.

SUSNIK, Branislava. **Material Arqueológico del area Alto-Paraguayense**. Comunicaciones del Museo. s. d. a, p. 81- 103. (Mimeografado).

SUSNIK, Branislava. Clasificación de la Poblaciones Indígenas del area Chaqueña. In: **Apuntes de Clases Dictadas**. 9. ed. Asunción: s. d. b, p. 209-12. (Mimeografado).

_____. **El indio Colonial del Paraguay**. El Chaqueño: Guaycurúes y Chanes - Arawak. T. II - 1. Asunción: Museo Etnográfico Andre Barbero, 1971, 193. p.

_____. **Dimensiones Migratorias y Pautas Culturales de los Pueblos del Gran Chaco y de su Periferia**. Enfoque Etnológico. Resistencia: Universidad nacional del Nordeste, 1972, 31 p.

_____. Etnografía Paraguaya. Parte 1ª. Clasificaciones de las Poblaciones Indígenas del area Chaqueña. **Manuales del Museo Etnográfico Andres Barbero**. Asunción: Museo Etnográfico "Andres Barbero", II, 8. ed., 1974, p. 1-41.

- _____. **Los Aborígenes del Paraguay.** Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVII). T. I. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1978, 154 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay.** T. III / 1. Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910). Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1981, 232 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay.** Cultura material. T. IV. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1982, 237 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay.** Ciclo Vital y Estructura Social. T. V. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1983, 163 p.
- _____. **Artesanía Indígena.** Ensayo Analítico. Asunción: Litocolor, 1986, 134 p.
- _____. Las características Etno-Soci-Culturales de los Aborígenes del Paraguay en el Siglo XVI. Separata de: **Historia Paraguaya.** Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia. Asunción: 1987, vol. XXIV, p. 81- 103.
- _____. Etnohistoria de los pueblos del Chaco. **América Indígena**, v. XLIX, n. 3, p. 431-490, julio/septiembre de 1989.
- _____. **Guerra. Transito. Subsistencia.** (Ambito americano). Manuales del Museo Etnográfico Andres Barbero V. Asunción: 1990, 190 p.
- _____. **Introducción a las fuentes documentales referentes al indio colonial del Paraguay.** Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1992, 46 p.
- _____. **Una visión socio-antropológica del Paraguay.** XVI - ½ XVII. Asunción: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1993, 149 p.

_____. **Interpretación Etnocultural de la Complejidad sudamericana Antigua. I .** Formación y Dispersión étnica. Asunción: 1994, Museo Etnográfico Andres Barbero, 199 p.

_____. **Interpretación Etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua. II.** El hombre, persona y agente ergológico. Asunción: Museo Etnografico Andres Barbero, 1995, 148 p.

_____. **Poblados-Viviendas. Manufactura Utilitaria.** Ambito Americano. Manuales del Museo Etnografico Andres Barbero. Asunción: 1996, VI, 196 p.

TECHO, Nicolás del. **Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús.** T. II e III. Versión del texto latino por Manuel Serrano y Sanz. Madrid: Librería y casa editorial, 1897.

TORRES, Diego de. Carta Anua de 6 de junio de 1610. **Documentos para la Historia Argentina.** T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 41- 83.

_____. Carta Anua de 5 de abril de 1611. **Documentos para la Historia Argentina.** T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 84-144.

_____. Carta Anua de 15 de Febrero a 10 de Mayo de 1612. **Documentos para la Historia Argentina.** T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 481-545.

_____. Carta Anua de Febrero de 1613. **Documentos para la Historia Argentina**. T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 145-263.

_____. Carta Anua de 8 de abril de 1614. **Documentos para la Historia Argentina**. T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 264- 437.

_____. Carta Anua de 12 de Junio de 1615. **Documentos para la Historia Argentina**. T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 438-479.

TOVAR, Antonio. **Catálogo de las Lenguas de América del Sur**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1961, 406 p.

TRIGGER, Bruce C. The Determinants of Settlement Patterns. **Settlements Archaeology**. California, Ed. National Press Books / Yale University, 1968.

_____. **Além da História**: os métodos da pré-história. Trad. Ulpiano Bezerra de Menezes. São Paulo: E. P. U., Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. Etnohistoria: Problemas y Perspectivas. **Etnohistory**, v. 29, n. 1, p. 1-29, 1982.

VELTHEM, Lúcia Hussak van. Equipamentos domésticos e de trabalho. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, finep, 1987. p. 95-108. vol. 2: Tecnologia Indígena.

VERONEZE, Ellen. **A Ocupação do Planalto Central Brasileiro**: o Nordeste do Mato Grosso do Sul. São Leopoldo, maio de 1993. Dissertação (Mestrado em Estudos Ibero-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos.